UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA
AMÉRICA LATINA - PROLAM/USP

GUILHERME ANTONIO DE ALMEIDA LOPES FERNANDES

**Direito à cidadania: um estudo sobre os imigrantes bolivianos em São
Paulo e Buenos Aires e as principais leis migratórias do Brasil e da
Argentina**

Versão Corrigida

São Paulo

2013

GUILHERME ANTONIO DE ALMEIDA LOPES FERNANDES

Direito à cidadania: um estudo sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires e as principais leis migratórias do Brasil e da Argentina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, PROLAM/USP, sob a orientação da Professora Doutora Maria Cristina Cacciamali, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Cacciamali

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

GUILHERME ANTONIO DE ALMEIDA LOPES FERNANDES

Direito à cidadania: um estudo sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires e as principais leis migratórias do Brasil e da Argentina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, PROLAM/USP, sob orientação da Professora Doutora Maria Cristina Cacciamali, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Cacciamali

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Titulares:

Suplentes:

Agradecimentos

A experiência que se encerra com este trabalho foi de enorme riqueza pessoal e motivo de muita alegria. Contudo, talvez como em todas as fases da vida, ela não foi um caminho fácil a ser percorrido, tampouco foi somente dotada de conquistas e alegrias. Em muitos momentos dessa trajetória, a angústia e a frustração foram companhias frequentes; ora causadas pelo medo de não atingir o objetivo, ora por desvios de caminhos e ideias. Se, por um lado não era nenhuma novidade o fato de que, para percorrer todo esse longo caminho, eu teria que trabalhar, estudar, pesquisar e errar muito; por outro lado, foi novidade perceber e sentir o quanto o acúmulo de esforço despertou, pouco a pouco, um olhar mais cauteloso, rico e crítico sobre os problemas enfrentados. A sensação de despertar para o início de um olhar mais maduro, crítico e humano do mundo e de sua complexidade talvez tenha sido o resultado mais valioso de todo esse trabalho, juntamente com a contribuição que espero que ele possa ter. Essa sensação não teria jamais sido experimentada sem a ajuda daqueles que agora passo a carinhosamente e profundamente agradecer.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Professora Maria Cristina Cacciamali, sem a qual essa trajetória teria simplesmente não existido. Gostaria de agradecê-la profundamente desde o momento do aceite em orientar-me no PROLAM, pela chance e pela confiança, que a mim foi dada e depositada. Além de ser a principal responsável dessa sensação de crescimento pessoal, tratou-me sempre com confiança, carinho e estímulo. Tenho a plena certeza de que suas orientações, nossas conversas informais, suas advertências e seus ensinamentos, tanto fora como dentro da sala de aula, estarão para sempre presentes em minha memória e me servirão como modelo de Professor a ser seguido. À senhora, Professora Maria Cristina Cacciamali, meu profundo, sincero e carinhoso obrigado.

Gostaria de agradecer também a todo corpo de profissionais que compõe o PROLAM-USP, principalmente ao William e ao Rodrigo, pela sempre pronta ajuda, pela simpatia e pela camaradagem com que sempre trataram os alunos do programa.

Toda a frustração, ansiedade e angústia vivenciada nessa trajetória foram eficazmente combatidas pelos amigos e familiares, que sempre souberam ouvir minhas reclamações, discursos - verdadeiros monólogos, enfadonhos e tediosos - com a paciência

que apenas o carinho é capaz de oferecer. Além disso, tiveram a coragem de dedicar tempo de suas vidas para ler meus textos, corrigi-los e criticá-los, oferecendo preciosas observações, ou simplesmente jogando conversa fora, ao invés de fazerem qualquer coisa que certamente lhes dariam mais retorno, como por exemplo, o exercício do ócio. Toda essa coragem somente pode ser fruto de carinho e amizade, que um dia espero retribuir. Muito obrigado aos amigos Hélio Rubens, André Garcia, Isabella Modollo, Tali Pires, Gustavo Tonon, Horival Marques, Lorena Vicini, Hugo Leonardo Lemos, Renedy Obeid, Guilherme Bedin, Filipe Hermanson, Darllan Donadio, Maurício Henrique Coelho, Virgínia Procópio, Renan Camilo, dentre outros que posso aqui ter me esquecido, mas aos quais certamente sou muito grato.

O meu muito obrigado especial a Heloísa Garcia Claro e a Miriam Eustacchio Pires, pessoas especiais que passaram a ser parte do meu mundo e dele não sairão. Aos amigos que não falam, só escutam e nos oferecem carinho e amor incondicional, o meu carinho: Neném, Bóris, Suzy, Ugo, Uga e Dalila. Muito obrigado também ao Ezequias, a Sueli e a Helena, pela sempre amável acolhida em vossa casa. Obrigado pelas conversas e pelo apoio.

Aos meus melhores, primeiros e eternos amigos, meus irmãos Gustavo Andrey e Ivan Filipe, que são parte de toda minha trajetória, porque simplesmente fazem parte de tudo que sou. Muito obrigado pelas conversas, discussões, paciência, amor e carinho. Obrigado por estarem sempre dispostos a aceitarem minhas desculpas e por acreditarem em mim.

Aos meus pais, Diogo Fernandes e Nina Rosa, que me deram tudo e não cansam de dar. Vocês me ensinam a cada vez que conversamos. Espero que um dia eu seja para os meus filhos, os pais que vocês são para mim. Que eu saiba repassar todo amor, toda educação e todo zelo que recebi e recebo de vocês. Obrigado por tudo, pelo profundo amor e pela paciência, pela dedicação e pela fé em mim, mesmo quando eu os decepciono. Não poderia jamais desejar ter nascido em outro lugar, senão nos braços de vocês.

A Laura, minha melhor amiga e companheira, obrigado por ter compartilhado cada momento dessa trajetória ao meu lado. Desde o início, lá no momento da entrevista, você estava me aguardando, me apoiando e torcendo por mim. Minhas desculpas por todos os momentos em que te chateei com minhas dúvidas, em que fiz você dedicar parte do seu

tempo a minhas revisões, em que pedi, quase que obrigando, para você ler livros, textos ou assistir filmes relacionados a este trabalho. Obrigado por estar sempre no lugar onde eu possa ter o privilégio de estar ao seu lado: ao meu lado. Com profundo amor, espero retribuir sempre a sua altura. Obrigado por tudo.

“The presence of others who see what we see and hear what we hear assures us of the reality of the world and ourselves.”

Hannah Arendt, *A Condição Humana*.

“Queda decretado que,
a partir de este instante,
habrá girasoles en todas las ventanas,
que los girasoles tendrán derecho
a abrirse dentro de la sombra;
y que las ventanas deben permanecer
el día entero abiertas para el verde
donde crece la esperanza.”

Thiago de Mello, tradução de Pablo Neruda, *Os Estatutos do Homem*.

Resumo

Um dos direitos da pessoa humana é o direito de migrar. Ele é continuamente exercido na História, queiram os Estados contê-lo ou não. Na sociedade receptora, os imigrantes buscam agir no espaço público para gradualmente serem reconhecidos "por quem eles são" e não "pelo que são". Entretanto, são obrigados a enfrentar inúmeros problemas na nova sociedade em que se inserem em razão das leis migratórias restritivas e da situação de irregularidade na qual muitos se encontram. Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo demonstrar que para os imigrantes gozarem de direitos plenos, a regularidade de permanência no lugar de destino é fundamental. Desse ajuste depende a cidadania que, por sua vez, consiste no "direito a ter direitos". A regularidade, contudo, se sujeita às leis migratórias dos Estados, que devem estar em sintonia com as regras cogentes do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Na primeira parte desta dissertação optou-se por tomar como arcabouço teórico a reflexão de Hannah Arendt acerca do "direito a ter direitos". Em as *Origens do Totalitarismo*, Arendt investigou as razões que permitiram o surgimento dos totalitarismos do século XX, identificando no isolamento e no desenraizamento importantes meios para que o "mal radical" fosse possível. Em *A Condição Humana*, Arendt analisou três atividades fundamentais que integram a "vita activa: labor, trabalho e ação". O conceito do "direito a ter direitos" é consequência dessas reflexões. Assim, discute-se neste trabalho o conceito, o paradoxo que envolve sua análise e a construção histórica da nacionalidade e seu significado no Direito Internacional. A análise da nacionalidade leva à posterior investigação sobre os grupos de pessoas *vulneráveis*, como os apátridas, refugiados, asilados e imigrantes irregulares. Na segunda parte discute-se as principais normativas migratórias da Argentina e do Brasil: respectivamente, a Ley de Migraciones e o Estatuto do Estrangeiro. Os dois marcos regulatórios de migração possuem impacto direto na situação dos imigrantes irregulares ou indocumentados que se encontram em situação de vulnerabilidade. Na terceira parte, os imigrantes bolivianos em Buenos Aires e São Paulo conformam o grupo a ser investigado. Eles possuem significativa presença nessas cidades e a situação de irregularidade afeta grande parte dessas pessoas. Contudo, há toda uma organização, todo um processo de negociação e intercâmbio entre eles e as sociedades receptoras, argentina e brasileira. Na última parte, por meio do método

comparativo, faz-se uma síntese de todos os aspectos expostos na dissertação. As categorias desenvolvidas neste estudo são pensadas a partir dos dispositivos dos principais diplomas legais analisados no trabalho, além das manifestações e atuações dos imigrantes bolivianos no espaço público de Buenos Aires e São Paulo.

Palavras-chaves: Direitos Humanos. Migração Boliviana. Migração em São Paulo. Migração em Buenos Aires. Direito a ter direitos.

Abstract

One of the rights of human beings is the right to migrate. It has been continually exercised throughout History, whether States try to contain it or not. Therefore, in the host societies, immigrants seek to act in the public sphere by gradually seeking to be recognized for “who they are” and not for “what they are”. However, immigrants face a great number of problems in the new society in which they are located: not only due to restrictive immigration laws, but also because of the irregular situation in which many of them find themselves. In this sense, this dissertation aims to demonstrate that, in order to enjoy their full rights immigrants have to follow the laws, rules and regulations of the State. Citizenship depends on this adherence; that is the key to “the right to have rights”. The adherence, however, depends on the migration laws of the states, which should be in line with the rules of International Law of Human Rights. The first part of this dissertation uses the reflection of Hannah Arendt on the right to have rights as a theoretical basis. In the *Origins of Totalitarianism*, Hannah Arendt investigated the reasons that allowed the rise of totalitarianism in the Twentieth Century, identifying in isolation and rootlessness of the ways that made the radical evil possible. In *The Human Condition*, Arendt analyzed three fundamental activities that integrate the “vita activa: labor, work and action”. The concept of “the right to have rights” is a consequence of these reflections. Thus, what is discussed in this essay is exactly this concept, the paradox that surrounds it and the historical construction of nationality and its meaning in international law. The analysis of nationality lead to further research on the “vulnerable” groups such as stateless persons, refugees, asylum seekers and immigrants who do not attempt to integrate. In the second part of the dissertation, the main migration regulations of Argentina and Brazil are analyzed: respectively, the Ley de Migraciones and the Estatuto do Estrangeiro. Both migration laws have a direct impact on the situation of undocumented or illegal immigrants who find themselves in vulnerable situations. The third part of this essay investigates the Bolivian immigrants in Buenos Aires and São Paulo as one group. They have a significant presence in these cities and the situation of lack of integration affects most of them. However, there is a respectful level of organization, negotiation and exchange between them and their host societies both in Argentina and Brazil. In the last part of the dissertation all aspects will be

brought together, using the comparative method. Categories are created to analyze the two migration laws and the performances of the Bolivian immigrants in the public sphere of Buenos Aires and São Paulo.

Key Words: Human Rights. Bolivian Migration. Migration in São Paulo. Migration in Buenos Aires. The right to have rights.

Resumen

Uno de los derechos de la persona humana es el derecho a migrar. Está continuamente ejercido en la Historia, aunque los Estados puedan querer contenerlo. En la sociedad de acogida, los inmigrantes tratan de actuar en el espacio público, buscando poco a poco ser reconocidos por quienes son y no por lo que son. Sin embargo, los inmigrantes se ven obligados a hacer frente a numerosos problemas en la nueva sociedad en la que viven debido a las leyes restrictivas de inmigración y a la situación irregular en la que muchos se encuentran. En este sentido, el presente trabajo de maestría tiene como objetivo demostrar que para que los inmigrantes gocen de plenos derechos, la regularidad de la estancia en el lugar de destino es fundamental. De ella depende la ciudadanía, y en esta última consiste el “derecho a tener derechos”. La regularidad, sin embargo, depende de las leyes de inmigración de los Estados, que deben estar en consonancia con las normas imperativas del Derecho Internacional de los Derechos Humanos. En la parte primera de la tesis se optó por tomar como antecedente teórico la reflexión de Hannah Arendt sobre el derecho a tener derechos. En los *Orígenes del Totalitarismo*, Hannah Arendt investigó las razones que permitieron el surgimiento de los totalitarismos en el siglo XX, en la identificación de aislamiento y en el desarraigo importantes medios para que el mal radical fuera posible. En *La Condición Humana*, Arendt analizó tres actividades fundamentales que integran la “vita activa: labor, trabajo y acción”. El concepto del derecho a tener derechos es una consecuencia de estas reflexiones. Por lo tanto, en este trabajo se discute el concepto y la paradoja que involucra su análisis y la construcción histórica de la nacionalidad y su significado en el Derecho Internacional. El análisis de nacionalidad conduce a una mayor investigación sobre los grupos “vulnerables” como los apátridas, refugiados, solicitantes de asilo y migrantes irregulares. En la segunda parte de la tesis se analizan las principales regulaciones migratorias de Argentina y Brasil: respectivamente, la Ley de Migración y el Estatuto do Estrangeiro. La migración en los dos marcos de reglamentación tienen un impacto directo sobre la situación de los migrantes indocumentados o irregulares, que se encuentran en situación de vulnerabilidad. En la tercera parte se encuentran los inmigrantes bolivianos en Buenos Aires y San Pablo como grupo que se está investigando. Ellos tienen una importante presencia en estas ciudades y la

situación de irregularidad afecta a la mayoría de ellos. Sin embargo, hay toda una organización, un proceso de negociación y un intercambio entre ellos y sus sociedades de acogida, Argentina y Brasil. En la última parte se presenta una síntesis de todos los aspectos expuestos en la tesis, utilizando el método comparativo. Las categorías desarrolladas en este estudio se analizan mediante los principales instrumentos jurídicos analizados en el trabajo y las manifestaciones y actuaciones de los inmigrantes bolivianos en el espacio público de Buenos Aires y San Pablo.

Palabras clave: Derechos Humanos. Migración boliviana. Las migraciones en San Pablo. La migración en Buenos Aires. Derecho a tener derechos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADANIA.....	25
1.1 A Condição Humana	25
1.2. O Direito à Cidadania.....	33
CAPÍTULO 2. O SER HUMANO COMO CENTRO DE PROTEÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL	40
2.1 A Nacionalidade e o Direito Internacional.....	40
2.2 O Ser Humano e a Proteção do Direito Internacional	44
2.3. O Segundo Nascimento: Apátridas, Refugiados, Asilados e Imigrantes Irregulares Indocumentados.....	47
CAPÍTULO 3. A LEY DE MIGRACIONES	58
3.1 Da Ley Videla à Ley de Migraciones.....	59
3.2 A Ley de Migraciones e o Novo Corpo Normativo em Matéria Migratória.....	60
3.3 Expulsão e Detenção de Imigrantes Irregulares e a Nova Normativa Migratória. Garantias Legais à Pessoa Humana	74
3.4 Direito ao Trabalho, à Organização, Integração e Participação Política.....	77
3.5 Desafios para a Nova Política Migratória Argentina	83
CAPÍTULO 4. O ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	85
4.1. A Imigração e a Legislação Brasileira. O Estatuto do Estrangeiro	85
4.2. Anistia, Expulsão e Deportação	90
4.3. Restrições no Mercado de Trabalho.....	96
4.4. Restrições a Direitos Políticos.....	101
4.5. Proposta de Emenda Constitucional.....	104
4.6. Infrações, Penalidades e a Polícia Federal Brasileira.....	109
4.7. Legislação Migratória Aplicável no Brasil além do Estatuto do Estrangeiro	111
CAPÍTULO 5. OS BOLIVIANOS EM BUENOS AIRES	115
5.1. A Imigração Boliviana em Buenos Aires	115
5.2. A Presença Boliviana no Espaço Público da Cidade de Buenos Aires: Espaços de Ação, Reconhecimento, Negociação, Intercâmbio e Alteridade.....	124
5.2.1 A Festa Patronal de Nossa Senhora de Copacabana.....	124

5.2.2 As Associações da Coletividade Boliviana	128
5.2.3 As Rádios Bolivianas em Buenos Aires	130
5.2.4 As Crianças Bolivianas nas Escolas Públicas.....	133
5.2.5 Bolivianos no Cinturão Verde de Buenos Aires	138
5.2.6 Bolivianos e o Futebol em Buenos Aires	141
CAPÍTULO 6. OS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO	147
6.1. A Imigração Boliviana em São Paulo	147
6.2. A Presença Boliviana no Espaço Público da Cidade de São Paulo: Espaços de Ação, Reconhecimento, Negociação, Intercâmbio e Alteridade	155
6.2.1 A Festa de Alasitas e o Carnaval Boliviano	155
6.2.2 As Associações da Coletividade Boliviana e de Apoio ao Imigrante em São Paulo. O Caso Bolívia Cultural.....	162
6.2.3 Rádios e Jornais Bolivianos em São Paulo.....	167
6.2.4 As Crianças Bolivianas nas Escolas de São Paulo	169
6.2.5 Bolivianos na Região Central de São Paulo	173
6.2.6 Bolivianos e o Futebol em São Paulo	176
CAPÍTULO 7. COMPARAÇÕES ACERCA DAS PRINCIPAIS LEIS MIGRATÓRIAS DO BRASIL E DA ARGENTINA	180
7.1 Contexto das Leis	180
7.2 Fundamentação das Leis.....	181
7.3 A Adoção da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias	182
7.4 Programas de Regularização	183
7.5 Observância da Teia Social do Imigrante em Situação de Irregularidade. Respeito à Reunificação Familiar	184
7.6 Expulsão, Detenção e o Controle Judicial da Decisão Expulsória.....	185
7.7 Direitos Sociais.....	188
7.8 Acesso à Educação	190
7.9 Direito à Associação Sindical ou Participação em Entidade Profissional.....	191
7.10 Direito à Participação Política e o Direito ao Voto	192
7.11 Dirección Nacional e a Policía Federal	193

CAPÍTULO 8. COMPARAÇÕES ACERCA DA IMIGRAÇÃO BOLIVIANA EM SÃO PAULO E BUENOS AIRES	195
8.1 As Festas em Buenos Aires e São Paulo	195
8.2 As Associações da Coletividade Boliviana em Buenos Aires e São Paulo.....	197
8.3 As Rádios Bolivianas em Buenos Aires e São Paulo	198
8.4 As Crianças Bolivianas nas Escolas Públicas de Buenos Aires e São Paulo	200
8.5 Bolivianos em Nichos Laborais em Buenos Aires e São Paulo	201
8.6 Bolivianos e o Futebol em Buenos Aires e São Paulo	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209

INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório não é nenhuma novidade na história humana. Fluxos de pessoas de um espaço geográfico para outro sempre existiram e no século XXI as correntes migratórias entre os diversos países do mundo continuam frequentes. Todavia, apesar da ausência do ineditismo, atualmente o fenômeno migratório apresenta, sem sombra de dúvida, a propriedade da complexidade.

Em linhas gerais, o processo migratório evidencia três atores tradicionais: o indivíduo que cogita migrar, o governo do seu respectivo país de origem e, por fim, o governo da provável nação à qual se destina. De um modo simplificado, a decisão de migrar é tomada após a comparação das oportunidades disponíveis nas diversas possibilidades de destino, sendo comum a escolha da alternativa que represente o maior ganho esperado, dadas as restrições financeiras e legais que regulam o processo de migração. É importante ressaltar, que o maior ganho esperado não se limita ao incremento pecuniário, pois nessa decisão também incidem fatores intertemporais, econômicos e não econômicos, por exemplo, as pessoas migram para que no futuro sua prole tenha mais oportunidades no local de destino do que elas mesmas tiveram. Em síntese, o primeiro grupo de determinantes relaciona-se com as possibilidades de majoração da renda e, ao mesmo tempo, com a probabilidade de períodos de desemprego. Nesses termos, o ritmo de crescimento ou o grau de desenvolvimento econômico entre o país de origem e o de destino é fundamental (BORJA, 1999).

O grau de atratividade de uma economia, no entanto, não é homogêneo, já que o estímulo ao surgimento de correntes migratórias depende, em grande parte, dos setores pujantes dos países de origem e destino, assim como, de quais estão em franca decadência. Por sua vez, as variáveis não econômicas também são importantes para a decisão de imigrar. As condições políticas e familiares e o idioma, por exemplo, exercem um papel primordial, tanto no local de origem como no de destino. Borja (1999) conclui que, quanto maior for a diferença das oportunidades de emprego entre nações, entre economias mais e menos desenvolvidas, maior será o número de pessoas que migrarão do país de baixa renda para o de alta.

As migrações internacionais são, portanto, passíveis de uma gama de leituras e interpretações, em grande medida pela influência de diversos fatores que atuam em sua complexidade. Aspectos comunitários, domésticos, regionais, trajetórias pessoais, são alguns desses fatores que contribuem para o entendimento do fenômeno migratório, oferecendo, de acordo com o ponto de vista tomado, parâmetros interpretativos. Cada disciplina possui um recorte particular da realidade e examina a migração por um ângulo específico. Assim é na economia, na sociologia, no direito, na geografia, na antropologia, na psicologia e na ciência política.

Trazendo a análise do fenômeno migratório para a realidade da América do Sul, o desenvolvimento desigual entre os países do Cone Sul e da América Andina tem sido uma das principais causas dos fluxos migratórios para a Argentina e o Brasil. A Bolívia constitui um dos principais polos de emigração de mão de obra para esses dois países, sobretudo em razão de seu atraso econômico, da falta de recursos financeiros e de sua instabilidade política. Devido às últimas crises econômicas vividas pela Argentina desde os anos 1990 até 2010, o Brasil passou a ser o principal local de destino dos imigrantes bolivianos (BERMUDES, 2012).

O fluxo migratório de bolivianos para o Brasil não é um fenômeno recente, contudo apresenta características complexas – concentra-se em cidades localizadas na proximidade da extensa fronteira entre Brasil e Bolívia e na cidade de São Paulo, já atingindo espaços pertencentes a sua região metropolitana.

As características dessas duas regiões receptoras não são iguais. Nas regiões de fronteira há um fluxo que não se explica como parte de uma etapa para a viagem até São Paulo. Os bolivianos que lá se encontram não estão no meio de uma viagem maior com destino à grande metrópole, pois permanecem nessa região. Em São Paulo, por sua vez, há um predomínio dos imigrantes bolivianos em um nicho laboral: as confecções. Nesse setor, trabalha a maioria dos que residem na capital paulista. Grande parte dos alocados nessas oficinas é vítima de exploração e vive em condições precárias de sobrevivência. Muitos se encontram em situação irregular¹ e sem a posse de documentos.

¹ Neste trabalho não é usado o termo "situação ilegal", mas sim "situação irregular". Adota-se, da mesma maneira que Benhabib (2007), o conceito de que nenhum ser humano é ilegal no mundo, no entanto, pode se encontrar em situação de irregularidade. Diante de uma hospitalidade universal – termo explorado nesta dissertação – nenhum ser humano é ilegal.

A Argentina, por sua vez, recebe hoje grande número de imigrantes latino-americanos, como a Bolívia, Peru e Paraguai. De acordo com Van Dijk (2008), desde o início do século XX e até a década de 1960, o principal foco de atração desses imigrantes esteve nas ocupações rurais ou semirurais, das economias regionais fronteiriças aos respectivos países de origem. Esse fluxo tinha características sazonais e pendulares entre o lugar de origem e um destino na Argentina. No entanto, a partir da década de 1960, a área metropolitana de Buenos Aires começou a ganhar maior visibilidade no destino dos imigrantes.

Em Buenos Aires, a presença desses imigrantes cresce, sobretudo, nas *villas* (agrupamentos habitacionais com baixa infraestrutura). Antes, esses locais eram habitados principalmente por nacionais argentinos provenientes do interior da Argentina; agora, predominam os imigrantes bolivianos e paraguaios. Entre os 10 mil moradores de Los Piletones, por exemplo, uma das grandes *villas* de Buenos Aires, há 60% de bolivianos, 20% de paraguaios, 10% de peruanos e 10% de argentinos.² Muitos dos imigrantes bolivianos que residem na capital portenha encontram-se também em situação irregular e na condição de indocumentados.

Diante da presença significativa dos imigrantes bolivianos no Brasil e na Argentina, precisamente nas cidades de São Paulo e Buenos Aires, e da situação de irregularidade que afeta grande parte desse povo, as leis migratórias de ambos os países são de extrema relevância, pois a partir delas, essas pessoas encontram condições de alcançar a regularidade e a inserção plena na sociedade receptora. Isto é, por meio dos regramentos poderão alcançar a regularização e serem titulares de direitos e deveres iguais aos nacionais brasileiros e argentinos, independente de sua nacionalidade.

No Brasil, a principal normativa sobre a migração é o Estatuto do Estrangeiro – aprovado no período em que o país era governado por uma ditadura militar. Ele possui caráter restritivo, fundado nos princípios de defesa da soberania nacional e do trabalhador brasileiro. Trata-se de uma lei que dificulta a entrada do imigrante no país e sua regularização, visando de acordo com seu regramento combater supostos inconvenientes

² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/906147-cresce-o-numero-de-favelas-na-argentina.shtml>>. Última consulta em 28 de agosto de 2011.

por eles trazidos ao Brasil, por exemplo, o aumento do pauperismo, a concorrência para o aumento do analfabetismo, da criminalidade e o prejuízo à integridade nacional.

Na Argentina, o marco regulatório da migração está na Ley de Migraciones, publicada em 2004 e regulamentada em 2010. Diferente do Estatuto do Estrangeiro do Brasil, a lei argentina reconhece o direito de migrar como um direito da pessoa humana. Ela busca estabelecer mecanismos de regularização, que garantam a igualdade no acesso a direitos entre nacionais e estrangeiros.

Destarte, ambos os marcos regulatórios da migração possuem impacto direto na situação dos imigrantes irregulares ou indocumentados, que se encontram em situação de vulnerabilidade. A irregularidade alija essas pessoas da participação plena e igual no espaço público da sociedade que as recebe. Imigrantes irregulares, como os bolivianos em São Paulo e Buenos Aires, estão fora do domínio público e da plena convivência plural.

Apesar disso, há toda uma organização, todo um processo de negociação e intercâmbio entre os imigrantes – sejam eles irregulares ou não – e as respectivas sociedades receptoras, brasileira e argentina. Nas cidades de São Paulo e Buenos Aires há diversas demonstrações culturais e associativas dos imigrantes bolivianos, evidenciando que, apesar das normas migratórias, eles buscam agir e construir politicamente seus significados nos espaços públicos.

Este trabalho, cuja essência é interdisciplinar, investiga a atuação da coletividade boliviana, tanto em Buenos Aires quanto em São Paulo, que busca ocupar espaços públicos dessas duas cidades por meio de diversas manifestações, agindo e se organizando. Assim, identifica-se pela presença dos imigrantes bolivianos a falta de espaço na América Latina para leis migratórias que disponham sobre a irregularidade e a indocumentação como um ilícito cometido contra a segurança do Estado. Em relação a esse aspecto, também é escopo deste trabalho demonstrar que leis puramente restritivas apenas fomentam situações de vulnerabilidade, fulminando os direitos da pessoa humana.

Um dos direitos da pessoa humana é o direito de migrar. Ele é continuamente exercido por diversas razões na História, queiram os Estados contê-lo ou não por meio de “muros legais” ou até mesmo físicos. Uma vez alocados na sociedade receptora, os imigrantes buscam constantemente agir no espaço público para de modo gradual serem reconhecidos “por quem eles são e não pelo que são”. Quanto maior a organização dessas

pessoas, mais poder alcançam suas manifestações. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar que o Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece regras cogentes, que devem calibrar as políticas migratórias em sintonia com o direito humano de migrar. Para tanto, retoma-se a reflexão de Hannah Arendt acerca do "direito a ter direitos" e o questionamento sobre a nacionalidade como a condição *sine qua non* para a titularidade de uma espécie de hospitalidade universal do ser humano.

Em sua obra *Origens do Totalitarismo*, Arendt investigou as razões que permitiram o surgimento dos totalitarismos do século XX, identificando no isolamento e no desenraizamento importantes meios para que o “mal radical” fosse possível. Em *A Condição Humana*, desdobramento não linear das questões suscitadas na obra anterior, Arendt analisou o que é específico e genérico na condição humana (LAFER, 2007, p. 345) por meio de três atividades fundamentais que integram a “*vita activa*: labor, trabalho e ação”. Tomando como ponto de partida a reflexão crítica de Arendt, essa dissertação relaciona essas três atividades e a vida dos imigrantes bolivianos nas duas cidades, expandindo as conclusões para os demais imigrantes e o tratamento legal em defesa de seus direitos em uma sociedade que preze pela condição plural da vida humana.

Dessa maneira, no primeiro capítulo são abordados os aspectos teóricos que embasam toda a dissertação. A retomada da análise de Arendt em as *Origens do Totalitarismo* e *A Condição Humana* é feita com o intuito de compreender as três atividades fundamentais que integram a “*vita activa*”, principalmente em relação ao homem e sua atuação no espaço público. Em seguida, discute-se o conceito do “direito a ter direitos” e o paradoxo que envolve sua análise.

A partir desse paradoxo, no segundo capítulo, discute-se a construção histórica do conceito de nacionalidade e seu significado legal no Direito Internacional. A análise da nacionalidade e seus impactos para o ser humano levam à posterior investigação sobre os grupos de pessoas “vulneráveis”, como os apátridas, refugiados, asilados e imigrantes irregulares. Por fim, discute-se o ser humano como centro de proteção do Direito Internacional.

No terceiro capítulo, seguindo a discussão teórica inicial, considera-se a Ley de Migraciones argentina. O principal diploma legal migratório argentino é analisado com enfoque no imigrante, tanto irregular quanto regular, mas principalmente no que compõe o

grupo de pessoas vulneráveis. Ele tem seus principais dispositivos ponderados e discutidos de acordo com a proteção dos direitos humanos dessas pessoas.

O quarto capítulo concentra-se no Estatuto do Estrangeiro do Brasil, principal diploma legal migratório do país. A análise desta lei é feita de maneira similar à da lei argentina, isto é, tomando os dispositivos que possuem consequências para os imigrantes, tanto regulares quanto irregulares, mas que compõem um grupo de pessoas vulneráveis e tendo como base crítica a proteção dos direitos da pessoa humana e o reconhecimento da cidadania dos estrangeiros na sociedade que os recebe.

No quinto capítulo são investigados os imigrantes bolivianos radicados em Buenos Aires. Esse grupo específico foi escolhido em razão do significativo número que representam na capital federal da Argentina, suas manifestações culturais, suas formas associativas e suas negociações de identidades no espaço público da cidade.

Em correspondência ao capítulo quinto, no sexto capítulo é adotado o mesmo método de análise para os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. Trata-se de um grupo igualmente significativo, em termos numéricos e por conta de suas manifestações e associações.

O sétimo e oitavo capítulos apresentam uma síntese do que foi exposto no trabalho. Por meio do método comparativo, categorias são analisadas e foram escolhidas de acordo com a importância que representam para a proteção dos direitos humanos dos imigrantes. Um exemplo dessa escolha é a categoria apresentada no sétimo capítulo, que trata da ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Em síntese, no sétimo capítulo compara-se os dispositivos dos principais diplomas legais analisados no trabalho; no oitavo capítulo confrontam-se as manifestações e atuações dos imigrantes bolivianos no espaço público de Buenos Aires e São Paulo, de acordo com suas semelhanças e diferenças.

Em seguida, são feitas considerações finais à pesquisa. É importante ressaltar que o trabalho preza a interdisciplinaridade, dessa maneira, alguns esclarecimentos terminológicos mostram-se necessários. Para fins de pesquisa foram tomados como base os conceitos encontrados na Opinião Consultiva OC-18/03, de 17 de Setembro de 2003, da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Assim, *emigrar* ou *migrar* corresponde a deixar um Estado com o propósito de trasladar-se a outro e nele se estabelecer; *emigrante* é

a pessoa que deixa um Estado com o propósito de se estabelecer em outro; *imigrante* é a pessoa que reside em local diverso do de sua origem; *imigrar* é o ato de chegar a outro local diverso do da origem com o intuito de nele residir; *migrante* é o termo genérico que engloba tanto o imigrante quanto o emigrante; *migrante em situação irregular* é a circunstância jurídica contrária à normativa do Estado receptor onde se encontra um migrante que nele ingressou e já reside; *trabalhador migrante* é a pessoa que realizará ou realizou uma atividade remunerada em um Estado do qual não é nacional; *trabalhador migrante documentado* ou *em situação regular* é a pessoa autorizada a ingressar, a permanecer e a exercer uma atividade remunerada em Estado do qual não é nacional, em conformidade com suas leis e com os acordos internacionais em que o Estado seja parte; *trabalhador migrante indocumentado* ou *em situação irregular* é a pessoa que ingressou no Estado sem autorização legal e nele permanece, exercendo uma atividade remunerada ou não, não estando em conformidade com as leis do Estado que o recebe;³ o *Estado de origem* é o Estado do qual o migrante possui nacionalidade; *Estado receptor* é o Estado no qual o migrante se estabelece e realizará, realiza ou realizou uma atividade remunerada; *sociedade receptora* é o conjunto de pessoas que residem regularmente no Estado que recebe o imigrante, exercendo atividades diversas – econômicas, culturais, religiosas etc. – sendo a maioria composta por nacionais desse Estado; *deslocamento fronteiriço* é o deslocamento de pessoas que vivem em uma cidade e constantemente transitam para outra cidade localizada em outro Estado, atravessando a fronteira para fins de trabalho, estudo ou distintas atividades.

³ Nesta definição não foram mencionados os acordos internacionais, pois em diversos casos a própria legislação migratória do Estado pode demonstrar desacordo a esses diplomas legais, principalmente aos que se referem à proteção dos direitos humanos. Dessa maneira, neste trabalho a principal razão para a situação irregular de uma pessoa no Estado em que ela reside e do qual ela não é nacional encontra-se em seus principais regramentos internos. É importante ressaltar que no conceito da Corte Interamericana de Direitos Humanos os acordos internacionais são mencionados.

CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADANIA

Os horrores das experiências totalitárias do nazismo e do stalinismo provocaram a ruptura que inaugurou no mundo o "tudo é possível". Fugindo de qualquer lógica do razoável, esse "tudo é possível" culminou na descartabilidade de seres humanos, considerados supérfluos e sem lugar no mundo. Para essas pessoas os direitos humanos, proclamados no final do século XVIII, permaneceram uma abstração, pois a experiência dos campos de concentração e de extermínio, a fabricação de cadáveres e os sucessivos expurgos de nacionalidade contrariaram frontalmente qualquer valor de universalidade oriundo da tradição moderna ocidental. No momento em que as pessoas foram expulsas do viver entre homens – *inter homines esse* –, no momento em que foram consideradas apátridas, sem ligação com alguma comunidade, seus direitos básicos foram sendo destruídos. A lógica daquilo que não se podia compreender como razoável determinou quem não merecia se sentir em casa no mundo e dele deveria ser expulso, independente de atos ou palavras.

1.1 A Condição Humana

A traumática experiência de ruptura levou Hannah Arendt a pensar as origens das experiências totalitárias, que para ela não poderiam ser compreendidas pelas já conhecidas categorias da teoria política, pois estas se demonstravam insuficientes para descrever e explicar a terrível novidade, singular pela organização burocrática de massas e apoiada no emprego do terror e da ideologia. De suas inquietações e de sua insistência em compreender surgiu, então, a obra *Origens do Totalitarismo*, na qual Arendt, reunindo uma vasta quantidade de informações históricas, afirmou que os regimes totalitários não foram formas intensas e radicais de tirania ou autoritarismo, mas sim algo inédito na história da humanidade.

A interpretação do totalitarismo apresentada no livro de 1951 contrariava as avaliações correntes na época, para as quais os regimes totalitários eram formas exacerbadas de autoritarismo. Hannah Arendt achava que essa aproximação indevida tornava inviável a percepção do aspecto singular e inédito das organizações políticas surgidas exclusivamente no

século XX, na Alemanha e na União Soviética. Para ela, não fazia sentido definir a natureza dos regimes nazista e estalinista recorrendo a noções como ditadura, tirania e autoridade, que remontavam aos primórdios do pensamento político ocidental. Em sua argumentação, a filósofa recorreu a uma passagem de Nietzsche que diz que é da alçada do desenvolvimento da ciência dissolver "o conhecido" no desconhecido, mas que geralmente os cientistas terminam por fazer justo o oposto, e reduzem o desconhecido a algo que já é conhecido. Para ela, essa afirmação servia para caracterizar a posição da maior parte dos intérpretes do totalitarismo. (JARDIM, 2011, p. 24-25).

Dessa maneira, para compreender as razões que possibilitaram os campos de concentração e de extermínio, os expurgos de nacionalidade e a fábrica banal de cadáveres, Arendt buscou as origens do isolamento e do desenraizamento sem os quais os totalitarismos não poderiam ter sido instituídos, sem os quais a organização burocrática de massas, o terror e a ideologia não teriam produzidos seres humanos supérfluos, sem qualquer conforto no mundo e sem nenhuma razão para continuarem vivos.⁴

Essas inquietações sobre o isolamento e o desenraizamento conduziram Arendt às reflexões que deram origem a uma das obras centrais de seu pensamento: *A Condição Humana*. De acordo com Lafer (2007, p. 346), ela é um desdobramento não linear do projeto inicial de Hannah Arendt. A princípio, após ter publicado as *Origens do Totalitarismo*, Arendt pretendia escrever um livro sobre os componentes totalitários do marxismo, uma vez que entendia ser necessário complementar sua reflexão sobre o regime

⁴ Jardim (2011, p. 42) esclarece que "a anulação da figura jurídica do homem nos campos de concentração apareceu, também, no fato de que os prisioneiros não se encontravam ali para cumprir pena por algum crime que tivessem cometido. Não havia contra eles nenhuma acusação formal. Em sua maior parte, essa população nem sequer era composta de criminosos ou opositores políticos, mas de pessoas que integravam grupos raciais ou sociais discriminados e que tinham de ser eliminados. A anulação da personalidade jurídica dos prisioneiros foi favorecida pela invisibilidade do que se passava no interior dos campos. Ao ingressar em uma dessas fábricas da morte, apagavam-se os traços da presença dos indivíduos no mundo. O passo seguinte na implantação do domínio total foi a destruição da dimensão moral do homem. A cumplicidade de toda a população com os crimes cometidos pelos nazistas e comunistas terminou por envolver as próprias vítimas. A organização dos campos incentivava a colaboração, a declaração e até obrigava os prisioneiros a participar da execução dos companheiros. Nesse contexto, a consciência moral deixou de ser adequada e fazer o bem se tornou impossível. O último passo na transformação dos prisioneiros em mortos-vivos foi a destruição da individualidade e da espontaneidade do homem. Ao ler os depoimentos dos sobreviventes dos campos, como os de David Rousset e de Bruno Bettelheim, Hannah Arendt ficou impressionada com as cenas de 'procissões de seres humanos que vão para a morte como fantoches'. A destruição da individualidade e a eliminação de toda capacidade de reação começavam com o transporte dos prisioneiros nos trens de carga, passavam pela uniformização do tratamento nos campos e tinham seu desfecho no assassinato em massa nas câmaras de gás. Até mesmo a morte, a possibilidade última do ser humano, perdia nessas circunstâncias, o significado. Os condenados à morte se multiplicavam idênticos, sem que se pudesse discernir entre eles qualquer traço de individualidade."

soviético, esclarecendo as diferenças entre este e o regime nazista. Essa pretensão nasceu do desequilíbrio apontado em seu livro, e por ela reconhecido, de que havia muita ênfase e maior compreensão do nazismo, porém uma ausência da mesma envergadura analítica em relação ao regime soviético.

Com efeito, para Hannah Arendt, o racismo nazista obviamente não estava ligado à grande tradição do pensamento europeu. Tal não era, evidentemente, o caso de Marx, que integrava esta tradição de pleno direito e que Hannah Arendt respeitava, razão pela qual, mesmo sendo crítica do legado marxista, inicia o capítulo II de *The Human Condition* recusando e desqualificando a postura dos antimarxistas profissionais. (LAFER, 2007, p. 344).

Todavia, Arendt deixou de lado esse projeto inicial, pois suas inquietações sobre as razões que possibilitaram a destruição humana nos totalitarismos ainda pulsavam. Surgiu, assim, *A Condição Humana*. Celso Lafer (2007, p. 347), ao perguntar a Arendt o que a levou a essa inflexão na continuidade de sua obra, obteve como resposta que *A Condição Humana* era uma tentativa de lidar com perplexidades não adequadamente elaboradas nas *Origens do Totalitarismo*; perplexidades que rondavam as origens do isolamento, do desenraizamento e da solidão humana.

Para Arendt, o isolamento arruína a capacidade política e a faculdade de agir. Faz com que os homens sejam alijados da esfera pública e destrói a capacidade de agir em conjunto na busca de um interesse em comum. Considerado a base da tirania, o isolamento não atinge, no entanto, a esfera privada do homem, mas o desenraizamento sim, pois desagrega a vida privada e destrói as ramificações sociais. Dessa maneira, ao ser isolado e retirado da teia de relacionamentos sociais, o ser humano é continuamente mortificado. Ao ser retirado da vida pública e da vida privada, o homem vai perdendo sua própria identificação, torna-se supérfluo e sem lugar no mundo.

Diante disso, Arendt buscou explorar em *A Condição Humana* o que é específico e o que é genérico na condição do ser humano por meio de três atividades que integram a "vida activa": *labor*, *trabalho* e *ação*. O labor é preenchido pela necessidade e futilidade do processo biológico, do qual é derivado. Ele se consome no próprio metabolismo, individual ou coletivo, sendo a atividade compartilhada entre homens e animais. Não por outra razão Arendt qualifica-o como a atividade do *animal laborans*. O trabalho descola-se do

repetitivo ciclo vital da espécie, por meio dele o homem cria e constrói coisas extraídas da natureza, convertendo o mundo em um espaço de compartilhamento entre o homem e os objetos criados por ele. Trata-se aqui do *homo faber*, não mais restrito ao metabolismo vital compartilhado com os demais animais, mas contemplado com a força criativa e modificadora do homem. O *homo faber* cria um mundo cercado de objetos que podem unir e separar os homens entre si. Por fim, a ação é a única atividade que se exerce entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. Corresponde à condição da pluralidade, ao fato de que homens – e não o homem – vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana relacionam-se com a política, mas a pluralidade é a condição específica de toda a vida política (LAFER, 2007, p. 345). Nas palavras de Arendt:

Se o *animal laborans* precisa do auxílio do *homo faber* para atenuar seu labor e minorar seu sofrimento, e se os mortais precisam do seu auxílio para construir um lar na terra, os homens que agem e falam precisam da ajuda do *homo faber* em sua mais alta capacidade, isto é, a ajuda do artista, de poetas e historiadores, de escritores e construtores de monumentos, pois, sem eles, o único produto de sua atividade, a história que eles vivem e encenam não poderia sobreviver. Para que venha a ser aquilo que o mundo sempre se destinou a ser – uma morada para os homens durante sua vida na terra – o artifício humano deve ser um lugar adequado à ação e ao discurso, a atividades não só inteiramente inúteis às necessidades da vida, mas de natureza inteiramente diferente das várias atividades da fabricação mediante a qual são produzidos o mundo e todas as coisas que nela existem. (ARENDT, 2010, p. 217).

A ação representa não só a capacidade de reger o próprio destino, mas também a forma de expressar a singularidade humana. Ou seja, a forma de uma pessoa identificar-se como alguém único, pois somente no outro se compreende a própria singularidade. A ação é, portanto, a fonte do significado da vida humana, o momento no qual o homem é capaz de autorrevelar-se:

No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares. [...] A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. [...] Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando a outros a trabalhar para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo das coisas sem lhe acrescentar um só

objeto útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos ou a vida de um parasita pode ser injusta, mas nem por isso deixar de ser humana. Por outro lado, a vida sem discurso e sem ação – único modo de vida em que há palavra – está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. Não nos é imposta pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como o trabalho. Pode ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença dos outros em cuja companhia desejamos estar; seu ímpeto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa. [...] O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais. (ARENDT, 2010, p. 220-222).

Na ação e no discurso o homem demonstra quem realmente é, revela sua identidade pessoal, sua singularidade e apresenta-se ao mundo, enquanto sua identidade física é revelada na conformação singular do corpo e no som singular da voz. É nela que se revela "quem" em contraposição ao "o que" alguém é. É apenas na ação que os dons, as qualidades, os talentos e os defeitos que alguém pode exibir ou ocultar são revelados (ARENDT, 2010, p. 224). Unicamente no silêncio pleno e na total passividade o homem pode se ocultar ou ser ocultado.

Assim, para Arendt, a ação tem o caráter específico da revelação do agente, pois sem esta passa a ser um feito como outro qualquer – mero meio para atingir um fim, tal como a fabricação é um meio para produzir um objeto. Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento, ela necessita do espaço público, exige o espaço público da palavra e da ação. Tanto a ação quanto o discurso necessitam da circunvizinhança da natureza, da qual obtêm matéria-prima, e do mundo, onde coloca o produto acabado. Se a fabricação é circundada pelo mundo e com ele está em permanente contato, a ação e o discurso estão circundados pela teia de atos e palavras de outros homens e estão em permanente contato com ela.

A ação, a palavra e a liberdade, contudo, não são coisas dadas, pois requerem a construção, a manutenção e a inserção no espaço público. A liberdade é um *a fortiori* da autorrevelação humana no seio de uma comunidade política, na qual existe espaço público (LAFER, 2007, p. 352):

O interesse maior de Hannah Arendt, na maioria de seus livros, e em especial em *The Human Condition*, é a respublica. É por isso que, para ela, liberdade não é a liberdade moderna e privada da não interferência, mas sim a liberdade pública de participação democrática. Hannah Arendt não desconhece, evidentemente, o papel da liberdade privada e o problema da necessidade, pois não desconsidera a dimensão expropriativa do moderno processo de produção. A sua contribuição maior, no entanto, não está neste campo. Está em chamar a nossa atenção para o fato de que liberação da necessidade não se confunde com a liberdade, e que esta exige um espaço próprio – o espaço público da palavra e da ação. Este espaço é fundamental, porque existem no mundo muitos e decisivos assuntos que requerem uma escolha que não pode encontrar o seu fundamento no campo da certeza. O debate público existe, afirma Hannah Arendt, para lidar com aquelas coisas de interesse coletivo que não são suscetíveis de serem regidas pelos rigores da cognição e que não se subordinam, por isso mesmo, ao despotismo do caminho de mão única de uma só verdade. Daí, para Hannah Arendt, a importância do nós, do agir conjunto, que se dá entre os homens e do qual nasce o poder, entendido como um recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum de ação. (LAFER, 2007, p. 351).

Para Arendt, é no espaço público, por meio da palavra e da ação, que se gera o poder. Por isso, segundo ela, o poder total seria a união de todos contra um e a violência máxima, aquela exercida por um contra todos. Arendt entende que o poder tem uma dimensão comunicativa e plural, enquanto a violência se produz no isolamento e é instrumentalizada. Em toda fabricação há um elemento de violência, pois em toda construção há uma contrapartida da destruição. O fabricar e o destruir participam de uma natureza comum. Dessa maneira, para Arendt a ação não contém nenhuma referência à violência, pois esta é própria do domínio instrumental (JARDIM, 2011, p. 84).

Por conta dessa concepção de violência e poder, aquele instrumentalizado e este no campo da ação, Arendt foi considerada uma pensadora conservadora, pois não pôde conceber como completamente políticos os movimentos de esquerda dos anos 1960, que legitimaram a violência como instrumento de libertação. Para Hannah Arendt, a

importância dada à violência por essas orientações da esquerda só conduziria ao esvaziamento do seu conteúdo político (JARDIM, 2011, p. 84). Da mesma maneira, ela analisou os descaminhos das grandes revoluções modernas, a francesa e a russa:

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes; e, portanto, a fundação de cidades que, como as cidades-estados, converteram-se em paradigmas para toda a organização política ocidental, foi na verdade a condição prévia material mais importante do poder. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja sua força e por mais válidas que sejam suas razões. Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade da convivência, se pudesse ser possuído como a força ou exercido como a coação, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta. Porque o poder, como a ação, é ilimitado; ao contrário da força, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem. Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade. Pelo mesmo motivo, é possível dividir o poder sem reduzi-lo; e a interação de poderes, com seus controles e equilíbrios, pode, inclusive, gerar mais poder, pelo menos enquanto a interação seja dinâmica e não resultado de um impasse. A força, ao contrário, é indivisível; e, embora também seja controlada e equilibrada pela presença dos outros, a interação da pluralidade significa, neste caso, uma definida limitação à força do indivíduo, que é mantida dentro de limites e pode vir a ser superada pelo potencial de poder da maioria. (ARENDT, 2010, p. 251).

A crítica que considerou conservador o pensamento de Arendt, todavia, não parece adequada. Como afirma Jardim (2011, p. 85), Arendt notou que o próprio fato do nascimento dos homens é a condição básica do agir. Esse é, inclusive, o ponto de partida que Arendt toma ao afirmar que a natalidade, e não a mortalidade, é a categoria central do pensamento político. A mortalidade, como explica Lafer (2007, p. 348), sempre esteve na tradição do pensamento metafísico e religioso; a morte e o eterno são experiências que ocorrem no singular. Arendt se afasta dessa tradição ao erigir a natalidade como categoria central de sua compreensão política. A natalidade permite a esperança do novo, do recomeço e da reinauguração. Não pode, por definição, ser conservadora uma reflexão que se baseia no signo do recomeço e da ação, cuja capacidade igualitária do nascimento permite o começar algo novo (LAFER, 2007, p. 349).

A importância do espaço público como local da palavra, da ação, da liberdade e da autorrevelação humana influenciaram também na crítica de que Arendt sofria de uma saudade da pólis grega, de uma nostalgia helênica diante da sociedade industrial, que permitiu o fenômeno totalitário. Tal crítica é inapropriada, pois Arendt, ao reexaminar a tradição do pensamento europeu em sua pesquisa sobre o marxismo, compreendeu que nessa tradição havia uma obtusidade em relação ao domínio público e àquilo que era especificamente político. Além disso, *A Condição Humana* não pode ser classificada como uma nostalgia da pólis grega, pois ela é um desdobramento não linear das *Origens do Totalitarismo*, uma compreensão do que foi destruído no homem para que ele se tornasse supérfluo, mortificado e pudesse ser banalmente alijado do mundo. Isto é, como a esfera pública foi destruída e o homem reduzido ao labor, como o *homo faber* foi derrotado e o *animal laborans* sagrou-se vitorioso. A crítica de "nostalgia helênica" é fruto de uma análise segmentada da obra de Arendt e não se dá conta de toda a reflexão feita por ela ao compreender o que levou e como pôde ser vitoriosa a ruptura inaugurada pelos totalitarismos. Em nenhum momento Arendt prega um retorno ao passado helênico; em nenhum momento ela reduz o espaço público ao espaço físico da "Ágora" grega:

Para os gregos, as leis, como os muros em redor da cidade, não eram produto da ação, mas da fabricação. Antes que os homens comessem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro da qual se pudesse exercer todas as ações subsequentes; o espaço era a esfera pública da polis e a estrutura era a sua lei; legislador e arquiteto pertenciam à mesma categoria. Mas essas entidades tangíveis não eram, em si, o conteúdo da política (a polis não era Atenas, e sim os atenienses), nem inspiravam a mesma lealdade que vemos no patriotismo romano. (ARENDT, 2010, p. 243).

Na polis multiplicavam-se para cada homem as possibilidades de distinguir-se, de revelar em atos e palavras sua identidade singular e distinta. (ARENDT, 2010, p. 246).

A rigor, a polis não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. "Onde quer que vás, serás uma polis": estas famosas palavras não só vieram a ser a senha da colonização grega, mas exprimiam a convicção de que a ação e o discurso criam entre as partes um espaço capaz de situar-se adequadamente em qualquer tempo e lugar. Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a

mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. Nem sempre este espaço existe; e, embora todos os homens sejam capazes de agir e de falar, a maioria deles – o escravo, o estrangeiro e o bárbaro na antiguidade, o trabalhador e o artesão da idade moderna, o assalariado e o homem de negócios da atualidade – não vive nele. Além disso, nenhum homem pode viver permanentemente nesse espaço. Privar-se dele significa privar-se da realidade que, humana e politicamente, é o mesmo que a aparência. Para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato de aparecerem a todos; e tudo o que deixa ter essa aparência surge e se esvai como um sonho – íntima e exclusivamente nosso, mas desprovido de realidade. [Heráclito diz essencialmente o mesmo que Aristóteles no trecho citado, ao declarar que o mundo é um só, comum a todos os que estão despertos; mas quando alguém dorme, retira-se para o seu próprio mundo]. (ARENDT, 2010, p. 248).

A destruição do domínio público, o desenraizamento e o isolamento do homem de uma convivência plural *entre os homens*, demonstraram que na escala das atividades humanas a mais frágil é a ação, no entanto, também é a única capaz de elevar o homem acima da luta diária pela sobrevivência. É a única política em que o homem identifica-se e autorrevela-se. Se ela é a mais frágil, também é ela que retira o homem da vida unicamente privada, da singularidade de sua existência e o coloca além do contato do eu consigo mesmo, construindo uma comunidade política.

1.2 O Direito à Cidadania

Hannah Arendt foi uma refugiada e viveu na própria pele a condição de apátrida. Em um artigo de janeiro de 1943, intitulado "We refugees", escreveu:

Perdemos nossos lares, o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos nossas ocupações, o que significa a confiança de que temos alguma utilidade no mundo. Perdemos nossa língua, o que significa a naturalidade das reações, a simplicidade dos gestos... Aparentemente, ninguém quer saber que a história criou um novo tipo de seres humanos – o que é colocado em campos de concentração por seus inimigos, em campos de internamento por seus amigos. (LAFER, 2009, p. 148).

A reflexão de Hannah Arendt sobre a condição dos apátridas e dos refugiados em *Origens do Totalitarismo* possui, além de documentação e cuidadosa pesquisa, uma análise

fenomenológica e uma autenticidade que confere à sua hermenêutica de significados uma força dramática (LAFER, 2009, p. 148). A vivência dos totalitarismos, testemunhados por Arendt, contrariaram frontalmente os valores consagrados no direito e na justiça da pessoa humana como valor-fonte. Ela discutiu as origens desse mal radical e, posteriormente, retomou o tema na análise do caso Eichmann, desenvolvendo sua reflexão acerca da banalidade do mal.

O mal radical e a banalidade do mal, de acordo com Lafer (2003, p. 137), são complementares no pensamento arendtiano, pois o primeiro é o pressuposto de que os seres humanos são e devem ser tidos como supérfluos e descartáveis, dessa premissa deriva a lógica do extermínio. O segundo diz respeito à incapacidade de pensar e de julgar, que permite levar adiante, sem maiores dilemas, os atos que possibilitam tornar os seres humanos supérfluos, alijáveis do mundo e elimináveis.

A experiência histórica das pessoas que perderam o direito à nacionalidade e à cidadania e, por conseguinte, o direito a sentirem-se em casa no mundo, tornando-se massa de *displaced people*, apátridas e refugiados, cujo destino natural dado pelo mal radical conjugado à banalidade do mal foram os campos de concentração, levou Arendt a concluir que a cidadania é o primeiro dos direitos humanos, é o "direito a ter direitos". Logo, a existência de pessoas nessas condições significou a perda de todos os direitos, a privação absoluta e o esfacelamento dos direitos humanos.

Segundo Arendt, a privação fundamental dos direitos, por meio do isolamento e do desenraizamento, manifestou-se primeiro e acima de tudo na privação de um lugar no mundo, que tornasse a opinião significativa e a ação eficaz. Para ela, algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade onde nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato de sua livre-escolha. O mesmo acontece em uma circunstância em que se recebe um tratamento independente do que faça ou deixe de fazer. Esse extremo é a situação dos que são privados dos direitos humanos. São privados não do direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem. São isolados do viver em comum e desenraizados da comunidade. Privilégios, em alguns casos, injustiças na maioria das vezes, bênçãos ou ruína ser-lhes-ão dados ao acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer.

Dessa maneira, só se percebeu a existência de um direito a ter direitos – e isso para Arendt significa *viver em uma estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões* – e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando milhões de pessoas perderam esses direitos e não puderam recuperá-los. Com uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem equivale a sua expulsão da humanidade (ARENDT, 2011, p. 381-382).

O conceito do "direito a ter direitos", desenvolvido por Arendt, não apresenta nos dois termos, segundo Seyla Benhabib (2006, p. 56), uma equivalência de significados. Para Benhabib o primeiro termo "direito" refere-se a uma exigência à humanidade de que os homens sejam reconhecidos como membros do mundo, da própria humanidade. Nesse sentido, o uso do primeiro termo evoca uma espécie de imperativo moral. Isto é, a exigência de que todos os seres humanos sejam tratados como pessoas pertencentes a um grupo – a humanidade – e que devem ser protegidos em sua dignidade como tal. O termo traduz uma exigência de associação à hospitalidade universal.

O uso do segundo termo "direito", por sua vez, tem como base o primeiro. Ou seja, ele é construído a partir de um imperativo moral de associação à humanidade. Assim, ter direitos significa ter a opção de fazer ou deixar de fazer algo e a obrigação de não impedir que outra pessoa possa fazer ou deixe de fazer a mesma coisa, quando já se é membro de uma comunidade política e juridicamente organizada. Desta forma, nessa segunda acepção, direitos e obrigações estão correlacionados em um sentido jurídico-civil, o qual sugere uma relação triangular entre a pessoa que detém os direitos, os demais, cuja obrigação cria um dever em respeitar esses direitos, e, por fim, a proteção desses direitos por um organismo legal, normalmente traduzido no Estado e em todo seu aparato (BENHABIB, 2006, p. 57).

A titularidade do "direito a ter direitos" é condição básica para que o homem esteja inserido na humanidade. Somente a partir dessa inserção é que se pode agir no espaço público. Fora dela, apenas os acidentes da simpatia e das afinidades, a força da amizade ou a graça do amor, funcionam como os únicos elementos a oferecerem a um refugiado, a um imigrante irregular, ao apátrida a base precária de uma dignidade humana (LAFER, 2003, p. 128).

A cidadania como "direito a ter direitos" é uma construção política. E ela só é viável se houver uma tutela internacional e um sistema de proteção homologado pela humanidade,

normas cogentes, que busquem configurar uma espécie de "mundo comum", onde o ser humano tenha assegurado para si o direito básico à hospitalidade universal. Nas palavras de Arendt, em seu artigo de 1949, "The rights of men. What are they?":

This human right, like all other rights can exist only through mutual agreement and guarantee. Transcending the rights of the citizen – being the right of men to citizenship – this right is the only one that can and can only be guarantee by the comity of nations. (LAFER, 2003, p. 114).

Benhabib (2006, p. 59) afirma que Arendt era cética sobre a utilidade do discurso meramente filosófico, pois o via como uma espécie de fundação metafísica, cujo efeito prático era duvidoso. Por conta disso, enfatizou que o "direito a ter direitos" deveria ser construído na esfera política. Dessa maneira, ele só pode ser realizado em uma comunidade política, que transcenda as contingências do nascimento como diferenciador e divisor das pessoas. Em outras palavras, o "direito a ter direitos" só pode ser realizado em uma comunidade política em que as pessoas sejam julgadas não pelas características definidas no nascimento, "o que elas são", mas sim por suas ações e opiniões, pelo agir e pensar, "por quem são".

Com efeito, na concepção de Arendt, os direitos humanos resultam da ação. Eles não derivam do comando de Deus, tampouco da natureza individual do homem, porque se assim fosse, teriam validade mesmo na hipótese de existência de apenas um homem em todo o mundo. A condição humana é marcada pela existência plural, pois viver é estar entre os homens. Por isso, para ela, no plano da vida activa, a pólis antecede a família e a cada um de nós individualmente. O primeiro direito que a pólis como um artefato humano pode conceber, e do qual derivam todos os demais, é o direito à vida pública, local de exercício do comando da palavra e da ação (LAFER, 2009, p. 153). Segundo Arendt:

Our political life rests on the assumption that we can produce equality through organization, because man can act and change and build a common world, together with his equals and only with his equals...We are not born equal; we become equal as members of a group on the strength of our decision to guarantee ourselves mutually equal rights. (BENHABIB, 2006, p. 60).

Arendt postula, portanto, um ideal cívico de política associativa, um direito à cidadania, em oposição a um ideal étnico. Para ela, a cidadania não deve ter raízes no *jus sanguini*, pois a origem étnica não deve ser determinante para a inserção no espaço público. Da mesma maneira, não importa o modo de aquisição da nacionalidade por meio do *jus soli*. Felício (2008, p. 44) aponta que no discurso proferido em 1958, quando da concessão do prêmio alemão da Paz a Karl Jaspers, Hannah Arendt afirmou que Jaspers sabia que a nacionalidade e a cidadania não precisam coincidir, porque a cidadania não é uma simples formalidade. Nessa perspectiva, pertencer por nascimento a uma etnia ou a uma nação é muito menos importante do que perseguir com outros a realização de uma coletividade. A categoria arendtiana da ação leva à exigência de que o ideal cívico esteja atrelado à afirmação de direitos e de responsabilidade cívica com a coletividade, incorporando o reconhecimento do direito de outros e a legitimidade e regularidade encarnadas no Estado. Portanto, cada pessoa tem um segundo nascimento, que é o da regular inserção isonômica em uma coletividade.

Mesmo não havendo uma necessária coincidência entre cidadania e nacionalidade, o Direito Internacional Público passou a considerar a nacionalidade como um direito fundamental do ser humano (LAFER, 2003, p. 114), sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial. Diante disso, Benhabib (2006, p. 57) aponta que a ordem internacional contemporânea está baseada em dois princípios em constante tensão: o primeiro, de que todo homem deve ter direitos simplesmente por estar inserido na humanidade, o que significa que tais direitos não devem depender da concessão da nacionalidade de nenhum Estado, mas de um imperativo que considere que o direito sobre o solo não é adquirido, e sim decorrente do direito à liberdade, um direito originário. O segundo, de que os Estados devem ter o direito de estabelecer suas próprias regras de associação política e de se defender contra aqueles que possam ameaçar sua soberania. Essa tensão se expressa basicamente na existência simultânea de dois diferentes tipos de direito que sustentam os ordenamentos jurídicos da ordem internacional: os direitos humanos, como valor universal, e os direitos civis, que são privilégios concedidos a cidadãos. Tal tensão é considerada uma das causas dos dilemas que o mundo enfrenta ao lidar com refugiados, apátridas, asilados políticos e imigrantes irregulares, pessoas desprovidas de cidadania ou em grave situação de vulnerabilidade.

Os direitos humanos devem ser conferidos para todos pela condição de inserção na humanidade, pelo direito do estrangeiro de chegar a território alheio e não ser tratado como inimigo, pelo direito que todo homem possui de se propor como membro da sociedade (LEFORT, 1999, p. 237-238), em uma espécie de categoria kantiana de hospitalidade universal. Todavia, devido à existência de indivíduos em um limiar em que a nacionalidade não lhes é própria, pessoas e grupos são privados de direitos básicos. Desse modo, os direitos humanos em sua acepção de hospitalidade universal acabam por ficar condicionados à titularidade de direitos civis, dando gênese ao paradoxo. Se não há a titularidade de direitos que confirmam cidadania, não há direito à proteção concedida pelos direitos humanos. Ou seja, se os direitos humanos pressupõem a cidadania, que não necessariamente se confunde com a nacionalidade, como meio de garantir sua efetividade, isso significa que um valor universal é limitado pela precariedade de uma contingência.

Esse paradoxo, que se traduz no problema de um valor universal depender do acidente de uma contingência, já seria suficiente para vulnerar os paradigmas de uma reflexão metajurídica. No entanto, a reflexão de Arendt vai além, e de acordo com Winckler (2001, p. 115-129), da percepção desse paradoxo provém a conclusão arendtiana de que os direitos humanos pressupõem a cidadania não como um meio, mas como um princípio, pois a privação da cidadania afeta substancialmente a condição humana, já que o ser humano privado de suas qualidades “acidentais” – seu estatuto político – vê-se privado de sua qualidade substancial, que é a de ser tratado pelos demais como um semelhante e de viver em pluralidade.

Nesse sentido, se os direitos humanos são um princípio para informar a cidadania, e não um meio, não pode haver humanidade sem cidadania, caso contrário, o perigo de retorno à ruptura dos totalitarismos torna-se presente. A cidadania deve residir na ação humana embasada por um sentido jurídico civil, na regularidade e inserção na coletividade, informada pelos direitos humanos, independente da nacionalidade, de maneira a conferir-lhe a condição de agir publicamente, de atuar por meio das palavras e da visibilidade dos gestos que revelam o agente. Assim, o direito a ter direitos passa a ser a regularidade jurídico civil de uma pessoa em determinado lugar no mundo, em determinado Estado ou bloco de Estados, onde seja reconhecida como pessoa igual a qualquer outra, com o direito

de ação pública, de agir e ser julgada por seus atos e palavras e não por outro motivo; o direito de agir e ser julgado "por quem se revelam" e não "pelo que são".

Assim, o paradoxo dos direitos humanos e o desconforto de pessoas no mundo devem ser enfrentados pela afirmação do direito à hospitalidade universal, que só pode ser construído por meio de um fortalecimento de um sistema jurídico internacional cogente, informado pelos direitos humanos que garanta a ação pública, a condição política do ser humano na coletividade em que se insere, colocando limites ao direito discricionário dos Estados em estabelecerem as suas próprias regras de acordo com sua soberania. Se outrora os direitos humanos eram limitados pela contingência dos direitos civis determinados por um Estado soberano, agora os direitos civis de um Estado soberano passam a ser moldados pelo princípio dos direitos humanos garantidos por um sistema jurídico internacional cogente.

CAPÍTULO 2. O SER HUMANO COMO CENTRO DE PROTEÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Muito antes do conceito de nacionalidade, sempre existiu nos agrupamentos humanos algum vínculo de associação. Isto é, o sentimento de pertencimento a um grupo em razão de diversos fundamentos: proteção, trocas mútuas, proximidade geográfica, identidade linguística, dentre outros. Esse vínculo de pertencimento sempre patrocinou o fortalecimento dos laços de coesão, servindo de baliza e separação dos membros de uma comunidade em relação a outras estranhas.

2.1 A Nacionalidade e o Direito Internacional

Guido Soares (2004, p. 174) assevera que a nacionalidade é o vínculo mais antigo da história da humanidade, cuja existência une pessoas e estabelece entre elas os fundamentos para o exercício do poder, por parte de uma autoridade local. Tomando como premissa a longevidade desse vínculo e assumindo que as relações internacionais são, na realidade, muito anteriores no tempo à organização westfaliana dos Estados, tem-se a nacionalidade como grande fator de coesão de antigas civilizações. O relacionamento entre células políticas em confronto, como entidades autônomas – que não eram Estados –, tinha na nacionalidade um importante elemento diferenciador.

Guido Soares (2004, p. 172) esclarece que, no auge do expansionismo romano, as definições da cidadania romana, sobre quem podia obtê-la e quem não podia, sofreram extensões crescentes. Roma estendeu continuamente sua cidadania para os povos habitantes do Império. Consagrava-se a aquisição da cidadania pelo critério do *jus sanguini*, pois as relações familiares serviam como base para legitimar direitos e deveres de um indivíduo livre em relação ao seu próprio povo. Na Idade Média, o critério do *jus sanguini* deu lugar ao *jus soli*, ligado ao fenômeno do local de nascimento do indivíduo, sem referência à linhagem de sangue. Essa mudança de critério teve raízes na organização social e econômica do período Feudal, baseada no território.

Com a emergência dos Estados modernos europeus e a gênese da ordem marcada pelos Tratados de Paz de Westfália, de 1648, a nacionalidade adquiriu maior importância –

passou a caracterizar um elemento determinante de submissão do indivíduo a um ordenamento jurídico circunscrito a um território dominado por um soberano. Nesse sentido, serviu como delineador do tripé Povo-Território-Estado, indicando quem pertencia ao povo, quem teria o direito de estar no território e quem deveria obediência e lealdade ao Soberano. Desde a formação dos Estados modernos a nacionalidade tem exercido o papel de afirmação da existência do próprio Estado e dos motivos que justificariam o essencial dos seus comportamentos.

Pasquale Stanislao Mancini (2003, p. 35-86), ainda na segunda metade do século XIX, buscou fundamentar o direito das gentes por meio da nacionalidade. Para ele, o direito não poderia jamais ser um produto da nua vontade humana, mas sim de uma necessidade de natureza moral, da força aplicada a um princípio de ordem moral que procederia de uma região superior daquela em que os homens viveriam e desejariam. Ou seja, consistia um dever reconhecer a coexistência das nacionalidades como lei do Direito, como fato principal da ciência do Direito Internacional. Destarte, a nacionalidade deveria ser tomada como a primeira verdade e a teoria fundamental do Direito Internacional por razões naturalísticas. Cada povo era distinto em sua natureza, conjugando, porém, dentro de si, diversos elementos, por exemplo, a região, a raça, a língua, os costumes, a história, as leis e as religiões. Esses elementos introduziam nos membros do consórcio nacional uma intimidade material e moral que decorreria de uma comunhão de direito, impossível de existir entre indivíduos de nações diferentes. A raça, por sua vez, configurava um dos elementos constitutivos mais importantes da nação. Entre os homens haveria, então, uma evidente pluralidade de raças com caracteres mais ou menos distintos, das quais as mais afastadas seriam a branca e a negra.

Mancini defendia que de todos os vínculos formadores da unidade nacional, nenhum era mais forte do que a língua comum. Para ele, o grande número de línguas existentes no mundo indicava o providencial destino da sociedade humana em se compor de distintas nacionalidades, cada uma com vida e existência própria. Por outro lado, afirmava não haver a menor dúvida de que a unidade da língua manifestava a unidade da natureza moral de uma nação, pois dela nasciam suas ideias dominantes.

Apesar das condições naturais e históricas, do próprio território comum, da simultaneidade de origem e da língua, esse cenário não era suficiente para constituir

inteiramente uma nacionalidade. Mancini entendia que um complemento fundamental, exteriorizado pelo que chamava de consciência da nacionalidade, era determinante. Isso significa o sentimento que a nação adquiriria de si mesma e que a tornaria capaz de se constituir internamente e de se manifestar externamente. Tal consciência era uma espécie de unidade moral do pensamento comum, de uma ideia predominante no seio da própria sociedade. Dessa forma, a nacionalidade consistia em uma sociedade natural de homens em unidade de território, origem comum, costumes e língua comuns, configurados em uma vida comunitária embasada por uma consciência mútua de união nacional. Assim, o direito de nacionalidade seria a própria liberdade do indivíduo, estendida ao desenvolvimento comum do agregado orgânico dos indivíduos formadores das nações. O Estado, portanto, era em seu princípio oriundo da nacionalidade.

Diante das razões da gênese do Estado, a maior parte da literatura recente, na opinião de Hobsbawm (1990, p. 11-56), centrou-se na questão: o que é uma nação? As tentativas de se estabelecer critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade, ou de explicar-se por que certos grupos se tornaram nações e outros não, foram feitas frequentemente com base em critérios como a língua ou a etnia, ou ainda em uma combinação desses com o território, a história, os traços culturais comuns etc. Além dos critérios objetivos, houve tentativas de se construir uma nação por meio de processos de conscientização, isto é, a consciência e a escolha são critérios de existência de nações, tal como Mancini.

Ao contrário de Mancini, para Hobsbawm o "nacionalismo" significou fundamentalmente um princípio sustentador de que a unidade política e nacional deve ser congruente. Ele não considera a "nação" uma entidade originária ou imutável, uma vez que ela pertence a um período particular e historicamente recente. A "nação" é uma entidade social apenas quando relacionada a certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação, sendo que as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. Ou seja, para Hobsbawm, o nacionalismo surge antes das nações. Da mesma maneira, as nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial ou da aspiração em assim se estabelecer, mas também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. As nações e seus fenômenos associados – língua, por exemplo –, devem ser analisadas em termos das condições econômicas,

administrativas, técnicas e políticas. Elas são fenômenos duais, construídos em essência a partir do alto, mas que não podem ser compreendidos sem a análise de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas e que são muito difíceis de serem descobertas.

Hobsbawm afirma que, para compreender a "nação" da era liberal clássica, foi essencial ter em mente que a construção de nações, por mais que seja central à história do século XIX, aplicava-se somente a algumas nações. A demanda pelo princípio da nacionalidade não foi universal e atingiu um limitado número de povos ou regiões. Diferente, portanto, do fenômeno político do nacionalismo, que se tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização europeia. Hobsbawm relembra que Massimo d'Azeglio admitiu em sua famosa frase "nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos" e o Coronel Pilsudski, libertador da Polônia, reconheceu que "é o Estado que faz a nação e não a nação que faz o Estado" (1990, p. 56).

Todavia, a clássica aceção de que os Estados são os atores soberanos e absolutos do Direito Internacional tem na nacionalidade sua grande base de sustentação. Além do mais, é a nacionalidade que embasa a concepção da divisão do mundo entre diversos povos, que se relacionam internacionalmente por meio dos Estados a que estão vinculados. No Direito Internacional Público atual não se encontra uma definição precisa do que seja a nacionalidade (SOARES, 2004, p. 175). Entretanto, duas regras importantes encontram-se estabelecidas: 1. a total liberdade dos Estados em determinar as regras sobre as pessoas que eles consideram seus nacionais, seja no momento do nascimento (nacionalidade originária, definitiva ou dependente de registro ou opção), seja em algum momento posterior (naturalizações, voluntárias ou não, pelo casamento, dentre outras possibilidades); 2. a atribuição da nacionalidade não pode ser resultante do exercício de uma competência discricionária total e injustificada por parte do Estado, pois deve estar baseada em vínculos efetivos entre o indivíduo e o Estado que lhe atribui a nacionalidade.

2.2 O Ser Humano e a Proteção do Direito Internacional

A Convenção sobre Nacionalidade, adotada na Haia em 1930, fixou em seu art. 1º que "cabe a cada Estado determinar, por sua legislação, quais são seus nacionais. Essa legislação será aceita por todos os outros Estados, desde que esteja de acordo com as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios de direito geralmente reconhecidos em matéria de nacionalidade". Na mesma Convenção, o art. 5º dispôs que o Estado pode "em seu território, reconhecer exclusivamente, entre as nacionalidades que tal indivíduo possua, tanto a nacionalidade do país, no qual tenha a residência habitual e principal, quanto a nacionalidade do país ao qual, segundo as circunstâncias, ele, de fato, pareça mais ligado". Essa norma foi reafirmada após a Segunda Guerra Mundial pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no julgamento do caso *Nottebohm*, em 06 de maio de 1955. O caso ilustrou o fato de que, para a nacionalidade produzir efeitos no Direito Internacional, era necessário haver um vínculo efetivo entre aquele ato do Estado de outorga da nacionalidade e a pessoa que desejasse ostentá-la e ser protegida diplomaticamente. Esses vínculos poderiam ser uma residência, domicílio ou ainda negócios habituais nos países.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, a seu turno, define a nacionalidade como o elo político e jurídico que vincula uma pessoa a determinado Estado, que a compromete para com este pelos laços de lealdade e fidelidade e que lhe confere o direito à proteção diplomática daquele Estado.⁵

Todavia, a clássica acepção do Estado nacional como centro e único sujeito do Direito Internacional vem sendo erodida pelas vertentes de proteção internacional da pessoa humana. O Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional dos Refugiados buscam colocar a pessoa humana como centro e sujeito do Direito Internacional. Cançado Trindade (2006, p. 3-28) aponta que no século XXI os direitos humanos devem ser o fundamento do Direito Internacional. Para ele, o direito das gentes do Direito Romano, ao transcender suas origens de direito privado, transformou-se por completo ao associar-se com o direito das gentes emergente, com o qual contribuíram decisivamente os escritos dos chamados "fundadores" desse último, em

⁵ Castillo-Petruzzi e outros contra Peru, Sentença de Maio de 1999, CIDH (Ser.C) Nº 52, 1999.

especial F. Vitória, F. Suárez, A. Gentili, H. Grotius, C. Bynkershoek, S. Pufendorf e C. Wolff, dentre outros (2006, p. 7). O novo *jus gentium*, a partir dos séculos XVI e XVII, passou a ser associado à própria humanidade, empenhado em assegurar sua unidade e a satisfação de suas necessidades e aspirações, em conformidade com uma concepção essencialmente universalista. Porém, as reflexões e a visão dos chamados fundadores do Direito Internacional, que o concebiam como um sistema verdadeiramente universal, vieram a ser suplantadas pela emergência do positivismo jurídico, que personificou o Estado dotando-o de "vontade própria", reduzindo os direitos dos seres humanos que o Estado a estes "concediam". O consentimento ou a vontade dos Estados tornou-se o critério predominante no Direito Internacional. Esse fato, para Trindade, dificultou a compreensão da comunidade internacional e enfraqueceu o próprio Direito Internacional, reduzindo-o a um direito estritamente interestatal, não mais acima, mas entre Estados soberanos.

De acordo com Trindade, a personificação do Estado todo-poderoso, inspirada na Filosofia do Direito de Hegel, teve uma influência nefasta na evolução do Direito Internacional em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Celso Lafer (2009) a Filosofia do Direito buscou um *saber confiável* em matéria de Direito, provocada pela fratura na crença do Direito Natural.

Na história do pensamento ocidental os Lineamentos Fundamentais da Filosofia do Direito, de Hegel, que datam de 1821, marcam não apenas o início da maior difusão da nova denominação, mas também uma importante etapa da dissolução do paradigma do Direito Natural. Com efeito, a superação do antagonismo entre ser e dever-ser, entre aquilo que está absolutamente certo e aquilo que a arbitrariedade faz passar por Direito, é, para Hegel, precisamente o que explica a necessidade do estudo dos fundamentos do Direito. Na sua obra, este dualismo dicotômico entre Direito Natural e Direito Positivo dissolve-se através da identificação entre o real e o racional. É por isso que em Hegel desaparece a razão-de-ser da disputa clássica entre vontade (Hobbes) e razão (Grócio) enquanto fundamentos distintos do Direito, pois no sistema hegeliano, como lembra Bobbio, a lei é racional pelo fato de ser lei, vale dizer, a autoridade (a vontade) faz a lei porque é sabedoria (razão). Esta identificação entre o real e o racional, promovida pelo idealismo hegeliano, que conduz à ontologização do Direito Positivo, encontrou ressonância na realidade e em outras correntes de pensamento na medida em que a lei posta pelo Estado foi se tornando, praticamente, a fonte exclusiva do Direito. Esta tendência em prol da legislação foi uma reação inspirada pela ideia de sistema enquanto ideal do saber científico, proposto pelo jusnaturalismo moderno ao particularismo jurídico, ou seja, a falta de unidade e coerência

no conjunto de normas vigentes em quase todos os países da Europa [...] A codificação surge, neste contexto, como um processo de simplificação e racionalização formal que correspondia a um duplo imperativo socioeconômico: o primeiro era a necessidade de pôr ordem no caos do Direito Privado para garantir a segurança das expectativas, e atender, desta maneira, às necessidades do cálculo econômico-racional de uma economia capitalista em expansão. O segundo era o de fornecer ao Estado, através da lei, um instrumento eficaz de intervenção na vida social. (LAFER, 2009, p. 41-42).

Essa linha resistiu com todas as forças ao ideal de emancipação do ser humano em relação à tutela absoluta do Estado. A ideia da soberania estatal absoluta – com que se identificou o positivismo jurídico, subserviente ao poder – levou à irresponsabilidade e à pretensa onipotência do Estado, cúmplice de sucessivas atrocidades cometidas contra os seres humanos, identificadas na análise de Hannah Arendt. Em razão disso, Cançado Trindade (2006) aponta que o ser humano deve ocupar a posição central que lhe corresponde, como sujeito do direito, tanto interno quanto internacional, em meio a um processo de humanização do Direito Internacional. A titularidade jurídica internacional do ser humano deve ser uma realidade inegável, cabendo consolidar sua plena capacidade jurídica processual no plano internacional.

Assim, no Direito Internacional do século XXI, o ser humano deve emergir como sujeito de direito, como ator jurídico dotado de capacidade processual para vindicá-los. O Parecer nº 18, de 17 de dezembro de 2003, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre a Condição Jurídica e os Direitos dos Imigrantes Indocumentados, ratifica o entendimento quanto à formação de um *jus gentium universal*. O parecer sustenta, de maneira histórica, o dever dos Estados em respeitar e assegurar os direitos humanos dos imigrantes à luz do princípio básico da igualdade e da não discriminação, acrescentando que qualquer tratamento discriminatório atinente a esses direitos deve gerar a responsabilidade internacional dos Estados. Ademais, os Estados não podem subordinar ou condicionar a observância do princípio da igualdade ante a lei e não discriminação aos objetivos de suas políticas migratórias. Esses princípios, antes sem força coativa, agora estão situados no domínio do *jus cogens* e geram obrigações *erga omnes*.

Se as causas dos deslocados, dos marginalizados e excluídos, dos imigrantes indocumentados e das crianças abandonadas nas ruas já alcançaram um Tribunal

internacional, por exemplo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, como tem ocorrido efetivamente de modo sistemático a partir da sentença de 1999 no caso paradigmático dos "Meninos de Rua" (*Villagrán Morales e Outros*) (TRINDADE, 2006, p. 28), tendo força de *jus cogens*, então, a concepção humanista do Direito Internacional deve superar a posição positivista, como forma de assegurar um sistema de proteção cogente que garanta uma hospitalidade universal.

2.3 O Segundo Nascimento: Apátridas, Refugiados, Asilados e Imigrantes Irregulares Indocumentados

One becomes a refugee if one is persecuted, expelled, and driven away from one's homeland; one becomes a minority if the political majority in the polity declares that certain groups do not belong to the supposedly "homogeneous" people; one is a stateless person if the state whose protection one has hitherto enjoyed withdraws such protection, as well as nullifying the papers it has granted; one is a displaced person if, having been once rendered a refugee, a minority, or a stateless person, one cannot find another polity to recognize one as its member, and remains in a state limbo, caught between territories, none of which desire one to be its resident. (BENHABIB, 2007, p. 55).

Apesar da regra dos Estados em não poder atribuir de maneira totalmente discricionária e injustificada a nacionalidade, devendo respeitar um vínculo efetivo entre o indivíduo e o próprio Estado, o direito em determinar os critérios de aquisição de nacionalidade cabe integralmente ao Estado. Nesse sentido, os ordenamentos jurídicos nacionais podem variar nos critérios de aquisição de nacionalidade, alguns adotando o *jus soli* e outros adotando o *jus sanguini*. Essa alternância de critérios pode ocasionar um duplo fenômeno: a binacionalidade – ou plurinacionalidade – e a apatridia. A binacionalidade ou plurinacionalidade resulta de atribuições legítimas e eficazes de duas ou mais nacionalidades a um mesmo indivíduo. Guido Soares (2004, p. 176) afirma que isso pode ocorrer quando na mesma pessoa há vínculos de *jus soli* e *jus sanguini*, ou quando por ato unilateral do Estado haja concessão a pessoas que não possuam sua nacionalidade originária, como ato de natureza política.

A apatridia resulta da ocorrência de fatos que retirem do indivíduo qualquer vínculo jurídico com algum Estado. Esses fatos podem acontecer no momento do nascimento do

indivíduo ou posteriormente. Alguns exemplos: o desaparecimento jurídico e político de um Estado, a cassação da nacionalidade pelo próprio Estado e sua perda como pena conferida pelo ordenamento jurídico estatal. Também pode levar à apatridia a ocorrência concomitante de vínculos de *jus soli* e *jus sanguini* no momento do nascimento, aos quais os ordenamentos jurídicos nacionais interessados não conferem eficácia para a atribuição da nacionalidade. Por exemplo, um filho de um apátrida, ou de um estrangeiro originário de um país que consagra o *jus soli*, nascido em território de um Estado que somente admita o *jus sanguini* como critério para a atribuição da sua nacionalidade (SOARES, 2004, p. 177). Em geral, a apatridia pode ter origem em transferências de território, legislações matrimoniais, práticas administrativas, discriminação, simples falta de registro de nascimento, privação da nacionalidade e renúncia.

Muitos apátridas no mundo são vítimas de deslocamento forçado, em especial quando este é concomitante a uma redefinição de fronteiras territoriais. Pessoas apátridas, privadas de sua nacionalidade, são frequentemente forçadas a fugir de sua residência habitual. A ausência de nacionalidade torna o apátrida um indivíduo estrangeiro em qualquer parte do mundo. Nesse caso, o sujeito se vê excluído de qualquer comunidade política, tornando-se uma espécie de pária da humanidade, sem direito à hospitalidade universal. A regulamentação internacional dos apátridas comunga com os mesmos princípios que regem as situações dos asilados e refugiados, pessoas que também se encontram em situação de vulnerabilidade.

Essa afinidade de situações que inicialmente levou a Assembleia Geral das Nações Unidas a designar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o ACNUR, como o órgão responsável para a prevenção e redução da apatridia. Há duas convenções no plano internacional que tentam diminuir os efeitos deletérios da apatridia: a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 28 de julho 1954 e a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 30 de agosto de 1961. As disposições da Convenção de 1954 são muito similares às da Convenção relativa aos refugiados de 1951.

A Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 adota a seguinte definição jurídica sobre apatridia – apátrida *de jure*: "toda a pessoa que não seja considerada por

qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional".⁶ O apátrida de fato seria, diferente do *de jure*, aquele que não consegue estabelecer efetivamente sua nacionalidade, não sendo um caso de não concessão automática de cidadania por conta da legislação. A Convenção de 1954 presumiu inicialmente que todos os apátridas de fato seriam também refugiados. Afinal, um apátrida de fato fugiria do seu país de nacionalidade por causa da perseguição do Estado, que estaria relacionada com a falta de uma nacionalidade efetiva. Considerando isto, muitas pessoas inicialmente consideradas apátridas de fato receberam proteção internacional ao abrigo das disposições da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

Entretanto, ser um apátrida *de jure* ou de fato não comporta necessariamente uma perseguição – característica marcante do solicitante de refúgio. Dessa maneira, tornou-se claro que existem apátridas de fato que não adquirem a nacionalidade do seu país de residência habitual e que, no entanto, não se qualificam como refugiados ou apátridas de *jure*. Com efeito, a maioria dos apátridas que precisam da assistência do ACNUR, independente de serem apátridas de *jure* ou de fato, não são refugiados, nem requerentes de asilo (ACHIRON, 2005, p. 12).

As disposições da Convenção de 1961 procuram evitar a apatridia no momento do nascimento, mas não proíbem a possibilidade da revogação da cidadania em determinadas circunstâncias, nem a outorga retroativa da cidadania a pessoas apátridas. Nela também foi estabelecida a criação de um organismo internacional, ao qual as pessoas poderiam recorrer. Foi após essa previsão que a Assembleia Geral da ONU solicitou ao ACNUR o cumprimento dessa função.

⁶ O art. 1º da Convenção de 1954 define também quais são os indivíduos que, apesar de serem apátridas, são excluídos de sua aplicação por razões determinadas, ou seja, por não precisarem de proteção, pois já estão protegidos por estruturas legais específicas ou alguma assistência internacional, ou por não merecerem proteção internacional em razão de atos criminosos individuais. Nesse sentido, pessoas *que atualmente se beneficiam de proteção ou assistência por parte de organismos ou agências das Nações Unidas, que não seja o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, enquanto estiverem a receber essa proteção ou assistência*, (o Organismo da ONU de Obras Públicas e Socorro aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio é a única agência atualmente abrangida por essa cláusula); *a quem as autoridades competentes do país onde tenham fixado sua residência reconheçam os direitos e obrigações inerentes à posse da nacionalidade desse país; que cometeram um crime contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a Humanidade, como definido nos instrumentos internacionais; que cometeram um grave crime de direito comum fora do país de sua residência antes da admissão no referido país; ou que praticaram atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.*

Os refugiados, por sua vez, são pessoas que, apesar de possuírem, de maneira geral, a titularidade de alguma nacionalidade, vínculo jurídico-político com algum Estado, encontram-se em uma situação de grande vulnerabilidade, pois a nação de origem já não lhes é um lugar seguro. Em outras palavras, a comunidade política a que pertencem já não os confere qualquer proteção, porque dela estão desenraizados e isolados. Considera-se refugiado todo indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país, ou aquele que, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função de perseguição odiosa. Também aquele que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

O grande impulso à proteção dos refugiados deu-se com a Declaração Universal de Direitos Humanos, que estabeleceu, em seu art. 14, que "toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e gozar de asilo em outros países". Em 1951, foi aprovada a Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados. Os tratados anteriores eram apenas aplicáveis a grupos específicos, como refugiados russos, alemães e armênios. A Convenção de 1951 foi, portanto, a primeira de caráter genérico e abrangente.

Em 1950, criou-se o já mencionado ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), que hoje é um órgão subsidiário permanente da Assembleia Geral das Nações Unidas e possui sede em Genebra. Cabe a ele dirigir e organizar a ação internacional em proteção dos refugiados, estimulando e promovendo soluções para a proteção em nível mundial. O ACNUR zela para que o indivíduo tenha a possibilidade de solicitar refúgio se precisar, garantindo o direito da pessoa em procurar proteção noutro Estado. Ele procura preservar sempre a possibilidade de retorno voluntário, caso o regresso possa ser feito de maneira segura e satisfatória. Vale a pena ressaltar que o ACNUR assiste outros grupos de pessoas, como os apátridas e, em determinadas circunstâncias, os deslocados internos.

Em 1969, foi aprovada a Convenção da Organização da Unidade Africana sobre refugiados (hoje União Africana). Ao entrar em vigor, em 1974, ela estabeleceu pela primeira vez, a chamada "definição ampla de refugiado", que considera refugiado o sujeito

que deixa seu lugar de residência habitual em virtude de um cenário de graves violações de direitos humanos. Em 1984, essa definição ampliada foi acolhida pela Declaração de Cartagena, na Colômbia, a qual em seu terceiro item estabeleceu que a definição de refugiado deveria conter, além dos elementos da Convenção de 1951 e do protocolo de 1966, a previsão de refugiado para as pessoas que fogem de seus países, porque sua vida, segurança ou liberdade são ameaçadas pela violência generalizada, pela agressão estrangeira, pelos conflitos internos, pela violação maciça de direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública (RAMOS, 2010).

Outro indivíduo em situação de vulnerabilidade é o asilado político, que possui uma situação muito semelhante à do refugiado, porém não idêntica. Carvalho Ramos (2011) explicita as semelhanças e diferenças entre um e outro, analisando o instituto do refúgio e do asilo na ordem internacional e a proteção respectiva a cada um deles. De acordo com ele, dentre outras semelhanças, ambos tratam do acolhimento do estrangeiro em situação de vulnerabilidade e estão amparados em normas internacionais e nacionais. Além disso, tanto o refúgio quanto o asilo, se corretamente concedidos, impedem a extradição do indivíduo solicitante pelos mesmos fatos que geraram a concessão. Ademais, para os dois institutos há a vigilância internacional dos direitos humanos, em especial perante os tribunais especializados em direitos humanos, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Eles diferem, entretanto, porque o refúgio é regido por tratados universais e o asilo apenas pelo costume internacional e por tratados regionais na América Latina, firmados desde 1889.⁷ Além disso, o asilo busca acolher o perseguido político e o refúgio destina-se a vários tipos de perseguição que expõem a situações diversas de vulnerabilidade. Fundamental diferença reside no fato de que o refúgio pode ser concedido no caso de fundado temor de perseguição e o asilo exige uma situação atual de perseguição política. Nesse sentido, o instituto do refúgio é muito mais amplo do que o asilo, pois pode ser concedido sem qualquer situação de perseguição, bastando que exista um quadro de

⁷ Tratado sobre Direito Internacional Penal, Montevideu, 1889; Convenção sobre Asilo, Havana, 1928; Convenção sobre Asilo Político, Montevideu, 1933; Tratado sobre Asilo e Refúgio Político, Montevideu, 1939; Convenção sobre Asilo Diplomático e a Convenção sobre Asilo Territorial, ambas de Caracas, 1954.

violação grave e sistemática de direitos humanos na região para a qual o indivíduo não possa retornar.⁸

Essas diferenças são importantes para se entender qual é a situação de vulnerabilidade que afeta o indivíduo que busca por refúgio ou asilo. Apesar das diferenças, ambos os institutos visam proteger indivíduos que já não se fixam mais na comunidade política da qual são nacionais, não podendo reivindicar a legítima proteção diplomática do Estado de nacionalidade. São pessoas que serão inseridas em outra comunidade política-jurídica, em outro Estado, para que não sejam párias da humanidade.

É importante observar que apátridas, refugiados e asilados não podem ser arbitrariamente expulsos dos Estados em que se encontram. Isso em razão do princípio do *non-refoulement*, que prevê a proibição de devolver uma pessoa a um território onde esta correria o risco de perseguição. O *non-refoulement* é expressamente estabelecido e interpretado nas disposições de diferentes instrumentos internacionais, inclusive no art. 33º da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, no art. 3º da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, no art. 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos e vários instrumentos regionais de direitos humanos. O *non-refoulement* é aceito como um princípio do direito internacional, aplicável em todas as situações em que estrangeiros possam ser arbitrariamente devolvidos ao lugar do qual saíram ou fugiram (ACHIRON, 2005, p. 27).

Os estrangeiros irregulares e indocumentados, por sua vez, são pessoas que, apesar de titulares de um vínculo com um Estado, que lhes confere uma nacionalidade, também se veem em uma situação de vulnerabilidade, pois não participam regularmente da sociedade onde se encontram. Em alguns casos, a irregularidade e a indocumentação configuram ilícitos cometidos contra a sociedade receptora, cuja pena pode culminar na deportação ou expulsão, mas em todos os casos a irregularidade acarreta o alijamento de direitos e a invisibilidade na sociedade receptora, reduzindo o imigrante a sua vida privada e ao trabalho, muitas vezes sob o regime de exploração. Se apátridas são párias da humanidade, porque não possuem vínculo algum e são estrangeiros no mundo todo; se os refugiados e

⁸ André de Carvalho Ramos (2008, p. 721-745) identifica ainda outras diferenças entre o instituto do asilo e o do refúgio, são elas: o asilo não conta com uma organização internacional como o ACNUR; no Brasil o refúgio é regulado pela lei nº 9.474/1997 e tem um todo procedimental próprio, enquanto o asilo é regido pelo Estatuto do Estrangeiro, no qual há maior liberdade administrativa para sua concessão; a decisão do refúgio é de natureza declaratória e a do asilo é constitutiva.

asilados são obrigados a abandonar o território do qual são nacionais para buscar proteção em outro, tornando-se estrangeiros em qualquer lugar, da mesma forma os imigrantes irregulares e indocumentados são párias da sociedade receptora, pois dela não participam plenamente e nem em condições iguais às outras pessoas.

O direito de ingresso no território nacional de um estrangeiro não é reconhecido genericamente no Direito Internacional. André Carvalho Ramos (2008, p. 742) adverte que o Estado pode amesquinhar os direitos fundamentais do estrangeiro em situação irregular, impondo, por exemplo, tratamento discriminatório e vulnerando direitos laborais essenciais. Diante disso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou na Opinião Consultiva nº 18, à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos, que os trabalhadores irregulares não podem ser privados de direitos fundamentais, sendo vedado qualquer tratamento discriminatório e a negação de acesso aos direitos laborais, condenando, por conseguinte, situações de exploração. O voto do juiz Cançado Trindade ilustra bem o caráter protetivo e cogente do Direito Internacional dos Direitos Humanos em relação aos imigrantes irregulares e indocumentados:

Los migrantes, - particularmente los indocumentados, - como lo señala la Corte Interamericana en la presente Opinión Consultiva n. 18 (párrs. 112-113 y 131-132), - se encuentran frecuentemente en una situación de gran vulnerabilidad, ante el riesgo del empleo precario (en la llamada "economía informal"), de la explotación laboral, del propio desempleo y la perpetuación en la pobreza (también en el país receptor). La "falta administrativa" de la indocumentación ha sido "criminalizada" en sociedades intolerantes y represivas, agravando aún más los problemas sociales de que padecen. El drama de los refugiados y los migrantes indocumentados sólo podrá ser eficazmente tratado en medio a un espíritu de verdadera solidaridad humana hacia los victimados. En definitiva, sólo la firme determinación de reconstrucción de la comunidad internacional sobre la base de la solidaridad humana podrá llevar a la superación de todos estos traumas. En tiempos de la así-llamada "globalización" (el neologismo disimulado y falso que está de moda en nuestros días), las fronteras se han abierto a los capitales, bienes y servicios, pero se han tristemente cerrado a los seres humanos. El neologismo que sugiere la existencia de un proceso que abarcaría a todos y del cual todos participarían, en realidad oculta la fragmentación del mundo contemporáneo, y la exclusión y marginación sociales de segmentos cada vez mayores de la población. El progreso material de algunos se ha hecho acompañar por las formas contemporáneas (y clandestinas) de explotación laboral de muchos (la explotación de los migrantes indocumentados, la prostitución forzada, el tráfico de niños, el trabajo forzado y esclavo), en

medio al aumento comprobado de la pobreza y la exclusión y marginación sociales. [...] El Estado está obligado por la normativa de la protección internacional de los derechos humanos, que protege a toda persona humana erga omnes, independientemente de su estatuto de ciudadanía, o de migración, o cualquier otra condición o circunstancia. Los derechos fundamentales de los trabajadores inmigrantes, inclusive los indocumentados, son oponibles al poder público e igualmente a los particulares (v.g. los empleadores) en las relaciones inter-individuales. **El Estado no puede prevalecerse del hecho de no ser Parte en un determinado tratado de derechos humanos para evadirse de la obligación de respetar el principio fundamental de la igualdad y no-discriminación, por ser este un principio de derecho internacional general, y del jus cogens, que trasciende así el dominio del derecho de los tratados.**⁹ (grifo nosso).

Dessa maneira, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determina que os Estados, embora não possuam a obrigação de autorizar a entrada do estrangeiro, são obrigados a zelar pelo respeito e pela garantia de todos os direitos fundamentais oriundos da proteção da dignidade humana, sob pena de responsabilização.

O sistema de proteção é extenso e não pode ser ignorado por nenhum Estado. Nenhum pode favorecer sua segurança ou proteger seus interesses internos em detrimento dos direitos fundamentais da pessoa humana. Dentro desse sistema, devem ser citadas a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada de 1957, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial de 1965, o Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, a Convenção sobre a redução dos casos de nacionalidade múltipla e sobre as obrigações militares em caso de nacionalidade múltipla de 1963, a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade de 1997, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança de 1999, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias de 1990, a Convenção nº 97 da Organização Internacional do Trabalho, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações

⁹ Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/opiniones.cfm?idOpinion=24>>. Último acesso em 23 de junho de 2012.

Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, os Protocolos de Palermo sobre Tráfico de Pessoas e de Migrantes, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998, dentre outros.

O Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos prevê em seu art. 24, que toda criança terá direito, sem discriminação alguma por motivo de cor, sexo, religião, origem nacional ou social, situação econômica ou nascimento, às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte de sua família, da sociedade e do Estado. Dessa maneira, toda criança deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento, devendo receber um nome. Assim, toda criança terá o direito de adquirir uma nacionalidade.

Na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher está previsto no art. 9º, que os Estados partes devem conceder às mulheres direitos iguais aos dos homens no que diz respeito à aquisição, mudança e conservação da nacionalidade. Nesse sentido, devem garantir, em particular, que nem o casamento com um estrangeiro, nem a mudança de nacionalidade do marido na constância do casamento produzam automaticamente a alteração de nacionalidade da mulher, tornando-a apátrida ou obrigando-a a adquirir a nacionalidade de seu marido. É previsto também que os Estados partes concedam às mulheres direitos iguais aos dos homens em relação à nacionalidade dos seus filhos. Portanto, a Convenção busca proteger centralmente a figura da mulher como sujeito historicamente mais vulnerável que o homem.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, no mesmo sentido que a disposição mencionada no Pacto de 1966, busca proteger a criança e lhe garantir o direito de cidadania. O art. 7º desse diploma estabelece que a criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nascer, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais, devendo, se possível, ser cuidada por eles. Aos Estados partes caberá zelar pela aplicação desses direitos de acordo com sua legislação nacional e com as obrigações que tenham assumido em virtude dos instrumentos internacionais pertinentes a redução de casos de apatridia.

No âmbito regional americano, a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1966 dispõe em seu art. 20, que toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo

território tiver nascido, se não tiver direito a outra. Ninguém deve ser arbitrariamente privado de sua nacionalidade nem do direito de mudá-la.

No âmbito europeu, tanto a Convenção sobre a redução dos casos de nacionalidade múltipla e sobre as obrigações militares em caso de nacionalidade múltipla de 1963, quanto a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade de 1997, são importantes em relação à plurinacionalidade e a apatridia. A primeira foi elaborada tendo como preocupação apenas a redução de casos de múltipla nacionalidade. Por conta disso, foram adicionados dois Protocolos em 1977 e 1993 com o intuito de adequar o documento às preocupações sobre a aquisição de nacionalidade e à redução de apatridia. A Convenção de 1997, por sua vez, já nasceu para conciliar os desenvolvimentos nacionais e internacionais referentes à cidadania, desde a Convenção de Haia de 1930. Ela não alterou a Convenção de 1963 e nem demonstrou incompatibilidade com ela, mas tratou da plurinacionalidade, permitindo a aquisição de nacionalidades múltiplas às pessoas casadas de diferentes nacionalidades e a seus respectivos filhos. Também previu questões de aquisição, retenção, perda e recuperação da nacionalidade, direitos procedimentais da nacionalidade no contexto da sucessão de Estados, obrigações militares e cooperação entre os Estados, contendo várias disposições destinadas à prevenção da apatridia. Além dessas duas Convenções no âmbito europeu, há a Convenção sobre a prevenção da apatridia relacionada à sucessão de Estados, adotada em 15 de março de 2006. Ela contém normas específicas sobre o problema da apatridia quando surgem alterações oriundas da transferência de territórios, unificações, dissoluções e separações de parte ou de partes de Estados.

Por fim, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, aprovada em 1999 pela União Africana (antiga Organização da Unidade Africana) e inspirada na Convenção sobre os Direitos da Criança, também traz importante previsão em relação à nacionalidade. Seu art. 6º estabelece que toda criança tem direito a um nome e deve ser registrada logo após seu nascimento. Toda criança tem também o direito de adquirir uma nacionalidade. De grande importância é a previsão de dever dos Estados partes em zelar para que suas legislações reconheçam o princípio segundo o qual toda criança tem direito a adquirir a nacionalidade do Estado onde tenha nascido, se no momento do nascimento ela não puder pretender a nacionalidade de outro Estado, em conformidade com as leis deste, evitando, assim, a situação de apatridia.

Dessa maneira, todo o sistema de proteção aos direitos humanos foi sendo construído com o fim de garantir ao homem a inserção digna na humanidade, ou seja, com a garantia básica de que tenha um segundo nascimento jurídico civil, que lhe garanta o acesso ao mundo público, onde a pluralidade humana lhe permita o estar entre os homens, onde se revele por suas próprias palavras e atos, onde possa politicamente existir na sociedade em que se encontra, gozando de direitos e deveres.

Assim, com toda a normativa internacional, cujo caráter é de norma cogente, não há mais espaço para que situações como a apatridia e a irregularidade de imigrantes não sejam compreendidas e evitadas pelos Estados. Afinal, a cidadania não é condicionada à nacionalidade. Não é necessário que um homem tenha a nacionalidade atribuída pelo Estado para que possa buscar viver entre homens, para que possa desejar autorrevelar-se no mundo. No entanto, faz-se necessário que ele seja cidadão, que ele possua direitos e deveres reconhecidos civilmente, para que possa viver na sociedade, tendo nela nascido ou não. Só com a cidadania é que o homem tem seu segundo nascimento: o direito cívico de ter direitos e habitar o espaço público. A irregularidade não retira totalmente o homem da coletividade, mas amesquinha seus direitos e o coloca em situação de desigualdade e vulnerabilidade.

A normativa internacional impede que os Estados imputem a irregularidade como culpa e ilícito cometido pela pessoa, pois ordenamentos jurídicos que assim o fazem não passam de normativas autoritárias, restritivas e discriminatórias. A irregularidade deve ser sanada e não explorada com o escopo de se amesquinhar os direitos dos estrangeiros. Não existem e não devem existir nunca mais seres humanos supérfluos e descartáveis, tampouco ilegais. O direito a ter direitos, longe de ser uma abstração metafísica, é a cidadania, seja ela identificada na concessão de uma nacionalidade, no caso dos apátridas, seja ela identificada na regularização que possibilite o exercício de direitos e deveres, no caso dos imigrantes irregulares. É na cidadania que reside a hospitalidade e não na nacionalidade. Portanto, os diplomas legais migratórios dos Estados devem estar em consonância com essa normativa internacional. Tem-se na legislação argentina um exemplo para tal, que será analisado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3. A LEY DE MIGRACIONES

Conforme visto nos capítulos anteriores, a normativa internacional impede que os Estados imputem a irregularidade como culpa e ilícito cometido pela pessoa. Ela deve ser sanada e não explorada com o objetivo de se amesquinhar os direitos dos estrangeiros. No entanto, em alguns países as leis migratórias se demonstram puramente restritivas, ferindo os direitos da pessoa humana. Diante disso, neste capítulo será analisado o diploma legal da República Argentina com o fim de identificar avanços e retrocessos na proteção aos direitos dos estrangeiros nesse país.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a Argentina recebeu significativo número de pessoas oriundas da Europa. A partir da década de 1960 esse fluxo diminuiu. Nesse período passaram a ingressar no território argentino pessoas originárias dos países latino-americanos vizinhos, especificamente da Bolívia, do Chile e do Paraguai. Essas pessoas passaram a constituir, aos poucos, o grupo mais importante de estrangeiros da Argentina.

Nos anos mais recentes do século XXI, a Argentina tem recebido pessoas vindas de outros países latino-americanos, mas também de países do leste europeu, da Ásia e da África (CELS, 2012).

Levando em consideração esse diversificado fluxo de pessoas, inúmeras alterações foram feitas ao longo da história na legislação migratória desse país. Até o ano de 1966, é possível afirmar que o tratamento dado aos imigrantes pelo Estado argentino era flexível, havendo certa tolerância em relação às pessoas estrangeiras que se encontravam em situação irregular (CELS, 2012). Todavia, após essa data, o Estado passou a legislar em detrimento dos direitos dessas pessoas.¹⁰

¹⁰ A primeira lei relativa à política migratória é a chamada “Ley Avellaneda”, cujo número é 817 do ano de 1876. Em 1902 foi sancionada a lei nº 4.114 e a lei nº 7.209, a primeira fazendo referência à residência de estrangeiros na Argentina e a segunda tratando sobre “defesa social”. Ambas são consideradas as primeiras normatizações que, em conjunto, regularam o poder discricionário do Executivo em matéria migratória. Para uma maior análise dos antecedentes normativos em matéria migratória ver ROMAGNOLI, G., *Aspectos Jurídicos e Institucionales de las Migraciones en la República Argentina*, Ed. Organización Mundial para las Migraciones (OIM), Ginebra, 1991; e DEVOTO, Fernando, *Historia de la Inmigración en la Argentina*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 2003.

3.1 Da Ley Videla à Ley de Migraciones

No ano de 1981, em pleno período de ditadura militar no governo da Argentina, foi publicada a Lei nº 22.439, mais conhecida como *Ley Videla*, nome dado em alusão ao chefe da junta militar que então governava o país. Antes dessa lei, normas esparsas estabeleciam as diretrizes a serem aplicadas pela *Dirección Nacional de Migraciones*¹¹ em matéria migratória. A *Ley Videla* unificou o tratamento legal, concentrando as resoluções anteriores em um só diploma jurídico.

Elaborada em um contexto de segurança nacional e em um modelo de gestão policial, essa lei foi uma inesgotável fonte de privações de direitos humanos. Ela estabelecia não somente entraves para a regularização de imigrantes, como também feria direitos e garantias constitucionais. A *Ley Videla* previa, por exemplo, a possibilidade de detenção e expulsão de pessoas estrangeiras sem nenhum tipo de controle judicial, executando-se apenas por meio de decisão administrativa discricionária; obrigava todo funcionário público – e todas as pessoas em geral – a delatar e informar ao Estado a presença de algum indivíduo em situação de irregularidade na Argentina, além de restringir o acesso a direitos de saúde e educação por estrangeiros.¹²

Mesmo com o fim da ditadura militar e o retorno à democracia, a *Ley Videla* continuou a regular a política migratória argentina por um longo período. De acordo com o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS, 2012), ela possibilitou a expulsão de cerca de 800.000 mil pessoas que estavam em situação irregular.

Durante a década de 1990 a política migratória argentina foi particularmente mais rígida e discricionária (CELS, 2012). A *Ley Videla* não foi modificada nesse período e apesar dos convênios firmados com a Bolívia e o Peru, no escopo de buscar alternativas para a regularização de seus nacionais, residentes e irregulares, pessoas continuaram a ser

¹¹ De acordo com o art. 1º da nova Ley de Migraciones: *La Dirección Nacional de Migraciones, será el órgano de aplicación de la presente ley, con competencia para entender en la admisión, otorgamiento de residencias y su extensión, en el Territorio Nacional y en el exterior, pudiendo a esos efectos establecer nuevas delegaciones, con el objeto de conceder permisos de ingresos; prórrogas de permanencia y cambios de calificación para extranjeros. Asimismo controlará el ingreso y egreso de personas al país y ejercerá el control de permanencia y el poder de policía de extranjeros en todo el Territorio de la República.*

¹² Ceriani, P. e Asa, P., “Ley inconstitucional y práctica arbitraria”, em CELS, *Hechos enero-diciembre 2001, Derechos Humanos en Argentina, Informe 2002*, Ed. Siglo XXI-CELS, Buenos Aires, 2002, p. 421 e ss.

expulsas de maneira discricionária e sem qualquer tipo de controle judicial que garantisse direitos humanos básicos.

Os convênios firmados com a Bolívia e o Peru datam do ano de 1998. Ambos foram internalizados no ordenamento jurídico argentino por meio das Leis nº 25.098 e nº 25.099, respectivamente. Em novembro de 2000 firmou-se o *Protocolo Adicional al Convenio de Migración* entre a Argentina e a Bolívia. O objetivo de toda essa normativa voltava-se para a regularização de imigrantes. Todavia, as previsões dispostas não surtiram efeito no tratamento dado às pessoas em situação de irregularidade pela *Dirección Nacional de Migraciones* (CELS, 2012).

Além disso, os decretos que seguiram regulamentando a *Ley Videla* tenderam a estabelecer mais restrições aos imigrantes na Argentina do que a estender qualquer tipo de benefício.¹³ Nesse período a atuação do Poder Judiciário argentino tendeu a convalidar as decisões tomadas no âmbito administrativo por parte da *Dirección Nacional de Migraciones*, sem rever qualquer arbitrariedade. O próprio acesso ao Poder Judiciário sequer era um direito assegurado aos imigrantes, pois a assistência jurídica gratuita era condicionada à posse de residência legal na Argentina e havia taxas para a interposição de recursos às decisões da *Dirección Nacional de Migraciones* que eram praticamente impeditivas em razão de seu desproporcional valor.¹⁴

No final de 2003, após vinte anos do retorno ao Estado de Direito, o Congresso Nacional argentino derogou a *Ley Videla* para aprovar uma nova normativa em matéria migratória. No dia 17 de dezembro de 2003 foi sancionada a Lei nº 25.871, publicada em 21 de janeiro de 2004, a chamada *Ley de Migraciones*.¹⁵

3.2 A Ley de Migraciones e o Novo Corpo Normativo em Matéria Migratória

A elaboração de uma nova normativa em matéria migratória foi fruto da atuação de diversos atores, que exerceram pressões políticas em defesa dos direitos dos imigrantes.

¹³ Para maiores informações sobre esses decretos ver Tiscornia, S, y otros, “Políticas de regularización migratoria y prácticas de las agencias estatales”, em *Cuadernos de Trabajo del Instituto de Estudios e Investigaciones*, Ed. Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires y Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, 2003.

¹⁴ Ver Decreto nº 322/95, módulo 5, § 3º.

¹⁵ A lei pode ser encontrada integralmente no site <www.infoleg.mecon.gov.ar>.

Dentre esses, podem ser citadas as associações organizadas de imigrantes, os grupos associados em defesa dos direitos humanos, as igrejas e os membros da sociedade civil argentina.¹⁶

A *Ley de Migraciones* alterou a lógica de gestão policial e defesa da segurança nacional imposta pela *Ley Videla* para construir um modelo de gestão estruturado no reconhecimento da migração como um direito humano, obrigando o Estado a estabelecer mecanismos de regularização migratória, a garantir o acesso ao Poder Judiciário e a eliminar as distinções existentes no acesso a direitos entre nacionais e estrangeiros.

Apesar de publicada em 2004, apenas em 2010 a *Ley de Migraciones* foi regulamentada, o que lhe conferiu operacionalidade. O Decreto n° 616 foi firmado em maio de 2010, fruto de uma comissão assessora instituída em junho de 2008 e composta por membros do Poder Executivo, representantes de organizações de direitos humanos, membros da Organização das Nações Unidas, mais especificamente do Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e entidades religiosas, como o Centro de Estudos Migratórios Latino-Americanos.¹⁷

Por meio do regramento estabelecido pelo Decreto, reduziu-se a margem de discricionariedade administrativa no rechaço de pessoas que ingressam na Argentina, incorporaram-se critérios migratórios mais precisos que não estavam previstos na *Ley de Migraciones*, adotou-se a Convenção de Trabalhadores Migratórios e suas famílias,¹⁸ reiterou-se a excepcionalidade da detenção judicial de imigrantes em procedimentos migratórios, definiu-se que a radicação de uma criança ou adolescente pode ser realizada por um dos progenitores sem a autorização expressa do outro etc. A *Ley de Migraciones* somada ao Decreto e à Convenção adotada completaram o quadro normativo estabelecido para assegurar maior proteção aos direitos dos imigrantes e ditar a nova política migratória argentina.

¹⁶ O novo cenário normativo em matéria migratória complementou-se no ano de 2006 com a publicação da *Ley de Reconocimiento y Protección de Refugiados*, n° 26.156. Ela também foi promovida por diversos atores sociais, mas contou com a ajuda do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Essa nova lei substituiu o Decreto n° 464 de 1985, responsável pelo mecanismo básico de eleição de quem receberia ou não a condição de refugiado no território argentino.

¹⁷ Para maiores informações ver “A dos años de la nueva ley de migraciones: avances, cuestiones pendientes y casos preocupantes”, em *Derechos humanos en Argentina*, Informe 2005, Buenos Aires, Siglo XXI, 2005, pp. 339-342.

¹⁸ Em 2007 o Estado argentino ratificou a “Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y sus familiares”.

Dentro desse quadro é importante ressaltar que em dezembro de 2002, os países membros e associados ao Mercosul aprovaram o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, que reconhece o direito aos nacionais desse bloco a residirem no território dos demais países que o integram.¹⁹ Esse acordo entrou em vigência apenas em 2 de outubro de 2009 (*Declaración de Montevideo relativa al Acuerdo sobre Residencia para Nacionales de los Estados Partes del Mercosur, Bolívia y Chile*), com a ratificação do Paraguai.

Nesse âmbito destaca-se o plano de ação progressivo adotado para a conformação do Estatuto da Cidadania do Mercosul, que contempla entre seus objetivos a política de livre circulação de pessoas na região, a igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas, a igualdade de condições de acesso ao trabalho, à saúde e à educação, ao reconhecimento progressivo dos direitos políticos dos cidadãos que integram os países do bloco, incluindo, principalmente, a possibilidade de eleger parlamentares para o Mercosul. Esse plano tem pretensões de aplicação completa e efetiva por volta de 2022, pois cada país que o adota deve adequar seu ordenamento jurídico interno em matéria migratória.²⁰ Nesse ponto, a Argentina tem mostrado grande avanço.

De acordo com o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (2012) houve um avanço significativo em relação ao número de regularizações de imigrantes desde o sancionamento da *Ley de Migraciones* e seu Decreto regulamentário. Do ano de 2004 até dezembro de 2011, registraram-se o início de 1.383.855 trâmites de radicação no território argentino, sendo que deste número a autoridade migratória argentina finalizou 1.198.280 expedientes.²¹

Dentro desse contexto de estruturação de uma nova política migratória fundada nos direitos humanos, o Estado argentino ofereceu programas de regularização de pessoas como

¹⁹ Pablo Asa e Pablo Ceriani Cernadas, “Política migratoria en el Cono Sur: Los acuerdos del Mercosur y la nueva ley de migraciones en Argentina”, *BeyondLaw*, vol. 11, nº 28, 2005, pp. 39-65.

²⁰ No âmbito do Mercosul é interessante anotar que em 2011 os países que compõem o bloco solicitaram uma opinião consultiva à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Essa foi a primeira vez que os Estados solicitam perante a Corte uma opinião consultiva. O pedido foi elaborado pelo Instituto de Políticas Públicas y Derechos Humanos del Mercosur em relação a direitos e garantias das crianças migrantes.

²¹ Disponível em Dirección Nacional de Migraciones, “Síntesis de estadísticas de radicaciones. Informe período enero-diciembre de 2011”, disponível em: <www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/estadisticas/Estadisticas_RadicacionesS%C3%ADntesis_a_Diciembre_2011.pdf>.

forma de implementar o novo regramento. Dentre os quais, destaca-se o denominado Pátria Grande.

O art. 17 da *Ley de Migraciones* estabelece que “El Estado proveerá lo conducente a la adopción e implementación de medidas tendientes a regularizar la situación migratoria de los extranjeros”. Já o Decreto n° 616/2010 dispõe que:

Con el fin de regularizar la situación migratoria de los extranjeros, la Dirección Nacional de Migraciones podrá: a) Dictar disposiciones que simplifiquen y agilicen los trámites administrativos respectivos. b) Celebrar convenios y recurrir a la colaboración de organismos públicos o privados. c) Desarrollar e implementar programas en aquellas zonas del país que requieran un tratamiento especial. d) Celebrar convenios con autoridades extranjeras residentes en la República Argentina a fin de agilizar y favorecer la obtención de la documentación de esos países. e) Fijar criterios para la eximición del pago de la tasa migratoria, en casos de pobreza o cuando razones humanitarias así lo justifiquen.

O programa Pátria Grande teve como objetivo a regularização de pessoas oriundas da região do Mercosul e países associados. Isso porque, além dos critérios tradicionais para a radicação no território argentino, por exemplo, vínculo trabalhista e familiar, razões de estudo, o art. 23 da *Ley de Migraciones* previu um novo: ser nacional de algum país do Mercosul ou de algum país a ele associado. O art. 23 estabelece que:

Se considerarán “residentes temporarios” todos aquellos extranjeros que, bajo las condiciones que establezca la reglamentación, ingresen al país en las siguientes subcategorías: [...] i) Nacionalidad: ciudadanos nativos de Estados partes del Mercosur, Chile y Bolivia, con autorización para permanecer en el país por dos (2) años, prorrogables con entradas y salidas múltiples.²²

Assim, por meio do Programa Pátria Grande o Estado argentino buscou regularizar as pessoas que ingressaram em seu território no período de 17 de abril de 2006 até 31 de

²² Por meio da disposição DNM 2079/2004 da Dirección Nacional de Migraciones, de 28 de janeiro de 2004, o critério estabelecido no art. 23 da nova lei alcançou primeiro os nacionais da Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Por meio dele foi determinada a suspensão da expulsão de todo imigrante irregular oriundo desses países. Posteriormente, ampliou-se o critério a todas as pessoas oriundas do Mercosul e países associados. DNM 29.929/2004, de 17 de setembro de 2004. Essa segunda disposição não faz menção expressa a qualquer país, mas sim uma referência genérica aos Estados do bloco e seus associados. Dessa maneira, pode-se compreender que o critério aplica-se a todas as pessoas originárias dos países integrantes do Mercosul, associados, e aos que no futuro venham se associar.

maio de 2008, de acordo com os termos do Decreto n° 578/2005. A meta do Estado argentino era de regularizar cerca de 750.000 imigrantes.²³

Em 2010, a *Dirección Nacional de Migraciones* informou que 423.697 pessoas inscreveram-se no programa, sendo que apenas 98.539 obtiveram radicação permanente e regularizada. Outras 126.385 receberam radicação temporária e 187.759 não conseguiram complementar a documentação requerida para obter regularização e radicação.²⁴

De acordo com o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (2012), algumas razões para o baixo número de pessoas que conseguiram regularizar sua situação e estabelecer radicação permanente na Argentina foram a pouca informação sobre como realizar os trâmites de renovação dos certificados de residência precários e temporários, a exigência de requisitos de difícil cumprimento, por exemplo, a solicitação do certificado de ingresso no país ou a comprovação de um domicílio estável, o custo do trâmite, a falta de organização em relação às solicitações de dados atualizados aos imigrantes, sem antes informá-los previamente, e a falta de informação sobre os horários de fechamento do expediente para atendê-los.²⁵

Apesar de figurar um grande avanço em relação aos direitos dos imigrantes, o programa Pátria Grande não pôde ser considerado um sucesso em números. A *Dirección Nacional de Migraciones*, retomando a lógica anterior à *Ley de Migraciones*, responsabilizou os próprios imigrantes pelo insucesso do programa (CELS, 2012). De acordo com o órgão, o alto número de pessoas não regularizadas pelo programa foi fruto da própria falta de vontade dos imigrantes. Assim, para a *Dirección Nacional de Migraciones* o mais adequado continuou sendo expulsar do território argentino aqueles que não quiseram ser regularizados, pois demonstraram falta de vontade na observância da lei argentina. Exemplo dessa nefasta interpretação, totalmente contrária ao espírito do novo arcabouço jurídico em matéria migratória, completamente contra os direitos dos imigrantes, foi o de

²³ Quando o plano foi anunciado publicamente pelo então presidente da República Argentina Néstor Kirchner, a meta do plano era regularizar esses 750.000 imigrantes. Esse número constava no sítio locado na rede mundial de computadores que fazia referências ao plano. Todavia, o endereço eletrônico não está mais disponível (CELS, 2012).

²⁴ Informe estatístico sobre o Programa Pátria Grande disponível em: <www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/estadisticas/Patria_Grande.pdf>.

²⁵ CELS, CAREF y Centro de Derechos Humanos de la Universidad de Lanús, “Informe alternativo para el Comité de Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familiares”, 15° período de sesiones, evaluación sobre la Argentina. Disponível em: <www2.ohchr.org/english/bodies/cmw/docs/ngos/ContrainformeCELS_CMW15_Argentina>.

uma mulher de nacionalidade uruguaia, que vivia na Argentina desde 1986, cujos filhos nasceram em solo argentino. Ela recebeu no dia 15 de julho de 2011 uma disposição da *Dirección Nacional de Migraciones* com ordem de expulsão do país e proibição de reingresso por cinco anos, em razão do não cumprimento da intimação que recebera para efetuar sua regularização junto ao programa Pátria Grande.²⁶

Diante de casos como o dessa mulher uruguaia, o *Comité de Derechos de los Trabajadores Migratorios* recomendou à Argentina que facilitasse o acesso dos trabalhadores aos procedimentos de regularização, ampliando os prazos oferecidos aos solicitantes, reduzindo as taxas administrativas e os requisitos formais de documentação, buscando, no todo, sempre simplificar o trâmite.²⁷

O posicionamento da *Dirección Nacional de Migraciones* evidencia uma dificuldade em abandonar o pensamento anterior, do contexto de segurança nacional da *Ley Videla*, para adotar uma nova política migratória de defesa dos direitos humanos dos imigrantes. Tal dificuldade demonstra-se na interpretação equivocada sobre os reais motivos que levaram ao fracasso do programa Pátria Grande. Aliás, além da interpretação equivocada, a *Dirección Nacional* feriu frontalmente o arcabouço jurídico vigente ao resolver expulsar os imigrantes que não se regularizaram no programa. O arrepio à lei é tão estarrecedor que ela sequer considerou o fato de que alguns desses imigrantes eram nacionais de países do Mercosul e de seus associados.²⁸

Contudo, não foi somente no programa Pátria Grande que o Estado argentino demonstrou problemas com a nova política desenhada. Ele tem apresentado dificuldades em aplicar o regramento disposto na *Ley de Migraciones* e no Decreto que a regulamentou,

²⁶ Ordem SDX 201665. Expediente administrativo 168 269/2010.

²⁷ *Comité de Derechos de los Trabajadores Migratorios*, documento citado, parágrafo 34, inc. b.

²⁸ Em relação ao tratamento especial dado aos imigrantes oriundos de países do Mercosul e associados, é importante anotar a desigualdade reservada aos imigrantes de outros países, por exemplo, do Senegal e da República Dominicana, que chegam com frequência à Argentina. Não é nossa pretensão tratar no âmbito do presente trabalho as consequências desse tratamento legal desigual, mas não se pode olvidar que tal assunto merece maiores estudos. Anote-se que em 2010 um grupo de organizações sociais e de instituições públicas buscou discutir mecanismos que facilitem a regularização migratória desses grupos, identificando alternativas que possam ser concretizadas. Entre essas organizações podemos citar a Asociación de Senegaleses Residentes en Argentina, a Asociación de Haitianas/os Residentes en Argentina, a Asociación de Dominicanas/os Residentes, IARPIDI, a Comisión para la Asistencia Integral y Protección al Refugiado y Peticionante de Refugio, la Comisión del Migrante, o Ministerio Público de la Defensa, Cine Migrante, CAREF, Centro de Derechos Humanos - UNLA, FCCAM, Clínica de Migraciones de Neuquén, Pastoral de Migraciones, COPADI, ADC, entre outras.

evidenciando que há uma enorme dificuldade em adotar uma política migratória que esteja realmente em consonância com os direitos dos imigrantes.

O art. 61 da *Ley de Migraciones* dispõe que:

Al constatar la irregularidad de la permanencia de un extranjero en el país, y atendiendo a las circunstancias de profesión del extranjero, su parentesco con nacionales argentinos, el plazo de permanencia acreditado y demás condiciones personales y sociales, la Dirección Nacional de Migraciones deberá conminarlo a regularizar su situación en el plazo perentorio que fije para tal efecto, bajo apercibimiento de decretar su expulsión. Vencido el plazo sin que se regularice la situación, la Dirección Nacional de Migraciones decretará su expulsión con efecto suspensivo y dará intervención y actuará como parte ante el Juez o Tribunal con competencia en la materia, a efectos de la revisión de la decisión administrativa de expulsión.

O texto da lei estabelece a necessidade de observar a teia social construída pelo imigrante em solo argentino. Essa teia pode envolver o meio de seu trabalho, o grau de parentesco que possua com argentinos, por exemplo, na relação familiar envolvendo filhos nascidos na Argentina, dentre outros. Não se trata de uma previsão fechada, mas apenas exemplificativa, o que implica em uma profunda análise sobre a vida do imigrante.

Assim, caso a *Dirección Nacional de Migraciones* decrete administrativamente a expulsão do imigrante, essa deverá ficar em suspenso, pois haverá revisão judicial dessa decisão, com direito a defesa por parte do imigrante, que poderá se manifestar com base na teia social que integra em solo argentino. Isto é, caso a ordem de expulsão seja decretada, o imigrante poderá manifestar seu inconformismo e apresentar provas que demonstrem sua ligação com familiares argentinos ou estrangeiros que possuam residência regular na Argentina.

Nos casos em que a autoridade migratória verifica a presença de antecedentes penais, o imigrante acaba sendo expulso mesmo quando possui família na Argentina, o que fere o princípio da reunificação familiar, claramente previsto nesse art. 61 da *Ley de Migraciones* e estabelecido como princípio geral enformador da *Ley* no art. 3º, d: *garantizar el ejercicio del derecho a la reunificación familiar*.²⁹

²⁹ ARTÍCULO 3º - Son objetivos de la presente ley: a) Fijar las líneas políticas fundamentales y sentar las bases estratégicas en materia migratoria, y dar cumplimiento a los compromisos en materia de derechos humanos, integración y movilidad de los migrantes; b) Contribuir al logro de las políticas demográficas que

Infelizmente, nem sempre o desrespeito ao princípio da reunificação familiar reside apenas no âmbito administrativo. Em 2010, a *Cámara Nacional en lo Contencioso Administrativo Federal* (CNACAF) confirmou a ordem de expulsão decretada a um imigrante que havia sido condenado a pena de cinco anos de prisão.³⁰ O indivíduo possuía uma esposa de nacionalidade argentina e três filhos menores de 18 anos, todos também argentinos. Além disso, estava concluindo o curso de Direito. O Tribunal se manifestou no sentido de não enxergar arbitrariedade ou ilegalidade manifesta na ordem de expulsão, pois ela preenchia o disposto no art. 29, c, ignorando totalmente o princípio da reunificação familiar.³¹

establezca el Gobierno Nacional con respecto a la magnitud, tasa de crecimiento y distribución geográfica de la población del país; c) Contribuir al enriquecimiento y fortalecimiento del tejido cultural y social del país; d) Garantizar el ejercicio del derecho a la reunificación familiar e) Promover la integración en la sociedad argentina de las personas que hayan sido admitidas como residentes permanentes; f) Asegurar a toda persona que solicite ser admitida en la República Argentina de manera permanente o temporaria, el goce de criterios y procedimientos de admisión no discriminatorios en términos de los derechos y garantías establecidos por la Constitución Nacional, los tratados internacionales, los convenios bilaterales vigentes y las leyes; g) Promover y difundir las obligaciones, derechos y garantías de los migrantes, conforme a lo establecido en la Constitución Nacional, los compromisos internacionales y las leyes, manteniendo en alto su tradición humanitaria y abierta con relación a los migrantes y sus familias; h) Promover la inserción e integración laboral de los inmigrantes que residan en forma legal para el mejor aprovechamiento de sus capacidades personales y laborales a fin de contribuir al desarrollo económico y social de país; i) Facilitar la entrada de visitantes a la República Argentina para los propósitos de impulsar el comercio, el turismo, las actividades culturales, científicas, tecnológicas y las relaciones internacionales; j) Promover el orden internacional y la justicia, denegando el ingreso y/o la permanencia en el territorio argentino a personas involucradas en actos reprimidos penalmente por nuestra legislación; k) Promover el intercambio de información en el ámbito internacional, y la asistencia técnica y capacitación de los recursos humanos, para prevenir y combatir eficazmente a la delincuencia organizada transnacional.

³⁰ Juzgado n° 7, Secretaría n° 14, “Granados Poma, Héctor c/EN, DNM - Resolución 104574/09 (Expediente 2293077/07) s/amparo Ley n° 16 986”. Decisión confirmada por la CNACAF, Sala III, el 2 de noviembre de 2010.

³¹ ARTÍCULO 29 - Serán causas impeditivas del ingreso y permanencia de extranjeros al Territorio Nacional: a) La presentación ante la autoridad de documentación nacional o extranjera material o ideológicamente falsa o adulterada. El hecho será sancionado con una prohibición de reingreso por un lapso mínimo de cinco (5) años; b) Tener prohibido el ingreso, haber sido objeto de medidas de expulsión o de prohibición de reingreso, hasta tanto las mismas no hayan sido revocadas o se hubiese cumplido el plazo impuesto al efecto; c) Haber sido condenado o estar cumpliendo condena, en la Argentina o en el exterior, o tener antecedentes por tráfico de armas, de personas, de estupefacientes o por lavado de dinero o inversiones en actividades ilícitas o delito que merezca para la legislación argentina pena privativa de la libertad de tres (3) años o más; d) Haber incurrido o participado en actos de gobierno o de otro tipo, que constituyan genocidio, crímenes de guerra, actos de terrorismo o delitos de lesa humanidad y de todo otro acto susceptible de ser juzgado por el Tribunal Penal Internacional; e) Tener antecedentes por actividades terroristas o por pertenecer a organizaciones nacional o internacionalmente reconocidas como imputadas de acciones susceptibles de ser juzgadas por el Tribunal Penal Internacional o por la ley n° 23.077, de Defensa de la Democracia; f) Haber sido condenado en la Argentina o tener antecedentes por promover o facilitar, con fines de lucro, el ingreso, la permanencia o el egreso ilegales de extranjeros en el Territorio Nacional; g) Haber sido condenado en la Argentina o tener antecedentes por haber presentado documentación material o ideológicamente falsa, para obtener para sí o para un tercero un beneficio migratorio; h) Promover la

Nota-se um grave problema na aplicação do novo arcabouço jurídico migratório, pois apesar da mudança da estrutura legal, a proteção aos direitos dos imigrantes ainda continua fragilizada em razão de arbitrariedades e da precária operacionalização da própria lei.

Outro exemplo dessa má aplicação está no cancelamento dos certificados de residência na Argentina, denominados *precários* em razão de sua não definitividade, quando o imigrante oferecer qualquer recurso à decisão administrativa que lhe for desfavorável. Durante o processo de regularização migratória, até que ele chegue ao fim, o certificado de residência precária, entregue no início do procedimento, deveria permanecer junto ao imigrante, pois além de significar o início de sua regularização, é um valioso documento conferido ao imigrante para que ele possa apresentar a qualquer funcionário público, agente policial, e até para o pleno exercício de sua vida privada. O cancelamento do certificado na vigência do procedimento de regularização configura uma espécie de pena prévia para o imigrante. Esse tipo de procedimento é totalmente contrário ao que dispõe a nova legislação, porém é frequente. Ela é clara no sentido de que a declaração da ilegalidade da permanência na Argentina carece de legitimidade se ela for executada sem validação judicial. Dessa maneira, cancelar o certificado de residência precária sem o julgamento do recurso interposto pelo imigrante é, além de um desrespeito ao direito de defesa, um grave desrespeito ao texto da lei.

prostitución; lucrar con ello; haber sido condenado o tener antecedentes, en la Argentina o en el exterior por haber promovido la prostitución; por lucrar con ello o por desarrollar actividades relacionadas con el tráfico o la explotación sexual de personas; i) Intentar ingresar o haber ingresado al Territorio Nacional eludiendo el control migratorio o por lugar o en horario no habilitados al efecto; j) Constatarse la existencia de alguno de los impedimentos de radicación establecidos en la presente ley; k) El incumplimiento de los requisitos exigidos por la presente ley. En el caso del inciso a) el Gobierno Federal se reserva la facultad de juzgar a la persona en la República cuando el hecho pueda relacionarse con cuestiones relativas a la seguridad del Estado, a la cooperación internacional o resulte posible vincular al mismo o a los hechos que se le imputen con otras investigaciones sustanciadas en el Territorio Nacional. La Dirección Nacional de Migraciones, previa intervención del Ministerio del Interior, podrá admitir, excepcionalmente, por razones humanitarias o de reunificación familiar, en el país en las categorías de residentes permanentes o temporarios, mediante resolución fundada en cada caso particular, a los extranjeros comprendidos en el presente artículo.

Entretanto, apesar dessa falha na aplicação da lei, em situações como a descrita acima, alguns juízes ordenaram a documentação imediata de pessoas que figuraram em processos nos quais se discutiam a permanência na Argentina.³²

Além da suspensão do certificado precário, há também problemas na implementação da normativa em relação ao trabalhador imigrante sem contrato de trabalho ou que trabalhe por conta própria. O art. 23, a, do Decreto n° 616/2010, estabelece que *"se tendrán en cuenta las definiciones y condiciones establecidas por la 'Convención internacional sobre la protección de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares', aprobada por la Ley n° 26.202."*³³ Todavia, o que tem se aplicado é a outorga de residência apenas aos trabalhadores que possuam algum vínculo que configure relação de dependência, permanecendo sem proteção os demais trabalhadores, cujo reconhecimento é previsto na Convenção, ratificada e internalizada no ordenamento pátrio argentino. Trata-

³² Cámara Federal de Paraná, sentença de 11 de junho de 2011 sobre incidente em *habeas corpus*. No caso a Cámara Federal afirmou que *"corresponde que la Dirección Nacional de Migraciones documente a los actores, arbitrando para ello el trámite previsto en el art. 20 de la Ley n° 25.871 (otorgamiento de una residencia precaria mientras se sigue el trámite que corresponda a la categoría migratoria pertinente), pudiéndose asimismo merituar los arts. 26, 52 y 69, normas todas que en su conjunto tienden a hacer operativos los objetivos de la ley migratoria previstos en el art. 3, en particular, inc. f)".*

³³ Artículo 2. A los efectos de la presente Convención: 1. Se entenderá por "trabajador migratorio" toda persona que vaya a realizar, realice o haya realizado una actividad remunerada en un Estado del que no sea nacional. 2. a) Se entenderá por "trabajador fronterizo" todo trabajador migratorio que conserve su residencia habitual en un Estado vecino, al que normalmente regrese cada día o al menos una vez por semana; b) Se entenderá por "trabajador de temporada" todo trabajador migratorio cuyo trabajo, por su propia naturaleza, dependa de condiciones estacionales y sólo se realice durante parte del año; c) Se entenderá por "marino", término que incluye a los pescadores, todo trabajador migratorio empleado a bordo de una embarcación registrada en un Estado del que no sea nacional; d) Se entenderá por "trabajador en una estructura marina" todo trabajador migratorio empleado en una estructura marina que se encuentre bajo la jurisdicción de un Estado del que no sea nacional; e) Se entenderá por "trabajador itinerante" todo trabajador migratorio que, aun teniendo su residencia habitual en un Estado, tenga que viajar a otro Estado u otros Estados por períodos breves, debido a su ocupación; f) Se entenderá por "trabajador vinculado a un proyecto" todo trabajador migratorio admitido a un Estado de empleo por un plazo definido para trabajar solamente en un proyecto concreto que realice en ese Estado su empleador; g) Se entenderá por "trabajador con empleo concreto" todo trabajador migratorio: i) Que haya sido enviado por su empleador por un plazo limitado y definido a un Estado de empleo para realizar una tarea o función concreta; ii) Que realice, por un plazo limitado y definido, un trabajo que requiera conocimientos profesionales, comerciales, técnicos o altamente especializados de otra índole; o iii) Que, a solicitud de su empleador en el Estado de empleo, realice por un plazo limitado y definido un trabajo de carácter transitorio o breve; y que deba salir del Estado de empleo al expirar el plazo autorizado de su estancia, o antes, si deja de realizar la tarea o función concreta o el trabajo a que se ha hecho referencia; h) Se entenderá por "trabajador por cuenta propia" todo trabajador migratorio que realice una actividad remunerada sin tener un contrato de trabajo y obtenga su subsistencia mediante esta actividad, trabajando normalmente solo o junto con sus familiares, así como todo otro trabajador migratorio reconocido como trabajador por cuenta propia por la legislación aplicable del Estado de empleo o por acuerdos bilaterales o multilaterales.

se de aplicação descoordenada da *Ley de Migraciones*, do Decreto que a regulamenta e da Convenção adotada.

As dificuldades em se aplicar a nova normativa migratória também se refletem no acesso a outros direitos, por exemplo, no acesso à seguridade social. A *Ley de Migraciones* estabeleceu em seus arts. 5º a 8º a igualdade entre nacionais e estrangeiros no acesso a direitos sociais.³⁴ Dessa maneira, qualquer distinção ou negação feita à fruição de um direito social com base na condição migratória, irregular ou não, da pessoa é manifestamente ilegal. Ademais, se o imigrante estiver em situação irregular, a normativa é clara ao dispor que lhe devem ser oferecidos, além de orientações, assessoramento para que possa regularizar sua situação, jamais podendo lhe ser negado o acesso imediato ao direito.

A disposição no sentido de não distinção entre nacionais e estrangeiros da *Ley de Migraciones* teve ressonância, inclusive, na *Ley de Educación Nacional*, publicada em 27 de dezembro de 2006, com número 26.206.³⁵ Essa estabeleceu em seu art. 143 que:

El Estado nacional, las provincias y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires deberán garantizar a las personas migrantes sin Documento Nacional de Identidad (DNI), el acceso y las condiciones para la permanencia y el egreso de todos los niveles del sistema educativo, mediante la presentación de documentos emanados de su país de origen, conforme a lo establecido por el art. 7º de la Ley n° 25.871.

34Artículo 5º - El Estado asegurará las condiciones que garanticen una efectiva igualdad de trato a fin de que los extranjeros puedan gozar de sus derechos y cumplir con sus obligaciones, siempre que satisfagan las condiciones establecidas para su ingreso y permanencia, de acuerdo a las leyes vigentes. Artículo 6º - El Estado en todas sus jurisdicciones, asegurará el acceso igualitario a los inmigrantes y sus familias en las mismas condiciones de protección, amparo y derechos de los que gozan los nacionales, en particular lo referido a servicios sociales, bienes públicos, salud, educación, justicia, trabajo, empleo y seguridad social. Artículo 7º - En ningún caso la irregularidad migratoria de un extranjero impedirá su admisión como alumno en un establecimiento educativo, ya sea este público o privado; nacional, provincial o municipal; primario, secundario, terciario o universitario. Las autoridades de los establecimientos educativos deberán brindar orientación y asesoramiento respecto de los trámites correspondientes a los efectos de subsanar la irregularidad migratoria. Artículo 8º - No podrá negársele o restringírsele en ningún caso, el acceso al derecho a la salud, la asistencia social o atención sanitaria a todos los extranjeros que lo requieran, cualquiera sea su situación migratoria. Las autoridades de los establecimientos sanitarios deberán brindar orientación y asesoramiento respecto de los trámites correspondientes a los efectos de subsanar la irregularidad migratoria.

35 Para maiores informações ver “Derechos de las personas migrantes luego de la sanción de la nueva Ley de Migraciones 25 871: sin cambios efectivos”, en *Derechos humanos en Argentina*. Informe 2007, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007, e Centro de Derechos Humanos de la Universidad de Lanús y Unicef, “Estudio sobre los derechos de los niños y niñas migrantes a cinco años de la nueva ley de migraciones”, Lanús, agosto de 2010, disponível em: <www.unla.edu.ar/rectorado/centros/cdh/archivos/Estudio_completo.pdf>.

Apesar da normativa estabelecida e de suas ressonâncias, o acesso aos direitos sociais ainda apresentam alguns obstáculos. No acesso a pensões por invalidez (*discapacidad*) ou por idade (*vejez*), ainda há distinções baseadas na condição de nacional e de estrangeiro.

Existem três tipos de pensões nacionais, geridas pelo *Ministerio de Desarrollo Social de la Nación*: por idade, por invalidez e para mães que possuam sete ou mais filhos. Elas são destinadas a grupos de pessoas que se encontram em um estado denominado “vulnerabilidade social”. São pensões definidas como direitos e não como uma espécie de concessão discricionária por parte do Estado.³⁶ Isto é, preenchidos os requisitos que configurem o direito a sua solicitação, o Estado tem o dever de conceder as pensões aos solicitantes.³⁷

A concessão, no entanto, somente pode ser conferida se os solicitantes não gozarem de nenhum outro amparo provisório e não contributivo, se não possuírem bens nem recursos que permitam sua subsistência e se não possuírem parentes obrigados por lei a lhes concederem alimentos, ou, os tendo, que estes não se encontrem impedidos de cumpri-lo.

Entretanto, no que se refere aos estrangeiros a regulamentação sobre as três pensões exige, além da constatação da situação de vulnerabilidade social, requisitos especiais. No caso da pensão por idade, exige-se um mínimo de quarenta anos de residência na Argentina. Para a pensão por invalidez, o mínimo de residência é de vinte anos e, por fim, para a pensão concedida às mães de sete ou mais filhos, o mínimo é de quinze anos.

O estabelecimento desses requisitos temporários é completamente discriminatório, pois se o fundamento de concessão dessas pensões é uma “situação de vulnerabilidade”, não há razão para que se institua essa diferenciação entre nacionais e estrangeiros. Se o foco da pensão é a pessoa humana em situação precária, não deveria ser estabelecido um diferenciador com base na origem da pessoa. Diante disso, a *Corte Suprema de la Nación*,

36 Nesse sentido ver o julgamento CSJN, “Recurso de hecho deducido por Luisa Aguilera Mariaca y Antonio Reyes Barja en representación de D. R. A. en la causa R. A., D. c/Estado nacional”, sentença de 4 de setembro de 2007.

37A Ley nº 13.478 e seu Decreto regulamentário nº 582/03 regulam a pensão por idade, a Ley nº 18.910 e seu Decreto regulamentário nº 432/97 regulam a pensão por invalidez e a Ley nº 23.746 e seu Decreto regulamentário nº 2360/90 regulam a pensão para mães com sete ou mais filhos.

no julgado *Reyes Aguilera*,³⁸ declarou inconstitucional o requisito de vinte anos de residência para a concessão da pensão por invalidez a uma estrangeira.³⁹ Nesse julgamento emblemático, sustentou-se que a pensão tem como finalidade dar resposta a contingências sociais extremas, nas quais a vida da pessoa humana, sua subsistência, encontra-se em situação de perigo. Na sentença sublinhou-se que condicionar o requerimento a um tempo de residência implicaria desconhecer a natureza do direito à seguridade social consagrado nos diversos instrumentos internacionais e na Constituição da República Argentina, comprometendo o fundamental direito à vida e ao acesso às condições que garantem uma existência digna. Consequentemente, foi declarado inconstitucional o art. 1º, do Decreto nº 432/97, que estabelece o requisito de vinte anos de residência. Todavia, em razão da sistemática do ordenamento jurídico argentino, esse mesmo Decreto continua vigente.

Em relação à pensão por idade, uma decisão judicial de 2011 considerou inconstitucional o requisito de quarenta anos de residência. Entretanto, essa decisão foi recorrida pelo Estado argentino, não havendo ainda notícias sobre o julgamento em definitivo.⁴⁰

É importante anotar que essas ações judiciais funcionam apenas como forma de resposta individual, “caso a caso”, perante o ordenamento jurídico argentino, pois não são instrumentos hábeis para alterar a normativa em sua integralidade. Portanto, a vigência dessas regras permanece inalterada. Não é preocupação deste trabalho identificar qual seria o instrumento jurídico ou político adequado para alterar tal regramento. Contudo, a existência dessas ações e o mérito das decisões proferidas indicam que, apesar dos

38 “Recurso de hecho deducido por Luisa Aguilera Mariaca y Antonio Reyes Barja en representación de D. R. A. en la causa R. A., D. c/Estado nacional”, sentença de 4 de setembro de 2007.

39 Para ter condições de acionar a justiça, essa imigrante contou com a ajuda da Clínica jurídica UBA-CELS-CAREF. De acordo com o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS, 2012) a “*Clínica jurídica para la protección y promoción de los derechos de los migrantes y refugiados*” surgiu em 2002, durante a vigência da Ley Videla, no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires – UBA –, por meio de um convênio entre ela, o *Centro de Estudios Legales y Sociales* e CAREF. Esta experiência repercutiu em diversas províncias e regiões do país. Para exemplificar, podemos citar Neuquén, onde foi criada uma “*Clínica para la protección del migrante*”. Esta atua no âmbito da *Universidad del Comahue*, em convênio com a *Pastoral de Migraciones*. Na província de Jujuy, a *Universidad Católica de Santiago del Estero* celebrou um convênio com a organização *Abogados y Abogadas del Noroeste Argentino en Derechos Humanos y Estudios Sociales* (ANDHES) para criar uma clínica especializada na defesa dos direitos dos imigrantes. Na província de Santa Fé, a partir da *Universidad Nacional del Litoral*, foi criada a “*Clínica para la protección de los derechos humanos de los migrantes*”.

40 Juzgado Federal de Primera Instancia de la Seguridad Social nº 6, “*KorkhovHeorhiy c/Estado nacional-Poder Ejecutivo nacional-Ministerio de Desarrollo y otros s/amparos y sumarísimos*”, sentencia del 11 de marzo de 2011.

regramentos não estarem em sintonia com o espírito da nova *Ley de Migraciones* e da nova política migratória da Argentina, parte do Poder Judiciário argentino está e reconhece essa dissonância. Não por menos, alguns órgãos do Estado argentino voltados para a proteção dos direitos humanos têm se pronunciado a favor de uma reforma no regramento do acesso a esses direitos da seguridade social. Dentre esses órgãos, podem ser citados a *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación* e a *Defensoría del Pueblo de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*.⁴¹ No mesmo sentido, o *Comité de Derechos de los Trabajadores Migratorios* recomendou ao Estado argentino no ano de 2011, que “*revise la duración requerida de la residencia en el caso de las prestaciones sociales no contributivas, con miras a garantizar su compatibilidad con los arts. 5 y 6 de la Ley de Migraciones y la Constitución Nacional.*”⁴²

Além dessas três pensões, há outro programa em que há distinção em razão da condição de estrangeiro: o da *Asignación Universal por Hijo* (AUH) aos trabalhadores em regime de dependência. Esse programa consiste na prestação monetária, não retribuível, de caráter mensal, destinada a crianças e adolescentes residentes na Argentina. É pago apenas a um dos pais, tutor, curador ou parente consanguíneo até o terceiro grau, por cada pessoa menor de 18 anos que se encontre sob sua proteção, ou sem limite de idade, quando tratar-se de criança ou adolescente em condição especial (*discapacidad*). O programa foi incorporado ao ordenamento jurídico argentino por meio do Decreto n° 1602/2009, que introduz a Ley n° 24.714, a qual por sua vez regula o programa.

Não obstante, seu objetivo de proteção ao ser humano, o programa de AUH apresenta limitações para crianças estrangeiras, pois o Decreto n° 1602/2009 dispõe que para inserir-se no programa deve a criança ou o adolescente ser argentino, filho de argentino nativo ou por opção, naturalizado ou residente legal no país no prazo mínimo de três anos, anteriores à solicitação. Além desses requisitos, por determinação da

⁴¹ Nesse sentido, verificar nota da *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación al Centro de Derechos Humanos de la Universidad Nacional de Lanús* em resposta a um pedido de informação efetuado em agosto de 2010. Centro de Estudios Legales y Sociales (2012). Verificar atuações da Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires 3117/05, 281/06, 1852/07, 2581/07, 4714/07, 287/10, 676/10, 2574/10, 2860/10, 3319/10 e 812/11.

⁴² Comité de Derechos de los Trabajadores Migratorios, “Examen de los informes presentados por Argentina de conformidad con el art. 74 de la convención. Observaciones finales del Comité de Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familiares”, disponível em: <www2.ohchr.org/english/bodies/cmw/docs/CMW.C.ARG.CO.1_sp.pdf>.

Administración Nacional de Seguridad Social (Anses), a Resolución n° 393/2009 determinou que à exigência de três anos de residência dos pais estrangeiros, no caso dos filhos nascidos na Argentina, sejam somados mais três anos de residência das próprias crianças e adolescentes. Isso significa que crianças com menos de três anos não podem ser incluídas no AUH.

Diante disso, o *Comité de Derechos de los Trabajadores Migratorios* recomendou ao Estado argentino que examinasse a possibilidade de estender o programa da AUH aos trabalhadores imigrantes em situação irregular, de modo a atender os ditames da Ley n° 26.061 de 2005, que confere proteção integral aos direitos das crianças e adolescentes que se encontram em solo argentino.⁴³

3.3 Expulsão e Detenção de Imigrantes Irregulares e a Nova Normativa Migratória. Garantias Legais à Pessoa Humana

Anterior à *Ley de Migraciones*, o Decreto n° 1023/1994 determinava a proibição da entrada e da residência de pessoas com deficiência física, mental, que exercessem a prostituição, consideradas inúteis e que por qualquer circunstância, ao juízo do *Ministerio del Interior*, fossem classificadas de capacidade duvidosa para se integrarem à sociedade argentina. Essa previsão era uma espécie de “tipo penal aberto” conferida pelo Estado argentino ao imigrante, pois qualquer um, por qualquer motivo, poderia ser considerado de capacidade duvidosa para a integração na sociedade. Esse era o retrato do espírito da normativa anterior à *Ley de Migraciones*.

A nova normativa manteve algumas causas de impedimento de ingresso e permanência, criando outras. Todavia, as causas da nova lei não possuem mais a nefasta caracterização de “tipo penal aberto” anteriormente prevista. O art. 29 da *Ley de Migraciones* dispõe sobre esses impedimentos, a maioria relacionado a questões penais, por exemplo, possuir antecedentes por delitos com penas maiores a três anos, tratar-se de

⁴³ *Comité de Derechos de los Trabajadores Migratorios*, documento citado, parágrafo 20.

crimes graves, como de lesa humanidade, tráfico de pessoas, genocídio, terrorismo, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, delitos de guerra, tráfico sexual, dentre outros.⁴⁴

Durante o período de vigência da *Ley Videla* não havia respeito e nem garantias aos direitos fundamentais das pessoas detidas e posteriormente expulsas da Argentina. As detenções ordenadas pela *Dirección Nacional de Migraciones* e concretizadas pelas forças de segurança eram efetuadas sem prazo fixo, sendo absolutamente discricionárias e sem intervenção de qualquer autoridade judicial. Não havia previsão de instância em que se pudesse exercer o direito de defesa.

Nesse sentido, a nova *Ley de Migraciones* e o Decreto que a regulamenta trouxeram inovações substanciais. De acordo com eles, a *Dirección Nacional de Migraciones* só poderá ordenar a expulsão de uma pessoa, com procedimento que possuirá caráter suspensivo, após devida intimação, abrindo-se prazo para que o imigrante possa ser regularizado. Uma vez intimado, será iniciado o procedimento administrativo pelo qual lhe

⁴⁴ ARTÍCULO 29 - Serán causas impeditivas del ingreso y permanencia de extranjeros al Territorio Nacional: a) La presentación ante la autoridad de documentación nacional o extranjera material o ideológicamente falsa o adulterada. El hecho será sancionado con una prohibición de reingreso por un lapso mínimo de cinco (5) años; b) Tener prohibido el ingreso, haber sido objeto de medidas de expulsión o de prohibición de reingreso, hasta tanto las mismas no hayan sido revocadas o se hubiese cumplido el plazo impuesto al efecto; c) Haber sido condenado o estar cumpliendo condena, en la Argentina o en el exterior, o tener antecedentes por tráfico de armas, de personas, de estupefacientes o por lavado de dinero o inversiones en actividades ilícitas o delito que merezca para la legislación argentina pena privativa de la libertad de tres (3) años o más; d) Haber incurrido o participado en actos de gobierno o de otro tipo, que constituyan genocidio, crímenes de guerra, actos de terrorismo o delitos de lesa humanidad y de todo otro acto susceptible de ser juzgado por el Tribunal Penal Internacional; e) Tener antecedentes por actividades terroristas o por pertenecer a organizaciones nacional o internacionalmente reconocidas como imputadas de acciones susceptibles de ser juzgadas por el Tribunal Penal Internacional o por la ley n° 23.077, de Defensa de la Democracia; f) Haber sido condenado en la Argentina o tener antecedentes por promover o facilitar, con fines de lucro, el ingreso, la permanencia o el egreso ilegales de extranjeros en el Territorio Nacional; g) Haber sido condenado en la Argentina o tener antecedentes por haber presentado documentación material o ideológicamente falsa, para obtener para sí o para un tercero un beneficio migratorio; h) Promover la prostitución; lucrar con ello; haber sido condenado o tener antecedentes, en la Argentina o en el exterior por haber promovido la prostitución; por lucrar con ello o por desarrollar actividades relacionadas con el tráfico o la explotación sexual de personas; i) Intentar ingresar o haber ingresado al Territorio Nacional eludiendo el control migratorio o por lugar o en horario no habilitados al efecto; j) Constatarse la existencia de alguno de los impedimentos de radicación establecidos en la presente ley; k) El incumplimiento de los requisitos exigidos por la presente ley. En el caso del inciso a) el Gobierno Federal se reserva la facultad de juzgar a la persona en la República cuando el hecho pueda relacionarse con cuestiones relativas a la seguridad del Estado, a la cooperación internacional o resulte posible vincular al mismo o a los hechos que se le imputen con otras investigaciones sustanciadas en el Territorio Nacional. La Dirección Nacional de Migraciones, previa intervención del Ministerio del Interior, podrá admitir, excepcionalmente, por razones humanitarias o de reunificación familiar, en el país en las categorías de residentes permanentes o temporarios, mediante resolución fundada en cada caso particular, a los extranjeros comprendidos en el presente artículo.

serão assegurados o direito de defesa, a assistência jurídica gratuita e, se necessário, um intérprete. Como forma de assegurar o respeito ao efetivo exercício desses direitos, a lei previu em seu art. 86 a imediata intervenção do *Ministerio Público de la Defensa*.

Uma vez decidida a expulsão, a pessoa terá direito a interpor recursos administrativos para revogar a decisão expulsória. Caso a expulsão seja confirmada pelo *Director Nacional de Migraciones*, haverá a opção de continuar a recorrer por via administrativa, interpondo recurso de alçada em face do *Ministerio del Interior*, ou optando por recorrer diretamente aos *Juzgados de Primera Instancia en lo Contencioso Administrativo Federal*, por meio de um *recurso de apelación*, diante da *Cámara* desse foro. Ademais, caso estejam previstos os critérios estabelecidos pela normativa processual geral, é possível recorrer à *Corte Suprema de Justicia de la Nación* via *recurso extraordinario federal*.

Além desses direitos, a lei estabeleceu que a detenção do imigrante só poderá ser decidida por juiz competente e mediante fundamentada decisão, com a intervenção do *Ministerio Público de la Defensa*, sendo reconhecidos, repita-se, o direito à defesa e a um intérprete, se necessário. Da mesma maneira, é assegurado o direito à assistência jurídica gratuita.

No ano de 2004, com poucos meses de vigência da *Ley de Migraciones*, o Poder Judiciário argentino anulou algumas expulsões determinadas pela autoridade administrativa, em razão da omissão do dever de intimar previamente a pessoa para que ela pudesse regularizar sua situação migratória.⁴⁵

O art. 70 da *Ley de Migraciones* dispõe que detido o imigrante, caso ele alegue ser pai, filho ou cônjuge de argentino nativo, desde que o matrimônio tenha sido celebrado anteriormente ao feito que motivou a detenção, a *Dirección Nacional de Migraciones* deverá suspender a expulsão e constatar a existência de vínculo familiar no prazo de quarenta e oito horas. Reconhecido o vínculo, o imigrante deverá ser colocado imediatamente em liberdade, como forma de respeitar a união familiar. Em seguida, deverá ser iniciado um procedimento sumário de regularização migratória.

⁴⁵ *Cámara Federal de Apelaciones de Paraná*, Caso Ali, Yun, Lingyan Zheng y Yu Junyun s/ *habeas corpus*, sentença de 10 de dezembro de 2004.

O *Ministerio del Interior* ou a *Dirección Nacional de Migraciones* somente poderá solicitar a detenção do imigrante se existirem circunstâncias objetivas que demonstrem que ele está tentando eludir-se do procedimento.⁴⁶ A solicitação da retenção deve ser feita à autoridade judicial, que deverá descrever precisamente as razões que fundamentem a medida, acompanhada de documentos, se houver, e indicando o prazo de duração. Aceita a solicitação de retenção, a autoridade migratória deverá informar ao órgão judicial interveniente a cada dez dias, detalhando o avanço do procedimento administrativo e as razões que justifiquem a subsistência da medida.

Em síntese, há um positivo avanço em relação à legislação anterior, pois a detenção só pode ser ordenada e controlada judicialmente. As arbitrariedades das ações das autoridades administrativas são, dessa maneira, reduzidas e os direitos dos imigrantes ganham maior chance de serem observados e respeitados. Apesar da *Ley de Migraciones* não prever o lugar onde essas pessoas devem ser detidas, o Decreto que a regulamentou especifica que elas somente podem ser alojadas em lugares diferentes daqueles destinados à privação da liberdade de pessoas que cometeram delitos previstos na legislação penal argentina. Ademais, esses lugares devem ser adequados e organizados, partindo do fundamento de que são pessoas que não cometeram um ilícito penal, mas apenas uma infração administrativa. Ou seja, não podem ser tratados como penalmente condenados e tampouco ser alojados em locais semelhantes aos do regime carcerário.

3.4 Direito ao Trabalho, à Organização, Integração e Participação Política

A *Ley de Migraciones* não menciona expressamente o direito à afiliação, participação, formação, direção ou simplesmente à assistência sindical. Todavia, conforme dispõe seu art. 6º, o Estado argentino, em todas suas jurisdições, deve assegurar o acesso igualitário aos imigrantes e às suas famílias nas mesmas condições de proteção, amparo e acesso a direitos que gozam os nacionais, particularmente em relação aos serviços sociais,

⁴⁶ Para decidir sobre o perigo do não cumprimento da ordem de expulsão, deverá a autoridade ater-se aos seguintes critérios objetivos previstos em lei: a) *Arraigo, determinado por el domicilio, residencia habitual, asiento de la familia y de sus negocios o trabajo, y las facilidades para permanecer oculto.* b) *Las circunstancias y naturaleza del hecho por el cual se ordena su expulsión.* c) *El comportamiento del extranjero durante el procedimiento administrativo que precedió a la orden de expulsión, en la medida en que indique cuál es su voluntad de someterse a la decisión final que se adopte y, en particular, si hubiese ocultado información.*

bens públicos, saúde, educação, justiça, emprego e seguridade social.⁴⁷ Portanto, desse dispositivo depreende-se que os imigrantes, tanto irregulares quanto regulares, possuem os direitos à associação, filiação, assistência, formação, participação e direção sindical. Ademais, esses direitos encontram-se amparados pela *Convención de Derechos de Trabajadores Migrantes*, ratificada pelo Estado argentino. Os arts. 26 e 40 da Convenção dispõem que os trabalhadores migrantes e suas famílias têm o direito de formar associações e sindicatos no Estado de emprego, com o fim de promover e proteger seus interesses econômicos, sociais, culturais, dentre outros. Nenhuma restrição poderá lhes ser imposta, senão as previstas em lei e as que sejam necessárias em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da ordem pública ou simplesmente para proteger os direitos e liberdades de outrem.⁴⁸

A *Convención* fixa um piso mínimo de direitos que, articulado com a *Ley de Migraciones*, confere aos imigrantes, regulares ou não, os relativos à sindicalização. Esse piso mínimo não pode ser reduzido arbitrariamente.

A *Ley de Migraciones* estabelece clara restrição para os imigrantes irregulares no que toca à possibilidade de exercerem atividades lucrativas ou remuneradas. Seu art. 51 dispõe que os estrangeiros admitidos ou autorizados como residentes permanentes podem desenvolver toda tarefa ou atividade remunerada lucrativa por conta própria ou em relação de dependência, assim como os estrangeiros admitidos ou autorizados como residentes

⁴⁷ Artículo 6° – El Estado en todas sus jurisdicciones, asegurará el acceso igualitario a los inmigrantes y sus familias en las mismas condiciones de protección, amparo y derechos de los que gozan los nacionales, en particular lo referido a servicios sociales, bienes públicos, salud, educación, justicia, trabajo, empleo y seguridad social.

⁴⁸ Artículo 261 – Los Estados Partes reconocerán el derecho de los trabajadores migratorios y sus familiares a: a) Participar en las reuniones y actividades de los sindicatos o de cualesquiera otras asociaciones establecidas conforme a la ley, con miras a proteger sus intereses económicos, sociales, culturales y de otra índole, con sujeción solamente a las normas de la organización pertinente; b) Afiliarse libremente a cualquier sindicato o a cualquiera de las asociaciones citadas, con sujeción solamente a las normas de la organización pertinente; c) Solicitar ayuda y asistencia de cualquier sindicato o de cualquiera de las asociaciones citadas. 2. El ejercicio de tales derechos sólo podrá estar sujeto a las restricciones previstas por la ley que sean necesarias en una sociedad democrática en interés de la seguridad nacional o el orden público o para proteger los derechos y libertades de los demás. Artículo 401 – Los trabajadores migratorios y sus familiares tendrán el derecho a establecer asociaciones y sindicatos en el Estado de empleo para el fomento y la protección de sus intereses económicos, sociales, culturales y de otra índole. 2. No podrán imponerse restricciones al ejercicio de ese derecho, salvo las que prescriba la ley y resulten necesarias en una sociedad democrática en interés de la seguridad nacional o el orden público o para proteger los derechos y libertades de los demás.

temporários.⁴⁹ Essa restrição é contrária ao espírito de proteção dos direitos da pessoa humana, almejado pela própria lei, pois ela falha ao estabelecer uma restrição sem prever, concomitantemente, a prévia possibilidade e facilitação de regularização. Esse tipo de restrição não impede que as pessoas em situação de irregularidade procurem trabalho, pelo contrário, apenas tende a aumentar as chances de alocação dessas pessoas em tarefas precárias, informais, sem a mínima proteção da seguridade social, sujeitas à invisibilidade e à exploração laboral.

A *Ley de Migraciones* deve seguir seu próprio corpo de princípios, procurando sempre facilitar a regularização do imigrante, principalmente para que possa exercer e desenvolver trabalhos lícitos, para que não se torne contraditória em suas próprias previsões. Dessa forma, ela não sofrerá o perigo de converter-se em uma lei vigente, válida, porém ineficaz. Não cairá no risco de desrespeitar os direitos da pessoa humana tal como a *Ley Videla*, cujas previsões somadas à prática arbitrária da *Dirección Nacional de Migraciones* conformavam um sistema de produção exponencial de pessoas em situação de irregularidade, alocadas em condições de trabalho precárias, em situação de desproteção e vulnerabilidade.

De acordo com o Estado argentino, regularizadas as pessoas, elas estão plenamente aptas a trabalhar. Seria mais adequado ao próprio espírito da lei se logo no início do trâmite de regularização a pessoa ganhasse a autorização imediata para o trabalho.

Apesar da crítica, a *Ley de Migraciones* avançou muito em relação à anterior no que concerne ao direito de trabalhar por parte do imigrante. Nesse sentido, é importante ressaltar que a nova lei se alinha à *Convención de Derechos de Trabajadores Migrantes* e aos padrões definidos pela Corte Interamericana de Derechos Humanos,⁵⁰ principalmente ao prever que o Estado deve adotar todas as medidas necessárias e efetivas para eliminar a contratação laboral de imigrantes em situação de irregularidade no território nacional, incluindo a imposição de sanções aos empregadores, mas de maneira a não minar os

⁴⁹ ARTÍCULO 51 - Los extranjeros admitidos o autorizados como "residentes permanentes" podrán desarrollar toda tarea o actividad remunerada o lucrativa, por cuenta propia o en relación de dependencia, gozando de la protección de las leyes que rigen la materia. Los extranjeros admitidos o autorizados como "residentes temporarios" podrán desarrollarlas sólo durante el período de su permanencia autorizada.

⁵⁰ Nesse sentido ver Corte Interamericana de Derechos Humanos, Opinión Consultiva OC-18/03, "Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados", de 17 de setembro de 2003.

direitos dos trabalhadores imigrantes frente aos próprios empregadores, devendo estes sempre respeitá-los.⁵¹

Além dos direitos relacionados ao trabalho, a *Ley de Migraciones* estabeleceu princípios mínimos voltados a assegurar ferramentas que possibilitem a integração do imigrante à sociedade argentina. Dessa forma, o art. 14 da lei dispõe que o Estado argentino em todas suas esferas, nacional, provincial e municipal, deverá favorecer iniciativas tendentes a integrar os estrangeiros em sua comunidade de residência, criando cursos para o aprendizado do castelhano em escolas e instituições culturais estrangeiras, legalmente reconhecidas, divulgando informação útil e adequada para os estrangeiros em relação aos seus direitos e obrigações, reconhecendo e valorizando suas expressões culturais, recreativas, sociais, econômicas e religiosas. Além disso, o Estado deverá organizar cursos de formação para funcionários públicos e empregados de entes privados, com o intuito de estimular uma sociedade multicultural e prevenir comportamentos discriminatórios.⁵²

De acordo com Cernadas e Morales (2011), poucas medidas concretas foram tomadas em observância dessa previsão integradora, principalmente na perspectiva intercultural. De qualquer maneira, a mera existência dessa previsão é um enorme avanço para a política migratória que se desenha na Argentina.

Para que haja integração real, concreta e plena do imigrante na sociedade em que ele se insere, deve haver a possibilidade de gozar de direitos políticos, para que possa agir, participar e contribuir com a comunidade onde vive, muito além do âmbito de seu trabalho. Nesse sentido, a participação do estrangeiro em assuntos públicos coloca-o em real igualdade com os nacionais, conferindo-lhe não somente o direito a reivindicar, mas também o de se desenvolver como ser humano no âmbito do espaço público, além do privado.

⁵¹ Nesse sentido são os arts 16 e 56 da Ley de Migraciones: “*aplicación de la presente ley no eximirá al empleador o dador de trabajo del cumplimiento de las obligaciones emergentes de la legislación laboral respecto del extranjero, cualquiera sea su condición migratoria; asimismo, en ningún modo se afectarán los derechos adquiridos por los extranjeros, como consecuencia de los trabajos ya realizados, cualquiera sea su condición migratoria*”.

⁵² O art. 16 do Decreto n° 616/2010 dispõe que “*el Ministerio del Interior, a través de la Dirección Nacional de Migraciones y la Dirección Nacional de Población, mediante convenios que suscriba al efecto, creará los instrumentos e implementará las acciones dirigidas a concretar los objetivos fijados en el artículo 14 de la Ley n° 25.871*”.

Visando essa integração na esfera pública, a *Ley de Migraciones* reconheceu direito à participação política em seu art. 11, o qual dispõe:

La República Argentina facilitará, de conformidad con la legislación nacional y provincial en la materia, la consulta o participación de los extranjeros en las decisiones relativas a la vida pública y a la administración de las comunidades locales donde residan.

O art. 11 do Decreto que regulamenta a *Ley de Migraciones* estabelece que:

El Ministerio del Interior, a través de la Dirección Nacional de Migraciones o por intermedio de convenios que se suscriban con organismos que actúen en jurisdicción Provincial, Municipal o de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, adoptará las medidas necesarias para informar a los extranjeros respecto de las condiciones y requisitos del ejercicio del derecho al voto. Asimismo, promoverá las acciones conducentes a fin de garantizar distintas formas de participación real y efectiva en las decisiones relativas a la vida pública y a la administración de las comunidades locales de los extranjeros residentes en ellas.

O Código Eleitoral da República Argentina, que regula as eleições nacionais, determina que nesse nível só as pessoas com nacionalidade argentina podem votar. Nunca na história da Argentina os imigrantes puderam votar nas eleições nacionais. Todavia, em consonância com o previsto na *Ley de Migraciones* e seu Decreto regulamentário, algumas províncias e municípios reconhecem o direito a voto dos imigrantes, que residem em suas respectivas jurisdições, nas eleições provinciais e municipais. Na cidade autônoma de Buenos Aires as pessoas estrangeiras podem votar nas eleições locais quando completam dois anos de residência. Nas Províncias de Santa Fe, Catamarca, Córdoba e Tucumán o direito ao voto é reconhecido aos estrangeiros no nível municipal. Já nas Províncias de Misiones, Neuquén, Entre Ríos e Buenos Aires o sufrágio é reconhecido aos estrangeiros nas eleições provinciais.⁵³

O direito ao sufrágio repercute indubitavelmente no grau de integração dos imigrantes na sociedade. Além de ser um direito político básico dos Estados democráticos, garante voz e visibilidade para quem vive em comunidade; é o direito que permite o

⁵³ Ciudad de Buenos Aires (Ley n° 334), Santa Fe (Ley n° 2.756), Catamarca (Ley n° 4628), Córdoba (Ley n° 8.102), Tucumán (Ley n° 5.529), Misiones (Ley n° 4080), Neuquén (Ley n° 165), Entre Ríos (Ley n° 2.298), Provincia de Buenos Aires (Ley n° 11.700).

reconhecimento público do cidadão. O voto legitima a pessoa como parte integrante de uma comunidade, pois não só estabelece sua regularidade como pessoa, mas também lhe confere voz para reivindicar direitos.

De acordo com Bobbio (2000), dois institutos são fundamentais para a concepção democrática do Estado: a constitucionalização da oposição e a eleição popular dos governantes. A constitucionalização da oposição permite a formação de um poder alternativo de maneira lícita, dentro dos limites das regras do jogo. A eleição popular dos governantes e a verificação periódica dessa eleição por parte do povo conformam o instituto do sufrágio universal. Somente o povo tem constitucionalmente o direito de escolher e destituir seus representantes. Dessa maneira, sem o direito ao sufrágio, o imigrante, mesmo regularizado, ainda não é parte integrante do povo no meio do qual vive, e o sufrágio sequer pode ser considerado universal.

Portanto, o direito ao sufrágio deve se desvincular da nacionalidade da pessoa. O preâmbulo da Constituição Argentina estabelece como fundamento do Estado a vocação para receber qualquer pessoa que queira habitar em solo argentino.⁵⁴ Se qualquer pessoa pode habitá-lo e, uma vez nele residindo, é bem-vinda pelo Estado. Destarte, a residência deve ser a condição suficiente para o direito ao sufrágio.

Por outro lado, não é desarrazoado que a lei não confira direito ao voto a uma pessoa que resida há poucos dias ou semanas no país. Da mesma forma, não é razoável que ela estabeleça longos anos, tais como os previstos para as pensões, para que se possa ter esse direito. Um prazo mínimo de residência seria o suficiente para garantir e integrar politicamente os imigrantes na comunidade onde exercem as tarefas e constroem os relacionamentos de suas vidas. De uma forma ou de outra, as disposições previstas na *Ley de Migraciones* e em seu Decreto regulamentário já representam um grande avanço nessa matéria, que deve continuar evoluindo até que os estrangeiros residentes na Argentina tenham direito a voto no âmbito nacional.

⁵⁴ *Los representantes del pueblo de la Nación Argentina, reunidos en Congreso General Constituyente por voluntad y elección de las provincias que la componen, en cumplimiento de pactos preexistentes, con el objeto de constituir la unión nacional, afianzar la justicia, consolidar la paz interior, proveer a la defensa común, promover el bien estar general, y asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad, y para todos los hombres del mundo que quieran habitar en el suelo argentino: invocando la protección de Dios, fuente de toda razón y justicia: ordenamos, decretamos y establecemos esta Constitución, para la Nación Argentina.*

3.5 Desafios para a Nova Política Migratória Argentina

O fim da *Ley Videla* marcou o início de uma nova política migratória na Argentina, com ampliação e maior garantia de direitos aos imigrantes. A facilitação na radicação de pessoas oriundas dos países que compõe o Mercosul e associados, a iniciativa de planos de regularização como o da Pátria Grande, a ratificação pelo Estado argentino da *Convención de Derechos de Trabajadores Migrantes y los Acuerdos de Residencia del Mercosur*, o direito às pensões previstas no sistema de seguridade social, o direito ao voto nos níveis municipais e provinciais são medidas que ditam o espírito de uma nova atuação do Estado na matéria de migrações, deixando para trás o espírito da *Ley Videla*, marcado por arbitrariedades e privações de direitos em nome da segurança nacional. A nova orientação consagra o direito de migrar como essencial e inalienável à pessoa humana, tendo como base os princípios da igualdade e universalidade.

Além disso, a mudança de rumo na política migratória argentina confere maior operabilidade a preceitos constitucionais aplicáveis aos imigrantes, que antes pairavam apenas no plano da retórica legal, por exemplo, o direito de todo habitante permanecer no país (art. 14 da Constituição), a igualdade entre nacionais e estrangeiros (art. 20 da Constituição), dentre outros.

Entretanto, conforme foi demonstrado neste capítulo, a nova legislação migratória apresenta, não obstante o inegável avanço, problemas de implementação por parte da Administração e equivocada interpretação, em diversas situações, por parte do Poder Judiciário.

Dessa maneira, é importante ressaltar que o Estado argentino deve procurar adotar medidas necessárias para modificar as práticas administrativas que obstaculizem a regularização migratória das pessoas oriundas dos países do Mercosul e associados. Deve-se garantir uma aplicação transparente e equânime dos critérios e procedimentos de permanência e expulsão previstos na *Ley de Migraciones* e em seu Decreto regulamentário, sempre tendo em vista os direitos e garantias da pessoa humana. Diante da irregularidade da pessoa, é necessário ser aberto um prazo para que ela possa se regularizar, ficando em suspenso o procedimento de expulsão. Se houver decisão decretando a expulsão do

estrangeiro, deve haver necessária e prévia intervenção e homologação judicial, não podendo ser ignorados fatores fundamentais para os direitos da pessoa humana, como o da reunificação familiar.

No mesmo sentido, é fundamental que a *Dirección Nacional de Migraciones* aplique o conceito de trabalhadores imigrantes de acordo com o estabelecido na *Convención Internacional sobre la Protección de todos los Trabajadores Migratorios y sus familiares*, para que também possa facilitar a regularização de pessoas que não são oriundas dos países que compõem o Mercosul e a ele são associados, como forma de não criar discriminação injusta entre os próprios imigrantes em razão da origem e da nacionalidade. A facilidade de regularização para as pessoas do Mercosul não pode implicar em dificuldade para as que não são.

Ademais, a nova *Ley de Migraciones* e seu Decreto regulamentário devem servir de parâmetro para que as normas provinciais e municipais solucionem as diferenças que existem nesses planos do ordenamento jurídico em relação ao acesso a direitos por parte de nacionais e estrangeiros. A mudança recente da política migratória não produziu efeitos em todas as normas do país. Aliás, tanto isso é real que o acesso a direitos políticos continua desigual no nível nacional, provincial e municipal.

Nesse sentido, para que a integração dos imigrantes seja plena, o Estado argentino deve implementar medidas que garantam a participação política e pública dos estrangeiros que residam em seu território. De nada adiantará a regularização e o acesso a alguns direitos sociais, se não houver direito pleno à vida pública, pois sem este elementar direito de um Estado democrático, jamais poderão estar em situação de igualdade com os nacionais. No contexto da América Latina, da mesma maneira deverá agir o Estado brasileiro, cujo principal diploma legal migratório será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4. O ESTATUTO DO ESTRANGEIRO

No capítulo anterior foram analisados os avanços e problemas da *Ley de Migraciones*. De acordo com o investigado, a referida lei marcou o início de uma nova política migratória na Argentina com ampliação e maior garantia de direitos aos imigrantes. Analogamente, neste capítulo será estudado o principal diploma legal migratório da República Federativa do Brasil: o Estatuto do Estrangeiro.

No Brasil, as regras sobre migração eram esparsas até 1938, quando foram consolidadas por meio do Decreto-lei nº 406 de 04 de maio. Posteriormente, em 1945, o Decreto-lei nº 7.967 condicionou a entrada de imigrantes no Brasil à necessidade de preservar e desenvolver as características "europeias" da composição étnica da população brasileira. Ademais, procurou defender o trabalhador nacional, disciplinando a corrente migratória através de um sistema de cotas. Em 1969 houve um novo decreto sobre a matéria migratória: o Decreto-lei nº 941 de 18 de outubro. Com o intuito de organizar essa série de decretos, em 1989 foi editada a Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, que deu origem ao Estatuto do Estrangeiro e revogou os decretos anteriores.

Várias tentativas de edição de um novo Estatuto foram feitas ao longo do tempo. Todavia, nenhuma modificação substancial foi verificada até a presente data. Elaboraram-se alguns projetos de lei para dar lugar ao Estatuto, entretanto, não houve aprovação de nenhum. Em 1981, a Lei nº 6.964 alterou apenas alguns dos seus dispositivos, permanecendo o Estatuto vigente praticamente em sua integralidade.

4.1 A Imigração e a Legislação Brasileira. O Estatuto do Estrangeiro

No Brasil, a condição de estrangeiro determina-se por exclusão. Ou seja, é estrangeiro quem não é nacional. Quem define essa condição de nacional é a União Federal, pois o art. 22 da Constituição brasileira, em seu inciso XIII, estabelece que compete a ela legislar privativamente sobre a nacionalidade, a cidadania e a naturalização. Dessa maneira, não podem os Estados-membros brasileiros legislar a respeito do assunto, possuindo nessa matéria apenas uma função administrativa delegada, incluindo, entretanto, a competência em matéria de deportação, expulsão ou extradição.

O art. 12 da Constituição brasileira, por sua vez, define quem são os brasileiros natos. São eles os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país, consagrando a aquisição da nacionalidade brasileira por meio do *ius soli*, mas com uma exceção funcional de serviço a outro país. Também são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. Nessa hipótese consagra-se a aquisição da nacionalidade mediante o *ius sanguini*, mas com o elemento determinante do critério funcional dos pais. Uma última forma de aquisição da nacionalidade brasileira, ainda por meio do *ius sanguini*, determina que são brasileiros natos aqueles nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, que não estiveram a serviço do Brasil, que optem a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira e venham a residir na República Federativa do Brasil.

A nacionalidade brasileira também pode ser adquirida por meio da naturalização. O art. 12, II, da Constituição brasileira, dispõe que são brasileiros aqueles que adquirirem a nacionalidade na forma da lei, sendo exigido aos originários de países de língua portuguesa apenas a residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral. Para os estrangeiros originários de outros países o tempo de residência ininterrupta é ampliado para quinze anos, não podendo o solicitante possuir qualquer condenação penal. Há uma condição especial para as pessoas de nacionalidade portuguesa – aos que possuam residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.

Destarte, o regramento sobre a aquisição da nacionalidade brasileira tem previsão constitucional. O Brasil define em sua Carta Magna quem tem o direito de adquirir sua nacionalidade e quem não o tem. Entretanto, em relação àqueles que migram para o Brasil o regramento se dá no âmbito federal por meio da Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, o chamado Estatuto do Estrangeiro.

No seu art. 1º está disposto que em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições da lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, desde que sejam respeitados e observados os interesses nacionais expressamente mencionados na lei, como a segurança nacional, a organização institucional, os interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil e a defesa do trabalhador nacional.

É importante mencionar que o Estatuto do Estrangeiro foi aprovado em um regime de exceção, em que o Brasil era governado por uma ditadura militar. Nessa época, inúmeras leis restritivas foram aprovadas, sendo o Estatuto uma delas. Assim, a defesa do trabalhador nacional foi carregada de um conteúdo voltado a impedir o acesso indiscriminado de mão de obra, qualificada ou não, que viesse a competir com os nacionais no mercado de trabalho. Dificultar a entrada do imigrante visava combater supostos inconvenientes por eles trazidos ao Brasil, por exemplo, o aumento do pauperismo já existente, a concorrência para o aumento do analfabetismo e da criminalidade e o prejuízo à integridade nacional da sociedade receptora, quando os imigrantes não se deixam assimilar pelo novo ambiente, formando guetos no país que os recebeu (CAHALI, 2010).

Por outro lado, o parágrafo único do art. 16 do Estatuto determina que a imigração objetive, primordialmente, propiciar mão de obra especializada a vários setores da economia nacional, considerando a política nacional de desenvolvimento em todos seus aspectos, em especial o aumento da produtividade e a assimilação de tecnologia e captação de recursos para setores específicos. O art. 18 dispõe, ainda nesse diapasão, que a concessão do visto permanente a uma pessoa poderá ficar condicionada, por prazo não superior a cinco anos, ao exercício de atividade certa e à fixação em região determinada do território brasileiro.⁵⁵

Dessa maneira, compreende-se que a defesa do trabalhador nacional passa ao largo do motivo pelo qual a pessoa emigra, focando-se apenas no que ela teria ou não para contribuir materialmente à sociedade receptora. Ou seja, o enfoque do Estatuto do Estrangeiro não está no direito humano de migrar, reconhecido pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, mas sim dentro de uma lógica de gestão policial e de defesa da segurança nacional.

⁵⁵ O art. 16 do Estatuto do Estrangeiro dispõe que "o visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil. Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando a Política Nacional de Desenvolvimento em todos os seus aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos". Já o art. 17 dispõe que "para obter visto permanente o estrangeiro deverá satisfazer, além dos requisitos referidos no art. 5º, as exigências de caráter especial previstas nas normas de seleção de imigrantes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração". O art. 18, por sua vez, "a concessão do visto permanente poderá ficar condicionada, por prazo não superior a cinco anos, ao exercício de atividade certa e à fixação em região determinada do território nacional".

A admissão regular do estrangeiro é, portanto, dificultada no território nacional. O art. 7º do Estatuto dispõe que não se concederá visto ao estrangeiro considerado nocivo à ordem pública e aos interesses nacionais ou que não satisfaça as condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde, dentre outras situações. A restrição ao estrangeiro dito nocivo à ordem pública e aos interesses nacionais não se justifica, pois trata-se de uma norma cujo conteúdo é completamente abstrato e aberto a casuísmo. O mesmo art. 7º já prevê que não se concederá visto ao estrangeiro anteriormente expulso do país, salvo se a expulsão tiver sido revogada, tampouco ao condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira. Destarte, não há necessidade e nem utilidade para a proibição por nocividade, senão a de controle casuístico e autoritário de quem imigra para o Brasil. A própria previsão em relação ao estar sendo processado já é merecedora de crítica, porque fere a constitucionalmente prevista presunção de inocência.

A nocividade do estrangeiro deve ser apreciada pela autoridade consular competente para a concessão do visto, sendo que seu julgamento pode ser precedido por consulta ao Poder Executivo (CAHALI, 2010). A concessão do visto, discricionária e arbitrária, portanto, não se aproxima em nenhum momento do direito humano de migrar, pelo contrário, corrobora o sentido anacrônico inserido no vetusto Estatuto em atender à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e de defesa cultural do Brasil.

Em relação aos estrangeiros naturais de países limítrofes, como os bolivianos, o art. 21 do Estatuto traz importante regramento: dispõe que ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, uma vez respeitados os interesses da segurança nacional, poderá ser permitida a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade. Estabelece-se ainda que ao estrangeiro que pretenda exercer atividade remunerada ou frequentar estabelecimento de ensino naqueles municípios fronteiriços, será fornecido documento especial que o identifique e caracterize sua condição, além das Carteiras de Trabalho e da Previdência Social, quando forem necessárias. Deve ser ressaltado que a posse desses documentos não confere ao estrangeiro oriundo de país limítrofe o direito de residência no Brasil.

De acordo com Cahali (2010), o estrangeiro oriundo de país limítrofe deve se cadastrar no Departamento da Polícia Federal para receber o documento especial que o

identifique e caracterize sua condição. Note-se que o registro do estrangeiro é feito junto à Polícia, dentro do contexto policial e de segurança adotado pela lei, e não a qualquer outro órgão governamental. Ademais, o cadastro deve ser feito mediante a apresentação de diversos documentos, os quais o estrangeiro deverá necessariamente portar, são eles: carteira de identidade oficial emitida pelo seu país de origem, documento que prove sua naturalidade (uma certidão de nascimento ou qualquer documento equivalente), prova de residência na localidade de seu país contígua ao território nacional, promessa de emprego ou de matrícula escolar, prova de que não possui antecedentes criminais em seu país. Quando o estrangeiro obtém a Carteira de Trabalho, a Delegacia do Trabalho lança nela um carimbo que caracteriza a restrição de sua validade apenas ao município no qual o estrangeiro está cadastrado junto à Polícia Federal. Ou seja, trata-se de uma carteira provisória e restrita ao município brasileiro, não sendo em nenhum momento garantia de permanência do estrangeiro oriundo de país limítrofe no Brasil.

A irregular fixação de residência no Brasil ou o mero afastamento dos limites territoriais dos municípios fronteiriços em questão permitem a deportação do estrangeiro.⁵⁶ Para que isso não aconteça e o estrangeiro, nessa condição de fronteiriço, possa adquirir residência permanente no Brasil, é preciso requerer permanência ao órgão competente do Ministério da Justiça dentro do prazo de noventa dias.

Os estrangeiros fronteiriços são oriundos de países do Mercosul ou associados a eles. O tratamento dispensado a essas pessoas é restritivo e pouco voltado para a integração entre o Brasil e esses países. Parece evidente que na matéria de integração regional de pessoas o Brasil encontra-se em estado muito rudimentar. A mentalidade de defesa nacional, de segurança policial e proteção ao trabalhador brasileiro ainda parece ditar os rumos da política migratória brasileira.

⁵⁶ O art. 57 caput do Estatuto do Estrangeiro dispõe que "nos casos de entrada ou estada irregular de estrangeiro, se este não se retirar voluntariamente do território nacional no prazo fixado em Regulamento, será promovida a sua deportação". O art. 57, parágrafo primeiro dispõe que "será igualmente deportado o estrangeiro que infringir o disposto nos arts. 21, parágrafo 2, 24, 37, parágrafo segundo, 98 a 101, parágrafos primeiro ou segundo do art. 104 ou art. 105". O art. 21, parágrafo segundo, refere-se ao estrangeiro admitido na condição de natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, para exercer atividade remunerada ou frequentar estabelecimento de ensino em município fronteiriço ao seu respectivo país, que vier a se afastar dos limites territoriais daquele município.

O Estatuto não previu, nem poderia ter previsto, um tratamento diferenciado para a situação dos cidadãos dos países integrantes do Mercosul. Conquanto em estágio pouco avançado no desenvolvimento do processo de integração, sujeito a marchas e contramarchas da política interna e internacional, reserva-se para uma legislação especial a disciplina a respeito, em consonância com os princípios comunitários que terão inspirado a criação daquela instituição. Reclama-se, pois, uma lei ou convenção que assegure aos nacionais dos países integrantes do Mercado Comum do Sul os mesmos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros no que se refere ao exercício de atividades econômicas e laborais e de frequência a estabelecimento de ensino. (CAHALI, 2010, p. 122).

A posição de Cahali denota o pensamento de que enquanto não houver um regramento de Direito Internacional entre os países do Mercosul, o Brasil deve continuar a defender seu espaço, seu trabalhador nacional e ditar sua política migratória em razão da segurança nacional, não se importando em tratar a imigração como um direito humano. Ou seja, enquanto não houver regramento sobre a matéria no bloco regional, a política migratória brasileira não se pautará pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos e continuará a se utilizar da normativa internacional supostamente ausente para justificar a manutenção de uma lei restritiva e de cunho autoritário.

4.2 Anistia, Expulsão e Deportação

A entrada do estrangeiro no território brasileiro é extremamente dificultada pelas normas do Estatuto. Ademais, o excesso burocrático não facilita a regularização das pessoas que entraram clandestinamente no país e nele se encontram irregulares. O art. 24 do Estatuto estabelece que nenhum estrangeiro procedente do exterior poderá se afastar do local de entrada e inspeção sem que seu documento de viagem e o cartão de entrada e saída do Brasil sejam visados pelo órgão competente do Ministério da Justiça, que é a Polícia Federal. Ao mesmo tempo, o art. 38 veda a legalização da estada do imigrante clandestino ou irregular, como também proíbe a transformação do visto de trânsito, de turista ou temporário em permanente. Em caráter transitório, todavia, o Estatuto possibilitou a regularização de imigrantes com entrada no Brasil até 20 de agosto de 1989, desde que requisitassem um registro provisório em cento e vinte dias contados após essa data. Além

dessa previsão, várias anistias foram editadas para regularizar os imigrantes em situação irregular.

A anistia é um instituto paliativo, que serve para abrir exceções de tempos em tempos dentro da política migratória do país sem romper com o tratamento autoritário e restritivo da lei vigente. Aliás, ela é um instrumento cuja essência está em oferecer às pessoas que cometeram ilícitos o perdão do Estado. Ou seja, para que se permita a anistia, é necessário reconhecer um ilícito e que seu agente receba o perdão do Estado. O termo *anistia* deriva do grego *amnestía*, cujo significado se aproxima de "esquecimento" e caracteriza-se pelo ato estatal em declarar impuníveis todos quantos, até certo dia, perpetraram determinados delitos, fazendo cessar as diligências persecutórias, ou tornando nulas e de nenhum efeito as condenações recebidas.

Ao anistiar o imigrante irregular o Brasil não reconhece na prática o direito humano de migrar, pois o instituto da anistia não observa esse direito em primeiro plano, mas sim o ato que fere a lei nacional. Assim, apenas para proteger a segurança e a integridade do Estado, esse ato é perdoado. A anistia não muda a política migratória, não altera e nem facilita a entrada e a permanência do imigrante no país, apenas representa uma liberalidade do Estado brasileiro para com quem feriu suas leis.

O art. 26 do Estatuto, por sua vez, estabelece que o visto concedido a estrangeiro pela autoridade consular configura mera expectativa de direito. Dessa maneira, a entrada, a estada e o registro dele podem ser obstados se ocorrer algum dos casos do art. 7º ou se o Ministério da Justiça julgar inconveniente sua presença no Brasil. O impedimento do estrangeiro é possibilitado, portanto, pela natureza da concessão do visto, que é mera expectativa e não um direito. O parágrafo segundo do art. 26 dispõe que o impedimento de qualquer dos integrantes da família poderá estender-se a todo o grupo familiar.

O art. 26 fere os direitos humanos dos estrangeiros, porque além de remeter-se ao já criticado art. 7º em seu caput, desrespeita frontalmente o princípio da reunificação familiar em seu parágrafo segundo. Ademais, a previsão de extensão do impedimento a familiares fere também o princípio de individualização da pena, pois mesmo que não configure um tipo penal, o impedimento é uma sanção e como tal não poderia ser estendida para nenhuma pessoa senão o agente que lhe deu causa.

No mesmo diapasão restritivo e autoritário, o art. 65 do Estatuto prevê ser passível de expulsão o estrangeiro que de alguma maneira atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. O parágrafo único desse artigo também define ser passível de expulsão o estrangeiro que praticar fraude a fim de obter sua entrada ou permanência no Brasil, entrar no país infringindo a lei e não se retirar do território nacional no prazo que lhe for determinado para fazê-lo, entregar-se à vadiagem ou à mendicância e desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro. Trata-se de normativa autoritária e repleta de termos amplos e abstratos. O que seria atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social? O estrangeiro que se encontra no mercado de trabalho informal poderia atentar contra a economia popular? O imigrante que procura emprego e tem dificuldade em encontrar, poderia ser considerado vadio ou mendicante? Além dos termos abstratos, expulsar o estrangeiro de acordo com a conveniência e o interesse nacional é uma previsão anacrônica, de um Estatuto construído ao largo do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos direitos humanos em amplo sentido. Não se considera a pessoa humana em primeiro lugar, tampouco o direito de migrar, mas novamente a defesa e a proteção do Estado.

Ainda em relação à expulsão do estrangeiro do território brasileiro, o art. 75 estabelece que ela não poderá acontecer se o indivíduo for casado com brasileiro há mais de cinco anos ou se tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda e dependência econômica. A norma em questão visa proteger a nacionalidade brasileira e não o princípio da reunificação e manutenção familiar. Isto é, caso o imigrante venha irregularmente para o país em razão de familiares não brasileiros, mas regulares, que aqui estão, e der causa a algum dos motivos previstos na lei para a expulsão ou deportação, será retirado do Brasil, não importando se seus filhos ou esposa permanecerão em território brasileiro. Ademais, o prazo de duração de cinco anos para o casamento é demasiado. A própria lei não prevê prazo para o divórcio direto de pessoas casadas. Ou seja, o legislador brasileiro demonstra em sua lei civil que o tempo não é mais determinante para demonstrar se ainda há ou não uma relação conjugal. Dessa forma, se a lei não exige prazo para constatar o fim do casamento, não há sentido que faça o mesmo para constatar seu início e sua existência. A existência de uma união com o fim de constituir uma família reside subjetivamente na

vontade e nos atos dos cônjuges e não em critérios temporais. Assim, o prazo de cinco anos justifica-se apenas na intenção de dificultar a permanência do estrangeiro no território brasileiro.

Além disso, a lei fala em casamento, o que implica a existência de um casamento válido. De acordo com Cahali (2010), a simples sociedade familiar de fato não impede a expulsão de estrangeiro do território nacional, uma vez que a situação da companheira não é considerada na previsão legal. Esse entendimento, contudo, deve ser revisto, pois fere o princípio da igualdade entre nacionais e imigrantes no que toca ao regramento da união estável no direito brasileiro. Tanto o casamento quanto a união estável são entidades familiares, em conformidade com o art. 226 da Constituição Federal da República do Brasil de 1988, possuindo o mesmo status. Fato que deveria ser ponderado e receber o mesmo peso na legislação migratória.⁵⁷

Em geral, o regramento da deportação e o da expulsão são justificados como direito que o Estado possui em assegurar sua conservação e segurança contra estrangeiros indesejados.

Com efeito, está definitivamente superada a pretensão daqueles que contestavam a legitimidade da expulsão, qualificando-a de contrária à liberdade humana e à ideia da comunidade internacional, para assegurar ao estrangeiro um direito sem restrições de se estabelecer e permanecer no país de sua escolha [...] Nos dias atuais, porém, o direito de expulsão do estrangeiro nocivo, como direito de se libertar dos indivíduos estranhos à nacionalidade, perturbadores da ordem social e prejudiciais às instituições internas, é reconhecido ao Estado em termos incontroversos na prática e pela doutrina; variam apenas as concepções que procuram fundamentá-lo: a) teoria da hospitalidade; b) ato de soberania; e c) doutrina da conservação. A teoria da hospitalidade não desfruta de maior expressão – terá sido sustentada por André Weiss, com o argumento de que o estrangeiro dentro do Estado goza da hospitalidade e se encontra sujeito a todos os direitos e deveres daí decorrentes. Ora, se um estrangeiro se torna

⁵⁷ É interessante nessa matéria anotar os seguintes posicionamentos jurisprudenciais, que evidenciam o objetivo da legislação migratória muito distante da proteção dos direitos humanos dos imigrantes: STF, Pleno, 12.04.1991: Não basta ter o expulsando cônjuge e filhas brasileiras – a lei exige casamento com mais de cinco anos e filho sob a guarda e dependência econômica do paciente. STF, Pleno, 13.11.1996, JSTF 228/275: Não obsta a execução do ato de expulsão o posterior casamento do estrangeiro, tampouco o nascimento, anos depois, de seu filho brasileiro. HC 56.822, 14.03.1979: Não basta, como fator impeditivo da expulsão, a simples prova de que o expulsando tenha filho brasileiro; é necessário, ainda, que fique provado depender esse filho da economia paterna. A dependência econômica, no caso, deverá ser examinada sob dois aspectos: a) não possuir o filho, ou seus ascendentes maternos, renda bastante para sua criação e educação; b) possuir o pai profissão ou renda que viabiliza essa prestação econômica.

nocivo ao Estado, ele violou os deveres que tinha, tornando-se sujeito à expulsão do território nacional. Como observa Albuquerque Mello, “esta concepção não pode ser aceita, uma vez que a hospitalidade não constitui um instituto jurídico; a hospitalidade gera apenas deveres morais”. Na realidade, essa teoria apenas explica o instituto, no sentido de que “a tolerância de permanência deve ter um limite, para cessar quando o estrangeiro se transforma em ameaça ao país que o acolheu, ou aos interesses gerais de sua coletividade”. A essa ideia de conservação liga-se a ideia da própria segurança e conveniência do Estado, quanto à presença do estrangeiro em seu território. Mas tais colocações não diferem substancialmente daqueles que pretendem que a expulsão do estrangeiro é direito, que tem o Estado, como efeito de sua soberania: da mesma sorte que pode impedir ou submeter a condição a entrada do estrangeiro, decretar regras sobre a sua localização, recusar-lhe o gozo e exercício de determinados direitos, não só políticos e públicos, mas ainda tipicamente privados, assim também lhe assiste o direito de excluí-lo da convivência nacional, obrigando-o a se retirar do seu território. A soberania do Estado manifesta-se, assim, nesse poder sobre os indivíduos que se encontram no território do Estado, inclusive com o poder de expulsar os estrangeiros que violem a sua ordem pública. (CAHALI, 2010, p. 195-196).

A mentalidade que embasa o direito do Estado em expulsar e deportar o imigrante é a mesma que, por todo o regramento do Estatuto do Estrangeiro, fere os princípios da universalidade, da indivisibilidade e da inalienabilidade da proteção dos direitos humanos. Essa fundamentação pautada na conveniência e na discricionariedade, na segurança e na soberania da normativa, orienta a política migratória e favorece a transformação de imigrantes que se encontram em situação irregular no país em figuras nocivas, ilegais, em pessoas que cometeram ilícitos contra a lei brasileira. Isto é, a mera irregularidade passa a configurar a ilegalidade. Nesse sentido, Farena (2012) adverte que:

Em quase todos os cantos do mundo, os imigrantes em situação irregular ou indocumentados são designados como “ilegais” principalmente por agentes policiais e funcionários de imigração, mas também pelas autoridades, a mídia e a sociedade em geral, que seguem essa tendência de conteúdo fortemente discriminatório. Aqui no Brasil, de forma insistente, inconsequente e estigmatizante, usa-se o termo “ilegal”, sem medir as desastrosas consequências de tal discriminação [...] O Relator da Conferência Internacional sobre Migração e Crime, levada a cabo em Itália, em 1996, observou, com sobrada razão, que “o termo migrante ilegal implica uma condição de criminalidade *ipso facto* antes de qualquer determinação judicial do status. Mais ainda, implica que um imigrante ilegal é um criminoso”. (2012, p. 134-135).

Contudo, de acordo com o regramento do Estatuto do Estrangeiro e da legislação penal brasileira, a expulsão e a deportação do estrangeiro não são penas no sentido específico de sanção à conduta criminosa imposta por sentença judicial condenatória. Todavia, é inegável que mesmo não sendo uma pena em razão de delitos previstos na lei penal brasileira, ambos não deixam de ser provimentos sancionatórios gravíssimos impostos pela autoridade administrativa e não pelo Poder Judiciário.

O art. 66 do Estatuto prevê que caberá exclusivamente ao presidente da República do Brasil resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão ou de sua revogação. Dessa maneira, como já mencionado, é a autoridade administrativa quem decide sobre a expulsão, procedendo da mesma forma em relação à deportação. O órgão competente para promovê-la é o Departamento de Polícia Federal e não o Poder Judiciário, sendo que se a deportação for convertida em expulsão, a competência para tanto é do presidente da República.

O controle jurisdicional do ato que expulsa o estrangeiro somente pode ser feito por meio de *habeas corpus* dirigido ao Supremo Tribunal Federal. O entendimento majoritário da doutrina demonstra que o presidente da República só tem arbítrio para decidir se expulsa o estrangeiro dentro das causas legais que o Estatuto prevê.⁵⁸ A arbitrariedade e a discricionariedade estão limitadas à previsão legal. Todavia, ressalta-se que as já mencionadas causas são abstratas e abertas e dão margem à ampla justificativa por parte de quem expulsa. Nessa perspectiva, a zona de intervenção do Poder Judiciário em um eventual *habeas corpus* é muito restrita, pois os termos amplos permitem diversificado leque de justificativas. Portanto, o controle jurisdicional da expulsão do estrangeiro é embasado simplesmente pela teoria do controle de atos administrativos, deixando de lado os direitos humanos e o respeito à dignidade da pessoa humana, uma vez que o que está em jogo é o destino de um ser humano.

Já o controle jurisdicional do ato que deporta um estrangeiro é feito por meio de *habeas corpus* ou *mandado de segurança*. A competência para conhecimento de ambos é da Justiça Federal de primeira instância. Ademais, o art. 109, X, da Constituição Federal

⁵⁸ Para maiores informações verificar Dardeau de Carvalho, *Situação Jurídica do estrangeiro no Brasil*, São Paulo: Sugestões Literárias, 1976.

dispõe que compete ao juiz federal decretar a prisão preventiva do estrangeiro em situação irregular para fins de deportação.⁵⁹

Tanto na deportação quanto na expulsão do estrangeiro, o controle da legalidade deve partir do próprio estrangeiro. Ou seja, não há controle feito pelo Ministério Público, tampouco por órgão como a Defensoria Pública, que prescindia da ação ativa do estrangeiro, oferecendo-lhe proteção *ex officio*. Dessa forma, o imigrante que sofrer a sanção é quem deverá concretizar o controle jurisdicional do ato que lhe prejudica por própria iniciativa, impetrando *habeas corpus* ou *mandado de segurança*. Em diversas situações o estrangeiro não domina o idioma nacional e não possui orientação suficiente que lhe esclareça juridicamente como reivindicar o direito à revisão judicial do ato sancionatório. Destarte, há desrespeito ao princípio da igualdade entre nacionais e estrangeiros, pois este está em evidente desigualdade em relação àquele desde o princípio, sendo maior o aprofundamento desta desigualdade quando a possibilidade de proteção via controle jurisdicional é baseada em instrumento jurídico, cujo uso se apresente da mesma maneira para ambos.⁶⁰

4.3 Restrições no Mercado de Trabalho

O art. 95 do Estatuto prevê ao imigrante residente no Brasil o gozo de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros nos termos da Constituição da República e das demais leis. Portanto, o princípio da igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros é estabelecido no corpo do próprio Estatuto, embora carregado de restrições. O art. 97, por exemplo, estabelece que ao estrangeiro são permitidos tanto o exercício de atividade remunerada, quanto a matrícula em estabelecimento de ensino, mas com as restrições

⁵⁹ De acordo com Luís Cezar Ramos Pereira o *habeas corpus* destaca-se como o remédio jurídico mais eficiente para o controle e correção do abuso de poder, como forma de garantir a liberdade de locomoção do estrangeiro. O *mandado de segurança* também pode ser utilizado com o intuito de proteger o direito líquido e certo, não amparado pelo *habeas corpus*. Nesse caso, o polo passivo é a autoridade que violou o direito líquido e certo do estrangeiro. *A deportação do estrangeiro e seu processo no Brasil*, RT 717/356.

⁶⁰ Não serão feitos comentários sobre a extradição do estrangeiro, prevista e regulada no Estatuto do Estrangeiro, por não apresentar maiores interesses para o objeto deste trabalho. Sobre a extradição no direito brasileiro, consultar os arts. 76 a 94 do Estatuto. No âmbito do Mercosul, consultar o acordo de extradição que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram em 1998, tendo sido promulgado pelo Decreto-lei n° 4.975 em 30 de janeiro de 2004.

estabelecidas no próprio Estatuto e em seu regulamento.⁶¹ As restrições são muitas, de modo que é possível questionar, sobretudo, a eficácia da igualdade prevista no art. 95. O capítulo do Estatuto do Estrangeiro que trata dos direitos e deveres do estrangeiro, arts. 95 a 110, é repleto de restrições. Não seria exagero dizer que os únicos direitos previstos estão apenas no enunciado amplo e geral do art. 95 e nos dois direitos do art. 97.

Os arts. 98 a 101 estabelecem uma série de restrições aos direitos dos imigrantes no mercado de trabalho, visando proteger essencialmente o trabalhador brasileiro. O art. 98 estabelece que aos estrangeiros que possuem visto de turista, de trânsito ou temporário, na condição de estudante, é proibido exercer atividade remunerada. A proibição se estende aos dependentes de titulares de quaisquer vistos temporários. O art. 99, por sua vez, proíbe ao estrangeiro com visto temporário e ao estrangeiro oriundo de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território brasileiro, estabelecer-se com firma individual, exercer cargo ou função de administrador, ser gerente ou diretor de sociedade comercial ou civil, bem como inscrever-se em entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.⁶²

O art. 102 estabelece que a cada mudança de domicílio ou residência o estrangeiro devidamente regularizado precisa comunicar ao Ministério da Justiça, devendo fazê-lo nos trinta dias imediatos à efetivação da mudança. A comunicação deve ser feita pessoalmente à Polícia Federal ou por meio do correio, enviando carta com aviso de recebimento, na qual conste obrigatoriamente o nome do estrangeiro, o número do documento de identidade e o lugar onde foi emitido, tudo acompanhado do comprovante da nova residência ou domicílio, tal como dispõe o art. 81 do Regulamento ao Estatuto. Trata-se de uma exigência abusiva e desnecessária por parte do Estado, pois possui um caráter de controle policial quanto ao paradeiro do indivíduo em território brasileiro, como se esse fosse um elemento potencialmente nocivo à segurança do país. O brasileiro não precisa informar à Polícia

⁶¹ O regulamento do Estatuto do Estrangeiro, em seu art. 83, prevê que a matrícula do estrangeiro em estabelecimento de ensino de qualquer grau só se efetivará se houver devido registro ou cadastro. Ao estrangeiro deverá ser fornecido documento de identidade, inclusive ao menor em idade escolar. Caso o estrangeiro seja natural de país limítrofe e esteja em cidade fronteiriça, deverá ser cadastrado na Polícia Federal, de onde receberá um documento especial que o identificará e caracterizará sua condição. O Regulamento do Estatuto ainda prevê que o protocolo recebido junto à Polícia Federal poderá substituir pelo prazo de sessenta dias os documentos de identidade do estrangeiro registrado ou cadastrado (Regulamento, art. 83, parágrafo 1).

⁶² É permitida a inscrição temporária em entidade fiscalizadora de profissão regulamentada apenas ao estrangeiro que está no Brasil na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, que esteja sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro.

Federal sobre cada mudança de domicílio ou residência e dessa mesma maneira deveria ser tratado o estrangeiro já regularizado.

O art. 106, a seu turno, estabelece outra série de restrições aos direitos dos estrangeiros no Brasil. Há restrições em relação à navegação de cabotagem (art. 106, I),⁶³ à participação em empresas jornalísticas, de televisão e de radiodifusão (art. 106, II e III), à atuação em pesquisas e explorações de jazidas e recursos minerais (art. 106, IV),⁶⁴ à propriedade e exploração de aeronaves (art. 106, V),⁶⁵ à corretagem de navios, de fundos públicos, leilão e despacho aduaneiro (art. 106, VI),⁶⁶ à administração ou representação de sindicato ou associação de classe (art. 106, VII), a ser prático de barras, portos, rios, lagos e canais (art. 106, VIII), à posse, manutenção ou operação de aparelho de radiodifusão, radiotelegrafia ou similar (art. 106, IX) e à assistência religiosa às forças armadas (art. 106, X).⁶⁷

Em relação à restrição de empresas jornalísticas de qualquer espécie, de empresas de televisão e radiodifusão, o art. 222 da Constituição da República de 1988 alterou o Estatuto do Estrangeiro. Agora há uma restrição especial: a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país. Em qualquer caso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há

⁶³ Em relação a essa restrição, verificar o art. 178 da Constituição de 1988 e a recepção do Código de Pesca, Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938.

⁶⁴ O art. 176 da Constituição de 1988 deu nova disciplina à restrição do Estatuto, dispondo que a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais energéticos de que trata o artigo, somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, na forma da lei.

⁶⁵ A restrição em relação à propriedade e exploração de aeronaves por estrangeiros deve ser tomada de acordo com a redação do art. 178 da Constituição de 1988, que sob a emenda constitucional de 15 de agosto de 1995, disciplinou a matéria estabelecendo que lei específica tratará da ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade. Na ordenação do transporte aquático, serão estabelecidas pela lei as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e na navegação de interior poderão ser feitos por estrangeiros.

⁶⁶ Essa restrição não mais pode ser considerada eficaz, tanto em razão de disciplina constitucional (art. 5, XIII) quanto em razão da lei que regulamenta o mercado de capitais, que trata das Bolsas de Valores e não reproduz tal limitação.

⁶⁷ Faz-se importante mencionar que o nacional de Portugal goza de status especial na legislação brasileira. O parágrafo segundo do art. 106 estabelece que ao português apenas é proibido assumir a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas jornalísticas, de televisão e radiodifusão, ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional e prestar assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares.

mais de dez anos, que exercerão de modo obrigatório a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social. Além disso, os meios de comunicação social eletrônicos, independente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão priorizar os profissionais brasileiros na execução de produções nacionais na forma da lei específica. Vale ainda ressaltar que a Lei nº 10.610 de 2002 regulou a participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas.

Dessa maneira, a Constituição, embora ainda tenha mantido largas restrições aos direitos dos estrangeiros no que toca aos meios de comunicação, amenizou a vedação total anteriormente prevista no Estatuto, que proibia além da propriedade de empresa jornalística, de televisão e radiodifusão, a participação acionária e a orientação intelectual ou administrativa dessas empresas. Se antes a proteção contra a ameaça estrangeira era total, hoje há uma notável mudança de orientação, mesmo que ainda persistam restrições que não se justifiquem no mundo de informação globalizada e acesso à rede mundial de computadores, tais como o direito privativo a brasileiros em dirigir o conteúdo da programação e a responsabilidade editorial. Essas restrições não passam de legado autoritário e anacrônico de fobia do estrangeiro em razão da segurança e da construção nacionalista de Estado.

É importante ressaltar que o anacronismo do Estatuto é evidente nas restrições relacionadas à navegação de cabotagem, à propriedade e exploração de aeronaves, à corretagem de navios, de fundos públicos, leilão e despacho aduaneiro, a ser prático de barras, portos, rios, lagos e canais, à posse e à manutenção ou operação de aparelho de radiodifusão, radiotelegrafia ou similar.

Conforme o art. 106, VII, do Estatuto, é proibido ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada. A restrição, todavia, se refere aos cargos diretivos e não à inscrição do estrangeiro nessas entidades. Dessa maneira, não há razão que justifique tal limitação. Por qual motivo aceita-se os imigrantes na associação como inscrito, mas lhe é vedada a participação diretiva? O simples fato de ser nacional de outro país o torna nocivo para a subsistência e interesses dessas entidades, ou

trata-se de mera proteção ao inscrito brasileiro, explícito corporativismo, para que esse possa ascender a cargos diretivos sem que haja competição com o estrangeiro? Uma das justificativas para a manutenção dessa restrição encontra-se novamente na potencial nocividade do estrangeiro, cujos interesses podem colocar em risco o trabalhador brasileiro⁶⁸. Ainda é interessante ressaltar que a inscrição de estrangeiros nessas entidades é permitida inclusive em caráter temporário se este a solicitar na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro (art. 99 do Estatuto), o que dota de maior falta de sentido a restrição do inciso VII.

No mundo atual da rede mundial de computadores, de aparelhos celulares com acesso à internet, de diversas redes sociais, dentre outras tecnologias, que transformaram a comunicação e a troca de informações entre os homens, tudo com velocidade espantosa, não possui o menor sentido a restrição prevista no inciso IX do art. 106. A vedação em possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelho de radiodifusão, de radiotelegrafia e similar, não tem efeito prático diante da impossibilidade de controle dessa restrição.

Por fim, a restrição do inciso X do art. 106 em relação à proibição do estrangeiro em prestar assistência religiosa às Forças Armadas brasileiras também é desprovida de sentido. A Constituição da República de 1988 dispôs em seu art. 5, VII, ser assegurada, nos termos

⁶⁸ É importante ressaltar que a restrição ao estrangeiro nas associações sindicais permanece no Estatuto do Estrangeiro, mas suas raízes remetem ao corporativismo dos anos 1930. De acordo com Fausto (2011), no Estado Getulista de 1930 a 1945 seguiram-se leis de proteção ao trabalhador e de enquadramento dos sindicatos. Estes foram definidos como órgãos consultivos e de colaboração com o poder público. Ao governo atribuiu-se um papel de controle da vida sindical. Fausto explica que, sob a política trabalhista do Estado Novo, adotou-se o princípio da unidade sindical, tornando o sindicato ainda mais dependente do Estado e reforçou-se a estrutura sindical vertical já existente com a criação de federações regionais e confederações nacionais. Em 1940, foi criado o imposto sindical, uma espécie de financiamento do sindicato e de sua subordinação ao Estado. Por meio deste imposto, deu-se suporte à figura do "pelego", isto é, o dirigente sindical que não agia no interesse dos trabalhadores, mas sim no interesse próprio e do Estado, amortecendo atritos entre este e aqueles. O imposto sindical facilitou a existência desse tipo de dirigente, pois o pelego não tinha a necessidade de atrair para o sindicato uma grande massa de trabalhadores, uma vez que o imposto era a garantia de sobrevivência do próprio sindicato, sendo o número de trabalhadores associados um fator de importância secundária. Nesse contexto corporativista de atrelamento dos sindicatos ao Estado, restringia-se a associação do estrangeiro, não somente para afirmar a proteção ao trabalhador brasileiro, como também para evitar a disseminação de ideias relacionadas ao anarquismo, ao comunismo e ao sindicalismo europeu, contrárias ao interesse estatal e presentes no discurso político de muitos imigrantes de origem europeia. A eclosão da Segunda Guerra Mundial também repercutiu na política de restrição aos estrangeiros, principalmente em relação aos japoneses. Para maiores informações consultar Endrica Geraldo, *A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil*, Cad. AEL, v. 15, n. 27, 2009.

da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, não fazendo menção a nenhuma restrição quanto à nacionalidade daquele que presta essa assistência. A restrição do Estatuto não só fere a laicidade do Estado, pois este passa a disciplinar sobre uma característica específica de um sacerdote religioso, mas também fere a própria liberdade religiosa prevista na Constituição. Enquanto a previsão constitucional de assegurar a assistência religiosa se faz em termos genéricos, remetendo inclusive à lei específica, o Estatuto estabelece restrição ao tipo de sacerdote, extrapolando os limites de um Estado laico. A liberdade religiosa, a seu turno, é desrespeitada em casos nos quais a pessoa que recebe a assistência professa uma religião não comum no Brasil, que possua apenas sacerdotes estrangeiros. Ora, se a assistência é assegurada na Constituição, ela deve ser prestada de qualquer maneira, não importando a nacionalidade do sacerdote, sob pena de desrespeito ao próprio texto constitucional.

4.4 Restrições a Direitos Políticos

O art. 107 do Estatuto estabelece restrições a direitos políticos dos imigrantes no Brasil. De acordo com ele, o estrangeiro não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil. Além dessa vedação genérica, não podem os imigrantes organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de onde são originários. É negado o direito de exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a ideias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país. Também não podem organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com fins políticos, ideológicos e partidários.

Entretanto, o Estatuto não proíbe a associação de estrangeiros para fins culturais, religiosos, recreativos beneficentes ou de assistência. Eles podem se filiar a clubes sociais e desportivos, e a quaisquer outras entidades com fins semelhantes, bem como participarem de reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos que possuam grande

relevância patriótica. Contudo, essas entidades, caso possuam mais da metade de associados estrangeiros, somente podem funcionar mediante autorização do Ministro da Justiça. Aliás, sempre que este considerar conveniente aos interesses do Brasil poderá impedir a realização de conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas por estrangeiros (art. 110 do Estatuto).

Essas vedações aos direitos políticos dos estrangeiros são previstas também no corpo constitucional brasileiro. A Constituição da República de 1988 prevê em seu art. 14 que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mas não podendo alistar-se como eleitores os estrangeiros, pois a nacionalidade brasileira é condição de elegibilidade.

Dessa maneira, são vedados aos imigrantes no Brasil tanto o direito ao voto quanto o de ser votado. Tais proibições não se justificam no mundo atual de globalização econômica e ausência de fronteiras para as informações e ideias políticas, ainda mais com a existência de blocos regionais de integração, por exemplo, o Mercosul. A restrição ao direito político impede que o estrangeiro participe plenamente da sociedade receptora, reduz sua capacidade de reivindicação social e jurídica, impossibilitando essencialmente o tratamento igualitário em relação aos nacionais. A existência da restrição política, talvez seja uma das mais graves aos direitos dos estrangeiros, pois é aquela que lhes confere perpetuamente a condição de cidadão de *segunda categoria*, de pessoa que jamais poderá se integrar de forma plena à sociedade que o recebe. Se o imigrante reside na sociedade brasileira, qualquer alteração política, qualquer rumo que a política tome, tanto lhe afeta quanto aos nacionais brasileiros. Se não pode eleger e nem ser eleito, isso implica que o imigrante é uma pessoa sem representação política no Brasil, logo fora do conjunto denominado *povo*, pois este é o detentor do poder delegado aos representantes da nação e só o tem quem é povo: "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" (art. 1, parágrafo único da Constituição Federal de 1988).

Assim, a restrição a direitos políticos aos estrangeiros é contraditória dentro do sistema constitucional brasileiro, pois não apresenta sentido diante das previsões constitucionais acerca dos princípios fundamentais que guiam e informam o Estado e sua ordem jurídica, como a do preâmbulo constitucional: "representantes do povo brasileiro,

reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias"; a do art. 1º, "a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos [...] a cidadania, a dignidade da pessoa humana [...], o pluralismo político"; a do art. 3º, "constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; e, por fim, a do art. 4º, parágrafo único, "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações".

A ausência de concessão de direitos políticos aos estrangeiros somente se justifica em um contexto de exceção, autoritário e onde haja o controle de ideias políticas, tal como em um mundo outrora bipolar, onde acima dos direitos humanos estavam a segurança nacional e o medo do estrangeiro.

Se grave é a restrição ao direito de votar e ser votado, grave também é a possibilidade legal de controle cultural de acordo com a conveniência do Ministro da Justiça, o qual sempre que considerar nocivo ao interesse nacional poderá impedir a realização por estrangeiros de conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas. A atividade política não se resume ao voto, pois possui a faceta da atuação pública entre homens por meio do diálogo e das trocas culturais. Dessa forma, a restrição meramente conveniente à exposição cultural do imigrante na sociedade receptora possui não só caráter preconceituoso, mas também não pluralista.

Todas as restrições aos direitos políticos dos estrangeiros previstas no Estatuto não se justificam em uma sociedade pluralista, que preze pela ação entre homens em razão de um viver *inter homines esse* (ARENDT, 2010). O caráter vetusto dessas restrições não possui, porém, ausência de vozes que o critiquem.

Salta aos olhos que, se quiser deixar para trás o legado da ditadura militar, em lugar de um Estatuto do Estrangeiro, o Brasil precisa de uma Lei de Migrações, capaz de dar forma jurídica a uma política legítima. Ela deve ser acompanhada de emendas constitucionais que eliminem as restrições injustificadas dos direitos dos estrangeiros que figuram na Constituição Federal. A anacrônica negação de seus direitos políticos é uma delas. O Brasil vai ficando isolado num continente em que o direito ao voto dos migrantes já foi reconhecido por Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Peru. A propósito, para estar à altura da inserção internacional que hoje pretende, nosso país deveria aprovar e promover a “Convenção das Nações Unidas para a proteção de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias”, de 1990. A Convenção foi enviada ao Congresso Nacional em dezembro de 2010, e sua tramitação se dá separadamente à do já citado Projeto de Lei sobre o Estatuto do Estrangeiro, o que engendra um sério risco de futura inconsistência jurídica. (VENTURA, ILLES, 2012).

4.5 Proposta de Emenda Constitucional

Seguindo as vozes críticas às restrições dos direitos políticos dos imigrantes, é importante anotar a existência de uma proposta de emenda constitucional para alterar os arts. 5º, 12 e 14 da Constituição Federal de 1988, com o fim de estender a esses indivíduos direitos inerentes aos brasileiros e conferir aos estrangeiros com residência permanente no país capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições municipais. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional nº 25 de 2012, de autoria do atual senador Aloysio Nunes Ferreira.⁶⁹

Nessa proposta, o art. 5º é alterado, de modo a se retirar a expressão "estrangeiros residentes no País", para ampliar a proteção de direitos a todos os estrangeiros que se encontrem no Brasil, seja em caráter permanente ou transitório. Dessa maneira, a redação original "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à

⁶⁹ Até última notícia, a Proposta de Emenda Constitucional nº 25, apresentada em 12 de maio de 2012, encontra-se desde 16 de maio do referido ano na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, aguardando designação de relator. Para maiores informações, é possível acompanhar a tramitação do projeto pelo sítio do Senado Federal, disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105568>, cujo último acesso deu-se em 07 de janeiro de 2013.

liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes", é alterada para "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes".

Já o art. 12, parágrafo primeiro é alterado pela proposta para estender a todos os estrangeiros a reciprocidade prevista apenas para os portugueses. Com isso, a situação de privilégio concedida ao estrangeiro de nacionalidade portuguesa é conferida a todos os demais, sem discriminação. A redação original e vigente dispõe que "aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição". A proposta altera a redação para "aos estrangeiros com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, observado o disposto nesta Constituição".

O art. 14 da Constituição, a seu turno, é alterado pela proposta no inciso II do parágrafo primeiro, em que acrescenta-se a alínea "d". Também são alterados os parágrafos segundo e terceiro, sendo que neste há modificação no inciso II. Todas as alterações visam conferir direito a voto no âmbito municipal aos estrangeiros, reduzindo as restrições aos direitos políticos dos estrangeiros no Brasil.

A redação vigente do art. 14 dispõe que "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei". O parágrafo primeiro estabelece que "o alistamento eleitoral e o voto são: I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II – facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos". De acordo com a proposta, o parágrafo primeiro recebe uma alínea a mais: "d) os estrangeiros com residência permanente no País, para fins de participação nas eleições municipais, na forma da lei".

O parágrafo segundo do art. 14 prevê que "não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos". A nova redação proposta pela Emenda Constitucional dá o seguinte regramento: "não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, salvo na hipótese do § 1º, II, d, e durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos".

A proposta de emenda constitucional altera por fim o inciso I do parágrafo terceiro. A redação vigente dispõe que "são condições de elegibilidade, na forma da lei: I – a nacionalidade brasileira", tal como já mencionado; a nova redação proposta como regramento dispõe: "são condições de elegibilidade, na forma da lei: I – a nacionalidade brasileira, salvo para as eleições municipais, às quais podem concorrer os estrangeiros com residência permanente no País".

Assim, a proposta de Emenda Constitucional traria uma inovação de grande importância no tratamento jurídico do estrangeiro no Brasil. A concessão de direitos políticos em nível municipal, por mais que possa ser considerada tímida, pois não seria nenhum exagero se atingisse pelo menos o nível estadual, ou até mesmo o federal, é significativa diante de uma sistemática marcada pela restrição e total limitação a direitos políticos. De acordo com Baraldi (2012), a proposta retira o Brasil do grupo de uma minoria de países que nega totalmente direitos políticos aos imigrantes. Nesse sentido, é importante chamar atenção à justificativa do projeto em relação à concessão de direitos políticos no âmbito municipal, explicando a razão pela qual não se avançou para outras esferas políticas:

Os direitos políticos amplos requerem um maior comprometimento com a cidadania brasileira que só se adquire com a naturalização. [...] poucos países admitem essa ampla participação política a estrangeiros residentes, como é o caso da Dinamarca, da Suécia e alguns cantões suíços em eleições regionais. [...] o direito ao voto pode ser admitido sob condições de reciprocidade e de permanência por um determinado número de anos; por ser membro de um conjunto de países (caso da Commonwealth ou decorrente de acordos bilaterais entre Dinamarca, Suécia, Islândia e Noruega); ou por ser membro de uma integração política regional (caso da União Europeia, que permite votar e ser votado a seus cidadãos). Em outros casos, é admitido a todos os estrangeiros que residem de modo contínuo em seu território por certo período de tempo, que gira em torno de três a cinco anos, com exceção da previsão de até dez anos por alguns cantões suíços (Bélgica, Dinamarca, Luxemburgo, Países-Baixos e vários cantões suíços estão enquadrados nessa hipótese) ou simplesmente reconhecem esse direito sem condição distinta, devendo o estrangeiro apenas cumprir os requisitos impostos aos nacionais, como ter residência na circunscrição e estar inscrito (Irlanda), ou por ser membro de uma integração política regional (caso da União Europeia). [...] a partir de diretiva de 1994, foi fixado que cidadãos da União Europeia, residentes em Estado-membro dessa organização distinto de sua nacionalidade, podem exercer o direito de voto e de elegibilidade nas eleições municipais. Entre os que permitem o voto sob condições de reciprocidade

e tempo de permanência, há os que o admitem, após residência de cinco anos, como são os acordos celebrados pela Espanha com Equador, Nova-Zelândia, Colômbia, Chile, Peru, Paraguai, Islândia, Bolívia e Cabo-Verde. Portugal admite o direito ao voto aos nacionais de Estados lusófonos que lá residem ao menos há dois anos e aos demais que residem há mais de três anos. Brasil, Cabo-Verde, Argentina, Chile, Islândia, Noruega, Peru, Uruguai e Venezuela se beneficiam desse regime português. Quanto ao direito de ser eleito, são elegíveis em alguns países aqueles que cumprem as exigências de ser eleitor (Dinamarca, Espanha, Luxemburgo, Países-Baixos, Suécia, alguns cantões suíços). No caso de Portugal, como depende da reciprocidade, é limitado até o momento a Brasil e Cabo-Verde, desde que o estrangeiro resida há mais de quatro anos naquele país.

Mesmo que ainda tímida diante de países com alto desenvolvimento social, a concessão de direitos políticos confere a possibilidade de representação por meio de cargo eletivo, o que permite que comunidades estrangeiras, como a dos bolivianos em São Paulo, se organizem e consigam voz ativa nas Câmaras Municipais do país, podendo, inclusive, discutir ativamente projetos de leis que lhes sejam importantes, além de criticar e oferecer resistência aos que lhes prejudiquem. Embora os direitos políticos plenos ainda sejam atrelados à condição essencial de nacional, aos poucos pode-se notar uma tendência de valorização do tempo de residência regular em relação à origem individual, enfatizando que mais importante do que a nacionalidade é o viver em comunidade, em pluralidade entre os homens. Justifica-se, assim, a proposta de emenda à Constituição de 1988:

Sabemos que, com a Revolução Francesa, no século XVIII, os estados soberanos restringiram sua comunidade política aos “cidadãos” ou à “nação”. Ocorre, entretanto, que o Estado-nação e a soberania, atributo que é próprio daquele ente, são noções que vêm sofrendo profundas alterações, sobretudo com o acirramento do processo de globalização verificado nas últimas décadas, o qual se caracteriza pelo intenso fluxo transnacional de pessoas, ideias e valores. Com efeito, notamos a mitigação das fronteiras físicas estatais. Até mesmo na França, o recém-eleito presidente, François Hollande teve, como um dos pontos mais emblemáticos de sua plataforma de governo, a ampliação da participação nas eleições municipais dos estrangeiros residentes que não façam parte da União Europeia. Mesmo diante dessa nova realidade, o migrante, muitas vezes, não tem condições de exercer seus direitos políticos em seu Estado de origem. Tampouco tem o direito de participar da vida política no Estado em que escolheu viver. No entanto, cabe lembrar que o Estado que recebe os estrangeiros – incluindo o Brasil – não os isenta do cumprimento de uma série de deveres a que estão sujeitos seus cidadãos, a exemplo do pagamento de impostos. Contudo, nas últimas quatro décadas,

mais de trinta democracias adotaram leis que permitem o estrangeiro residente votar ao menos em eleições locais. E, em alguns países, permite-se, até mesmo, o voto de estrangeiro em eleições parlamentares, como já foi apontado. E não há como negar que os estrangeiros, como regra, contribuem efetivamente para o crescimento e desenvolvimento das localidades onde residem, seja econômica seja culturalmente. Diante disso, não temos dúvida de que se trata de medida extremamente salutar integrar minimamente o estrangeiro residente às comunidades políticas dos locais em que vivem. Assim, a presente proposta de emenda à Constituição prevê para as eleições municipais o direito de voto facultativo e o de elegibilidade do estrangeiro residente no Brasil. Seguramente, em um cenário marcado pela crescente globalização, com incremento do fluxo de pessoas entre as fronteiras dos Estados, as quais não raramente se empenham para levar o progresso para as localidades em que fixam residência, uma revisão do quadro constitucional mostra-se necessária a fim de trazer resposta aos desafios impostos pela nova realidade.

Fundamentalmente, a proposta é inovadora na legislação brasileira ao esboçar um novo rumo para o tratamento jurídico dos imigrantes no Brasil, que se baseie nos direitos da pessoa humana e não mais na segurança do Estado e na proteção do trabalhador brasileiro. Ela configura uma abertura para as próximas legislações migratórias, pois demarca o deslocamento do conceito fundamental da política migratória na nacionalidade para o da residência regular do imigrante. Viabilizando também maior integração regional entre os países da América do Sul.

Essa possível mudança de orientação na política migratória pode ser percebida ainda pela justificativa da proposta:

A Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece, em seu art. 5º, a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros. Cabe, desde já, registrar a necessidade de alteração do citado dispositivo, uma vez que, ao tratar de direitos inerentes à pessoa humana, em sua literalidade, condiciona-os, no caso do estrangeiro, ao critério de residência em território brasileiro. É evidente que, por exemplo, turistas estrangeiros também devem gozar desses direitos fundamentais básicos.

Existe no Brasil um jornal voltado para os imigrantes, cujo título é *Conexión Migrante*.⁷⁰ Com tiragem mensal e reportagens em espanhol e português, esse jornal busca não só oferecer classificados, mas debater a situação do imigrante no Brasil. Na edição de dezembro de 2012, a questão dos direitos políticos dos imigrantes no país foi abordada, trazendo como destaque um ato político realizado no mês de novembro do mesmo ano por imigrantes protestando por participação nas eleições brasileiras:

Uma tarde de sol com muita gente passando pela região da rua Coimbra (Brás) e um ato público chamou a atenção de milhares de pessoas que moram e trabalham por ali: uma barraca, caixas de som, faixas, palavras de ordem, urnas e cédulas com os nomes dos 12 candidatos a prefeitos de São Paulo: era a "Votação Simbólica dos Imigrantes", uma manifestação organizada por entidades e grupos culturais que atuam em defesa de direitos dos imigrantes. O grupo também colheu um abaixo-assinado. Durante o ato, foram distribuídos aproximadamente 10 mil panfletos aos comerciantes, feirantes e trabalhadores em geral, brasileiros e imigrantes. A rua Coimbra é conhecida por acolher grande concentração de bolivianos. Um dos objetivos do ato foi chamar a atenção da sociedade para a necessidade de políticas públicas próprias para os imigrantes. Somente em São Paulo cerca de 300 mil pessoas não participam da eleição, pois há uma vedação na Constituição. A falta de visibilidade dos imigrantes foi amplamente apontada como obstáculo para a sua cidadania. "Somos trabajadoras/es que salimos de nuestros países estamos ayudando para el crecimiento económico de este país con nuestra fuerza de trabajo, pedimos el derecho de participar en la vida política! AQUÍ VIVO, AQUÍ VOTO!" falou a jovem migrante Maria Quiñonez, do Juventude Sem Fronteiras.⁷¹

4.6 Infrações, Penalidades e a Polícia Federal Brasileira

Além da restrição total aos direitos políticos dos estrangeiros no Brasil, o Estatuto do Estrangeiro estabelece um rol de infrações e penalidades no art. 125, tais como "entrar no território nacional sem estar autorizado (clandestino)" (art. 125, I), "deixar de registrar-se no órgão competente, dentro do prazo estabelecido" (art. 125, III), "deixar de cumprir o disposto nos arts. 96, 102 e 103"⁷² (art. 125, IV), "transportar para o Brasil estrangeiro que

⁷⁰ O jornal tem colaboração de grupos e entidades que atuam em defesa dos imigrantes, tais como Bolívia Cultural, Educar Para o Mundo e o CDHIC (Centro de Cidadania e Direitos Humanos do Imigrante).

⁷¹ *Conexión Migrante, El periódico del pueblo en movimiento*, Dezembro de 2012, ano 3, número 15, p. 2.

⁷² Art. 96: "Sempre que lhe for exigido por qualquer autoridade ou seu agente, o estrangeiro deverá exhibir documento comprobatório de sua estada legal no território nacional". Art. 102: "o estrangeiro registrado é

esteja sem a documentação em ordem" (art. 125, VI), "empregar ou manter a seu serviço estrangeiro em situação irregular ou impedido de exercer atividade remunerada" (art. 125, VII), "infringir o disposto nos arts. 106 ou 107"⁷³ (art. 125, XI), "introduzir estrangeiro clandestinamente ou ocultar clandestino ou irregular" (art. 125, XII), dentre outras. As infrações são punidas com sanções que vão desde a simples multa até a reclusão do estrangeiro, passando pela deportação e expulsão. Como se pode notar, o sujeito passivo da sanção é na maioria das vezes o estrangeiro, mas também se enquadra o brasileiro que, na medida de sua contribuição, atuou para a irregularidade da situação.

As infrações punidas com multa devem ser apuradas em processo administrativo, ou seja, fora do Poder Judiciário. Diante desse contexto, é importante salientar que o acesso ao Poder Judiciário (como no controle jurisdicional da deportação e da expulsão) deve se dar em razão da inafastabilidade da tutela jurisdicional, mesmo diante de processo administrativo, fato garantido pelos direitos fundamentais inscritos no art. 5º da Constituição Federal de 1988. Ainda de acordo com a Carta Constitucional, aos estrangeiros deve ser assegurada a garantia de que o Estado prestará assistência jurídica integral aos que comprovem insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV). Esse benefício não se restringe apenas a nacionais, podendo ser utilizado por qualquer estrangeiro que esteja no país, inclusive aquele que esteja em caráter temporário.

O rol de infrações possui grande ênfase no controle da entrada de pessoas no Brasil, controle esse realizado pela Polícia Federal, órgão da Administração Pública vinculado ao Ministério da Justiça. O art. 129 do Estatuto havia criado o Conselho Nacional de Imigração que, por sua vez, vinculava-se ao Ministério do Trabalho. Porém, a Lei nº 8.422 de 1992 o revogou, disciplinando em seu art. 19, VII, b, o Conselho Nacional de Imigração como órgão específico do Ministério do Trabalho. Cabe a ele, mediante deliberação coletiva, formular a política migratória do país, coordenar e orientar as atividades de imigração, efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão de obra estrangeira qualificada, elaborar planos de imigração, promover ou fornecer estudos de problemas

obrigado a comunicar ao Ministério da Justiça (Regulamento, art. 114: ao Departamento de Polícia Federal) a mudança do seu domicílio ou residência, devendo fazê-lo nos trinta dias imediatamente seguintes à sua efetivação". Art. 103: "O estrangeiro que adquirir nacionalidade diversa da constante do registro (art. 30) deverá, nos noventa dias seguintes, requerer a averbação da nova nacionalidade em seus assentamentos".

⁷³ O art. 106 e o art. 107 são os que trazem o extenso rol de atividades vedadas ao estrangeiro e a proibição quanto aos direitos políticos.

relativos à imigração, estabelecer normas de seleção de imigrantes, com intuito de proporcionar mão de obra especializada para setores específicos da economia, opinar sobre a alteração da legislação relativa à imigração etc.

Portanto, o Conselho Nacional de Imigração é um órgão deliberativo do Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pela política migratória do país. Mas compete à Polícia Federal organizar e receber, dar cabo a procedimentos burocráticos, fiscalizar e reprimir os imigrantes no Brasil. Nesse sentido, identifica-se outro traço autoritário em relação ao tratamento dos estrangeiros no Brasil, pois cabe a um órgão de prevenção e repressão policial o contato e os trâmites de identificação e regularização dos imigrantes e não a um órgão estatal desvinculado do que significa a polícia.

4.7 Legislação Migratória Aplicável no Brasil além do Estatuto do Estrangeiro

O Estatuto do Estrangeiro ainda é a principal legislação aplicável aos estrangeiros no Brasil, apesar de seu caráter autoritário, restritivo e de segurança nacional, não voltado aos direitos da pessoa humana.⁷⁴ Dessa maneira, é importante anotar as demais leis e tratados que possuem repercussão na política migratória do Brasil. Muitos deles buscam adequá-la aos direitos da pessoa humana e ao direito humano de migrar.

Dentre esses regramentos, ressaltamos o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, promulgado por meio do Decreto-lei nº 6.975, de 07 de outubro de 2009; o Acordo de Regularização Migratória assinado entre Brasil e Bolívia em La Paz em 15 de agosto de 2005,⁷⁵ publicado no Diário Oficial da União nº 179,

⁷⁴ Há um projeto na Câmara dos Deputados para alterar o Estatuto do Estrangeiro. Trata-se do Projeto de Lei nº 5.655 de 2009, chamado "Lei do Estrangeiro". Ele altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980; 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992. Apresentado em 20 de julho de 2009, de autoria do Poder Executivo, ainda aguarda parecer na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Apesar de tramitar em regime de prioridade, não há previsão próxima de concretização plena do processo legislativo para que seja publicado, o que significa que o atual Estatuto ainda vigorará por um considerável tempo. Para acompanhamento da tramitação desse projeto, verificar o seguinte sítio: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>, cujo último acesso deu-se em 10 de janeiro de 2013.

⁷⁵ Enquanto o Brasil permanece com esse regramento arcaico e de origem autoritária, medidas paliativas para enfrentar o problema dos imigrantes bolivianos irregulares vêm sendo tomadas frequentemente por meio de anistias e acordos bilaterais entre Brasil e Bolívia. Em 2005, foi assinado um acordo entre os dois países com o fim de regularizar indocumentados encontrados no Brasil. Todavia, nos termos desse ajuste, foi imposta uma pesada multa (na época em torno de R\$ 828,00) a cada imigrante irregular. Somadas a multa e as taxas

em 16 de setembro de 2005, Seção 1, página 67; o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais, assinado em Lisboa em 11 de julho de 2003; a Convenção nº 97 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalhadores Migrantes, promulgada pelo Decreto-lei nº 58.819, de 14 de julho de 1966; o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, promulgado pelo Decreto-lei nº 5.017, de 12 de março de 2004; e o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre e Marítima.

É importante ressaltar que não há previsão em relação aos direitos previdenciários no Estatuto do Estrangeiro. Em razão disso, o Brasil assinou a Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social, que está em vigor na Espanha, Bolívia, Brasil e Equador. Esses países firmaram o acordo de aplicação, instrumento pelo qual se estabelecem as regras de operacionalização da Convenção e determina sua entrada em vigor.⁷⁶ Ademais, no que concerne aos direitos previdenciários, há no âmbito sul-americano, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul e seu regulamento administrativo, que foram promulgados, no Brasil, em 13 de março de 2006, pelo Decreto-lei nº 5.722.

Esses acordos previdenciários têm como objetivo principal garantir os direitos de seguridade social, previstos nas legislações dos países signatários, aos respectivos trabalhadores e a seus dependentes legais, residentes ou em deslocamento temporário, no exercício de atividade laboral. Os acordos internacionais de Previdência Social estabelecem uma relação de prestação de benefícios previdenciários e acidentários. A cada Estado

que o imigrante teria de pagar, o custo final da regularização ficaria em torno de R\$ 1.000,00 por pessoa. Comparando esse valor com o salário médio ganho pelos imigrantes indocumentados e clandestinos, vítimas de exploração laboral, a medida jamais poderia resultar em números relevantes; tanto que não obteve resultados significativos. Na Argentina, por exemplo, a regularização do imigrante irregular não acarreta nenhum ônus para o requerente e o processo para tanto é bem menos burocrático (SILVA, 2006).

⁷⁶ A Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social foi negociada no âmbito da Organização Iberoamericana de Seguridade Social (OISS). São membros da OISS: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

contratante cabe analisar os pedidos de benefícios apresentados e decidir quanto ao reconhecimento de direitos e manutenção dos pagamentos, conforme sua própria legislação aplicável e o respectivo acordo.

Segundo Massambani (2011), o trabalhador que transitar pelos diferentes sistemas previdenciários dos países integrantes do Mercosul, desde que preenchidos os requisitos específicos para a concessão dos benefícios, terá direito ao mesmo, porém nem todas as prestações estarão cobertas pelo Acordo Multilateral. O diploma não prevê dentro do bloco uma unificação legislativa previdenciária, mas sim uma harmonização. Isso implica que cada Estado parte deve continuar a prestar assistência da forma como sua legislação interna prevê. Além disso, faz-se importante ressaltar que os trabalhadores contemplados pelo acordo são apenas aqueles que possuem vínculo de emprego, o que restringe a fruição dos benefícios.

No Brasil, a autoridade competente para processar os pedidos de concessão de benefícios envolvendo estrangeiros apreciados pelos Acordos Internacionais é o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). O requerimento do benefício deve ser feito nas unidades da Previdência Social, sendo encaminhados ao organismo de ligação correspondente.

Ainda em relação à seguridade social, destaca-se o fato de que o Brasil é signatário da Convenção 118 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros. Entretanto, o Brasil ainda não ratificou a Convenção 143 da OIT, relativa às migrações em condições abusivas e à promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes. Também não foi assinada a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias, adotada pela Resolução 45/158 da Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1990.

Além do Mercosul, em relação à integração entre os países da América do Sul, destaca-se o Tratado Constitutivo da UNASUL.⁷⁷ Seu art. 3º coloca como fundamental

⁷⁷ A União de Nações Sul-Americanas – UNASUL – é uma união intergovernamental que integra as duas uniões aduaneiras existentes na região: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), como parte de um contínuo processo de integração sul-americana. O Tratado Constitutivo da UNASUL foi assinado em 23 de maio de 2008, prevendo a instalação da sede da União em Quito, Equador, do parlamento em Cochabamba, na Bolívia, enquanto a sede do seu banco, o Banco do Sul, em Caracas, Venezuela. A UNASUL tem por fonte inspirativa a União Europeia.

entre seus membros – inclusive Brasil e Bolívia – o direito à migração, que deve ser assegurado com a necessária tradução legislativa, a qual deve tratar integralmente do fenômeno migratório observando irrestritamente os direitos humanos. Há, inclusive, a previsão da construção de uma cidadania sul-americana.⁷⁸

Conclui-se, assim, que o Estatuto do Estrangeiro, principal documento legal da política migratória brasileira, não está no caminho do que se traça para o futuro da América do Sul, como também não se alinha ao regime atual – e duramente construído ao longo da história – de proteção global dos direitos humanos. História essa, composta, na atualidade, principalmente por três documentos (todos posteriores à Segunda Guerra Mundial): a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos adotados em 1966, mas em vigor somente a partir de 1976.⁷⁹ Além desses documentos, existem as Convenções da ONU,⁸⁰ as quais são de extrema importância para os países-membros em relação às diretivas que devem seguir, e o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, precedido pela Declaração Americana sobre a Proteção de Direitos Humanos, aprovada na Costa Rica em 22 de novembro de 1969.

O Estatuto do Estrangeiro, com todo seu anacronismo e inadequação impacta diretamente a vida dos imigrantes que residem em São Paulo. A *Ley de Migraciones* argentina também possui seus efeitos sobre a população imigrante que habita Buenos Aires. A coletividade de imigrantes bolivianos que residem nas duas grandes metrópoles é um exemplo disso.

⁷⁸ O art. 3º do Tratado Constitutivo da UNASUL estabelece longamente em suas diversas alíneas os objetivos específicos do bloco, dentre eles: i) a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado-membro residentes em qualquer outro Estado-membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana; k) a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas.

⁷⁹ O Brasil participou ativamente na elaboração desses pactos, mas os ratificou somente em 1992.

⁸⁰ Dentre elas podemos citar as Convenções sobre todas as formas de Discriminação Racial e contra a Mulher, a Convenção contra a Tortura e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

CAPÍTULO 5. OS BOLIVIANOS EM BUENOS AIRES

Sassone e de Marco (1991) dividem a imigração boliviana para a Argentina em basicamente quatro etapas. A primeira etapa é marcada por um movimento sazonal, pelo trabalho na safra da cana-de-açúcar e pela mineração na região de Salta e Jujuy. A segunda, embora ainda inclinada à safra açucareira, volta-se também para o cultivo do tabaco, para a fruticultura e a horticultura. Na terceira etapa aumenta-se a quantidade de bolivianos na safra açucareira, entre os anos 1960 e 1970, ao mesmo tempo em que cresce a participação nos frutos e nas colheitas da fruticultura e da horticultura das regiões dos chamados "oásis mendocinos".⁸¹ Nessa etapa há um crescente fluxo para a região da Grande Buenos Aires. Finalmente, a quarta e mais recente etapa apresenta maior difusão espacial desde 1970, caracterizando-se por assentamentos na área urbana e pela busca de ocupações permanentes de trabalho. Neste capítulo, será analisado não somente o histórico dessa coletividade em Buenos Aires, mas também suas manifestações no espaço público portenho.

5.1 A Imigração Boliviana em Buenos Aires

Os primeiros imigrantes bolivianos chegaram na Argentina por volta do início do século XX e alocaram-se nas regiões fronteiriças, nas localidades de Jujuy e Salta (BERMUDES, 2012). Esses fluxos migratórios iniciais apresentaram um caráter sazonal, pois nos períodos em que as oportunidades de trabalho foram mais escassas, os imigrantes normalmente retornaram para a Bolívia. Em 1914, 93% dos imigrantes bolivianos estavam situados nas regiões de Jujuy e Salta, sendo que por volta de 1947 esse montante caiu para 88% (BERMUDES, 2012).

Ao lado da imigração europeia, a imigração fronteiriça ocupou um espaço relevante na história dos fluxos migratórios recebidos pela Argentina. A própria imigração boliviana

⁸¹ A Província de Mendoza está localizada no centro-oeste da Argentina. Em sua área rural podem ser identificados dois ambientes com características muito específicas: os oásis e os secos. Os oásis nasceram da interação entre fatores naturais e sociais. A presença de cursos de água permanentes, como os rios Mendoza, Tunuyán, Diamante e Atuel, as terras férteis e o clima favorável para o desenvolvimento da agricultura permitiram os assentamentos humanos. Disponível em: <<http://escritoriorural.educ.ar/actividades/los-oasis-de-mendoza/>>, último acesso em 30 de novembro de 2012.

faz parte desse fenômeno. O primeiro censo nacional argentino, feito em 1869, demonstrou a presença de estrangeiros limítrofes em uma proporção de 20% sobre o total de estrangeiros no país. O peso relativo dessa imigração variou ao longo do século XX. Tome-se como exemplo o grande aumento do número total de imigrantes entre os anos 1941 e 1991. Enquanto em 1941 esse número equivale a 8% da população, tem-se o índice de 50% em 1991 (INDEC, 1996). Após a chamada “idade de ouro” da imigração europeia e o início da política de substituição de importações dos anos 1930, o número de imigrantes limítrofes tendeu a crescer. De acordo com Novick (1992, p. 86), em 1936 pôde ser encontrada pela primeira vez na legislação argentina a expressão “*al flujo de inmigrantes limítrofes ilegales como problema a resolver*”.

No ano de 1951, constatou-se o predomínio dos imigrantes limítrofes em relação aos demais. Apesar disso, nos anos seguintes, mais precisamente entre 1970 e 1980, o aumento do número desses imigrantes foi mais baixo do que nos anos anteriores. Nesse período, o processo mais acentuado de fluxo migratório deu-se no âmbito interno, envolvendo tanto argentinos quanto imigrantes de países limítrofes já presentes em solo argentino. Tal fluxo ocorreu desde as zonas fronteiriças até a região da Grande Buenos Aires, onde residiam 45% do total – em torno de 300.000 pessoas – e para cidades intermediárias, onde residiam por volta de 8% do total populacional, cerca de 56.000 pessoas (SASSONE e DE MARCO, 1991).

Balán (1992), na tentativa de esboçar um sistema migratório no Cone Sul, postulou que a Argentina teve a vocação de país receptor de imigrantes, diferente do Brasil, que caracterizou-se, de acordo com sua análise, como um país majoritariamente emissor, em especial após as migrações transatlânticas. Da mesma maneira, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia foram classificados como países emissores de pessoas. De acordo com Sassone (1995), entre 1958 e 1992 mais de 1.140.000 estrangeiros de origem limítrofe chegaram a radicar-se definitivamente na Argentina por meio de procedimentos ordinários de legalização, ou por meio de anistias.

Grimson (2011, p. 38) analisou os dados do censo de 1991 e comparou o número estimado de imigrantes limítrofes presentes na Argentina com o número dos que foram beneficiados pela anistia de 1992-1994. Dessa maneira, organizou os seguintes quadros:

Censo 1991

Bolivianos	Chilenos	Uruguayos	Paraguayos	Total Extranjeros	Total inm. límitrofes
143.569	247.679	135.852	253.522	1.655.108	783.513

Beneficiados por la amnistía 1992-1994

Bolivianos	Paraguayos	Chilenos	Uruguayos	Brasileños	Total
110.253	61.026	30.009	16.075	4.108	224.471

Fonte: GRIMSON, Alejandro. *Relatos de la diferencia e igualdad. Los bolivianos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2011, p. 38.

Em 1991, quase a metade dos imigrantes presentes na Argentina era de origem de países limítrofes. Todavia, menos de um terço do total desses imigrantes foi beneficiado pela anistia do período de 1992-1994, aproveitada por cerca de 110.000 bolivianos, sendo que quase três quartos das regularizações foram feitas na cidade de Buenos Aires, conforme Grimson (2011, p. 40) demonstra no quadro abaixo:

Local de amnistía (1992-1994)	Número de amnistiados bolivianos
Buenos Aires – Capital Federal	81.695
Salta	8.255
Jujuy	7.513
Mendoza	5.640
Córdoba	1.761
Buenos Aires	1.670
Santa Fe	1.354
Tucumán	1.055
Otros distritos	No alcanza a 1.000

Fonte: GRIMSON, Alejandro. *Relatos de la diferencia e igualdad. Los bolivianos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2011, p. 40.

Para Grimson (2011), apesar de a imigração limítrofe ter aumentado nos primeiros anos da década de 1990, ela não representou um salto quantitativo em relação aos períodos

históricos anteriores. Em 1991, os imigrantes limítrofes não representavam 3% da população argentina. Benencia e Gazzotti (1995) afirmaram que nesse período o impacto dos imigrantes limítrofes no mercado de trabalho da Capital e da Grande Buenos Aires foi muito pequeno em termos globais. Os autores apontaram que a taxa de desemprego na Grande Buenos Aires incrementou-se de 6,7% a 13,1%, e no conjunto de aglomerados urbanos de 7% a 12,2%. Nessa perspectiva, se fossem eliminados os imigrantes que se estabeleceram na referida área nos últimos cinco anos, seria registrada apenas uma diminuição de 1,3% na taxa de desemprego de outubro de 1994. Mas, se fossem considerados somente os que migraram para essas áreas diretamente do seu país e não de outras regiões da Argentina, o que equivaleria a 70% do total, o impacto não chegaria a 1% (BENENCIA, GAZZOTI, 1995).

O processo migratório limítrofe adquiriu maior visibilidade nos últimos anos por conta do deslocamento dos estrangeiros desde as zonas fronteiriças até os centros urbanos mais importantes. Efetivamente, essa migração deixou de se concentrar apenas nas áreas periféricas para instalar-se no coração das grandes cidades, como é o caso de Buenos Aires.

Feito esse pequeno histórico da imigração limítrofe na Argentina, retoma-se a questão do fluxo migratório boliviano. Desde 1869, há relato sobre a presença desses indivíduos em solo argentino (INDEC, 1996). Ao final do século XIX e início do XX, quase a totalidade dos imigrantes bolivianos concentrava-se na região Noroeste. De acordo com Sassone e De Marco (1991) a demanda de mão de obra para a agricultura no Norte argentino foi a causa determinante para a iniciação do processo de imigração de bolivianos oriundos das regiões rurais empobrecidas do Altiplano.

Após a Segunda Guerra Mundial, a imigração boliviana começou a se espalhar para a região Noroeste do país. Os trabalhadores bolivianos continuaram a encontrar oportunidades na agricultura, especialmente nas plantações de tabaco e na horticultura. Já nas décadas de 1960 e 1970, o fluxo migratório boliviano começou a apresentar maior dispersão, direcionando-se para o Sul (SASSONE, DE MARCO, 1991).

Desde o período dos anos 1940, os imigrantes bolivianos começaram a dirigir-se para a cidade de Buenos Aires. O desenvolvimento industrial da região, estimulado pelo programa de substituição de importações do governo argentino (HINOJOSA, 2009), exerceu forte atração para a imigração boliviana. É importante ressaltar que nos anos 1950

houve uma política de reforma de terras na Bolívia, que levou ao aumento do número de trabalhadores rurais sem ocupação radicados em áreas fronteiriças, fato que implicou o estímulo ao fluxo migratório em direção à Grande Buenos Aires (BERMUDES, 2012).

Além disso, a queda dos preços e a mecanização da cana-de-açúcar nos anos 1960 impulsionaram a busca por novos destinos, principalmente para Buenos Aires, sobretudo no ramo da construção civil. De acordo com Grimson (2011), as ocupações profissionais urbanas sem qualificação, em especial as que exigiam força braçal, sofriam com a escassez de mão de obra, pois os argentinos não estavam dispostos a ocupá-las. Esses eram, portanto, grandes atrativos para os imigrantes bolivianos.

Por volta dos anos 1980, os bolivianos residentes na região da Grande Buenos Aires superavam em número os presentes na região fronteiriça de Salta e Jujuy. Isso implicou uma mudança entre as primeiras e as últimas etapas, pois as primeiras tinham um caráter evidentemente rural-rural, enquanto as demais um caráter rural-urbano. Após os anos 1980 é possível que o processo tenha se tornado em parte também urbano-urbano, com pessoas oriundas de cidades bolivianas (GRIMSON, 2011).

Na capital portenha, os primeiros imigrantes bolivianos concentraram-se nas regiões periféricas da cidade, trabalhando na agricultura. Após alguns anos, aqueles que chegaram a Buenos Aires começaram a encontrar trabalho em outros setores, por exemplo, na construção, no trabalho doméstico, na manufatura e nos serviços industriais (SALA, 2008). De acordo com Carron (1979), já em meados dos anos 1970, 37% da imigração boliviana na Argentina concentrava-se na região de Buenos Aires, enquanto na região de Jujuy e Salta a concentração havia caído para 46%.

De 1895 até 1991, os censos argentinos registraram numericamente a presença de bolivianos conforme o seguinte quadro (GRIMSON, 2011, p. 39):

Año	Residentes Bolivianos
1895	7.361
1914	17.993
1947	47.774
1960	89.155
1970	101.000
1980	118.141
1991	143.569

Fonte: GRIMSON, Alejandro. *Relatos de la diferencia e igualdad. Los bolivianos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2011, p. 39.

O censo de 2010 (INDEC, 2011) registrou que 55% dos bolivianos residentes na Argentina vivem na área metropolitana de Buenos Aires, o que engloba não só a cidade, mas também distritos vizinhos à capital portenha.⁸² A maior concentração situa-se nas localidades do sul da cidade, distante das áreas mais abastadas, comumente nas chamadas *villas*. Carmona (2008) afirma que essas localidades são caracterizadas pela baixa renda e pela infraestrutura deficiente, com altos índices de criminalidade. Entre os bairros onde se encontra a presença de imigrantes bolivianos podemos citar Villa Lugano, Barrio Samoré, Villa Soldati, Barrio Charruá, Parque Chacabuco, Parque Avellaneda, Nueva Pompeya, Flores, Liniers, Puente La Noria, Morón, Ezpeleta e Luján.

Dentre as ocupações mais comuns exercidas pelos bolivianos na região da área metropolitana de Buenos Aires, Bermudes (2012) cita o setor de serviços, como na construção, na venda ambulante de frutas e vegetais e no trabalho doméstico. Nos bairros de Liniers e Nueva Pompeya há forte presença de comerciantes de origem boliviana, tanto que o primeiro deles ganhou a alcunha de "Pequena Bolívia", lugar em que um grande número de pessoas procura todo fim de semana produtos vendidos por bolivianos em mercados de rua. Além de Liniers, há a feira de *La Salada*, um grande mercado de rua

⁸² De acordo com Sassone (2007), a cidade de Buenos Aires foi dividida em "46 barrios" pela *Municipalidad de Buenos Aires, Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, de acordo com a *Ordenanza 26.067* de 4 de maio de 1972. Puerto Madero foi integrado à cidade a partir da *Ordenanza 51.163/96* e Parque Chas por meio da Ley nº 1.907/2006. Dessa forma, são 48 bairros no total, com características históricas e culturais peculiares, por exemplo, Montserrat, La Boca, Barracas, Caballito, Flores, Belgrano, Nueva Pompeya, San Telmo, dentre outros.

fundado por imigrantes bolivianos. Nela podem ser encontrados produtos com baixo preço, como acessórios, roupas, utensílios domésticos, brinquedos, CDs, DVDs, equipamentos, muitos de origem clandestina e cópias não autorizadas. Trata-se de um grande mercado frequentado tanto por imigrantes quanto por argentinos, que preferem comprar produtos a baixo preço, não se importando com a procedência nem com a originalidade das marcas.

Outro mercado de grande importância e com a presença de imigrantes bolivianos é a chamada Feira de *Bonorino*, localizada no bairro de Bajo Flores. Nela é possível encontrar uma grande sorte de produtos de origem boliviana. A Feira de *Bonorino* é menor que a de *La Salada*, entretanto, tem um número muito grande de imigrantes bolivianos trabalhando em mais de 500 bancas (BERMUDES, 2012). Há também a presença de bolivianos na manufatura de vestuário e, nas regiões mais afastadas, em trabalhos agrícolas, por exemplo, no cinturão verde de Buenos Aires. Em ambos é comum se ter notícias de trabalho degradante.

Na área metropolitana de Buenos Aires, a distribuição por gênero da imigração boliviana, de acordo com o censo de 2010, encontra-se na proporção de 49% de homens e 51% de mulheres. Desses imigrantes, 83% possuem entre 15 e 64 anos (BERMUDES, 2012).

De regiões como La Paz, Santa Cruz, Cochabamba e Potosí se originam grande parte dos imigrantes bolivianos rumo à Argentina. Entretanto, Bermudes (2012) aponta que há uma dificuldade em se definir qual o real número de bolivianos imigrantes em relação ao local de origem, uma vez que aqueles oriundos de áreas rurais tendem a se autodesignar nativos de cidades distintas, por exemplo, La Paz e Santa Cruz, pois não querem ser estigmatizados pela "origem indígena", acreditando que isso os classificaria como inferiores diante dos demais. Da mesma forma, há o problema da irregularidade, que dificulta a identificação exata do número real de imigrantes bolivianos residentes no país.

A irregularidade de muitos imigrantes bolivianos é um problema bastante grave, pois os coloca em uma situação de grande vulnerabilidade, sujeitos a se tornarem objeto de exploração e de negação de direitos. Sassone (2007) aponta que muitos imigrantes indocumentados conseguem empregos precários e eventuais, principalmente no setor têxtil e de construção civil, dentro da economia informal e sem registro. O autor relata que em Buenos Aires há muitos imigrantes nessa situação:

[...] la esquina de las Avenidas Cobo y Curapaligüe, en el Bajo Flores, constituye un "lugar" de servicio: es punto de contratación de mano de obra informal [...] en ese espacio los rasgos fenotípicos remiten a una función social: "los blancos" y "los amarillos" son empleadores, los que tienes rasgos "indígenas" y "mestizos" (cholos) son potenciales empleados [...] en esa esquina se hacen presentes, desde horas muy tempranas, migrantes bolivianos y peruanos y allí concurren quienes los quieren contratar; el ansia por conseguir un trabajo se entrecruza con el problema de la documentación y la nacionalidad [...] los inmigrantes indocumentados que allí se reúnen constituyen la representación evidente de "las minorías más vulnerables y desesperadas" en las ciudades globales [...] esta esquina de Cobo y Curapaligüe es hito de reunión, primero de bolivianos y luego de migrantes de otros orígenes como peruanos o paraguayos; las autoridades migratorias y de seguridad circulan permanentemente y a veces se detienen para hacer controles de documentación. "Hay miedo a la 'yuta' – la policía –, pero hay que enfrentar el riesgo porque si no, no se puede conseguir trabajo." (SASSONE, 2007, p. 25).⁸³

Na medida em que os bolivianos foram se assentando em Buenos Aires começaram a desenvolver estratégias, tanto para adquirir um trabalho, uma moradia e documentos quanto para se reunir e construir, no novo contexto urbano, lugares de pluralidade e diversidade, abertos a práticas de identificação e intercâmbio. Isto é, eles passaram a atuar no espaço público urbano da nova cidade, utilizando-se de ações de identificação mútua, que possibilitassem o reconhecimento do eu pelo outro e evidenciassem a própria existência além da vida privada, como forma de se integrar e estabelecer negociações no novo país. Assim, em Buenos Aires há muitos âmbitos de produção e reconstrução de identidade vinculados à "coletividade boliviana". Existe um tecido social diverso e disperso por distintas zonas da cidade, que inclui bailes, restaurantes, festas familiares e de bairros, ligas de futebol, programas de rádio, associações civis, publicações, feiras e comércios de

⁸³ "En el barrio porteño del Bajo Flores, en una esquina que es la frontera entre el 'barrio coreano' y una 'villa miseria', todas las mañanas decenas de personas, que viajaron desde Bolivia y Perú y residen en Buenos Aires, esperan horas y horas que algún pequeño o mediano empresario (de origen coreano o argentino) venga a contratarlos al menos por unas horas. [...] Entre ellos, hay un profundo odio hacia los coreanos: 'los coreanos son déspotas', 'los coreanos te explotan', 'se aprovechan de que tenemos que trabajar a cualquier precio'. 'Cuando vas a trabajar con los coreanos te dan arroz, fideos con tuco, no hay buena comida, no nos dan pan, nos dan galletas'. Pero en todo caso, dada la situación, ese es el 'mal menor'. Porque el gran riesgo es ser detenidos por la policía y pasarse un día en el calabozo. Permanentemente circulan patrulleros por la zona. A veces se detienen en un lugar, bajan y piden documentos. Se llevan a uno o dos, los dejan un día entero en la comisaría por 'averiguación de antecedentes' y, probablemente, le sacan la poca plata que tenga. Hay miedo a la 'yuta' – la policía –, pero hay que enfrentar el riesgo porque si no, no se puede conseguir trabajo. Algunos están hace dos, tres y hasta cinco años en situación de ilegalidad." (GRIMSON, 2011, p. 53-54).

diferentes tipos, configurando múltiplos espaços vinculados à "bolivianidade" em Buenos Aires.

Esses espaços parecem constituir uma espécie de *outro mundo*, diferente da cidade de Buenos Aires e das demais cidades bolivianas, mas que vive e cresce em permanente relação com ambas. Eles oferecem um âmbito de confiança, de recordações compartilhadas, de problemas comuns e também de formas de diversão. Há uma relação intensa com as cidades bolivianas, por meio de viagens e envio de remessas de dinheiro para a Bolívia. São espaços de diálogo, intercâmbio, negociação, diversidade e pluralidade, que extrapolam a vida privada, que colocam em visibilidade o imigrante, tanto em relação aos demais imigrantes quanto aos próprios portenhos. Charrúa, por exemplo, é um bairro portenho habitado por 80% de bolivianos e filhos de bolivianos. É o mais conhecido e transformou-se, com o passar dos anos, em um ponto de referência territorial da coletividade boliviana na Capital Federal Argentina e na Grande Buenos Aires. Os primeiros assentamentos de bolivianos nesse território datam de finais da década de 1950 e princípios de 1960. O bairro sobreviveu à formação de *villas* (bairros marginalizados com construções precárias), que começaram a se formar por volta dos anos 1970. De *villa* o local foi se transformando em bairro de *obreros*, passando de construções de madeira e chapa (lâmina) para casas de concreto. Os habitantes de Charrúa conseguiram firmar a compra formal das terras onde vivem, adquirindo matrícula e pagando mensalmente o imposto devido à Municipalidade. Em Charrúa condensa-se uma parte importante do passado e do presente da imigração a Buenos Aires.

De acordo com Bermudes (2012), há uma notável e desenvolvida rede de informação entre os bolivianos em Buenos Aires, que oferece desde notícias da Bolívia e da Argentina até diversos assuntos de interesse da vida imigrante na cidade. Existem estações de rádio comunitárias legais, dedicadas aos imigrantes, que tocam músicas, notícias e classificados. Há também publicações, por exemplo, o *Periódico Renacer* e o *Periódico Nueva Bolivia*. Ambos são disponíveis em formato impresso e on-line,⁸⁴ e divulgam notícias relacionadas à condição do imigrante e à vida sociocultural da comunidade. O *Periódico Renacer* é distribuído em toda Grande Buenos Aires e em alguns lugares no interior da Argentina,

⁸⁴Disponível em: <<http://www.renacerbol.com.ar>> e <<http://www.nuevabolivia.com.ar>>, último acesso em 28 de fevereiro de 2013.

assim como em La Paz e Cochabamba, na própria Bolívia (BERMUDES, 2012). Ele oferece espaços para anúncios, que são praticamente ocupados em sua integralidade por companhias de transporte, as quais oferecem viagens de ida e volta para a Bolívia, e por empresas que auxiliam o envio de dinheiro para o país. Já o *Periódico Nueva Bolivia* é distribuído apenas na cidade de Buenos Aires e apresenta anúncios de interesse dos imigrantes, além de uma seção de classificados.

5.2 A Presença Boliviana no Espaço Público da Cidade de Buenos Aires: Espaços de Ação, Reconhecimento, Negociação, Intercâmbio e Alteridade

5.2.1 A Festa Patronal de Nossa Senhora de Copacabana

Sempre no mês de outubro é realizada em Buenos Aires a festa de Nossa Senhora de Copacabana (*Fiesta de Nuestra Señora de Copacabana*). A virgem de Copacabana é considerada a padroeira da Bolívia e dos imigrantes bolivianos na Argentina. Não se trata, porém, de uma festa exclusiva da cidade de Buenos Aires, pois é possível encontrar celebrações semelhantes em homenagem à virgem também em Córdoba.⁸⁵ Segundo Grimson (2011), essas comemorações são realizadas em diversos bairros de Buenos Aires, por exemplo, em Charrúa, Fuerte Apache e Villa Celina.

Grimson (2011) esteve presente na festa da padroeira no Barrio de Charrúa. De acordo com sua descrição, o evento possui três partes distintas. No período da manhã é realizada uma missa, seguida por uma procissão com a presença das fraternidades de dança. O festejo termina, por fim, com um baile popular no período da noite. As fraternidades de dança trazem para o espaço portenho algumas danças bolivianas, como a *Morenada*, *Caporales*, *Pujllay*, *Doctorcitos*, *Diablada*, *Saya Negra*, *Antawara*, *Tobas*, *Tinku*, *Pinquillos*, *Tarqueada*, *Puca Ponchos*, dentre outras. São danças praticadas pelas diversas classes sociais, grupos étnicos e regionais que configuraram os povos que habitam a Bolívia.

⁸⁵ Grimson (2011) afirma que na Bolívia as festas patronais possuem importantes particularidades e diferenças em razão das regiões onde acontecem. Em algumas há diferentes grupos de dança, com diversificadas vestimentas, e até a participação do Estado, por meio da presença de políticos que as prestigiam.

Nessa festa podem ser encontradas comidas típicas e produtos da Bolívia. Dezenas de mesas são montadas, desse modo os participantes podem sentar e desfrutar de comidas e bebidas, como *chicharrón*, *picante de pollo*, *fricasé*, *chicha*, cerveja e até coca-cola. Há venda de artesanato e outros produtos de higiene pessoal, por exemplo, sabonetes e shampoo, inclusive, utensílios do dia a dia, como relógios.

Grimson (2011) enfatiza que, durante a festa, tanto a bandeira boliviana quanto a argentina são hasteadas juntas e acompanhadas da bandeira do Vaticano. Aliás, a presença da Igreja Católica não se resume à veneração da virgem, pois antes de terminar a missa são feitas várias declarações. Dentre as quais, a leitura de um documento da *Comisión Católica Argentina sobre Inmigración* em defesa dos direitos dos imigrantes, incitando o respeito mútuo aos povos.

Além disso, os organizadores da festa fazem uma leitura do regulamento do evento em relação ao comércio que será praticado. Isto é, relembram as formas que devem ser seguidas pelos comerciantes que participam da celebração, advertindo-os que não devem vender seus produtos a um preço excessivo e que devem sempre baixar o volume da música quando a virgem passar em procissão.

Participam da festa as fraternidades de dança, cujos grupos são compostos por jovens, adultos e algumas crianças. Os membros da Paróquia anunciam os grupos que entram, mencionando o tipo de dança que apresentarão e o bairro de origem. Cada grupo possui sua própria orquestra. Apresentam-se em média trinta e cinco grupos, possuindo cada um entre vinte e vinte cinco bailarinos (GRIMSON, 2011).

Não é simples identificar o significado de toda essa complexa celebração. Pode-se sustentar que a festa é apenas um acontecimento religioso ou que a virgem de Copacabana é uma herança da época colonial espanhola e que o sentido profundo da festa se vincula à *Pachamama*, "*la Madre Tierra*", e à celebração aymara e quéchua, caracterizando-se por ser uma festa muito mais boliviana no espaço portenho do que somente religiosa. Se de um lado há essa visão acerca da religiosidade e da conexão com a terra de origem, por outro há o sentido de troca comercial (GRIMSON, 2011).

Entretanto, não só esses significados podem ser apontados, pois a presença dos grupos festivos de dança confere um caráter carnavalesco e jovial para a festa, uma vez que além de envolver muitos estilos de dança, nota-se a promoção do encontro de jovens que

querem conhecer outros jovens, de adultos que querem celebrar amizades ou simplesmente conhecer outras pessoas, de crianças que querem brincar e ver o amontoado de cores que desfilam diante de seus olhos. Há, portanto, um grande intercâmbio.

Se por um lado há pluralidade, diversidade e troca, por outro há também espaço para a negociação do sentido da imigração e da própria condição de imigrante. Alguns imigrantes bolivianos consideram a Festa da Virgem de Copacabana uma ocasião para se mostrar a cultura andina de caráter autóctone, indianista, e não para demonstrar a religiosidade católica do povo boliviano que se encontra em sintonia com a mesma religiosidade do povo portenho, o que seria um fator de integração. Para estes, os direitos dos imigrantes bolivianos, o direito à cidadania e à igualdade, não se deve em razão de uma necessária interação entre os povos, como defende o discurso da Igreja, mas sim porque são eles os primeiros e originários habitantes da América do Sul. Nesse sentido, tem-se o relato de um boliviano coletado por Grimson (2011):

[...] los bolivianos somos dueños de la tierra, los argentinos no son dueños de las tierras, los porteños más que todo, ustedes son emigrantes que han venido a ocupar un territorio. Vos inclusive tienes descendencia extranjera, tu etnia, tus ancestros están en Europa. En cambio nosotros somos dueños de un territorio, que se llama Bolivia, somos descendientes de los aymaras-quechuas. Entonces para nosotros es importante preservar nuestra identidad, porque somos dueños de un territorio determinado, nuestros ancestros han pisado este suelo y nosotros somos dueños de nuestra tierra. El jujeño es dueño de su tierra porque los Incas antiguamente abarcaban hasta Tucumán. Entonces para nosotros es importante mantener nuestra identidad porque nosotros somos dueños de esta tierra, inclusive de toda Sudamérica somos nosotros dueños, somos nativos de acá, no somos de Europa, no somos emigrantes.

Seja qual for o sentido da festa, não há dúvidas de que ele não é único. Além disso, é um acontecimento extremamente importante para os imigrantes bolivianos e seus filhos nascidos na Argentina no contexto do espaço onde vivem, pois se trata de uma oportunidade para expressar pública e coletivamente, não só as tradições culturais e religiosas, que marcam a relação de identidade dessas pessoas com a Bolívia e que são de maneira intrínseca parte da própria identidade de cada uma delas; mas também estabelecer uma forma de diálogo com as demais pessoas que habitam a cidade de Buenos Aires. É inegavelmente um momento de negociação coletiva (GRIMSON, 2011), de intersecção

entre o passado e o presente, entre a história e o contexto atual, de discussão política, um momento em que interesses se chocam e se encontram nas disputas entre o sentido religioso e indianista, entre o sentido da imigração e a coletividade boliviana diante da sociedade portenha. Diante disso, Grimson afirma (2011) que

[...] sin perder su dimensión religiosa, la re-creación de las fiestas aparece como parte de la reconstrucción de una “cultura nacional”. Este nuevo sentido étnico es producido específicamente en la nueva situación de alteridad. Aquí no hay instancias estatales que promuevan la convocatoria – como las intendencias –, sino que, por el contrario, las intervenciones del Estado argentino en el curso de la fiesta pueden ir desde inspecciones bromatológicas para cerrar puestos de comida hasta la represión policial con gases lacrimógenos. De ese modo, el nacionalismo deja de ser una búsqueda de legitimidad de un modelo estatal de ciertas elites, y pasa a formar parte de un relato étnico que atraviesa a todos los sectores y agrupamientos identificados con la colectividad como modo de manifestarse y dialogar con ese otro Estado y esa sociedad que los construye como Otros [...] sin embargo, el proceso de identificación, de construcción de una homogeneidad conflictiva que defina la bolivianidad, está imbricada con el proceso de diálogo, negociación y conflicto con los “porteños” y otros grupos socioculturales. Por una parte, cada grupo e institución contruye su posicionamiento en la fiesta, no sólo en base a una historia sino también en función de su concepción de las relaciones sociales reales, imaginadas y deseadas en el contexto migratorio. Por otra parte, las fiestas como un todo, constituyen un modo de presentación y de acción frente a esa sociedad mayor. La fiesta es un modo clave de actuar la relación entre migrantes bolivianos y la sociedad porteña.

As festas patronais não constituem ações ocultas, clandestinas, envergonhadas, muito pelo contrário, constituem ações realizadas no espaço público portenho. O significado de "boliviano" não é negado nesse momento, mas sim reafirmado orgulhosa e positivamente frente à sociedade portenha. As festas espalham-se por outros bairros além de Charrúa, por exemplo, em Pompeya e Fuerte Apache. Há ainda duas festas que chegam a ocupar espaços públicos do coração de Buenos Aires: a *Fiesta de la Virgen de Santa Cecilia* e a *Fiesta de la Virgen del Carmen*. A primeira ocorre no final do ano e a segunda em meados de janeiro, mas ambas são marcadas por missas realizadas na Catedral de Buenos Aires, com procissões ao redor da *Plaza de Mayo*, centro político e social da cidade e da Argentina, onde se encontra a sede do Governo Nacional e o prédio histórico do *Cabildo*, no qual teve início o processo de independência argentino (GRIMSON, 2011). Ou seja, trata-se de um lugar cuja representação para o povo argentino é muito importante, pois

ele não só se relaciona com a gênese da nação argentina, como também é o espaço onde são realizadas as principais manifestações políticas e sindicais do país. Lugar em que o argentino age no espaço público, reivindicando e cobrando do Estado aquilo que entende ser necessário.

Essas duas festas são menores e abrangem menos pessoas que as dos bairros de Charrúa e Pompeya. No entanto, possuem diversas similaridades: em ambas podem ser vistas as bandeiras da Bolívia e da Argentina juntas, há fraternidades de dança, grupos musicais tocando guitarras e sanfonas etc. Assim como a Festa de Nossa Senhora de Copacabana, elas fazem parte desse processo de negociação coletiva, de intercâmbio, de ação no principal espaço político de Buenos Aires.

5.2.2 As Associações da Coletividade Boliviana

De acordo com Sassone (2007), a primeira associação conhecida de uma coletividade boliviana em Buenos Aires foi fundada em 1933. Em 1959, teve-se notícia da criação da *Asociación Boliviana de Buenos Aires* (ABBA), entidade que funcionou até meados dos anos 1970. Durante os anos 1980, o número de associações ampliou-se, estimulando o surgimento nos anos 1990 de federações, ou seja, agrupamentos dessas associações. Segundo Sassone (2007) havia, em 1989, mais de quarenta associações civis na Argentina.

No ano de 1993 formou-se a *Federación de Asociaciones Civiles Bolivianas* (FACBOL). Sua atuação voltou-se ao benefício da comunidade boliviana em toda a Argentina. Um exemplo de seu trabalho junto ao governo argentino foi o que resultou no acordo sanitário "*Virgem de Copacabana*", por meio do qual foram inaugurados postos sanitários no Noroeste do país para atender imigrantes bolivianos (SASSONE, 2007).

Essas associações civis estão localizadas atualmente no Sul da cidade de Buenos Aires. Para Cortes (2001) e Sassone (2007), a principal preocupação delas está na questão da indocumentação dos imigrantes bolivianos. A situação de irregularidade de muitos deles alimenta a luta por direitos civis.

Dentre as associações existentes em Buenos Aires podem ser citadas as que se formam de acordo com as zonas de procedência de seus associados, por exemplo, *Residentes de Villazón*, *Residentes de Tupiza*, ou ainda de acordo com a residência de seus

associados, como a *Colectividad Boliviana de Villa Lugano*. Além dessas, existem as organizações culturais e desportivas, cuja importância é fundamental para a coletividade urbana, diante das suas capacidades em reunir e organizar os imigrantes na cidade portenha. Dentre elas podem ser citados os grupos de dança *América Morena*, *Amerindia*, *Caporales de Berazategui*, *Diablada de Morón* e os conjuntos de música autóctone, como *Raza de Bronce*, *Agrupación Kantutani*. As organizações desportivas, por sua vez, montam campeonatos de futebol, em que participam inúmeras equipes amadoras formadas por imigrantes bolivianos de diversas idades. É interessante ressaltar, inclusive, que existem mais de 100 equipes bolivianas amadoras de futebol na cidade de Buenos Aires (GRIMSON, 2011).

A importância dessas associações está na formação de poder que elas possibilitam para toda a coletividade boliviana no contexto do novo país onde se inserem. Segundo Hannah Arendt (2012), o poder potencializado pela ação coletiva ganha visibilidade, capacidade de atuar e negociar no espaço público. O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros, que as potencialidades da ação se fazem presentes. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja sua força e por mais válidas que sejam suas razões. Se o poder fosse algo além da potencialidade da convivência, se pudesse ser possuído como a força ou exercido mediante coação, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta (ARENDT, 2012).

Dessa maneira, o poder – como a ação – é ilimitado e, ao contrário da força, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem. Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação essa que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade. Pelo mesmo motivo, é possível dividir o poder sem reduzi-lo e a interação de poderes, com seus controles e equilíbrios, pode, inclusive, gerar mais poder, pelo menos enquanto a interação for dinâmica e não resultado de um impasse. A força, ao contrário, é indivisível e, embora também seja controlada e equilibrada pela presença dos outros, a interação da pluralidade significa, nesse caso, uma definida limitação à força do indivíduo, que é mantida dentro de

limites e pode vir a ser superada pelo potencial de poder da maioria (ARENDT, 2012). Quando a coletividade boliviana organiza-se em associações civis, ela gera esse poder que não se limita à força física de cada indivíduo, e dentro dessa ação coletiva, é capaz de construir no espaço público portenho uma esfera de negociação intensa. Não por acaso a FACBOL conseguiu resultados junto ao governo argentino.

Nesse sentido, a luta contra a irregularidade dos imigrantes bolivianos não poderia deixar de ser a principal bandeira a ser carregada por essas associações civis, uma vez que ela configura um entrave para a ação do indivíduo no espaço público, pois lhe retira um elemento fundamental de sua condição humana. Isto é, retira-lhe a própria possibilidade de ser reconhecido pelo outro como pessoa regular, submetida às mesmas regras e inserida formalmente na mesma cidade. Sem a regularidade, não há possibilidade de agir, interagir e negociar igualmente com o outro, não há a própria condição de coletivamente gerar poder. Ou seja, a irregularidade de todos os imigrantes bolivianos na Argentina seria a negação da existência de qualquer associação civil com a possibilidade de negociar junto ao governo argentino por melhores condições.

5.2.3 As Rádios Bolivianas em Buenos Aires

Bermudes (2012) afirma que, em Buenos Aires, existe uma notável e desenvolvida rede de informação entre os bolivianos responsável por oferecer desde notícias da Bolívia e da Argentina a diversos assuntos de interesse da vida imigrante na cidade portenha. As rádios comunitárias bolivianas, dedicadas aos imigrantes, fazem parte dessa rede, apresentando músicas, notícias e até classificados.

Em meados de 1975, tinha-se conhecimento de programas voltados para a comunidade boliviana dentro de rádios dirigidas por argentinos. Todavia, a partir dos anos 1980, mais precisamente com a retomada da Democracia na Argentina, começaram a surgir rádios piratas e comunitárias voltadas integralmente para a coletividade boliviana. Hoje, é possível identificar mais de vinte programas de rádio com atrações destinadas aos bolivianos e algumas emissoras propriamente dirigidas por esses indivíduos (GRIMSON, 2011).

Os programas existentes apresentam diferentes formas de abordagem junto à comunidade boliviana, mas possuem traços semelhantes. Alguns focam seu conteúdo em músicas que realçam a cultura boliviana, outros tentam construir a ideia para os ouvintes de que os bolivianos devem organizar-se como comunidade consciente de sua unidade em solo argentino, para reivindicarem melhorias de vida, direitos e realmente sentirem-se integrantes da sociedade portenha. Um dirigente de um programa de rádio voltado para a comunidade boliviana, afirmou que em Buenos Aires

[...] la “cultura boliviana” no se encuentra difundida, no hay un buen servicio en salud, educación y actividades sociales para los migrantes, y hay una desunión entre los pueblos latinoamericanos, algunos de los cuales se encuentran en Buenos Aires en una situación similar a la de los bolivianos. Revirtiendo estas carencias se puede lograr que “la colectividad boliviana alguna vez se inserte en la comunidad argentina como grupo social, [...] que empiece a vivir realmente en comunidad.” (GRIMSON, 2011, p. 115).

Por outro lado, outro dirigente afirmou que em seu programa

[...] tratamos de fomentar la participación y decir que si participamos podemos de algún modo llegar a correr ciertos personajes y postular otros o postularse si vos sabés que tenés algo armado [...] tratar de hacer un programa de radio serio que represente a la colectividad boliviana, pero creo que para eso falta un poco más; por ahora queremos demostrar que estamos orgullosos de ser bolivianos [...] recién se está gestando la idea de que sería bueno organizarse para que podamos tener voz, para que podamos defender nuestros derechos. (GRIMSON, 2011, p. 116).

O que se pode notar é que as emissoras e os programas bolivianos em Buenos Aires fazem parte não somente de um processo de valorização cultural da identidade boliviana na Argentina, como também do processo de organização da sua coletividade no espaço público portenho. Os radialistas buscam incentivar a participação dos imigrantes em organizações existentes, sem deixar de emitir uma opinião crítica sobre a atuação de cada uma delas. Algumas chegam inclusive a oferecer serviços e ajuda social, organizando campanhas para arrecadar brinquedos, agasalhos, roupas de verão, dentre outros artigos, mas elas não são isentas de críticas feitas a seus membros, que estão sempre sob a vigilância e sob algum comentário por parte das rádios, tanto positivos quanto negativos.

A valorização da identidade boliviana é, muitas vezes, acompanhada da própria construção de uma *identidade latino-americana* em solo argentino. Em seus programas, as rádios conferem aos imigrantes um sentido de maior integração na sociedade portenha, pois mesmo habitando um país diferente do seu, manifestam que estão em um país pertencente ao mesmo grupo que o seu. Esse é o sentido da valorização de uma *latinoamericanidad*: apesar de distante da terra natal, ainda se está em casa. Esse discurso pode ser reconhecido, por exemplo, no relato colhido por Grimson (2011) de um radialista boliviano em Buenos Aires:

Se pasa música estritamente boliviana, folklore boliviano [...] me da pie para que cuando un país latinoamericano cumple con el aniversario nacional, el programa se dedique íntegramente a rendirle homenaje a este país hermano latinoamericano, pasando su música, su historia, dedicándole un homenaje a partir de la página editorial y saludando a cuanto residente paraguayo, peruano o chileno haya en el lugar donde funciona el programa.

Em determinados programas, os radialistas chegam a justificar a imigração boliviana para Buenos Aires em termos de "herança cultural". Alguns consideram a cultura portenha muito europeizada, "gringa", fruto dos navios espanhóis (GRIMSON, 2011). Para eles essa não é a verdadeira cultura latino-americana, pois não valoriza e tampouco reconhece o passado indígena do continente Sul-Americano. Destarte, os imigrantes bolivianos apresentam-se como os verdadeiros depositários da "real cultura latino-americana", assinalando que são eles os herdeiros dos habitantes originários do continente, o que lhes garantiria o direito inquestionável de migrar para Buenos Aires e nesse solo viver.

Por mais questionável e polêmico que seja o argumento utilizado pelos radialistas bolivianos em relação à herança da terra latino-americana, não deixa de ser um posicionamento político importante, pois demonstra uma forma de reivindicar e justificar o direito a habitar a cidade de Buenos Aires de maneira igual ou até com maior razão em relação aos próprios portenhos. Desse modo, indica um posicionamento, uma ação reivindicativa de direitos da coletividade boliviana frente à sociedade maior, receptora, demonstrando sentido de pertencimento.

Esse sentido de pertencimento é também reforçado quando muitos ouvintes participam da programação das rádios para enviar saudações a amigos e familiares,

ampliando a comunicação e diminuindo a distância cultural e física entre seus compatriotas e a própria sociedade portenha. As rádios possibilitam a ampliação das teias de relacionamentos entre os próprios imigrantes e a sociedade receptora.

De acordo com a programação das rádios, podem ser definidos três níveis de atuação, complementares e auxiliares, na construção da identidade boliviana em diálogo constante com a sociedade portenha. O primeiro nível pode ser sintetizado na relação que os programas estabelecem com a própria coletividade boliviana, executando músicas bolivianas, contemporâneas e folclóricas, organizando campanhas assistenciais, executando projetos, noticiando fatos sobre as organizações civis da coletividade e estabelecendo debates críticos sobre a atuação delas. O segundo nível diz respeito à relação que as rádios estabelecem entre a comunidade boliviana e os demais imigrantes latino-americanos, por meio de músicas peruanas, paraguaias, chilenas e brasileiras, celebrando o aniversário de independência de cada país da América do Sul. Nesse segundo nível, é estabelecida uma relação mais abrangente de pertencimento aos povos da América do Sul. O terceiro nível, por fim, tem o foco voltado para os argentinos, para toda a sociedade portenha (GRIMSON, 2011). Ou seja, é a atuação das rádios bolivianas com o fim de valorizar a cultura boliviana frente aos argentinos, para que possam conhecê-la, entendê-la e respeitá-la.

5.2.4 As Crianças Bolivianas nas Escolas Públicas

Um espaço público de grande importância na vida dos imigrantes bolivianos e de seus filhos, nascidos ou não em Buenos Aires, é a escola pública argentina. As crianças bolivianas⁸⁶ convivem com crianças argentinas dentro das escolas e das salas de aula, que se apresentam como espaço de construção e negociação de identidades, interação, mas também discriminação.

De acordo com Novaro e Diez (2011), dados oficiais de 2007 do *Departamento de Estadística del Ministerio de Educación de la Nación* informaram que havia na Argentina um total de 21.125 alunos bolivianos nas escolas primárias e 8.111 nas secundárias. Os autores ressaltam, todavia, que esses dados não eram confiáveis, uma vez que a contagem

⁸⁶ A expressão "crianças bolivianas" é usada para englobar tanto as nascidas na Bolívia quanto as nascidas na Argentina. Quando for necessária a diferenciação entre os filhos de imigrantes bolivianos nascidos ou não em Buenos Aires, isso será feito expressamente.

dos imigrantes matriculados nas escolas não é feita seguindo a divisão pelo grau escolar, sendo tomado apenas o número total. Ou seja, são números imprecisos, pois algumas instituições computam alunos do grau secundário no primário e vice-versa. De qualquer maneira, a cifra indica que ainda há um número baixo de crianças bolivianas matriculadas nas escolas públicas argentinas, embora não inexpressivo.

A escola é um espaço não somente de aprendizado, mas também de construção de identidade e socialização. No caso das crianças bolivianas esse processo de construção não é simples, pois envolve significativa carga de estigmatização e preconceito. Muitas escolas rebaixam automaticamente o grau escolar de alunos bolivianos logo no ato de matrícula, nivelando a criança por baixo. As instituições apresentam o argumento de que a carga de conhecimento delas é baixa, o que justificaria seu rebaixamento. Há escolas, entretanto, que chegam inclusive a recusar a matrícula do imigrante boliviano (NOVARO; DIEZ, 2011).

Além disso, não há um modelo escolar pleno e dominante que fomente a interação entre as diversidades culturais existentes e que considere a particularidade de cada uma das crianças. Apesar de atualmente existirem, de acordo com Novaro e Diez (2011), inúmeros documentos educativos e escolares que afirmam a necessidade de se atender a cultura dos alunos, além da própria cultura que a escola transmite, ainda há forte presença de um modelo normalizador, reducionista e nacionalista.

La coexistencia del discurso nacionalista y del respeto por la diversidad no debe ocultar el hecho de que durante mucho tiempo la escuela fue implícitamente expulsora de aquellas poblaciones “portadoras” de rasgos considerados incompatibles con los que, en el imaginario social, conformaban la “identidad” o la “cultura nacional”. En la política “de reconocimiento y reparación” que ha comenzado a definirse en los últimos años, el riesgo más bien consiste en diluir la desigualdad en una revisión histórica no siempre articulada con los nuevos contextos económicos y socioculturales; en ocasiones, esto lleva a valorar los grupos por su pasado pero no por su presente. Así, mientras se recuperan elementos y concepciones más o menos folklorizados de las cosmovisiones de los distintos pueblos, se producen nuevas situaciones de desigualdad cuando se cuestionan sus capacidades y posibilidades de aprendizaje, tanto como sus supuestos, sus representaciones, y sus formas de expresión y comunicación. (NOVARO; DIEZ, 2011, p. 45).

Esse modelo nacionalista e normalizador reflete no corpo docente, que apresenta dificuldade em lidar com a criança imigrante. A imagem que muitos docentes possuem a

respeito das crianças bolivianas é associada ao estereótipo de que são caladas e retraídas, e consequentemente, apresentam dificuldade em se relacionar e expressar. Essa imagem coloca as crianças bolivianas em uma suposta posição de *desvantagem cultural natural* em relação aos seus pares argentinos (NOVARO; DIEZ, 2011).

A posição equivocada dos docentes demonstra uma limitada reflexão do ensino público argentino em relação aos imigrantes e à própria necessidade de alterar o discurso nacionalista. Essa inalteração de paradigma apenas estimula a desobrigação em provocar o rompimento do aparente silêncio das crianças bolivianas. O silêncio é fruto da falta de diálogo intercultural, da mudança de um paradigma estritamente unilateral e nacionalista que não pode mais perdurar. Nesse sentido, Novaro e Diez (2011) argumentam que

Su identificación como “bolivianos” los desautoriza como interlocutores y como demandantes en distintas instituciones sociales. La escuela es una más de ellas, donde las relaciones de poder son desiguales para este grupo de alumnos y alumnas: en tantos niños, en tanto bolivianos y en tanto pobres. Es válida por ello la pregunta sobre si se trata de silencio o de silenciamento. Tal vez lo que falte en la escuela no sean solo palabras, sino vivencias que sostegan la expectativa de las palabras serán escuchadas [...] más que reconocer la ignorancia o el desconocimiento sobre los otros, en muchas escuelas se hacen afirmaciones taxativas sobre grupos que supuestamente carecerían de las condiciones para socializar “normalmente” a sus hijos, afirmaciones donde *nuestros* parámetros se presentan como incuestionables y universales. En estos esquemas, “los otros” aparecen como los depositarios y responsables de los problemas que padecen, como si hubieran podido elegirlos, y como si sus privaciones no fueran condición de los beneficios de algunos, sino producto de fallas propias de su *raza*, de sus *mentalidades*, de su *cultura*. (NOVARO; DIEZ, 2011, p. 47).

O pré-julgamento feito às crianças bolivianas é fruto da visão de uma sociedade receptora que se coloca em uma posição culturalmente superior ao imigrante que recebe. A ideia de que o imigrante deve aprender a cultura do novo país unilateralmente e somente ele deve se familiarizar com ela, consiste em um paradigma normalizador, unificador e nacionalista que deve ser superado. O espaço público, em especial a escola, deve ser aberto para o diálogo e a negociação e não para a redução. A integração do imigrante à sociedade receptora apenas pela assimilação implica na estereotipização, favorece a não compreensão do outro e fomenta a discriminação e a xenofobia. Se apenas a sociedade receptora tem algo a ensinar para o imigrante, então sua cultura coloca-se prontamente como superior. A mera

assimilação funciona semelhante a um processo de redução do próprio "eu" do imigrante, pois ela implica que este deixe de lado suas origens, sua cultura, tudo que contribuiu na construção de sua pessoa, na sua identificação como ser humano, para assimilar os costumes e modos da sociedade onde se encontra.

A escola, no papel de produtora de conhecimento e responsável por importante parte da formação da pessoa, não pode ser reprodutora de estereótipos e nem fonte de preconceitos. Ela deve desde o primeiro momento trabalhar com a tolerância e a necessidade de dialogar com o outro, não somente para conhecê-lo, mas também para com ele aprender.

[...] la llegada al grupo, que en los niños migrantes suele coincidir con la llegada a la ciudad y a la escuela, parece constituir uno de los momentos de mayor tensión: “cuando venís las primeras veces a veces te tratan mal, porque aquí nos dicen de todo, y entonces antes me quería yo ir a Bolivia ya”. Los niños migrantes suelen expresar las dificultades que han tenido en su integración al grupo al descubrir que su procedencia, su lugar de origen o su nacionalidad constituye un atributo negativo para la población de alumnos. La percepción de esta carga negativa incide en los intentos por silenciar su identificación: “No les diga a las otras chicas que soy boliviana porque me molestan.” (NOVARO; DIEZ, 2011, p. 49).

O silêncio das crianças bolivianas pode ser entendido como um mecanismo de defesa dentro desse contexto. Trata-se de um *silêncio eloquente* que deve ser contraposto às palavras, aos gestos e à diversidade comunicativa que apresentam quando estão fora da escola. Esse silêncio não pode pertencer a um *processo de silenciamento*. Isto é, para que o silêncio das crianças bolivianas, sua quietude na escola, não seja nenhum mecanismo de defesa ou autopreservação, mas apenas uma ação oriunda de uma decisão volitiva, ele deve ser compreendido.

Nesse sentido, a língua falada pelas crianças bolivianas não pode funcionar como estigma de uma cultura considerada inferior pelos argentinos. Seja o quéchua, o guarani ou o aymará, a criança deve identificá-las como parte de si mesma, sem internalizar a compreensão do castelhano como idioma superior, pois quando falado lhe poupa de situações de desrespeito e negação. O castelhano merece ser compreendido como a língua da sociedade receptora, mas que em nenhum momento é superior ou inferior à língua

materna. Trata-se apenas da língua mais falada na sociedade que agora o imigrante vive, a qual ele aprenderá para comunicar-se e não para ser aceito.

O modelo educativo nacionalista e normalizador integra as crianças bolivianas e os demais imigrantes excluindo-os. Não é suficiente aceitar que se matriculem e ocupem as mesmas carteiras que as crianças argentinas sem uma mudança de paradigma, caso contrário essa inclusão física continuará marcada por exclusões. Vencido o primeiro obstáculo do aceite da matrícula, a criança boliviana depara-se com outros mais sutis, porém ainda excludentes. Nesse sentido, Novaro e Diez (2011) advertem que,

Si entendemos a la discriminación como la anulación o menoscabo del ejercicio de un derecho por motivos diversos (entre ellos, la nacionalidad o la pertenencia étnica), podemos afirmar que los derechos educativos de los niños bolivianos resultan en ocasiones anulados por ejemplo, cuando con variadas razones se les dificultan las vacantes o la matriculación en ciertas escuelas), y frecuentemente menoscabados. Considerando los parámetros establecidos en el Plan Nacional contra la Discriminación (Decreto n° 1.086/2005), podemos afirmar que la experiencia de los niños y niñas provenientes de Bolivia en las escuelas incluye diversas situaciones discriminatorias: padecen la construcción de estereotipos, resultan frecuentemente hostigados por su pertenencia nacional y étnica, y suelen tener problemas de acceso al sistema. (2011, p. 54).

O *Plan Nacional contra la Discriminación*,⁸⁷ cuja aparição no ordenamento jurídico argentino se deu por meio do Decreto n° 1.086/2005, enfatizou a necessidade de diálogo entre a sociedade receptora e os imigrantes, no que toca à mútua compreensão das características individuais. Ou seja, mencionou-se a importância de não só compreender as características dos grupos discriminados, mas também as da sociedade que discrimina. Dessa maneira, seria possível identificar as razões da discriminação, por exemplo, o desconhecimento da história, das experiências, das tradições, dos modos e costumes do imigrante, uma vez que sobre o desconhecimento são construídos os estereótipos, tais como o silêncio das crianças bolivianas.

As escolas argentinas demandam um sistema educacional que também seja definido pela interculturalidade, que busque e reconheça a diversidade sociolinguística e as particularidades culturais das crianças. Novaro e Diez (2011) acreditam que:

⁸⁷ Para maiores informações sobre o plano consultar o sítio <<http://inadi.gob.ar/wp-content/uploads/2010/04/plannacional.pdf>>, último acesso em 12 de dezembro de 2012.

[...] la interculturalidad debería traducirse en políticas de reconocimiento de los denominados otros (denominación que también debería problematizarse), así como en una reflexión crítica sobre los mandatos impuestos como “costumes”. Esto incluye reflexionar sobre la forma en que esos otros fueron contruidos – en parte por la misma escuela. Por eso, debe ser al mismo tiempo una política hacia los considerados otros y una política hacia nosotros mismos. Así, advertiremos que las fronteras y límites entre unos y otros no son tales, o al menos, son permanentemente transitadas, cruzadas y alteradas. Los mismos niños, cuyas certeras palabras reiteramos, nos hablan de cómo vivencian estos tránsitos y cruces: “Si yo nací en Buenos Aires y mi mamá en Bolivia, yo qué soy?” Frente a un niño que dice: “No sé si irme o quedarme”, su compañero comenta: “que se parta a la mitad”. (2011, p. 55-56).

Somente com o reconhecimento da necessidade de compreender o *outro* levando em conta as características do próprio *outro* e não tomando como ponto de partida as próprias de quem recebe (o *outro*) é que haverá espaço para o diálogo, para o intercâmbio no espaço público, para que perguntas como as feitas pelas crianças bolivianas e seu silêncio sejam colocados fora dos estereótipos e transformados, para que se alcance real integração na sociedade portenha.

De qualquer maneira, a significativa presença das crianças bolivianas nas escolas argentinas e, mais especificamente, na cidade de Buenos Aires, demonstra que não há mais espaço para a não realização plena dos direitos desses imigrantes. Em outras palavras, a presença na vida pública é cada vez maior e intensa, portanto, a negociação cultural e o intercâmbio são inevitáveis. Assim, a negociação unilateral, que toma como partido as características da sociedade receptora, deve ceder lugar para a negociação bilateral, em que haja um diálogo de via dupla entre aquele que recebe e aquele que chega e se insere, permitindo o gozo pleno de direitos e, consequentemente, a formação plena de cidadãos portenhos, independente da nacionalidade que possuam.

5.2.5 Bolivianos no Cinturão Verde de Buenos Aires

Desde meados de 1970 imigrantes bolivianos começaram a chegar ao cinturão verde da área metropolitana de Buenos Aires e, então, principiaram a participar do trabalho na horticultura, assumindo a posição de *peones* ou *medieros*. Com o passar do tempo, alguns

se tornaram produtores, tanto na qualidade de arrendatários quanto na de proprietários (BENENCIA; QUARANTA, 2006). Dessa maneira, constituiu-se em torno da atividade da horticultura localizada nessa região um mercado laboral com grande participação da imigração boliviana.

De acordo com Benencia e Quaranta (2006), no início da década de 2000, o Censo Nacional Agropecuário indicou existirem em torno de 1.200 estabelecimentos vendedores de produtos oriundos do cinturão da cidade de Buenos Aires, ocupando cerca de 13.000 hectares. A maioria desses estabelecimentos, assim como dessa superfície concentra-se na zona sul da cidade e soma praticamente dois terços do total da área do cinturão.

Na relação de *mediería*, os *medieros* recebem remuneração variável, com base em porcentagem do resultado econômico obtido na produção. Trata-se de uma espécie de sociedade desigual de capital e trabalho, que permite organizar e remunerar o trabalho de maneira flexível, favorecendo o produtor principal e ampliando o envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo. O acordo estabelecido com o produtor principal define os aportes que o *mediero* realizará na relação, principalmente no que concerne ao seu trabalho, ao de seus familiares e até dos trabalhadores contratados pelo próprio *mediero*.

A *mediería* como relação de trabalho é muito comum entre imigrantes bolivianos, na posição de *medieros* e na de produtores. No ano de 2001, em Buenos Aires, quase quatro de cada dez estabelecimentos possuíam produtores bolivianos, dos quais 60% eram produtores familiares (BENENCIA; GUARANTA, 2006). Majoritariamente os bolivianos produtores arrendam as terras e quando contratam outros trabalhadores adotam o regime de remuneração fixa.⁸⁸

A presença dos imigrantes bolivianos no cinturão verde de Buenos Aires é tão significativa que, de acordo com os *Censos Hortícolas de la Provincia de Buenos Aires* de 1998 e 2001, supera a metade do total de pessoas alocadas na horticultura do cinturão. Benencia e Guaranta (2006) expõem que os imigrantes bolivianos presentes no cinturão vêm majoritariamente dos vales andinos de Tarija, Cochabamba e Oruro; regiões onde se

⁸⁸ Benencia e Guaranta (2006, p. 428) destacam que "la propiedad de la tierra es una opción, pero creemos que en este momento no es la preferida por la mayoría de los horticultores bolivianos, al menos en el área horticola bonaerense. Si bien los datos del Censo Hortícola de la Provincia de Buenos Aires 2001 registraron una importante cantidad de productores de origen boliviano: 39 por ciento en la zona Sur (La Plata), donde hay un 25 por ciento con categoría de propietarios a las 5 hectáreas".

prática agricultura de características campesinas, cujos principais produtos são a batata, o milho e o feijão.

Muchos de ellos han entrado por primera vez en la Argentina como peones del tabaco, la caña de azúcar o el tomate, en Jujuy y Salta (provincias lindantes con Bolivia), a la edad de 8 a 11 años (con sus padres), o a los 16-17 (solos); después recorrieron otros cultivos, llegando en sus desplazamientos hasta la región cuyana, donde participaron de la cosecha de uva y de ajo. Comentan que al finalizar cada cosecha, siempre regresaban al lugar de origen. En estos viajes, muchas veces, las familias tenían hijos de nacionalidad argentina que posteriormente podían incorporarse a los mercados de trabajo con menos dificultades [...] estas familias guardan estrechos contactos con sus comunidades de origen, a las que algún miembro del hogar regresa con periodicidad, al menos anual, donde suelen invertir en el mejoramiento de sus viviendas e, inclusive, en sus pequeñas explotaciones, que a menudo están a cargo de un pariente que permaneció en el lugar de origen. En algunos casos, cuando los trabajadores se retiran de estos mercados de trabajo hortícola, suelen retornar a sus comunidades, donde invirieron sus excedentes durante los años de actividad. En otros casos, se establecen definitivamente en la Argentina transformándose muchas veces en productores y alcanzando, en algunas ocasiones, a acceder a la propiedad de la tierra. (BENENCIA; GUARANTA, 2006, p. 420-421).

A significativa presença dos bolivianos no cinturão verde de Buenos Aires fomenta a negociação e o intercâmbio entre os imigrantes e os produtores argentinos, principalmente aqueles que empregam bolivianos na relação de *mediería*. A identidade boliviana diante da sociedade receptora também é negociada nesse espaço, sendo criados determinados estereótipos: "prefiero los medieros bolivianos porque trabajan los domingos, riegan de noche, cosechan con lluvia, son responsables, porque les interesa la ganancia" (BENENCIA; GUARANTA, 2006, p. 421). Os argentinos enxergam os imigrantes bolivianos como uma boa opção de mão de obra barata, como trabalhadores disponíveis e predispostos a trabalharem em condições que não seriam aceitáveis para os argentinos. Além disso, os bolivianos são considerados trabalhadores obedientes e competentes, porém também sujeitos a certa carga de exploração:

"En general no hace falta una supervisión muy especial. Los bolivianos no tiene mayor problema en hacer las cosas como se les dice y muestran buena voluntad para aprender; generalmente, los bolivianos traen menos problemas para el patrón" o, según otro produtor, "el bolivianos jamás da

problemas; a los bolivianos uno les habla y ponen atención, el otro es como si no le importara” [...] “hay buenos y malos trabajadores, y éstos pueden ser bolivianos o criollos, pero el boliviano es preferido porque es mucho más dócil que el criollo para trabajar” [...] “el boliviano no protesta, lo querés hacer trabajar un domingo y trabaja; lo sacas a las tres de la mañana para cargar un camión y se levanta.” (BENENCIA; GUARANTA, 2006, p. 422).

Os *medieros* bolivianos são contratados por meio das redes de trabalhadores que se formam, nas quais um indica o outro ao produtor, na maioria dos casos, indicações feitas por parentes e amigos. Há, portanto, uma organização de fato entre os imigrantes bolivianos do cinturão de Buenos Aires, apontando para uma atuação ativa nesse espaço público.

A relação entre os trabalhadores bolivianos e os argentinos, contudo, não é desprovida de qualquer conflito. Muitos trabalhadores argentinos reclamam que perdem postos de trabalho para os bolivianos, pois estes aceitam trabalhar sob condições precárias com as quais aqueles jamais concordariam. Ademais, manifestam que são politicamente mais organizados do que os bolivianos, porque reivindicam seus direitos com maior ênfase e clareza, o que os prejudica na hora de serem contratados, uma vez que os produtores preferem a flexibilidade dos bolivianos. Esses conflitos geram atos discriminatórios contra os imigrantes bolivianos por parte dos argentinos.

Entretanto, mesmo havendo conflito com a sociedade receptora, há uma significativa organização da coletividade boliviana nesse nicho econômico do cinturão verde de Buenos Aires, atuando de maneira solidária e criando oportunidades para os trabalhadores imigrantes. Segundo Benencia e Guaranta (2006), essa presença organizada socialmente e envolvida em um nicho específico de produção de maneira complexa permite afirmar que "los bolivianos en la horticultura asumen una identidad étnica (atribuida y autorreferenciada) como horticultores (trabajadores y productores) y comercializadores de hortalizas."

5.2.6 Bolivianos e o Futebol em Buenos Aires

Talvez, o esporte preferido da maioria dos habitantes da América do Sul seja o futebol. Entre os argentinos não há dúvida, o futebol é o esporte mais importante do país e a

cidade de Buenos Aires configura o espaço onde estão os grandes clubes que disputam os principais torneios nacionais e internacionais.

Entre os imigrantes bolivianos não é diferente. Costumeiramente apreciam o futebol, não só como torcedores de algum time, mas também na prática do desporto. Existem mais de centenas de equipes em Buenos Aires formadas por imigrantes bolivianos, que disputam torneios entre si.

No Parque Avellaneda,⁸⁹ por exemplo, existem campos de futebol onde outrora havia terrenos baldios. Os imigrantes bolivianos limpam esses terrenos e construíram campos, que funcionam, além de lugar para a prática do esporte, como espaço de encontro da comunidade, principalmente aos domingos (CARMONA; GAVAZZO; MORALES, 2004).

Nesses campos de futebol são organizados campeonatos por meio de ligas, tanto de equipes masculinas quanto femininas. Essas equipes são organizadas em torno de relações de parentesco, relações laborais, círculos de amizade, proximidade regional, que são simbolicamente estampadas nos nomes das equipes e nas bandeiras colocadas em campo durante os jogos (CARMONA; GAVAZZO; MORALES, 2004). Isto é, elas não são formadas sem qualquer tipo de referência a algum grupo ou coletividade específica entre a coletividade maior dos imigrantes bolivianos em Buenos Aires.⁹⁰

No Parque Avellaneda também podem ser encontradas quadras de tênis, de voleibol e de basquetebol, área para atletismo e até natação. Todos os espaços são utilizados por argentinos e por imigrantes bolivianos. Trata-se de um espaço amplo não somente para a diversidade e o intercâmbio, mas também para a negociação e a construção da identidade dos imigrantes na sociedade receptora.

Muito além do espaço público do Parque Avellaneda, o futebol exerce papéis importantes na relação entre a coletividade boliviana e a sociedade portenha. Um dos

⁸⁹ O Parque Avellaneda localiza-se entre as *calles Lacarra, Directorio, Oliveira, Ameghino e Monte*, situando-se a Sudoeste da área metropolitana de Buenos Aires. O Parque não está em uma zona turística, tampouco central, mas compreende uma zona popular, tendo proximidade com os bairros de *Mataderos, Flores, Floresta, Villa Luro, Villa Lugano e Villa Soldati*, onde residem muitos imigrantes bolivianos.

⁹⁰ De acordo com Grimson (2011), em Buenos Aires há pelo menos quatro ligas de futebol, nas quais participam mais de cento e vinte equipes: Asociación Deportiva Altiplano (ADA), Liga Deportiva Boliviana (Liderbol), Liga Deportiva Atlético La Paz e Asociación Deportiva Simón Bolívar. Nessas ligas integram centenas de bolivianos em equipes que se identificam com seu lugar de origem, por exemplo, Atlético Tupiza, Villazón, outros com seu lugar de residência, como Charrúa, Barracas, dentre outros. Desse fato surge uma seleção de bolivianos que vivem em Buenos Aires, que pode enfrentar as seleções de imigrantes de outros países, por exemplo, Chile, Paraguai, Uruguai e Peru, em um campeonato de selecionados.

principais clubes de Buenos Aires e da Argentina, o Boca Juniors, espelha uma relação que ao mesmo tempo pode ser compreendida como preconceito e discriminação, como também de negociação entre a sociedade receptora e os imigrantes bolivianos.

A torcida do Boca Juniors, o clube mais popular e com maior número de adeptos da Argentina, recebe o apelido pejorativo de *bostero boliviano* por parte dos seus rivais. Há cantos entoados pelas torcidas rivais que enfatizam a condição de *time boliviano* do Boca Juniors, por ser mais querido entre as pessoas pertencentes a camadas mais populares e por ter muitos adeptos que são imigrantes bolivianos e paraguaios. Um desses cantos é o chamado "Boliviano", cantado pelos torcedores do River Plate, clube cujo apelido é, em contraposição ao Boca Juniors, o de *millonarios*, em razão de sua histórica associação à elite argentina: "Ay que feo ser bostero boliviano/ vivir en una villa por ahí/ la hermana revolea la cartera/ la vieja chupa pijas por ahí/ Bostero, bostero, bostero, bostero no lo pienses más/ andate a vivir a bolivia/ toda tu familia esta allá!"⁹¹

Além disso, torcedores de outros clubes, como o Club Atlético Independiente e o Club San Lorenzo de Amalgro, costumam fazer anedotas com os torcedores do Boca Juniors, colando o escudo deste à bandeira da Bolívia e fazendo montagens com o mapa da América do Sul, onde pintam os espaços que correspondem à Bolívia com as cores que representam o time boquense.

Essas associações das torcidas adversárias do Boca Juniors aos imigrantes bolivianos são pejorativas e pretendem minimizar e ridicularizar o time portenho, como se este fosse um time não verdadeiramente argentino e cujos torcedores fossem pessoas inferiores. Por outro lado, se antes os próprios adeptos do time de La Boca resistiam a essas imputações, hoje as absorveram, assumindo para si os apelidos de *bostero boliviano*. É interessante ressaltar que o Boca Juniors é um dos clubes de futebol mais vitoriosos do mundo, sendo reconhecido e respeitado tanto por seus adversários na Argentina quanto em outros países. Dessa maneira, a associação dos imigrantes bolivianos a esta equipe possui um lado positivo na recepção dessas pessoas pela sociedade portenha, pois são absorvidos por um clube muito vitorioso, grandioso em território nacional e que, por diversas vezes, representa

⁹¹ É possível encontrar a letra desse canto de torcida em diversos sítios na rede mundial de computadores, um desses é o <<http://www.musica.com/letras.asp?letra=1796430>>, consultado em 23 de dezembro de 2012.

a Argentina em torneios internacionais. Ao torcer pelo Boca Juniors, o imigrante boliviano integra uma *maioria* dentro da sociedade portenha.

Além dos clubes profissionais de futebol, a relação de identidade dos imigrantes bolivianos frente à sociedade portenha é colocada em pauta quando acontece algum campeonato de seleções nacionais envolvendo as equipes da Bolívia e da Argentina.

Lo cierto es que el fútbol, en la medida en que su nueva organización lo transforma en parte de la cotidianidad, constituye uno de los ejes alrededor de los cuales se estructura y reactualiza el debate intergeneracional sobre la nacionalidad. Casi sin excepción, frente a cada partido y, sobre todo, en los enfrentamientos entre Argentina y Bolivia – que en diferentes categorías han sido habituales en los últimos años – los padres, las madres y los hijos discuten su identidad nacional. Esto se vincula a que si hay alguna programación que reúna a toda la familia frente al televisor, es el fútbol. “En los partidos nos prendemos todos” [...] “Los cuatro, me encantan los partidos, entonces estamos siempre. Y cuando juegan Bolivia y Argentina es dos contra dos. Al chiquito yo a veces le digo, “dale papi decí Bolivia, dale”, y el chiquito dice no, Argentina, está ahí, Argentina, al chiquito no hay quien lo mueva. En cambio el otro está en dudas. Pero yo le digo a Emanuel, “éste es tu país, no importa que yo diga viva Bolivia, o que te hable, éste es tu país, vos sos argentino”, le digo. Porque si no, le infundas, le creas... y al final no se sienten argentinos. Entonces, yo quiero que él quiera a su país, así como yo lo quiero, que él lo quiere a su país, nosotros queremos a Bolivia, pero bueno también queremos a la Argentina porque están nuestros hijos, vivimos acá, pero Emanuel quiero que no se sienta desubicado. (GRIMSON, 2011, p. 155).

Para Grimson (2011), apesar do desejo dos pais de que seus filhos torçam pela seleção nacional da Bolívia, fora do âmbito da partida querem que eles também sejam "argentinos". Ou seja, que possuam raízes arraigadas com a Bolívia, ao mesmo tempo em que possam gozar da posição de não estrangeiro na sociedade portenha, que reivindiquem o fato de terem nascido em solo argentino. Diferente de outras concepções culturais que definem a nacionalidade em razão de cortes fenotípicos (KONDO, 1986), para os bolivianos que vivem em Buenos Aires a nacionalidade é definitivamente marcada pelo lugar de nascimento da pessoa.

Dessa maneira, as disputas no futebol envolvendo as seleções nacionais abrem espaço para a discussão entre os imigrantes bolivianos, não somente em relação a sua posição na sociedade receptora, mas também sobre a própria autodefinição e o conflito intergeracional que podem ensejar.

Portanto, seja na prática do futebol em lugares como o Parque Avellaneda, seja na identificação com um clube como o Boca Juniors, ou no embate entre as seleções nacionais da Bolívia e da Argentina, esse esporte exerce um papel importante na vida da coletividade boliviana em Buenos Aires, pois oferece ferramentas não somente para a discussão do imigrante na vida privada, como também para o uso do espaço público e da vida pública portenha.

Benencia e Karasik (1995) afirmam que poucas coletividades de estrangeiros limítrofes ou migrantes internos construíram ao longo do tempo redes sociais tão ativas e permanentes quanto os bolivianos na Argentina, servindo simplesmente para inseri-los em Buenos Aires e também auxiliarem na obtenção de uma moradia, de um trabalho e até para orientar nos trâmites que a lei exige com o fim de regularizar a situação migratória.

Existem diversos contextos e múltiplos âmbitos na cidade de Buenos Aires em que são produzidas e construídas as identidades dos imigrantes bolivianos. Alguns desses contextos foram abordados neste capítulo. São âmbitos de atuação em que os imigrantes instituem o sentido de coletividade por meio da construção de uma série de espaços comunicativos e por um conjunto de práticas dentro da sociedade portenha, que configuram uma espécie de *nova bolivianidade*. Isto é, características próprias que surgem do contato da cultura boliviana com a sociedade portenha. Nesse sentido:

La reproducción de ciertos bienes culturales de origen boliviano en el contexto migratorio (como la práctica de las danzas folclóricas o de música autóctona) se construye sobre un nacionalismo nuevo y diferente al promovido en Bolivia. Mientras que en el contexto originario las particularidades de los bienes culturales propios son comprendidas como específicas de regiones, grupos étnicos o clases sociales, en Buenos Aires son comprendidas como básicamente nacionales y quizás por eso compartidas por todos más allá de sus diferencias. (CARMONA; GAVAZZO; MORALES, 2004).

Nesse capítulo buscou-se compreender o fenômeno da imigração boliviana para a cidade de Buenos Aires, não com o escopo de atender um sentido apenas geográfico e demográfico por meio da análise do fluxo migratório; mas sim para identificar onde estão essas pessoas e como elas atuam na construção do "boliviano" em Buenos Aires. O objetivo

do próximo capítulo é compreender da mesma forma o fenômeno da imigração boliviana na cidade de São Paulo.

CAPÍTULO 6. OS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

De acordo com o Censo do IBGE (2012) do ano de 2010, o mais recente a ser realizado no Brasil, o volume de imigrantes internacionais de última etapa aumentou – aproximadamente 455 mil pessoas imigraram de países estrangeiros nos 10 anos que antecederam o último censo. Em 2000, esse número era de 279 mil pessoas. Esses imigrantes, em 2010, dirigiram-se, majoritariamente, para os Estados de São Paulo (30,0% do total de imigrantes internacionais), do Paraná (14,7%), de Minas Gerais (9,8%), do Rio de Janeiro (7,6%) e do Rio Grande do Sul (5,3%). Quanto ao país de origem, 17,6% tiveram origem nos Estados Unidos, 13,7% no Japão, 9,8% no Paraguai, seguidos por pessoas vindas de Portugal, Bolívia e Espanha. Importante ressaltar que uma parcela desses imigrantes é composta de pessoas que emigraram para esses países no passado e que retornaram ao Brasil na última década. Nota-se que a imigração boliviana não é a mais relevante em âmbito nacional, podendo ser até considerada muito pequena. Todavia, em relação à cidade de São Paulo ela possui um peso diferente.⁹²

6.1 A Imigração Boliviana em São Paulo

São Paulo é o Estado da Federação Brasileira que mais recebe imigrantes internacionais. Aliás, sua história é fortemente marcada pelo fenômeno da imigração. Os fluxos migratórios recebidos, entretanto, variaram bastante ao longo do tempo, tanto em relação ao número de pessoas quanto às regiões de onde elas provinham.⁹³ Nos anos 1990, em decorrência da crise econômica, verificou-se uma redução na capacidade de atração de fluxos migratórios para o Estado de São Paulo (OLIVEIRA; SIMÕES, 2004). Mesmo com essa redução, foram relativamente altas as taxas migratórias positivas dos naturais da

⁹²

Disponível

em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nup_fec_mig.pdf>, último acesso em 17 de janeiro de 2013.

⁹³ Na história de São Paulo é muito marcante a imigração do início do século XX, com destaque para a chegada de pessoas de origem italiana, espanhola, japonesa, libanesa, entre outras. Contemporaneamente, a cidade participa de novas configurações migratórias desde a década de 1980, quando houve o aumento do fluxo migratório proveniente de países latinos e africanos. Essa imigração também veio acompanhada por populações asiáticas da China e da Coreia do Sul que se sobressaíram na urbe por meio dos seus empreendimentos comerciais, têxteis e de importação.

Bolívia e do Paraguai, o que provavelmente esteve ligado às oportunidades de emprego para imigrantes de baixa qualificação. Os fluxos de argentinos, uruguaios e chilenos diminuíram, mas aumentaram os de bolivianos e paraguaios.

Em relação aos bolivianos, é impossível não ser notada sua presença na cidade de São Paulo. Essa presença, contudo, não constitui um fato novo na urbe paulista. Embora tenha se tornado relevante somente a partir da década de 1980, é possível afirmar que a presença boliviana remonta ao início da década de 1950, quando já eram encontrados alguns deles residindo na cidade na condição de estudantes, isso por conta de um programa de intercâmbio cultural entre Brasil e Bolívia. Após o término dos estudos, muitos desses bolivianos optaram por permanecer em São Paulo, em razão da grande oferta de empregos encontrada naquele momento no mercado de trabalho (SILVA, 2006).

A partir dos anos 1980 formou-se um perfil característico dos imigrantes bolivianos em São Paulo. A maioria composto por jovens de ambos os sexos, solteiros, de escolaridade média e atraídos por promessas de bons salários, feitas principalmente pelos empregadores coreanos, bolivianos ou brasileiros da indústria de confecção. Esses imigrantes eram oriundos de várias partes da Bolívia, mas havia uma predominância da região de La Paz e Cochabamba. Muitos, ao se radicarem em São Paulo, acabaram estimulando a vinda de seus pais e demais familiares, completando um processo de reunificação familiar (SILVA, 2012).

Atualmente, de acordo com Cacciamali e Azevedo (2006), essa comunidade alcança uma estimativa de 100 mil pessoas na cidade de São Paulo. O censo do IBGE (2002), em 2000, constatou que 8.919 indivíduos residentes nos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo declararam ter nascido na Bolívia. Os dados censitários, todavia, demonstram uma estimativa que não condiz precisamente com a realidade. O número de imigrantes irregulares não permite que o dado obtido pelo censo seja preciso, uma vez que as principais fontes para medidas de migração internacional por ele usadas são os registros administrativos, os dados de controle de fronteira ou pesquisas de campo. De acordo com Souchaud (2010), as estimativas – oficiais ou não – variam entre 80.000 e 200.000 mil pessoas: o consulado da Bolívia, por exemplo, calcula 50 mil bolivianos indocumentados

em São Paulo e a Pastoral do Migrante⁹⁴ acredita habitarem 70 mil, enquanto o Ministério Público de São Paulo fala em 200 mil bolivianos ao todo, entre indocumentados e documentados.⁹⁵

Apesar de configurarem um número alto de pessoas na região metropolitana de São Paulo, os bolivianos representam uma parte mínima do total da imigração internacional no Brasil. Segundo o censo de 2000, 20.388 bolivianos formam o oitavo contingente de imigrantes e 3,0% do total dos nascidos no exterior residentes em solo brasileiro (SALA; CARVALHO, 2008). Por outro lado, enquanto o volume total de imigrantes no Brasil diminuiu a um ritmo médio anual de 1,28%, entre 1991 e 2000, a população de bolivianos aumentou no mesmo período em uma média de 2,95% ao ano (SOUCHAUD, 2010).

As razões dessa crescente imigração residem na deterioração do mercado de emprego, na diminuição do crescimento das atividades econômicas na Bolívia (SALA, CARVALHO, 2008) e na crescente atratividade do Brasil para esse grupo. É importante ressaltar que não se pode resumir essa atratividade em fatores meramente econômicos, pois certamente há outras causas, como a reunificação familiar, que estimulam o fluxo migratório.

No que diz respeito ao espaço geográfico ocupado pelos bolivianos no Brasil, já se sabe da importância de São Paulo e de toda sua região metropolitana, mas há outros lugares que devem ser mencionados. Primeiro, é válido destacar que a imigração boliviana no Brasil caracteriza-se por uma forte concentração, orientando-se para as cidades, as quais não necessariamente são próximas umas das outras. Em 2000, mais de 50% dos bolivianos

⁹⁴ A Pastoral dos Migrantes é um organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criada em 1985 e tem como objetivo trabalhar pela acolhida dos migrantes e estudo de suas trajetórias em nível nacional, lutando contra a violação de seus direitos. Para seu trabalho a Pastoral considera três setores de atuação principal: 1) os migrantes sazonais ou temporários, relacionados principalmente ao deslocamento pelos fluxos de trabalho em safras agrícolas e carvoarias; 2) os migrantes urbanos; 3) imigrantes latino-americanos, com os quais há preocupação com a documentação e as leis dos estrangeiros. Entre as formas de atuação estão: inserção junto aos migrantes e suas comunidades; articulação de origem e destino; campanha por uma nova lei dos estrangeiros, que não seja somente restritiva e não priorize apenas o aspecto econômico; casas de acolhimento; luta contra o preconceito e exclusão (BASSEGIO, 2007, p. 97-98).

⁹⁵ Os dados censitários continuam sendo uma das fontes mais confiáveis para se analisar a situação dos imigrantes internacionais no espaço brasileiro. Entretanto, no caso dos bolivianos, por mais que esses dados tragam estimativas indiretas por meio de técnicas de resíduo, a falta de registros administrativos confiáveis e a irregularidade impedem que resultados adequadamente precisos sejam alcançados. É perceptível que os números sobre a imigração boliviana são subestimados se comparados com os dados fornecidos pela Pastoral dos Migrantes e até mesmo pelo Ministério Público.

moravam nas zonas urbanas de quatro municípios: São Paulo, Corumbá, Guajará-Mirim e Rio de Janeiro; respectivamente Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Rio de Janeiro (SOUCHAUD, 2010). Há, portanto, grande concentração nas cidades de fronteira, como em Corumbá e Guajará-Mirim, e nas grandes metrópoles paulista e fluminense.

Segundo o IBGE (2000), tanto em Guajará-Mirim quanto em Corumbá o número de imigrantes bolivianos já ultrapassa a casa dos mil habitantes, o que corresponde a 3% e 1% da população total de ambas. Contudo, de acordo com a Pastoral do Migrante, o número de bolivianos nessas cidades é na realidade de 8 a 10 vezes maior (SOUCHAUD, 2010).

Alguns estudos apontam as zonas francas existentes nessas cidades fronteiriças como um dos catalisadores da imigração boliviana. Sala e Carvalho (2008) indicam que elas podem atuar como polos dinâmicos, criando mais empregos nos limites internacionais dos países de origem, o que acabaria por incentivar o crescimento populacional dessas cidades. Em Guajará-Mirim, por exemplo, existe a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM), enquanto no lado boliviano, no Departamento de Beni, encontra-se a Zona Franca Guayaramerín-SA.

A concentração em cidades de fronteira e em metrópoles, por exemplo, São Paulo, cuja quantidade supera em muito a existente no Rio de Janeiro, levou ao levantamento de duas hipóteses: a possibilidade de a fronteira ser uma etapa na trajetória migratória até São Paulo ou de a fronteira perder migrantes para São Paulo. De acordo com Souchaud e Fusco (2007), ao testarem as duas hipóteses utilizando a cidade de Corumbá como campo de pesquisa em 2006, ambas foram rejeitadas. Segundo os autores, o processo migratório na fronteira pareceu muito mais ligado à dinâmica de redistribuição da população interna na Bolívia, sendo Corumbá uma espécie de última etapa da migração interna histórica, que se desenrola desde os anos 1950 no país andino e distribui parte do crescimento populacional dos territórios dos Andes nos territórios orientais. O Altiplano boliviano ainda contém a maior parte da população do país e as cidades de maior densidade, mas localidades do oriente boliviano têm experimentado um importante crescimento por conta dessa migração interna.

Dessa maneira, Corumbá não perde imigrantes para São Paulo. Não seria possível, então, afirmar que existem relações de dependência entre a imigração boliviana em São Paulo e a de fronteira.

Em São Paulo há grande dificuldade para se obter informações sobre a origem geográfica exata dos imigrantes bolivianos. Contudo, a região de La Paz, mais precisamente a cidade de El Alto, vizinha da capital, e a cidade de Cochabamba (SILVA, 2006), são apontadas, desde os anos 1980, conforme já mencionado, como os principais centros de emigração da Bolívia para São Paulo (XAVIER, 2009).

Na capital paulista a maior concentração de bolivianos encontra-se em bairros da Zona Central – Bom Retiro, Brás, Pari, Barra Funda, Cambuci, Mooca, entre outros. Os bairros centrais históricos, como Bom Retiro, Pari, Belém e Brás aglomeravam por volta de 19,5% do total dos bolivianos residentes na Região Metropolitana de São Paulo (IBGE, 2000). Há também significativa presença em bairros da Zona Leste, por exemplo, Belém, Tatuapé, Penha, Itaquera, Cangaíba, Engenheiro Goulart, Ermelino Matarazzo, Guaianases, São Mateus e em bairros da Zona Norte, como Vila Maria, Vila Guilherme, Casa Verde, Cachoeirinha, Jardim Peri, Jardim Antártica, Jardim Damasceno, Brasilândia, entre outros (SILVA, 2006). Nos últimos anos, verifica-se a presença de bolivianos já além dos limites do município de São Paulo, como por exemplo, em Guarulhos, Osasco, Santo André, Diadema, Jundiaí, Campinas e Americana.

De acordo com Silva (2012), do ponto de vista espacial, os imigrantes bolivianos estão praticamente em todas as regiões da cidade, mas na década de 1990 sua presença concentrava-se de modo predominante em alguns bairros centrais, como os já citados, onde a produção e a comercialização da indústria das confecções concentravam-se.

É perceptível que os bolivianos não se encontram nas regiões mais abastadas da Área metropolitana de São Paulo. Há uma tendência em se radicarem nas localidades mais periféricas e orientais da cidade, com sinais de progressão para o Sul, Norte e Oeste, o que indica, de acordo com Souchaud (2010), um padrão de distribuição espacial identificado na imigração de mão de obra sem qualificação ou muito pouco qualificada e de baixa renda.

Ainda de acordo com Souchaud (2010), a população boliviana residente em São Paulo é em média mais velha do que a própria média da população total da Região Metropolitana. Ou seja, 36 para 29 anos, respectivamente. Esse dado pode parecer estranho,

mas é compreensível quando se nota que certamente há uma sub-representação dos menores de idade na população nascida na Bolívia, em razão da indocumentação. Ademais, os filhos nascidos em São Paulo de casais de imigrantes bolivianos não são imigrantes, mas sim brasileiros em razão do *ius soli*, logo não podem ser contabilizados, diminuindo, assim, a média da idade.

Em São Paulo há predominância de homens entre os bolivianos, em torno de 56% (2010). Nas cidades de fronteira há predominância feminina. Essa diferença se dá em razão das atividades laborais exercidas em uma e outra cidade. Em Corumbá, por exemplo, há maior presença do comércio, atividade historicamente exercida pelas mulheres na sociedade boliviana (PEREDO BELTRÁN, 2001), enquanto em São Paulo há uma forte especialização na atividade têxtil, exercida de maneira predominante por homens.

Uma característica original da imigração boliviana em São Paulo está na especialização na atividade têxtil. Estima-se que 44,1% dos imigrantes trabalham na confecção de vestuário (IBGE, 2000). Todavia, há outras atividades em menor número, por exemplo, vendedores ambulantes, 2,6%. Embora em menor quantidade, também é possível encontrar imigrantes com qualificação, exercendo atividades que exigem maior nível educacional. Há médicos e dentistas bolivianos, e até um pequeno número, 1,3% de dirigentes de empresas empregadoras com cinco empregados (IBGE, 2000).

No total, entre os membros da comunidade boliviana em São Paulo, presume-se que um terço constitui-se de profissionais liberais, comerciantes e donos de oficina, mas dois terços, e estes não contabilizados pelo IBGE, constituem-se de trabalhadores irregulares, indocumentados, atuando nas oficinas de confecção. Há inúmeros relatos de exploração e abuso desses imigrantes bolivianos alocados na atividade têxtil, muitos em regime análogo ao escravo e alguns vítimas de tráfico de pessoas e imigrantes.⁹⁶

Aliás, tradicionalmente, no Brasil a indústria do vestuário utilizou-se de mão de obra imigrante irregular. Cacciamali e Azevedo (2006) esclarecem que a comunidade judia liderou a atividade têxtil na capital paulistana ao longo do século XX até a década de 1970. Essa comunidade começou a contratar mão de obra coreana por volta dos anos 1960. Em

⁹⁶ Cacciamali e Azevedo (2006) conceituam o tráfico de pessoas, o tráfico de imigrantes e o tráfico humano. Para maiores informações consultar CACCIAMALI, Maria Cristina e AZEVEDO, Flávio Antonio de. “Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo”. A ser publicado no livro: *Trabalho Escravo por dívida e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro, 2006, no prelo.

um momento ulterior, fluxos migratórios aumentaram a população da comunidade coreana, que acabou prosperando e passou a liderar a atividade têxtil na cidade.⁹⁷

A princípio, a comunidade coreana empregou compatriotas clandestinos. Entretanto, quando cessou o fluxo migratório coreano em São Paulo, começaram a utilizar mão de obra oriunda do Nordeste brasileiro. Essa, porém, não se adaptou nem ao ritmo, nem às condições de trabalho que lhe foi imposta. Afinal, os trabalhadores oriundos dessa região eram brasileiros, possuíam documentos, e sempre tiveram a possibilidade de procurar o Poder Judiciário para reivindicar direitos.

Os coreanos, inseridos em uma atividade altamente competitiva, como a indústria do vestuário, começaram então a empregar nas oficinas de confecção a mão de obra imigrante boliviana, em sua maioria irregular, com o intuito de reduzir custos de produção.

Essas oficinas são normalmente organizadas por meio de relações triangulares de trabalho, isto é, há o empregador/dono da loja – normalmente coreano –, o qual contrata empreiteiros e empregados. Os empreiteiros, por sua vez, contratam os trabalhadores clandestinos e indocumentados, podendo também contratar documentados. Já os empregados são contratados pelo empregador/dono da loja em duas modalidades, registrados e não registrados, para que trabalhem para ele (CACCIAMALI; AZEVEDO, 2006). Esse modelo triangular de trabalho traz dificuldades ao trabalhador, uma vez que ele acaba interagindo com dois ou mais interlocutores, os quais assumem funções de um empregador tradicional.⁹⁸ Essa forma de constituição das relações de trabalho facilita o ocultamento dos trabalhadores imigrantes irregulares e, por conseguinte, sua exploração.

Muitas dessas oficinas de confecção são contratadas para fornecerem grandes multinacionais, o que lhes confere maior estímulo para continuarem produzindo dentro dessa lógica, que oferece vantagens produtivas em um mercado altamente competitivo como o do setor têxtil.⁹⁹ Afinal, o desrespeito à legislação trabalhista garante uma produção muito mais barata e lucrativa.

⁹⁷ Para maiores informações sobre o fluxo migratório dos coreanos no Brasil, ver KEUM, Joa Choi. *Além do arco-íris: a migração coreana no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada na Área de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

⁹⁸ O empregador tradicional além de contratar, detém o poder diretivo da atividade econômica. Os empregados são, portanto, subordinados a esse poder de direção.

⁹⁹ Caso exemplar deu-se com a multinacional Zara, denunciada em 2011, por conta de uma operação do Ministério do Trabalho brasileiro, que localizou oficinas subcontratadas por essa empresa, as quais mantinham 15 bolivianos em situação de precariedade, exploração e humilhação. De acordo com o

Assim, os trabalhadores irregulares bolivianos são submetidos a uma situação de grave precariedade, que pode ser considerada em muitos casos análoga ao trabalho escravo. Patussi (2005) aponta que a maioria dos bolivianos clandestinos vive onde estão instaladas as oficinas de costura, fato que provoca sérios problemas de saúde, por conta das condições insalubres. Além disso, as jornadas de trabalho costumam ser exaustivas, chegando até 18 horas, com salários inferiores ao mínimo, péssima alimentação e sem horário de descanso.

Os donos das oficinas costumam manter em sua posse os documentos que os bolivianos eventualmente possuem, cerceando o direito de ir e vir por meio de portas trancadas e, inclusive, utilizando câmeras de vigilância. Esses documentos são retidos com a constante ameaça de, caso os imigrantes não se submetam às ordens do empregador, serem delatados para a Polícia Federal brasileira.

Outra grave situação de precariedade nesse regime de exploração acontece quando os imigrantes bolivianos têm filhos. Como não há local para deixar as crianças com alguma segurança, enquanto trabalham nas exaustivas jornadas, seus filhos costumam permanecer trancafiados em quartos escuros existentes nas oficinas ou simplesmente ficam amarrados ao pé da máquina de costura.

De acordo com Illes, Timóteo e Fiorucci (2008) um dos fatores mais preocupantes no aspecto da saúde desses imigrantes bolivianos, diante de todo esse quadro de exploração e abuso, refere-se ao problema das doenças sexualmente transmissíveis, ocorrências de tuberculose e lesões por esforço repetitivo.¹⁰⁰ Não há qualquer tipo de prevenção ou auxílio

Ministério, as vítimas libertadas pela fiscalização foram aliciadas na Bolívia e no Peru, país de origem de apenas uma das costureiras encontradas. Durante a operação, auditores fiscais apreenderam dois cadernos com anotações de dívidas referentes à “passagem” e a “documentos”, além de “vales” que faziam com que o empregado aumentasse ainda mais seu débito. Os cadernos mostraram alguns dos salários recebidos pelos empregados: de R\$ 274,00 a R\$ 460,00, bem menos que o salário mínimo vigente no Brasil. Verificaram que as oficinas de costura não respeitavam nenhuma norma referente à saúde e a segurança do trabalho. Além da sujeira, os trabalhadores conviviam com o perigo iminente de incêndio, que poderia tomar grandes proporções devido à quantidade de tecidos espalhados pelo chão e à ausência de janelas, além da falta de extintores de incêndio. Após um dia extenuante de trabalho, os costureiros, e seus filhos, ainda eram obrigados a tomar banho frio. Os chuveiros permaneciam desligados por conta da sobrecarga nas instalações elétricas, feitas sem nenhum cuidado, o que aumentava o risco de incêndio. Disponível em: <<http://www.coletivoverde.com.br/zara-trabalho-escravo/>>, último acesso em 14 de março de 2013.

¹⁰⁰ A situação específica da mulher boliviana imigrante nesse quadro de exploração nas oficinas têxteis é mais grave ainda. A maioria, na faixa dos 18 aos 30 anos, ou está grávida ou busca meios para evitar filhos. Todavia, estão sempre sujeitas a violências físicas (estupros e agressões) e morais (ILLES; TIMOTEO e FIORUCCI, 2008). A violência sofrida por essas mulheres raramente é denunciada, por medo de represálias internas nas oficinas ou por simples impossibilidade em razão da indocumentação e da irregularidade no país, pois temem ser presas e deportadas.

médico para os trabalhadores, que muitas vezes sequer sabem da gravidade de suas doenças.

Apesar de toda essa exploração, existe em muitos casos uma relação complexa e ambígua de fidelidade entre imigrantes bolivianos indocumentados, irregulares e seus empregadores. Cacciamali e Azevedo (2006) esclarecem que a relação entre trabalhadores e empregadores pode evoluir até para uma situação de *paternalismo*. Ou seja, a sobreexploração é suportada por conta de uma espécie de relação familiar que se desenvolve, pois o empregador é para o trabalhador imigrante a única espécie de conexão com sua família original, funcionando até como um substituto dela. Além disso, o empregador, mesmo por meio de toda a rede de tráfico humano que o trouxe da Bolívia, ofereceu-lhe casa e comida e a oportunidade de uma vida melhor. O sonho de fugir da pobreza e de uma economia de subsistência, podendo vislumbrar alguma possibilidade de mobilidade social, continua a existir para esses imigrantes bolivianos irregulares graças a seus empregadores.

De acordo com Silva (1997), o sonho de todo trabalhador que está nessas oficinas de confecção é juntar dinheiro, ficar no Brasil e tornar-se também um dono de oficina. Isso pode significar ao menos duas coisas: a primeira é que realmente a vida desses imigrantes irregulares, não obstante toda a precariedade, ainda é melhor do que a de antes, em sua localidade de origem; a segunda é que há uma tendência provável de reprodução de toda essa rede de relações, desde o recrutamento – envolvendo o tráfico de seres humanos – até as condições degradantes impostas no local de destino.

6.2 A Presença Boliviana no Espaço Público da Cidade de São Paulo: Espaços de Ação, Reconhecimento, Negociação, Intercâmbio e Alteridade

6.2.1 A Festa de Alasitas e o Carnaval Boliviano

A grave situação de exploração a que muitos imigrantes bolivianos estão submetidos em São Paulo lhes confere uma visão negativa por parte da mídia local e de toda a sociedade receptora, uma vez que esta passa a vê-los como "imigrantes clandestinos, de baixa escolaridade e vítimas de trabalho escravo", estigmatizando-os. Diante dessa imagem,

a coletividade boliviana tem buscado alterar essa realidade desfavorável por meio de organizações sociais e culturais (SILVA, 2012, p. 22).

A Associação de Residentes Bolivianos (ADRB), fundada em 1969 por profissionais liberais residentes em São Paulo, a Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento e a Associação Cultural de Grupos e Conjuntos Folclóricos Bolívia/Brasil, esta fundada em 2006, são algumas das organizações que divulgam a cultura boliviana na cidade, organizando grupos que se apresentam nas festas patronais e devocionais realizadas em São Paulo. As duas últimas organizações surgiram com o intuito de organizar as manifestações culturais da comunidade boliviana na Praça Kantuta, no bairro do Pari, e no Memorial da América Latina, no bairro da Barra Funda.

O Memorial da América Latina e a Praça Kantuta são lugares onde se busca o diálogo, a negociação, o reconhecimento e o intercâmbio com a sociedade receptora, demonstrando que há muita riqueza cultural na coletividade boliviana e não somente pobreza e exploração. Na Praça Kantuta há uma feira gastronômica que ocorre aos domingos. No dia 24 de janeiro, nessa mesma praça, acontece a festa de Alasitas, tradicional da região de La Paz. Ela tem ganhado espaço também em outras regiões da cidade de São Paulo, por exemplo, a Rua Coimbra e até em Clubes, como aconteceu no ano de 2011, no Clube de Regatas Tietê:

No dia 24 de janeiro as cores e cheiros bolivianos tomam conta da Praça Kantuta – este ano a festa promovida pela Associação Gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento, será realizada nas instalações do Clube de Regatas Tietê, na Av. Santos Dumont, 843 Bairro: Ponte Pequena (Próximo ao metrô Armênia). A festividade também será realizada na Rua Coimbra, pontos de concentração da comunidade boliviana em São Paulo. Veja a programação. A comemoração é especial: uma homenagem ao dia do Ekeko, o Deus da abundância. Reunidos, bolivianos, peruanos, equatorianos, argentinos e, claro, os paulistanos. Nas barracas, pequenos artesanatos chamados Alasitas simbolizam os sonhos que os fiéis querem ver realizados no ano que está começando. Há malas, ônibus e carros que representam o desejo de viajar ou voltar à terra natal; saquinhos de arroz e mesas de jantar que remetem à fartura dentro de casa; galinhas que prometem dar um jeito na vida amorosa; maços de dólares, euros, e outras moedas para trazer abonança. Depois de comprada a Alasita, é preciso levá-la para o Yatiri, um homem vestido roupas coloridas (poncho de aguayo) gorro de lã de Vicunha (chullo) vai abençoá-la. Só ele pode fazer isso: rega o objeto com álcool, vinho, passa pela fumaça da fogueira, (saumerio) enquanto pede,

em aymara (idioma indígena da Bolívia), para o Ekeko realizar o desejo do fiel. Ao final, resta apreciar as apresentações de danças típicas, comer uma empanada, ou salteña, comprar um chá de coca ou uma colorida malha típica e ir para casa, com a enorme esperança de que a vida ainda vai melhorar.¹⁰¹

A Festa de Alasitas acontecia originalmente na Praça Kantuta, porém começou a ganhar outras localidades em razão do dia 24 de janeiro não ser uma data de feriado na cidade de São Paulo. Assim, para não prejudicar o trânsito e nem a rotina comercial do bairro, a Associação Padre Bento buscou outros lugares, tais como o Clube de Regatas Tietê para realizar a comemoração do ano de 2011. Em 2012 o evento aconteceu em três localidades diversas, com duração de dois dias: na Rua João Veloso Filho, no bairro de Vila Guilherme, na Praça Kantuta e na Rua Coimbra. No ano de 2013 ela foi realizada na Rua Maria Cândida, também no bairro de Vila Guilherme.

Nos dias 24 e 25 será comemorada a Festa de Alasita terá início às 11h, com muita comida típica e artesanatos diretos da Bolívia. Os festejos serão em devoção ao Ekeko, Deus da fortuna. Uma das atrações é a banda Los de Pukara de La Paz, que junto com o Unión Tropical e Morenada Muru Mamani prometem animar o feriado. O evento é organizado pela Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento, instituição da Praça Kantuta e tem apoio da Aerosur, Hola Andina, Western Union, IDT e Consulado da Bolívia. Rua Coimbra. Outro polo da comunidade boliviana na cidade também se prepara para festejar em devoção ao Ekeko. A comemoração vai acontecer na terça-feira (24) das 10h às 19h. Passagens de avião e outros prêmios presentearam o público presente. O grupo musical Expreso da Bolívia e grupos folclóricos (não confirmados) marcaram presença. O evento é organizado pela Associação de Comerciantes e Feirantes da Rua Coimbra com apoio da Aerosur, Hola Andina, Fiolandia, Linhas e Fios BBB, CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante) e da Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Paulo. Numa cidade multicultural, ambas as festas proporcionam a oportunidade para que mais brasileiros conheçam os costumes de outras culturas latinas, como a boliviana que a cada dia ganha mais espaço em São Paulo.¹⁰²

Dessa maneira, a festa de Alasitas não é voltada apenas para a coletividade boliviana, mas para todos os presentes na cidade de São Paulo, sejam eles paulistanos ou demais

¹⁰¹ Descrição disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=301>, última consulta em 12 de janeiro de 2013.

¹⁰² Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=949>, último acesso em 12 de janeiro de 2013.

imigrantes oriundos de outras regiões. Trata-se de um espaço de intercâmbio, ação e reconhecimento, de pluralidade.

Outra festa da coletividade boliviana em São Paulo é o Carnaval. De acordo com Silva (2012), ele é diferente da festa brasileira, pois não possui escolas de samba, tampouco sambas enredo, mas se organiza em torno de grupos de dança que apresentam ritmos tradicionais da Bolívia, tais como a morenada, os caporales, tinkus, diablada e chutas.

A morenada surgiu do encontro entre a cultura dos escravos negros trazidos da África para a região de Potosí com a cultura indígena. A dança representa esse encontro por meio do uso de roupas ricamente adornadas, que demonstram a opulência dos senhores e o alto preço dos escravos. Destaca-se *El Rey Moreno* com máscara, coroa e abundante pedraria enfeitando seu traje, que representa as monarquias dos países de onde provinham os escravos. As matracas e os passos característicos da dança representam os sons das correntes que prendiam os escravos pelas pernas e as pesadas carroças que tinham de levar. Como não eram acostumados ao frio intenso e às grandes altitudes, expressavam passos carregados. Nas máscaras podem ser notadas as línguas ou os lábios inferiores proeminentes.

Os caporales, por sua vez, também nasceram da influência dos escravos africanos. Personificam o capataz negro, responsável por vigiar e castigar os escravos rebeldes. Ele possui um traje vistoso, que lhe confere um ar de força e poder. Com seus *cascaveles*, guizos presos às pernas, trazem ritmo à dança. Vestem também um *sombrero* e um *látigo*, espécie de chicote para castigar os rebelados.

Diferente da morenada e dos caporales, o tinku é um cerimonial oriundo do Altiplano, que possui pelo menos duas interpretações. A de rito de passagem dos adolescentes à maioridade e a de oferecimento à *Pachamama*, Mãe-Terra, a fim de obter uma boa colheita. Esse encontro se dá na *Marka*, praça principal da comunidade. A dança representa uma atitude guerreira dos integrantes, inclusive das mulheres, que vestem trajes multicoloridos, típicos dos povos andinos. Por fim, a diablada relaciona-se com a imposição da religião católica sobre os costumes considerados pagãos dos indígenas. Estes, que eram utilizados como escravos nas plantações e nas minas de ouro e prata, cultuavam o *Huari*, ou *El Tio*, deus da força e das montanhas, a divindade benfeitora a quem é oferecido até os dias atuais a *chicha*, bebida feita de milho, típica da região andina, em troca de proteção. A

diablada, demonstrando essa junção entre cristão e pagão, representa um drama entre a luta do bem contra o mal. O arcanjo Miguel e a virgem da Candelária, com suas sete virtudes, contra Lúcifer, os diabos e os sete pecados capitais. O arcanjo Miguel vai à frente do desfile, dirigindo os diablos arrependidos, derrotados no combate. Importante ressaltar que a diablada foi considerada em 2001 Patrimônio Intangível da Humanidade pela UNESCO.¹⁰³

Além das danças, há concursos de fantasias, sorteio de brindes e a molhadeira, que é uma tradição: globos são enchidos com água para posteriormente serem estourados. Além da molhadeira, há a tradicional guerra de espuma, na qual os participantes utilizam *sprays de espuma* para atingirem uns aos outros. No ano de 2012, o Carnaval Boliviano foi realizado na Praça Kantuta.

Bexigas de água e muita espuma. Esses são itens indispensáveis para comemorar o carnaval boliviano, e na Praça Kantuta, espaço da comunidade em São Paulo não seria diferente. Comidas típicas, danças e muita música embalarão a festa deste domingo. Do começo da Rua Pedro Vicente que dá acesso à Praça, dava pra ver a animação de milhares de pessoas que tiraram o dia para festejar, dançar e celebrar a Virgem de Socavón, padroeira da cidade de Oruro. Na cidade boliviana acontece a maior festa de carnaval do país. Durante o cortejo muitos fiéis tentavam se aproximar para ver a imagem da santa, que depois foi colocada em um altar improvisado, envolta com flores e colares de papel. O padre argentino Sérgio de Arthur Alvin abençoou a festa e fez uma breve cerimônia. Com certo atraso os grupos começaram a se apresentar por volta das 14h, mas o público ávido por ver o espetáculo não se preocupou. Os desfiles dos grupos folclóricos e fraternidades tiveram início na Rua Uruguiana e percorreram dois quilômetros até o Instituto Técnico FATECO. O Corso Infantil (desfile) não aconteceu. Muitas das crianças participantes eram muito pequenas para percorrer todo o trajeto. Foi decidido que as primeiras trinta fantasias mais criativas, ganharam kits escolares, e assim foi feito, várias crianças foram presenteadas. Com as ruas fechadas para os desfiles, as pessoas se aglomeraram nas grades, “Cheguei antes para pegar meu lugar” disse orgulhosa a boliviana Rosa Mamani, que veio pra festa com seus dois filhos e o esposo. Os brasileiros também estiveram presentes, “Eu já estive aqui algumas vezes, é um dia especial, está tudo muito lindo. Quem tiver curiosidade para conhecer outra cultura, o lugar é aqui” comentou a estudante Suevelin Cíntia. Além dos foliões, quem ficou feliz foram os comerciantes pelas bexigas de água e o temido spray de espuma, ambos vendidos a todo o momento. Crianças

¹⁰³ Para maiores informações acessar o sítio <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=348>, cujo último acesso se deu em 13 de janeiro de 2013. Nele podem ser encontradas as explicações e descrições de diversas danças bolivianas, que compõe o Carnaval e demais festas.

e adultos se divertiam com a brincadeira que é tradição na Bolívia. Quem queria ficar mais “seguro” das brincadeiras podia sentar em uma mesa das muitas barracas e degustar a variedade de pratos, assistindo às apresentações. Morenada, caporal, chutas, diablada, tarqueada, moseñada estavam entre as danças apresentadas. O grupo folclórico Caporales San Simón, não participou do evento. Parte da diretiva do grupo está em Oruro, mas mesmo assim alguns integrantes prestigiaram o evento. Já no grupo folclórico Kantuta Bolívia, de cinquenta a sessenta novos integrantes foram batizados, celebrando assim as boas vindas à fraternidade, entre estes quatro crianças. Além dos convidados, famílias com camisas personalizadas e grupos de cambas (pessoas da região de Pando, Bení e Santa Cruz na Bolívia) participaram no final das apresentações, por volta das 18h30. O Corpo de Bombeiros esteve presente preservando a segurança das 30 mil pessoas que passaram pela festa, segundo dados da Associação Gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento, organizadora do evento.¹⁰⁴

É importante anotar que dentre os apoiadores do evento no ano de 2012, além da Associação Gastronômica Folclórica Boliviana Padre Bento, organizadora do Carnaval, e a Associação de Residentes Bolivianos, houve participação de empresas privadas que mantêm alguma ligação com a Bolívia ou os imigrantes bolivianos que residem em São Paulo, por exemplo, a empresa área AeroSur e a empresa Western Union. Além delas, também houve apoio da Prefeitura da Cidade de São Paulo, por meio da Subprefeitura da Mooca.

O Memorial da América Latina conforma outro espaço utilizado pelos imigrantes bolivianos em São Paulo para a realização de festas, como as em devoção à Virgem de Copacabana e de Urkupiña, que antigamente eram organizadas na Igreja de Nossa Senhora da Paz, sede da Pastoral do Migrante em São Paulo. De acordo com Silva (2012), a mudança para o Memorial da América Latina deu-se em razão do aumento de participantes nas festividades, o que exigiu de um espaço maior, um local onde não houvesse conflito com os moradores das proximidades da igreja. Para o Consulado Boliviano na cidade de São Paulo, a troca de local foi benéfica, pois propiciou às festividades um caráter cultural além da significação de mera *festa paroquial*, já que no Memorial da América Latina, cujo espaço é grande e localizado em um bairro central de São Paulo, as festividades ganham espaço no próprio calendário cultural da cidade.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=1073>, último acesso em 13 de janeiro de 2013.

As festas passaram a ser abertas a um público mais amplo, reunindo pacenhos, cochabambinos, donos de confecções, trabalhadores nas oficinas, pequenos empresários, profissionais liberais e demais cidadãos paulistanos. Assim, o local não só possibilitou maior reunião de imigrantes bolivianos com diversas ocupações, mas permitiu um caráter nacional, distinto da esfera paroquial que, para Silva (2012), dotava as festividades de um caráter muito mais religioso e espiritual do que relacionado à pátria boliviana.

A Festa de Alasitas, o Carnaval Boliviano e as demais festividades realizadas no Memorial da América Latina têm aberto um espaço de reconhecimento, intercâmbio e diálogo entre os imigrantes bolivianos. Todavia, não somente entre si, mas também com a sociedade receptora paulistana, demonstrando que possuem muito a oferecer para a nova sociedade onde estão inseridos, do que uma visão estigmatizada de imigrantes pobres, sem cultura e explorados em trabalhos análogos ao escravo e vítimas de tráfico humano.

Aliás, o que se observa nas últimas edições das festas devocionais é um aumento de grupos que apresentam ritmos e danças com temáticas indígenas e camponesas, mostrando que a Bolívia que é recriada e apresentada aos paulistanos é um país marcado pela sua diversidade etnicocultural e social, a qual num outro contexto passa a ter novos significados, sobretudo, para grande parte dos bolivianos(as) que trabalham no ramo da costura. Se, no dia-a-dia eles são vistos pelos seus empregadores apenas como força de trabalho barata, ou como 'escravos', pela imprensa local, nos dias de festejo eles mostram exatamente o contrário, que são portadores de uma tradição cultural de longa duração, expressa nas formas rítmicas e estéticas de seus dançarinos(as), para os quais a dança não é apenas diversão, mas, sobretudo, devoção à Virgem/Mãe/Terra que lhe dá o pão. Dançar no Memorial da América Latina, seja nas festas devocionais ou no carnaval, a partir de 2001, revela, portanto, que esse espaço passou a ser importante para os bolivianos em São Paulo, pois ele abre um canal de diálogo com a cidade através da mediação da cultura, como uma forma de desconstruir preconceitos que lhes são atribuídos pelo contexto local. Nessa perspectiva, a conquista de novos espaços na metrópole para a manifestação de suas práticas culturais, revela que eles querem ser vistos e reconhecidos, em primeiro lugar, como cidadãos paulistanos, já que é o lugar onde vivem e trabalham, mas também enquanto andinos, quéchuas, aimarás, guaranis, ou simplesmente como bolivianos(as). (SILVA, 2012, p. 30-31).

Dessa maneira, a possibilidade de viver em pluralidade com a sociedade receptora se abre, pois as festas vão tomando seu lugar na cultura da cidade de São Paulo, posicionando-

se em âmbitos cada vez mais visíveis e diversos, veiculando uma nova imagem da coletividade boliviana e estabelecendo um diálogo intercultural e político.

6.2.2 As Associações da Coletividade Boliviana e de Apoio ao Imigrante em São Paulo. O Caso Bolívia Cultural

Em São Paulo existem associações da coletividade boliviana e outras que atuam junto a elas e demais imigrantes que chegam ao Brasil. Dentre as associações da coletividade boliviana, podem ser citadas as já mencionadas ADRB, Associação de Residentes Bolivianos, a Associação Gastronômica Folclórica Boliviana Padre Bento e a Associação Cultural de Grupos e Conjuntos Folclóricos Bolívia/Brasil. A atuação de cada uma delas já foi brevemente explorada em texto anterior.

Dentre as associações de apoio ao imigrante, que também atendem a coletividade boliviana em São Paulo, podem ser citadas a Cáritas Brasileira,¹⁰⁵ vinculada à Igreja Católica e com atenção no atendimento de migrantes e refugiados; o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC),¹⁰⁶ voltado para os migrantes, fornecendo-lhes assessoria jurídica, capacitando-os por meio de participação social, elaborando e divulgando jornais, revistas e cartilhas informativas sobre a situação dos imigrantes; a Missão Paz,¹⁰⁷ organização de apoio a migrantes e refugiados, composta pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM), que atua na organização de eventos relacionados ao tema migrações, o Centro Pastoral dos Migrantes (CPM), que busca oferecer acolhimento e assistência jurídica, social e psicológica para os imigrantes e a Casa do Migrante (CDM), que oferece acolhimento e alojamento para imigrantes e refugiados; o Projeto Estrangeiras (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC),¹⁰⁸ voltado para o atendimento específico das mulheres, consiste em atender mulheres estrangeiras em conflito com a lei; e o Projeto Ponte – Instituto Sedes Sapientiae,¹⁰⁹ grupo terapêutico oferecido a imigrantes que sofrem preconceitos, intolerância, exclusão ou encontram-se com dificuldades em estabelecer laços de pertencimento a São Paulo.

¹⁰⁵ Disponível em: <www.caritas.org.br>.

¹⁰⁶ Disponível em: <www.cdhic.org.br>.

¹⁰⁷ Disponível em: <www.missaonspaz.org>.

¹⁰⁸ Disponível em: <www.ittc.org.br>.

¹⁰⁹ Disponível em: <www.projetoportunidades.blogspot.com.br>.

Portanto, a coletividade boliviana em São Paulo possui associações culturais voltadas especificamente para si, construídas por seus membros, mas não tão numerosas como as existentes em Buenos Aires, por exemplo. Não existem muitas associações que protejam oficialmente o trabalhador boliviano. Importante ressaltar que o Estatuto do Estrangeiro veda a criação de organizações desse tipo somente por estrangeiros. Assim, a maioria das associações de apoio aos imigrantes bolivianos, incluindo os que trabalham nas oficinas de costura, são aquelas criadas por brasileiros, que se destinam também aos demais imigrantes que chegam a São Paulo, vinculadas à Igreja Católica ou formadas no seio da sociedade civil. Há, contudo, a Associação Comercial Bolívia-Brasil, BOLBRA, que tem por finalidade defender os bolivianos que estão no nicho econômico da costura, principalmente nos possíveis conflitos entre empregados e empregadores.

Entretanto, isso não significa que a coletividade boliviana tenha parado de se organizar e agir no espaço público de São Paulo. Um exemplo dessa atuação pode ser constatada no endereço eletrônico Bolívia Cultural,¹¹⁰ construído por iniciativa do imigrante boliviano Antônio Andrade para divulgar a cultura de seu país aos paulistanos e todos os brasileiros, como forma de demonstrar a riqueza cultural boliviana e mudar o estigma que os imigrantes bolivianos possuem diante dos paulistanos. O Bolívia Cultural é uma organização que pretende utilizar os mais modernos meios de comunicação para interagir e negociar a identidade boliviana no Brasil dentro da rede mundial de computadores.¹¹¹

O projeto nasceu por iniciativa de Antônio Andrade Vargas, boliviano, natural da cidade de Sucre, nascido em 04 de agosto de 1970. Imigrou para o Brasil para estudar Comunicação no ano de 1990. Chegando a São Paulo, de acordo com o relato de Leia Rodrigues, recebeu o apoio de brasileiros próximos e conseguiu estudar e se formar em Comunicação na Escola Panamericana de Arte, EPA, e em Marketing de Relacionamentos pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM. Ao se aproximar de seus compatriotas em São Paulo, percebeu que a rede de comunicação entre eles e para com toda a sociedade paulistana ainda era muito frágil. Dessa maneira, resolveu incrementar a

¹¹⁰ O endereço eletrônico do Bolívia Cultural é <www.boliviacultural.com.br>.

¹¹¹ As informações obtidas sobre o Bolívia Cultural foram colhidas em entrevista feita com sua Diretora Comercial, Leia Rodrigues, que trabalha junto ao fundador Antônio Andrade há dois anos e é responsável por novos projetos que a entidade planeja. A entrevista foi concedida no dia 14 de janeiro de 2013 e foi viabilizada por meio de chat on-line.

comunicação boliviana em São Paulo e no Brasil criando três projetos: o Planeta América Latina, o Bolívia Cultural e a Campanha Internacional "Eu amo Bolívia".

A primeira diretriz dos três projetos foi alterar os conceitos considerados errados sobre os bolivianos no Brasil. Para tanto, formou-se uma equipe de produção jornalística que, desde 2010, tem buscado mudar significativamente o conceito dos visitantes do sítio, na maioria brasileiros, estudantes, jovens entre 12 e 24 anos. Os primeiros anos do projeto foram focados em construir o sistema de notícias, a equipe de jornalismo, a equipe de arte e o departamento de Marketing.

O projeto Bolívia Cultural teve investimento próprio, uma vez que houve grande dificuldade em se conseguir apoio. Posteriormente, foram estabelecidas parcerias com as principais instituições dedicadas ao atendimento dos imigrantes em São Paulo, por exemplo, o CDHIC, a Pastoral do Migrante e a Missão Paz. Além delas, recebeu o apoio dos Consulados da Bolívia, do Equador, do Peru, da Venezuela, de Cuba, do Chile e do Paraguai. Por enquanto não há registro de apoio de instituições públicas brasileiras, de acordo com Leia Rodrigues.

No final de 2012, o Bolívia Cultural recebeu apoio formal do Ministério de Turismo da Bolívia, tendo sido o projeto oficialmente aprovado e nomeado como Departamento Oficial de Promoção da Cultura Boliviana no Brasil.

Uma das campanhas lançadas pelo Bolívia Cultural foi a mencionada "Campanha Internacional Eu amo Bolívia". O objetivo da campanha é promover a Bolívia em língua portuguesa de forma direta e explícita. Ela recebeu o apoio de inúmeros artistas brasileiros, músicos de renome, atores da televisão brasileira e políticos, todos fotografados usando a camisa promocional da campanha com o logo "Eu amo Bolívia".¹¹²

A Diretora Comercial do projeto Bolívia Cultural, Leia Rodrigues, explica que no presente momento o trabalho de Antônio Andrade é um dos únicos a divulgar fortemente a cultura boliviana em língua portuguesa na rede mundial de computadores. Além do próprio endereço, o projeto possui páginas nas redes sociais, como o Twitter, o Facebook, o

¹¹² Dentre esses artistas podemos citar a atrizes brasileiras Zezé Motta, Marisa Orth, Leandra Leal; políticos como o Senador da República Eduardo Suplicy e a Ministra da Cultura Marta Suplicy; cantores brasileiros como Carlinhos Brown, Toquinho, Luciana Mello, Leci Brandão, dentre outros. A lista completa de artistas, políticos e outros comunicadores pode ser encontrada no próprio sítio do Bolívia Cultural, mais precisamente em <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=945>, a última consulta foi em 15 de janeiro de 2013.

Youtube e o Flickr.¹¹³ No Twitter são veiculadas informações sobre acontecimentos relacionados à coletividade boliviana na cidade de São Paulo, no Facebook essas informações são reforçadas com fotos, abrindo espaço para uma notável rede de encontro entre os bolivianos e os brasileiros que se interessam pelo projeto. No Youtube são veiculados inúmeros vídeos, que podem ser acessados e assistidos a qualquer tempo, trazendo notícias sobre a Bolívia, São Paulo, as danças bolivianas, recados de artistas brasileiros para o projeto "Eu amo Bolívia", dentre outros. Além de tudo isso, o próprio site disponibiliza uma rádio com músicas bolivianas on-line para ser acessadas em tempo real.¹¹⁴

Na última eleição municipal realizada na cidade de São Paulo, o Bolívia Cultural buscou cada um dos principais candidatos para saber suas propostas relacionadas à população imigrante. De acordo com Leia Rodrigues, a reivindicação de direitos políticos no Brasil é fundamental para a coletividade boliviana, pois "se tivermos direito ao voto – os imigrantes – - teríamos uma voz na política e as coisas mudam...algo que os negros e gays conseguiram com suas representações na política (sic)". Dessa maneira, o Bolívia Cultural não só se manifesta como divulgador cultural, mas também como fomentador de cidadania, sem deixar de lado os principais problemas que a coletividade boliviana enfrenta em São Paulo.

Nesse sentido, buscando identificar e auxiliar nos problemas da coletividade boliviana, o Bolívia Cultural, em parceria com a Pastoral do Migrante, preparou para o ano de 2013 um DVD educativo de costura, denominado "Oficina de Costura Modelo". De acordo com Leia Rodrigues, o DVD não tem o escopo de fomentar as irregularidades em pró da produção. Muito pelo contrário, o objetivo é mostrar um trabalho regularmente feito, enfatizando normas de segurança e como o ambiente deve ser adequado para o trabalho decente. O vídeo traz depoimentos de importantes personagens, como Desembargadores, delegados da OIT, dentre outros.

¹¹³ No facebook o Bolívia Cultural é encontrado no endereço <<http://www.facebook.com/BOLIVIA CULTURAL>>; no Twitter é encontrado em <<https://twitter.com/boliviacultural>>; o canal no Youtube pode ser acessado no endereço <<http://www.youtube.com/user/PlanetaAL>> e o Flickr no endereço <<http://www.flickr.com/photos/boliviacultural>>. Todos foram acessados pela última vez em 15 de janeiro de 2013.

¹¹⁴ A rádio pode ser acessada no endereço <<http://www.boliviacultural.com.br/radio.html>>, cujo último acesso se deu em 15 de janeiro de 2013.

Não é para mostrar o errado e sim como deve ser gerenciado uma oficina de costura, para este propósito captamos imagens e depoimento de uma professora de costura dentro do instituto dela, ela fala e mostramos com imagens cada detalhe de uma oficina ideal. Segurança, ambientes, poluição sonora, ergonomia, etc etc. No ambiente, temos depoimentos, temos autoridades falando sobre a importância de sair da irregularidade e ser uma oficina legal. Só tem fera. Desembargadores, Procuradores da República, da OIT, e claro o cônsul da Bolívia em SP (sic). (Leia Rodrigues, depoimento de 14 de janeiro de 2013).

O DVD será divulgado em 2013 pelo Bolívia Cultural, com estimativa de no mínimo 1000 mídias em sete dias. Estará disponível no sítio do próprio projeto, mas também será distribuído para estabelecimentos onde há imigrantes bolivianos.

Outra iniciativa do Bolívia Cultural é o Planeta América Latina, este ainda em fase de construção, que aspira divulgar uma cultura latino-americana, conectando os imigrantes de toda América do Sul, de modo a oferecer um intercâmbio muito mais amplo. Nos mesmos moldes do Bolívia Cultural, o Planeta América Latina possuirá, de acordo com Leia Rodrigues, mídia *indoor* com televisões de alta definição instaladas em pontos de intensa concentração pública, ferramentas e rádios on-line, e a edição de um DVD mensal contendo um telejornal para a comunidade imigrante latina. Segundo Antônio Andrade e Leia Rodrigues, o projeto está previsto para agosto de 2013. Entretanto, já está disponível o endereço eletrônico que servirá de base para todos esses objetivos.¹¹⁵

De acordo com os dados contabilizados por Antônio Andrade, disponibilizados por Leia Rodrigues, o Bolívia Cultural tem recebido em média o acesso de 1.800 usuários por mês. Dentre esses, 70% são brasileiros residentes no Brasil, 25% bolivianos, peruanos e paraguaios também residentes no Brasil e 5% bolivianos, brasileiros, estadunidenses, espanhóis e portugueses residentes em outros países. Leia Rodrigues explica que "lamentavelmente, chegamos pouco ao imigrante mais humilde que não tem internet, porém estamos trabalhando com outras mídias, por exemplo, mídia *indoor* em restaurantes e com um DVD de notícias distribuídos gratuitamente (sic)". Além disso, esclarece que "usamos um modelo novo de atuação, próprio para o público brasileiro, tudo que produzimos é pensando no brasileiro! O próprio boliviano ainda não entende o verdadeiro

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.planetaamericalatina.com.br/>>, acessado pela última vez em 15 de janeiro de 2013.

valor da comunicação e promoção da marca Bolívia dentro do Brasil. Porém isso está mudando e os mais jovens estão abraçando o Bolívia Cultural como parte da vida virtual e social deles (sic)".

6.2.3 Rádios e Jornais Bolivianos em São Paulo

Além da rádio de músicas bolivianas veiculada no próprio sítio do projeto Bolívia Cultural, há algumas outras em São Paulo, porém não muitas. Elas ainda não possuem uma estrutura própria, limitando-se às ferramentas da rede mundial de computadores, por meio da transmissão on-line.

Entre as rádios podemos citar a Radio Infinita, "La radio que toca musica latina en São Paulo – Brasil".¹¹⁶ Ela é voltada não somente para os bolivianos, mas para toda a comunidade latino-americana de São Paulo, no entanto, apresenta maiores referências à Bolívia. Além de música, oferece notícias coletadas em diversos outros endereços eletrônicos, compartimentadas de acordo com cada país da América do Sul. Também reserva um noticiário especial para a Copa Libertadores da América, enfatizando o futebol como o principal esporte da coletividade. Ainda oferece alguns classificados – anúncios para venda de máquinas de costura, empresas de bordados, rodoviárias que realizam viagens com destino à Bolívia, Peru, Paraguai, além de empresas que cuidam de transferência monetária ao exterior. Há um link especial para acesso ao site da Polícia Federal brasileira em que é possível acompanhar o processo de regularização do estrangeiro. Há ainda um fórum aberto aos ouvintes, que podem interagir entre si, enviar sugestões, comentários e até mensagens sem qualquer relação com a programação musical, por exemplo, "hola soy de sucre Bolivia yo quiero contactarme con la oficima de noe famili por fabor mi nombre es Elvis" (Anônimo, escrito em 12 de novembro de 2011); "los sintoniso por primera vez la radio esta buena los escuhco en Bs Aires Argentina sigan asi un dia volveremos a bolivia vamos todavia" (Anônimo, escrito em 26 de novembro de

¹¹⁶ O endereço da Radio Infinita é <<http://radioinfinita.blogspot.com.br/>>, o último acesso se deu em 15 de janeiro de 2013.

2011); "saludos a mis tios David Osvaldo Maria y todos que me conosen aqui en Sau Paulo" (Eliezer, escrito em 4 de fevereiro de 2012).¹¹⁷

Na página da Radio Infinita ainda são encontrados links para o Consulado da Bolívia em São Paulo, para o projeto Bolívia Cultural, a Pastoral do Migrante, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, CDHIC, e o Centro de Apoio ao Imigrante.

Dentro desse contexto também está a Radio TropicalFM, com músicas latinas, porém com grande especificidade para a música boliviana e toda a coletividade boliviana em São Paulo.¹¹⁸ Muito semelhante à Radio Infinita, ela possui classificados, fóruns e links para direcionar o acesso dos ouvintes. Há, por exemplo, endereços que direcionam o ouvinte aos principais jornais da Bolívia, a guias telefônicos, a informações sobre o governo boliviano, a fotos da Bolívia, a informações sobre os clubes de futebol bolivianos, aos consulados no Brasil, ao Memorial da América Latina em São Paulo, dentre outros. Por meio da Radio TropicalFM, o ouvinte ainda pode acessar as principais rádios da Bolívia.

As rádios on-line constituem uma saída para que as emissoras voltadas aos imigrantes bolivianos e, mais amplamente latino-americanos, não sejam consideradas piratas e nem estejam em situação que as classifiquem como tais. Todavia, isso reduz seu alcance, pois necessitam de uma conexão com a rede mundial de computadores para que possam ser sintonizadas. De qualquer forma, a coletividade imigrante boliviana tem encontrado nos mais modernos meios de comunicação uma maneira regular, que não configure nenhum ilícito contra a lei brasileira, de continuar a oferecer entretenimento, auxílio e comunicação para seus integrantes em São Paulo.

Ao lado das rádios, como forma de comunicação da coletividade boliviana, são encontrados alguns jornais. Um desses é o *El Chasqui*, que possui inclusive versão on-line.¹¹⁹ Todavia, são jornais com raro conteúdo jornalístico próprio, que fazem uma coletânea de notícias veiculadas por outros jornais na rede mundial de computadores. Além disso, possuem grande parte voltada para os classificados. Além do *El Chasqui*, circulam na

¹¹⁷ Comentários disponíveis em: <<http://radioinfinita.blogspot.com.br/2010/10/blog-post.html>>, cujo último acesso deu-se em 15 de janeiro de 2013.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.fmtropical.net>>, cujo último acesso deu-se em 15 de janeiro de 2013.

¹¹⁹ Uma edição dele está disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/239958-El-Chasqui-Ed-07/>>, último acesso em 14 de janeiro de 2013.

coletividade boliviana o *Alianza News*, o *Pachamama* e o *Presença Latina*, com foco na discussão dos problemas dos imigrantes, mas com pouca produção jornalística própria.

6.2.4 As Crianças Bolivianas nas Escolas de São Paulo

De acordo com Oliveira e Baeninger (2012), dos 5.824 filhos de imigrantes bolivianos captados no censo de 2000, 43% não eram estudantes, 10,3% frequentavam a creche, 33,4% o ensino fundamental, 5,5% o ensino médio, 1,2% o supletivo, 0,6% o cursinho pré-vestibular, 5,7% o ensino superior, na graduação, e 0,2% cursavam pós-graduação.

Para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no mês de agosto de 2009 constavam 2.090 alunos estrangeiros matriculados na rede pública municipal, sendo os quatro principais grupos: bolivianos, com 1.446 alunos, japoneses, com 243 alunos, paraguaios, com 74 alunos e peruanos, com 44 alunos. Já o Centro de Informações da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, com dados alcançados pelo Censo Escolar de 2010 e referentes ao número de alunos estrangeiros nas redes públicas municipais e estaduais e nas redes particulares, informou que o Estado de São Paulo possuía, naquele ano, pelo menos 14.879 alunos estrangeiros (WALDMAN, 2012).

Diante desse cenário, é considerável o número de crianças filhas de imigrantes bolivianos fora das escolas. Essa realidade não é diferente em São Paulo. As crianças bolivianas, mesmo que irregulares, indocumentadas, têm o direito de ser matriculadas nas escolas públicas. Para a matrícula são aceitos o documento de identidade boliviano, se houver, ou a simples certidão de nascimento. Entretanto, há muita desinformação entre os imigrantes e muitos acreditam que a condição irregular os impedem de matricular seus filhos nas escolas brasileiras. Além disso, sentem medo, pois pensam que a qualquer momento podem ser denunciados para a Polícia Federal e irem para a prisão. Há uma frágil comunicação entre os próprios imigrantes bolivianos em relação aos seus direitos. Por outro lado, também há muita desinformação nas escolas brasileiras, onde diretores mal preparados não sabem se podem ou não matricular uma criança irregular e indocumentada, preferindo não fazê-lo diante da dúvida.

Nesse sentido, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, CDHIC, em carta dirigida ao Prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, eleito para a gestão iniciada em 2013 e que termina em dezembro de 2016, datada de 12 de novembro de 2012, manifestou-se afirmando que:

Em matéria de políticas públicas, a questão migratória é necessariamente transversal. Há direitos já garantidos por leis federais (como o acesso ao S.U.S.) e outros por normas administrativas estaduais e municipais (por exemplo, matrículas de crianças, inclusive indocumentadas, nas escolas), cuja efetividade encontra grandes obstáculos. Os principais deles são a falta de articulação entre órgãos públicos, e de uma cultura de acolhida ao diferente (“estrangeiro”) na Administração Pública.¹²⁰

A partir desse diagnóstico, o próprio CDHIC estabeleceu como proposta à Municipalidade de São Paulo desenvolver um programa de escolas multiculturais, criar um canal para receber as reclamações e denúncias de *bullying* sofrido pelos filhos de imigrantes nas salas de aulas e ampliar o acesso às creches.

Em relação ao *bullying*, é comum que crianças bolivianas recém-chegadas a São Paulo enfrentem comportamentos preconceituosos nas escolas pelo fato de não saberem falar português sem sotaque, sendo às vezes desprezadas por serem associadas a “índios” pelas crianças brasileiras (VIDAL, 2012). Da mesma maneira, jovens bolivianos sofrem com o preconceito nas escolas. Entretanto, não há relatos que indiquem uma segmentação entre crianças brasileiras e bolivianas baseada exclusivamente no ódio. Isto é, o preconceito que sofrem não é fundamentado em razão de serem bolivianos e não brasileiros, mas sim por serem diferentes, por constituírem uma minoria. Afinal, o tratamento preconceituoso para com o diferente não implica necessariamente no ódio, mas em grande parte pela ignorância de quem o comete, pelo despreparo institucional da sociedade receptora em receber o estrangeiro. O preconceito pode ser considerado fruto da enorme falta de informação e da ausência de propostas multiculturais que integrem no vocabulário das crianças e dos jovens a ideia da pluralidade, de ver riqueza na diferença e não qualquer tipo de inferioridade ou estranhamento.

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Propostas-CDHIC-ao-Governo-Haddad-politica-mun-migracao.pdf>>, último acesso em 15 de janeiro de 2013.

Jovens migrantes ou filhos de migrantes nascidos no Brasil sofrem todo o tipo de desrespeito em razão dos seus traços fenotípicos e de sua origem. Estas crianças e adolescentes enfrentam a mesma realidade árdua que muitos jovens brasileiros emigrados vivem em outros países. A título de exemplo, como resultado de um sistema educacional despreparado para entender as necessidades destes novos alunos e ainda não capacitado a lidar com a diversidade cultural e social em sala de aula, observa-se a situação preocupante de alunos migrantes bolivianos de uma escola estadual que teriam que dar dinheiro ou fornecer alimentos para os colegas brasileiros para não serem agredidos fora da unidade escolar. Há relatos de que esta situação ocorreria desde 2008 sem qualquer atitude de impacto da escola ou mesmo do Estado. Ademais, não são poucos os relatos de estranhamentos e conflitos entre alunos brasileiros e alunos migrantes ou filhos de migrantes encontrados na literatura sobre o tema. (WALDMAN, 2012, p. 7-8).

Portanto, é possível afirmar que o preconceito existente nas escolas públicas brasileiras, e de modo mais específico em São Paulo, não é exclusivamente exercido contra a coletividade boliviana, mas sim contra a maioria das populações imigrantes, que são vistas pelos brasileiros apenas pejorativamente, como pobres, índios, que chegam à cidade para agravar um problema social. Ademais, essa falta de informação, que fomenta as atitudes preconceituosas, não é somente por parte dos alunos brasileiros, mas também dos docentes e de toda a instituição escolar, pois não são encontrados programas suficientes e tampouco uma rede robusta de informação que trabalhe a questão dos imigrantes residentes em São Paulo. Há uma ausência de educação para a pluralidade.

A questão da inclusão de migrantes no sistema de ensino nacional defronta-se, ainda, com o possível desconhecimento por parte dos docentes do contexto migratório e do histórico escolar destes alunos, juntamente com a falta de capacitação em lidar com a diversidade cultural e social em sala que os impede de trabalhar adequadamente com a experiência migratória e incluí-la como conhecimento em aula; a falta de orientação dos pais; o descaso de muitos colégios que ainda negam o ingresso de alunos estrangeiros indocumentados ou que permitem o estudo, mas não garantem o certificado de conclusão do curso. Estes são alguns dos muitos obstáculos que impedem estas crianças e jovens de usufruírem do direito universal de acesso à educação. Neste sentido, é imperativo encarar o fato de que um grande número destes migrantes que hoje

residem no Brasil, já estão na segunda ou terceira geração e tem a intenção de permanecer no país. Tão somente a partir do momento em que o Estado brasileiro se enxergar como um país receptor de tais fluxos migratórios, e reconhecer que a presença deste grupo no país não se caracteriza, em grande parte, como uma simples residência transitória, que se apontará como obrigatória a implementação de políticas de integração desta população à sociedade brasileira. (WALDMAN, 2012, p. 8).

No ano de 2010 foram realizadas duas plenárias livres sobre o tema imigração e acesso à educação, com o objetivo de discutir o direito à educação escolar e a população imigrante na cidade de São Paulo. Essas plenárias foram fruto de um trabalho conjunto de dois grupos: Grupo de Trabalho de Educação do Movimento Nossa São Paulo e Ação Educativa e Centro de Apoio aos Migrantes. Houve a participação de brasileiros e imigrantes bolivianos, chilenos, equatorianos, paraguaios e peruanos. O perfil desses participantes alinhava-se ao de pais de estudantes da rede pública, jovens estudantes ou em busca de formação escolar (WALDMAN, 2012). No evento foram identificados problemas como a ausência de políticas que tratassem da inclusão dos migrantes no sistema de ensino nacional, problemas com o aprendizado e a comunicação em razão do idioma falado pelos grupos de imigrantes, na vasta maioria o espanhol. Muitos professores brasileiros não possuem suficiente conhecimento desse idioma e não recebem orientação sobre como lidar com esse fato. Ademais, nessas plenárias notaram-se a ausência de preparo das escolas para trabalhar com a diversidade cultural e a falta de conhecimento sobre o contexto migratório dos novos alunos, também a falta de informação e coordenação sobre a temática educacional nos consulados e a situação migratória como um impedimento para o acesso à educação.

Diante disso, estabeleceram um rol de propostas com o fim de lidar com o problema. Dentre essas, podem ser citadas: a criação de mecanismos para que órgãos da educação dialoguem com os consulados de cada país que possua nacionais residentes em São Paulo; a ênfase nas questões socioculturais nos currículos das universidades públicas e privadas; o investimento na formação de professores, para que saibam lidar com a população migrante em São Paulo e aprendam outros idiomas, por exemplo, o espanhol; investimentos no mesmo sentido para os demais funcionários das escolas; realização de eventos culturais que explorem a cultura latino-americana; promoção de agentes culturais que possam

desenvolver estratégias nas escolas com o foco nos imigrantes; ensino da língua portuguesa voltado às escolas onde haja grande concentração de imigrantes, para que essa também seja ensinada como língua estrangeira e disponibilização de livros e publicações bilíngues para as escolas.¹²¹ Tudo isso visando a construção de uma escola na cidade de São Paulo que valorize a pluralidade e a diversidade.

6.2.5 Bolivianos na Região Central de São Paulo

Na região central de São Paulo há presença marcante dos imigrantes bolivianos, principalmente em razão das oficinas de confecção, onde muitos trabalham e outros são donos. Nesses bairros centrais há grande contato, mesmo que muitas vezes apenas visual, entre os brasileiros que também trabalham no centro e os bolivianos. Existe, portanto, uma constante troca de impressões entre ambos em uma frequente negociação de identidades.

Essa concentração em alguns espaços da região central não tem a ver com o desejo de formar ruas ou bairros étnicos, tal como se observa frequentemente nas cidades norte-americanas (VIDAL, 2012, p. 97). Nesses espaços as relações são fluídas, não fisicamente intensas, porém visualmente frequentes. Existem casais mistos, na maioria dos casos um homem boliviano com uma mulher brasileira, homens dos dois países jogando futebol juntos nos finais de semana, dentre outros contatos que se não caracterizam uma plena integração, também não estabelecem uma separação estanque.

Depois de alguns anos radicados, muitos dos bolivianos que ali estão vão se tornando parte integrante da região central de São Paulo. Entretanto, segundo Vidal (2012), com exceção dos radicados há muitos anos, as relações com os brasileiros ainda permanecem limitadas. Os que trabalham na costura dispõem de pouco tempo para experimentar uma sociabilidade fora do expediente das oficinas, pois trabalham em média doze horas por dia, frequentemente seis dias por semana e dedicam o pouco tempo livre para o descanso, a família, a religião, compras e visitas a parentes e compatriotas. Muitos não dominam suficientemente o português, o que contribui para que sejam mais retraídos em relação aos brasileiros.

¹²¹ AÇÃO EDUCATIVA; CENTRO DE APOIO AO MIGRANTE. Plenária: O direito à Educação da População Imigrante na cidade de São Paulo. (Sistematização de dados das duas Plenárias). São Paulo, 2010, p. 3-4.

De acordo com Vidal (2012), a maioria dos brasileiros que trabalha na região central não enxerga os bolivianos de maneira xenófoba, não os acusa de invasores e nem deseja que voltem para a Bolívia, tampouco acredita que lhe roubam empregos. Ademais, não os enxergam em suas diferenças étnicas. Para a maioria brasileira, todos os bolivianos são *bolivianos* e não pacenhos, cochabambinos, aymarás, quéchuas; todos integram o mesmo grupo.

Contudo, se os brasileiros que trabalham na região central não têm essa ótica xenófoba, isso não quer dizer que não observam os imigrantes bolivianos com algum preconceito, ou simplesmente de alguma maneira pejorativa. Para Vidal (2012), os brasileiros os veem principalmente por meio de três categorizações: os compreendem como *índios*, *detentores de outra cultura* e como sujeitos a trabalho *escravo*, por serem associados à exploração nas oficinas de costura.

Os bolivianos que estão na região central de São Paulo, por sua vez, estabelecem narrativas sobre os brasileiros com quem interagem, afirmando que eles não são racistas como os argentinos, que eles não os discriminam, pois são misturados, enquanto os argentinos são brancos e europeus (VIDAL, 2012). Segundo eles, a discriminação encontrada na Argentina se deve ao mesmo tempo ao fato de ser estrangeiro e não ser da mesma "raça".

Nesse sentido, a visão dos bolivianos que trabalham na região central sobre os brasileiros, de que esses são misturados e não brancos como os argentinos, resgata uma característica importante da região central de São Paulo: um local historicamente acolhedor de diversos fluxos migratórios. Os bairros centrais de São Paulo possuem um rico leque de diferentes comunidades de imigrantes, por exemplo, os italianos, os libaneses, os coreanos, japoneses, espanhóis e portugueses, que por muitos anos não só habitaram essas localidades, mas também construíram seus comércios. Além desses imigrantes, é importantíssimo anotar a presença dos nordestinos, que ocupam hoje de modo significativo, tanto no comércio quanto residencialmente, a região central de São Paulo.

Nesse diapasão, Vidal (2012) aponta que a própria falta de enraizamento com a região central que os brasileiros que ali ocupam possuem, favorece o recebimento sem atitudes xenófobas perante os imigrantes bolivianos. Ou seja, os nordestinos que ali estão também migraram de um diferente local para em São Paulo tentarem melhorar a vida. Os

bolivianos seriam vistos, portanto, em semelhante situação. Ademais, a associação que os brasileiros fazem dos bolivianos em relação ao trabalho escravo, faz com que não aspirem por seus postos de trabalho.

A primeira está no fato de que os costureiros bolivianos não competem com os brasileiros no mercado de trabalho. Eles se concentram principalmente em pequenas fábricas e oficinas de costura, e não se encontram na construção civil e no emprego doméstico, como é o caso da Argentina. Além do mais, as oficinas em que trabalham os bolivianos ocupam uma posição específica no setor da confecção, atendendo rapidamente as demandas das lojas. Com efeito, essas oficinas têm a capacidade de mobilizar uma mão de obra capaz de produzir rapidamente as quantias requeridas pelo comércio num segmento da economia caracterizado por ciclos produtivos curtos. A produtividade maior dessas oficinas se deve ao ritmo de trabalho mais intenso e ao custo menor do que nas fábricas que empregam costureiros brasileiros, mais sensíveis ao respeito do direito do trabalho e momentos de folgas regulares. A capacidade de reação das oficinas de costura às lojas de roupa também supõe a proximidade da zona de produção com a zona de comércio, o que explica a forte concentração de bolivianos nos bairros centrais, próximo do Brás e do Bom Retiro nos quais varejistas das regiões Sudeste e Sul se aprovisionam. Por todas essas razões, os migrantes bolivianos têm uma inserção no mercado de trabalho que é essencial ao funcionamento da indústria do vestuário e não desperta inveja nenhuma entre os brasileiros. “Eu não gostaria de trabalhar em oficina de costura. Eu não sou escrava. Lógico, que a escravidão acabou no Brasil há muitos anos atrás, mas minha avó, ou minha bisavó, foi escrava mesmo. Trabalhar em oficina de costura? Eu? Jamais! Eu acho melhor ganhar uma merrequinha. Eu não vou ser escravizada”. (Mária das Graças, 35 anos, faxineira). “Eu não sou boliviano, eu sou brasileiro. Eu gosto de assistir meu jogo, eu gosto de tomar cerveja, eu gosto de folgar. Eu não estou a fim de ter a vida deles, eu não gosto dessa vida, é só trabalho, trabalho, trabalho”. (Marcos, 43 anos, mecânico). (VIDAL, 2012, p. 102-103).

Dessa maneira, os brasileiros da região central de São Paulo parecem não competir com os bolivianos no nicho econômico em que estão inseridos. Além disso, normalmente demonstram uma visão de que a vida deles é melhor que a dos bolivianos, pois não são explorados e possuem mais direitos que eles. Todavia, os enxergam positivamente como pessoas trabalhadoras, discretas e reservadas, o que pode enfatizar a falta de interação além do mero contato visual.

Assim, a região central de São Paulo tem sido um dos principais locais de residência da coletividade boliviana. Entretanto, apesar dos consideráveis números de imigrantes

bolivianos, alocados em um nicho econômico específico, o contato com os brasileiros da mesma região, nordestinos, paulistanos, descendentes de outros imigrantes, ainda pode ser considerado superficial, apesar de grande, e, se não é dotado de xenofobia, também não é desprovido de preconceito e estigmatização.

6.2.6 Bolivianos e o Futebol em São Paulo

O esporte preferido da maioria dos habitantes da cidade de São Paulo é o futebol. Não somente entre os paulistanos, mas também entre os brasileiros de um modo geral. Entre os imigrantes bolivianos que residem na cidade de São Paulo não é diferente. Costumeiramente, eles apreciam o futebol não só como torcedores de algum time, mas também na prática do desporto.

Na Praça Kantuta, localizada próxima à estação do metrô Armênia, no bairro do Pari, existe uma pequena quadra de futsal,¹²² onde os imigrantes bolivianos costumam disputar partidas durante os finais de semana. Em algumas delas, há jogos com a participação de brasileiros. Nota-se grande interesse por essas partidas, havendo sempre um considerável número de espectadores.¹²³

Por estar estrategicamente localizada no centro da praça, a quadra de futsal nunca passa despercebida pelos frequentadores e tem público constantemente apreciando todos os jogos durante a feira. Ressaltamos que, como não há nenhuma equipe de grande expressão no cenário futebolístico participando do campeonato, os espectadores não tem vínculo afetivo com nenhuma das equipes. O que acontece é que as próprias equipes levam seus parentes e amigos que assistem aos jogos de seus entes e, assim, manifestam atitudes de torcedores e fanatismo com seus próprios conhecidos. Entretanto, esse número é minoria, e podemos enfatizar que os espectadores da Praça Kantuta apreciam a prática do futsal e a plasticidade oferecida por alguns de seus praticantes como meros observadores e admiradores dessa "arte" e não como torcedores de equipes. (ALVES, 2012, p. 250).

¹²² A palavra futebol será usada neste trecho do trabalho para designar o desporto de maneira ampla, não levando em consideração as diferenças entre o futsal e o futebol de campo. Especificamente, o campeonato realizado pelos imigrantes bolivianos em São Paulo pode ser descrito como futsal. Todavia, o interesse reside no fenômeno do desporto considerado em sua amplitude.

¹²³ É importante anotar que no ano de 2010 a quadra da Praça Kantuta teve alambrados e traves de gol retirados para uma reforma, o que prejudicou a realização do campeonato de futebol ali disputado. Até o ano de 2012 a reforma ainda não havia sido concretizada.

As partidas, portanto, não acontecem esporadicamente, pois há um campeonato formado por equipes de imigrantes bolivianos que no dia a dia trabalham nas oficinas de costura. Esse campeonato é organizado junto à Associação Gastronômica, Cultural e Folclórica Padre Bento. As equipes são formadas por meio de uma rede de contatos nas oficinas de costura, onde são divulgados os eventos relacionados ao campeonato. A relação entre os jogadores é costumeiramente de camaradagem e amizade. Formadas as equipes, elas desembolsam uma quantia em dinheiro para arcar com os custos do campeonato, envolvendo uniformes, bolas, medalhas, remuneração dos árbitros, manutenção da quadra, dentre outros. Há um *delegado* responsável pelo time, que encabeça a equipe e divide os custos entre todos (ALVES, 2012).

Esses *delegados*, que quase sempre são donos de oficinas, não disputam as partidas, apenas dirigem a equipe, tal como um administrador, pagando as contas e capitaneando as ações do time. Dessa maneira, atuam como uma espécie de "presidente", pois além de serem os patrões dos jogadores, são eles quem tomam as decisões pelo time fora e dentro da quadra. Além disso, atuam como treinadores. Dessa forma, eles são os verdadeiros donos da equipe e, mesmo desconhecendo aspectos táticos do esporte, dirigem o grupo durante os jogos, apresentam domínio nas ações dos jogadores, estabelecem locais, horários e procedimentos antes, durante e depois das partidas. Muitos jogadores desejam chegar ao posto de *delegados* de uma equipe, não somente porque isso os colocaria em uma posição de liderança dentro dos times em que jogam, mas também em razão de que, para isso, precisariam ter chegado ao posto de dono de oficina. Assim, o posto de delegado possui um significado de ascensão social (ALVES, 2012).

De acordo com Alves (2012), a prática do futebol na Praça Kantuta implica alguns riscos à saúde dos imigrantes. Afinal, trabalham a semana inteira em longas jornadas, alimentam-se mal, dormem pouco e aos domingos ainda jogam futebol, que é uma atividade física intensa. Não há nenhuma prevenção, tampouco acompanhamento médico dos jogadores, o que amplia consideravelmente as possibilidades de acidentes físicos, fato que demonstra o amadorismo do campeonato.

Algumas das equipes chegam a ter jogadores de outras nacionalidades, como peruanos, paraguaios, chilenos e brasileiros. Aliás, em relação ao futebol brasileiro, os

bolivianos gostam de admirar as partidas do campeonato nacional e possuem, além de ídolos entre os jogadores brasileiros, afinidade com algum clube do Brasil. Muitos chegam a ir aos estádios e compram camisas dos clubes brasileiros. Entretanto, não há nenhuma associação muito forte entre os imigrantes bolivianos e algum clube paulista ou mesmo brasileiro que chegue a identificá-los como torcedores deste ou daquele clube.¹²⁴

Por fim, o futebol praticado pelos imigrantes bolivianos em São Paulo ainda é muito restrito e organizado de maneira amadora. No entanto, já ocupa outros espaços públicos de São Paulo: a cancha Tomás Mazoni, no bairro de Vila Maria, o Centro Esportivo Sul-Americano, no Bom Retiro, La Bombonera, localizada na Casa Verde, Vavá Sport Center, na Vila Guilherme. Nessas quadras existem alguns campeonatos que têm tempo médio e longo de duração entre quatro e dez meses, ou os chamados festivais. Alguns campeonatos só permitem equipes com jogadores exclusivamente bolivianos, enquanto outros permitem participação de nacionalidades distintas. Além dessas quadras, os imigrantes bolivianos também frequentam quadras localizadas em parques públicos da cidade, como o Horto Florestal, o Parque do Carmo, o Parque do Trote, o Parque da Juventude e o Parque Ibirapuera (ALVES, 2011).

Apesar do gosto pelo esporte, os bolivianos ainda não organizaram maiores campeonatos, tampouco chegaram a criar ligas. Além disso, há muita associação do desporto com o trabalho nas oficinas. O nicho econômico em que estão inseridos na cidade de São Paulo influencia bastante a prática do futebol, que ainda não é organizado independentemente, como um fim em si mesmo. Isto é, apenas como uma prática recreativa, que ofereça lazer e espaço de encontro entre a coletividade.

De qualquer maneira, o futebol está inserido nas festividades e reuniões que acontecem entre a coletividade boliviana em sua constante negociação e intercâmbio com a sociedade receptora, ocupando espaços públicos relevantes, que demarcam sua existência e sua presença entre os brasileiros. "Às vezes, durante um jogo aqui na Praça, me sinto como se estivesse na Bolívia, pois tudo aqui me faz lembrar da Bolívia: o cheiro, a comida, a

¹²⁴ De acordo com Alves (2012) os clubes brasileiros de maior preferência entre os imigrantes bolivianos são, em ordem da maior para a menor, o Corinthians, o Palmeiras, o São Paulo, o Santos, o Internacional e o Flamengo. Isso não significa que os bolivianos deixam de torcer pelos times da Bolívia. Alves aponta que entre os imigrantes bolivianos residentes em São Paulo, a preferência pelos clubes de sua terra natal é, em ordem decrescente, pelo Bolívar, The Strongest, San Jose, Blooming, Oriente Petrolero e Jorge Wilstermann.

música e o futebol. Daí eu acordo e vejo que estou apenas num pedaço da Bolívia aqui no Brasil, mas é uma sensação muito boa." (ALVES, 2012, p. 239).

CAPÍTULO 7. COMPARAÇÕES ACERCA DAS PRINCIPAIS LEIS MIGRATÓRIAS DO BRASIL E DA ARGENTINA

Após o estudo das leis migratórias da Argentina e do Brasil e a análise do fenômeno da imigração boliviana e suas manifestações em Buenos Aires e São Paulo, este capítulo inaugura cotejamentos entre os assuntos até aqui abordados. Nesse sentido, serão feitas comparações entre a *Ley de Migraciones* e o Estatuto do Estrangeiro. Elas são confrontadas através de categorias, nas quais compara-se tanto os princípios que as informam, quanto os dispositivos nelas presentes, que impactam diretamente na vida dos imigrantes residentes, regularmente ou não, na Argentina e no Brasil. Ou seja, as categorias enfatizam as temáticas legais de vital importância para os direitos dos imigrantes em relação ao seu status de permanência e às suas manifestações em ambas sociedades.

7.1 Contexto das Leis

A *Ley de Migraciones* (Ley n° 25.871/2004) foi aprovada pelo Congresso Nacional Argentino em 2003, substituindo a *Ley Videla*, estatuto legal publicado durante o regime de governos autoritários e militares que dirigiram a Argentina, mais especificamente no período de Jorge Rafael Videla. Após vinte anos do retorno ao Estado de Direito, no ano de 1983, a *Ley de Migraciones* foi sancionada. Diversos atores contribuíram para a elaboração da nova lei, tais como associações organizadas de imigrantes, grupos associados em defesa dos direitos humanos, igrejas e membros da sociedade civil argentina.

No Brasil ainda não foi criada uma lei para suplantiar o estatuto normativo instituído na conjuntura política autoritária. Ainda vige o Estatuto do Estrangeiro, aprovado no regime militar e dotado de inúmeras normas restritivas aos direitos dos imigrantes. Há um projeto de lei para alterá-lo, o Projeto n° 5.655/2009, mas que ainda encontra-se em tramitação no Congresso Brasileiro, sem previsão de aprovação. Além disso, recentemente o Brasil tem enfatizado em sua política migratória a facilitação da entrada e da permanência do estrangeiro qualificado, deixando de lado, em sua agenda política, a necessária ênfase na

discussão sobre a proteção aos direitos humanos dos imigrantes sem qualificação, irregulares e em situação de exploração.¹²⁵

7.2 Fundamentação das Leis

O Tratado Constitutivo da UNASUL, que integra o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, dispõe em seu art. 3º que o direito à migração deve ser assegurado com a necessária tradução legislativa fundamentada irrestritamente nos direitos humanos. A *Ley de Migraciones* está em consonância com o que tem sido almejado na formação da UNASUL, pois ela alterou a lógica de gestão policial e de defesa da segurança nacional antes imposta pela *Ley Videla*. Desse modo, a nova lei argentina desenha um modelo de gestão com fundamento no reconhecimento da migração como um direito humano. Ademais, ela passou a obrigar o Estado argentino a estabelecer mecanismos de regularização migratória, a garantir o acesso ao Poder Judiciário e a eliminar as distinções existentes no acesso a direitos entre nacionais e estrangeiros.

Já o Estatuto do Estrangeiro não se fundamenta no direito humano de migrar, tampouco coloca como base a titularidade de direitos humanos do imigrante. A lógica que fundamenta a lei brasileira continua sendo a da segurança nacional e da defesa do trabalhador brasileiro frente ao *perigo do imigrante*. A lei brasileira contraria a lógica delineada pelo Tratado da UNASUL e desenhada por todo o sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Termos como *pessoa nociva* à ordem pública, aos interesses nacionais, nocivas às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ainda são encontrados nesse Estatuto, de maneira a enfatizar a lógica corporativista e de gestão policial que lhe informa. Trata-se, portanto, de uma lei defasada, que não facilita a regularização de imigrantes em situação irregular, considerando-os atores de ilícitos e não pessoas que usaram do direito humano de migrar. A defesa do trabalhador brasileiro é carregada de um conteúdo discriminatório que visa combater supostos inconvenientes

¹²⁵ Repercussão dessa tendência na política migratória brasileira pôde ser encontrada recentemente nos grandes meios de comunicação, por exemplo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, que veiculou em 11 de novembro de 2012, notícia com a seguinte manchete: "Qualificação profissional vai facilitar permanência de estrangeiro no país", disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,qualificacao-profissional-vai-facilitar-permanencia-de-estrangeiro-no-pais,134356,0.htm>>, consultado em 24 de janeiro de 2013.

trazidos pelos imigrantes ao Brasil, por exemplo, o aumento do pauperismo, a concorrência para o incremento do analfabetismo, da criminalidade e o prejuízo à integridade nacional da sociedade brasileira.

7.3 A Adoção da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias

A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias foi adotada pela Resolução nº 45/158, de 18 de dezembro de 1990, da Assembleia-Geral da ONU. Ela busca estabelecer normas que possam contribuir para a harmonização das condutas dos Estados através da aceitação de princípios fundamentais relativos ao tratamento dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias. Essa Convenção toma como fundamental o combate à situação de vulnerabilidade em que, frequentemente, se encontram os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias. Os direitos dessas pessoas não têm sido suficientemente reconhecidos em todo o mundo, devendo, por esse motivo, gozar de uma proteção internacional adequada.

Em seu preâmbulo de princípios, a Convenção reconhece que, em muitos casos, as migrações são a causa de graves problemas para os membros das famílias dos trabalhadores migrantes, bem como para os próprios trabalhadores, especialmente por causa da dispersão familiar. Dessa maneira, os problemas humanos decorrentes das migrações são ainda mais graves no caso da migração irregular, que deve ser combatida com a eliminação dos movimentos clandestinos e o tráfico de trabalhadores, mas jamais com o desrespeito aos direitos humanos fundamentais desses trabalhadores, que não raro são empregados em condições de trabalho menos favoráveis que outros trabalhadores, sendo vítimas de graves situações de exploração.

A *Ley de Migraciones* adotou essa Convenção, que somada ao Decreto que a regulamenta, completa o quadro normativo estabelecido para assegurar maior proteção aos direitos dos trabalhadores imigrantes na Argentina, servindo como alicerce para a política migratória do país.

O Brasil, em contrapartida, não assinou essa Convenção das Nações Unidas. Na política migratória brasileira continuam vigentes as restrições do Estatuto do Estrangeiro aos direitos dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, visando essencialmente a proteger o trabalhador brasileiro em uma lógica fortemente corporativista.

Vale ressaltar que tanto o Brasil quanto a Argentina ainda não ratificaram a Convenção 143 da OIT, relativa às migrações em condições abusivas e à promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes. Isso evidencia que ambos ainda precisam avançar em matéria de proteção ao trabalhador imigrante e respeito aos seus direitos. Todavia, a Argentina já deu grande passo nesse sentido ao ratificar e tomar na *Ley de Migraciones* as diretrizes da Convenção de 1990.

7.4 Programas de Regularização

Dentro do contexto de estruturação de uma política migratória fundada nos direitos humanos, o Estado argentino ofereceu programas de regularização de imigrantes. Dentre esses programas, destacou-se o denominado "Pátria Grande". Por mais que este não tenha obtido os resultados esperados, conforme evidenciado nos capítulos anteriores, ele representou a institucionalização da política de regularização, com embasamento legal na *Ley de Migraciones* (art. 17). O programa teve como objetivo a regularização de pessoas oriundas da região do Mercosul e de países associados, seguindo o art. 23 da mesma lei.

Apesar da dificuldade em se abandonar a lógica de defesa da segurança nacional, a institucionalização de programas de regularização é um enorme passo para a defesa e a proteção dos direitos dos imigrantes, pois coloca em definitivo na agenda do Estado argentino o compromisso de regularizar e defender o ser humano que se encontra em situação vulnerável por conta da irregularidade e da indocumentação.

No Brasil, o excesso burocrático não facilita a regularização do imigrante. Anistias foram editadas para combater a irregularidade, mas em nenhum momento pôde ser constatada a institucionalização de uma política estatal voltada para a regularização. A anistia é um instrumento cuja essência está em oferecer às pessoas que cometeram ilícitos o perdão do Estado. Assim, ela tem como pressuposto o reconhecimento de um ilícito e que seu agente receba o perdão do Estado. Dessa maneira, ao anistiar o imigrante irregular o

Brasil não reconhece institucionalmente o direito humano de migrar, apenas oferece uma solução paliativa pautada pela boa vontade de um governo que se predispõe a fazê-la.

Portanto, em matéria de institucionalização de políticas de regularização, a Argentina encontra-se em estágio mais avançado do que o Brasil. Mesmo com as críticas recebidas pelo programa Pátria Grande, a Argentina demonstra-se mais atenta aos direitos humanos das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade em razão da irregularidade do que o Brasil.

7.5 Observância da Teia Social do Imigrante em Situação de Irregularidade. Respeito à Reunificação Familiar

A *Ley de Migraciones* estabelece que a teia social construída pelo imigrante em solo argentino deve ser observada. Esta pode envolver o meio de trabalho, o grau de parentesco com argentinos, a relação familiar com seus próprios compatriotas, dentre outros casos. Trata-se de previsão aberta na lei, ou seja, apenas exemplificativa, e isso permite que diversas relações estabelecidas pelo imigrante possam ser consideradas na decisão de sua permanência ou não na Argentina. Dessa maneira, caso a *Dirección Nacional de Migraciones* decrete administrativamente a expulsão do imigrante, essa deverá ser suspensão, uma vez que haverá revisão judicial necessária e o imigrante poderá se manifestar contra sua expulsão alegando a existência de vínculos sociais na Argentina. Isto é, caso a ordem de expulsão seja decretada, o imigrante poderá manifestar seu inconformismo e apresentar provas que demonstrem sua ligação com pessoas que possuam residência regular na Argentina. Nos casos em que a autoridade migratória verificar a presença de antecedentes penais, contudo, o respeito à unificação familiar não será suficiente para manter o imigrante em solo argentino.

A lei migratória brasileira não possui nenhum artigo que estabeleça ser necessário observar a teia social construída pelo imigrante em solo brasileiro. O art. 75 do Estatuto do Estrangeiro estabelece que o imigrante não poderá ser expulso, se for casado com pessoa de nacionalidade brasileira há mais de cinco anos ou se tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda e dependência econômica. A norma protege a nacionalidade brasileira e não a reunificação e manutenção familiar. Portanto, caso o imigrante venha irregularmente para o

país em razão de familiares não brasileiros, mas regulares, que aqui estão, e der causa a algum dos motivos previstos na lei para a expulsão ou deportação, será retirado do Brasil, não importando se seus filhos ou esposa permanecerão em território brasileiro. Além disso, a sociedade familiar de fato também não impede, de acordo com o Estatuto, a expulsão do estrangeiro do território nacional, pois é necessário que haja um casamento válido.

Dessa forma, em relação à reunificação familiar, a principal lei migratória do Brasil é completamente defasada no que toca à proteção desse direito. Embora existam problemas na Argentina referente à concretização dessa proteção, ela já encontra algum embasamento legal na própria legislação migratória, o que é um passo importante para a proteção, a observância e a regularização do imigrante que possua uma teia social sólida, construída na sociedade receptora. Tanto o Brasil quanto a Argentina precisam avançar na defesa da reunificação familiar. Todavia, o Brasil encontra-se em um estágio rudimentar, se comparado à Argentina no que diz respeito a esse tema.

7.6 Expulsão, Detenção e o Controle Judicial da Decisão Expulsória

O art. 61 da *Ley de Migraciones* dispõe que, ao constatar irregularidade de um estrangeiro, a *Dirección Nacional de Migraciones* deverá estabelecer um prazo peremptório para que ele regularize sua situação, sob pena de expulsão. Vencido esse prazo, sem que tenha sido feita a regularização, ela decretará a expulsão. Todavia, a decisão não será cumprida de imediato, pois sofrerá efeito suspensivo. O efeito, no âmbito administrativo, é concedido para que haja a intervenção de um juiz ou Tribunal competente, que fará a revisão da decisão administrativa que decretou a expulsão. Nessa intervenção judicial tanto a *Dirección Nacional de Migraciones* atuará como parte, quanto o estrangeiro irregular, tendo este o direito à ampla defesa.

Durante o procedimento administrativo devem ser assegurados ao estrangeiro o direito de defesa, a assistência jurídica gratuita e, se necessário, um intérprete. Como forma de assegurar o respeito ao efetivo exercício desses direitos, a lei previu a imediata intervenção do *Ministerio Público de la Defensa*.

Caso a expulsão seja confirmada pelo *Director Nacional de Migraciones*, haverá a opção de continuar a recorrer por via administrativa, interpondo recursos de alçada em face

do *Ministerio del Interior*, ou optando por recorrer diretamente aos *Juzgados de Primera Instancia en lo Contencioso Administrativo Federal*, por meio de *recurso de apelación*, diante da *Cámara* desse foro. É possível ainda recorrer à *Corte Suprema de Justicia de la Nación* via *recurso extraordinario federal*.

Dessa maneira, a *Ley de Migraciones* desenhou um sistema de controle judicial das decisões administrativas que decreta a expulsão, reduzindo a arbitrariedade e conferindo o direito à ampla defesa ao estrangeiro que se encontra em situação irregular.

Em relação à detenção do estrangeiro, a *Ley de Migraciones* estabelece que ela somente poderá ser decretada por juiz competente e mediante fundamentada decisão. O *Ministerio Público de La Defensa* deverá intervir no processo para garantir a legalidade. Além disso, assegura-se ao estrangeiro o direito à ampla defesa e a um intérprete, se necessário, além do direito à assistência jurídica gratuita. O estrangeiro não poderá ser detido, de acordo com a lei, se ele for pai, filho ou cônjuge de argentino nativo, desde que o matrimônio tenha sido celebrado em momento anterior ao feito que motivou a detenção. Caso tenha sido preso nessas condições, a *Dirección Nacional de Migraciones* deverá suspender todo o procedimento expulsório para averiguar e constatar a existência de vínculo familiar no prazo de quarenta e oito horas. Uma vez reconhecido o vínculo, o estrangeiro deverá ser colocado imediatamente em liberdade, sendo, então, iniciado um procedimento sumário para sua regularização.

De acordo com a *Ley de Migraciones*, a disposição do estrangeiro em regularizar-se impede sua detenção. Dessa maneira, tanto o *Ministerio del Interior* quanto a *Dirección Nacional de Migraciones* não poderão solicitar a detenção do estrangeiro, se não existirem circunstâncias objetivas que demonstrem que ele está tentando evadir-se do procedimento de regularização. A solicitação da detenção deve ser feita à autoridade judicial, que deverá descrever precisamente as razões que fundamentam a medida, acompanhada de documentos, se houver, e indicando o prazo de duração. Aceita a solicitação de detenção, a autoridade migratória deverá informar ao órgão judicial interveniente a cada dez dias, detalhando o avanço do procedimento administrativo e as razões que justificam a subsistência da medida. Ademais, os estrangeiros em situação de irregularidade não poderão ser detidos nos mesmos lugares destinados a pessoas que cumprem pena privativa de liberdade.

A lei brasileira, por sua vez, prevê ser passível de expulsão o estrangeiro que de qualquer maneira atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. Também pode ser expulso o estrangeiro que praticar fraude a fim de obter sua entrada ou permanência no Brasil, e dele não se retirar no prazo que lhe for determinado para fazê-lo. Poderá ser expulso aquele que se entregar à vadiagem ou à mendicância e desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro.

Em geral, tanto o regramento da deportação quanto o da expulsão são justificados como direito que o Estado brasileiro possui em assegurar sua conservação e segurança contra estrangeiros indesejados. O Estatuto pauta-se na conveniência e na discricionariedade, na segurança e na soberania, que orientam a política migratória. Ele prevê que caberá exclusivamente ao presidente da República do Brasil resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão ou de sua revogação. Dessa maneira, é a autoridade administrativa quem decide sobre a expulsão, sendo o procedimento semelhante em relação à deportação. O órgão competente para promover a deportação é o Departamento de Polícia Federal e não o Poder Judiciário. Se a deportação for convertida em expulsão, a competência para tanto é do presidente da República.

O controle jurisdicional do ato que expulsa o estrangeiro somente pode ser feito por meio de *habeas corpus* dirigido ao Supremo Tribunal Federal, em outras palavras, mediante um remédio constitucional do ordenamento jurídico brasileiro cabível em situações em que o direito de ir e vir de uma pessoa sofre grave desrespeito. Entretanto, a intervenção do Poder Judiciário em um eventual *habeas corpus* é muito restrita, pois ele será limitado tão somente ao controle da legalidade do ato. O controle jurisdicional do ato que deporta um estrangeiro é feito por meio de *habeas corpus* ou mandado de segurança. Tanto na deportação quanto na expulsão do estrangeiro, o controle da legalidade deve partir do próprio estrangeiro. Ou seja, não há controle feito pela intervenção do Ministério Público, tampouco por órgão como uma Defensoria Pública.

Em síntese, na Argentina há um positivo avanço no tocante à expulsão e detenção do estrangeiro irregular, pois a detenção só pode ser ordenada, controlada e fundamentada judicialmente, havendo intervenção do Ministério Público. As arbitrariedades das ações das

autoridades administrativas são, dessa maneira, reduzidas e os direitos dos imigrantes ganham maior chance de serem observados e respeitados. No Brasil, o Estatuto do Estrangeiro não oferece o mesmo sistema de controle jurisdicional, que assegure a ampla defesa aos imigrantes em situação irregular, favoreça a regularização previamente a qualquer decreto expulsório e reduza o campo de arbitrariedades. Na lei brasileira é o imigrante quem deverá buscar concretizar o controle jurisdicional do ato que lhe prejudica por própria iniciativa, impetrando *habeas corpus* ou mandado de segurança. Vale ainda ressaltar que, em diversas situações, ele não domina o português e não possui orientação suficiente que lhe esclareça como agir em sua própria proteção.

Por mais dificuldades que se encontrem na sistemática estabelecida pela lei argentina, há um avanço gigantesco no enfoque destinado à regularização da pessoa e não em sua expulsão. A mudança de eixo que a *Ley de Migraciones* representa na busca em reduzir arbitrariedades e garantir os direitos dos imigrantes dá um novo sentido para a política migratória argentina. A lei brasileira, por outro lado, apresenta-se altamente restritiva, arbitrária e voltada para a proteção do Estado em relação ao estrangeiro tido como nocivo. Não há no Estatuto nenhum controle jurisdicional robusto, que combata as possíveis arbitrariedades; tampouco medidas que facilitem a regularização e a coloquem como objetivo maior diante da expulsão ou deportação do estrangeiro em situação de irregularidade.

7.7 Direitos Sociais

O art. 6º da *Ley de Migraciones* estabeleceu que o Estado argentino tem o dever de assegurar, em todas suas jurisdições, o acesso igualitário aos imigrantes e a suas famílias nas mesmas condições de proteção e amparo, nos mesmos direitos que gozam os argentinos, particularmente em relação aos serviços sociais, bens públicos, saúde, educação, justiça, trabalho, emprego e seguridade social. Dessa maneira, não poderão ser restritos o acesso aos direitos à saúde, à assistência social ou sanitária a todos os estrangeiros, seja qual for a situação migratória em que se encontrem – irregular ou não. Além disso, a *Ley de Migraciones* determina que ao receberem imigrantes em situação

irregular, os estabelecimentos devem orientá-los a sanar a irregularidade, explicando-lhes como ela os prejudica e como a regularidade os beneficiará.

Portanto, a lei migratória argentina estabeleceu a igualdade entre nacionais e estrangeiros no acesso a direitos sociais. Qualquer distinção ou negação feita à fruição de um direito social com base na condição migratória da pessoa será manifestamente ilegal.

O Estatuto brasileiro, por sua vez, não garante o acesso a direitos sociais para estrangeiros, independente da situação migratória em que se encontrem. Não há previsão que lhes assegure direito à seguridade social. O Brasil assinou a Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social, que também vigora na Espanha, na Bolívia e no Equador. Também firmou, no âmbito sul-americano, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul e seu regulamento administrativo. Esses acordos têm como objetivo garantir os direitos de seguridade social previstos nas legislações dos países signatários aos respectivos trabalhadores e a seus dependentes legais, residentes ou em deslocamento temporário, no exercício de atividade laboral. Dessa maneira, o trabalhador que transitar pelos diferentes sistemas previdenciários dos países integrantes do Mercosul, desde que preenchidos os requisitos específicos para a concessão dos benefícios, terá direito ao mesmo. Contudo, esses acordos não configuram uma unificação legislativa previdenciária. Destarte, cada Estado parte deve continuar a prestar assistência da forma como sua legislação interna prevê. Os trabalhadores contemplados pelo acordo são apenas aqueles que possuem vínculo de emprego, o que restringe a fruição dos benefícios.

Portanto, o Brasil não dispõe de previsão legal em seu estatuto migratório, que garanta o acesso a direitos sociais, independentemente da situação do imigrante. Por mais que o Brasil firme acordos internacionais previdenciários, o não reconhecimento do acesso pleno a esses direitos por imigrantes que estejam em situação irregular, acaba por tornar esses acordos insuficientes e restritos a imigrantes regularizados e com vínculo empregatício. Destarte, a Argentina, embora ainda apresente problemas na solidificação do acesso igualitário aos direitos sociais entre nacionais e estrangeiros, apresenta-se em um estágio adiantado em relação ao Brasil, pois assegura especialmente em sua lei migratória o acesso irrestrito a eles, independentemente de qualquer situação em que se encontre a pessoa, irregular ou não, estimulando, ainda, a regularização por meio de orientação sobre o procedimento adequado para tanto.

7.8 Acesso à Educação

Como já mencionado, a *Ley de Migraciones* determinou a não distinção no acesso a direitos entre nacionais e estrangeiros. Essa disposição da lei migratória repercutiu na *Ley de Educación Nacional*, que garantiu às pessoas imigrantes sem documento nacional de identidade argentina, o acesso e as condições para a permanência em todos os níveis do sistema educacional, bastando a mera apresentação dos próprios documentos do país de origem para que possam se matricular em instituições de ensino. De acordo com a lei migratória, em nenhum caso a irregularidade poderá servir como impedimento para o imigrante ser admitido em algum estabelecimento de ensino, seja público ou privado, nacional, provincial ou municipal, primário, secundário, de terceiro grau ou universitário. Além disso, as autoridades dos estabelecimentos de ensino devem orientar e assessorar os imigrantes irregulares em relação ao processo para regularização.

A *Ley de Migraciones* determinou em seu art. 14 que o Estado argentino, em todas suas esferas, nacional, provincial e municipal, deve favorecer as iniciativas tendentes a integrar os estrangeiros em sua comunidade de residência, criando cursos para o aprendizado do castelhano em escolas e instituições culturais estrangeiras legalmente reconhecidas, de modo a divulgar informação útil e adequada em relação a direitos e obrigações. Além disso, determinou que o Estado organize cursos de formação para funcionários públicos e empregados de entes privados, cuja nacionalidade seja argentina, com o escopo de estimular a hospitalidade na Argentina e uma sociedade multicultural, buscando também prevenir comportamentos discriminatórios.

No Estatuto do Estrangeiro não há previsões acerca do acesso a estabelecimentos de ensino por parte dos imigrantes em situação irregular, tampouco em relação ao ensino de língua portuguesa como língua estrangeira. Não há também disposição sobre cursos voltados para brasileiros com fim de estimular a hospitalidade e evitar o preconceito. Entretanto, mesmo diante dessa ausência no Estatuto migratório, a situação de irregularidade não pode impedir a matrícula dos imigrantes nas escolas públicas. Para a matrícula na cidade de São Paulo, por exemplo, são aceitos o documento de identidade do imigrante emitido por seu país, se houver, ou uma simples certidão de nascimento. Assim, a falta de previsão legal no Estatuto migratório relega às normativas estaduais e municipais o

tratamento destinado ao acesso à educação por parte dos imigrantes. A falta de regramento uniforme causa desinformação, tanto por parte das autoridades dos estabelecimentos de ensino, que não sabem ao certo se devem admitir ou não a matrícula de imigrantes em situação irregular, quanto por parte dos imigrantes, que não sabem se possuem esse direito independente da situação em que se encontram. Há, portanto, uma grande desarticulação entre os órgãos públicos no que toca ao acesso à educação por parte dos imigrantes.

7.9 Direito à Associação Sindical ou Participação em Entidade Profissional

A *Ley de Migraciones* não menciona expressamente o direito à afiliação, participação, formação, direção, ou à assistência sindical por parte dos imigrantes. Contudo, seu art. 6º determina que o Estado argentino, em todas suas jurisdições, assegure o acesso igualitário aos imigrantes e às suas famílias, nas mesmas condições de proteção, amparo e direitos que gozam os nacionais, particularmente em relação aos serviços sociais, bens públicos, saúde, educação, justiça, emprego e seguridade social. Além disso, esse direito encontra-se amparado pela Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Os arts. 26 e 40 da Convenção preveem que os trabalhadores migrantes e suas famílias têm o direito de formar associações e sindicatos no Estado de emprego, com o fim de promover e proteger seus interesses econômicos, sociais, culturais, dentre outros. Nenhuma restrição poderá lhes ser imposta, senão as previstas em lei e as que sejam necessárias em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional e da ordem pública ou simplesmente para proteger os direitos e liberdades dos outros. Entretanto, no que se refere ao exercício de atividade lucrativa ou remunerada, a *Ley de Migraciones* estabelece clara restrição, que praticamente impede a associação de imigrantes em situação irregular. Ela dispõe que os estrangeiros admitidos ou autorizados como residentes permanentes podem desenvolver toda tarefa ou atividade remunerada lucrativa por conta própria ou em relação de dependência, do mesmo modo os estrangeiros admitidos ou autorizados como residentes temporários. Nesse ponto, a lei restringiu o direito de associação ao imigrante em situação irregular sem prever, concomitantemente, a facilitação do processo de regularização. De qualquer maneira, seguindo seu próprio corpo normativo, em outras disposições ela procura

facilitar a regularização do imigrante, principalmente para que possa exercer e desenvolver trabalhos lícitos.

O Estatuto do Estrangeiro, em contrapartida, proíbe a participação do estrangeiro na administração ou na representação de sindicato ou associação profissional, bem como na entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada. A restrição se dirige aos cargos diretivos e não à inscrição do estrangeiro. Dessa forma, na lei brasileira o direito à associação profissional ou sindical é reservado ao imigrante em situação regular, sendo, todavia, restringido no tocante a cargos diretivos. Trata-se de tratamento desigual entre nacionais e imigrantes, sem qualquer fundamento sólido que o justifique hoje, senão o próprio preconceito e a manutenção de uma tradição corporativista. Além disso, o Brasil não ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, conforme já mencionado.

7.10 Direito à Participação Política e o Direito ao Voto

A *Ley de Migraciones* reconheceu o direito à participação política por parte dos imigrantes. De acordo com ela, o Estado argentino deve facilitar, em conformidade com a legislação nacional e provincial, a consulta ou a participação dos estrangeiros nas decisões relativas à vida pública e à administração das comunidades locais. Nas eleições nacionais, todavia, só as pessoas com nacionalidade argentina ainda têm direito ao voto, enquanto em algumas províncias e municípios esse direito já é assegurado no âmbito municipal. Na cidade autônoma de Buenos Aires, por exemplo, os imigrantes podem votar nas eleições locais quando completam dois anos de residência. Nas Províncias de Santa Fé, Catamarca, Córdoba e Tucumán, o direito ao voto é concedido aos estrangeiros no nível municipal. Já nas Províncias de Misiones, Neuquén, Entre Ríos e Buenos Aires o sufrágio é concedido aos estrangeiros nas eleições provinciais.

No Brasil, os imigrantes não possuem direito ao voto. Em sua Constituição Federal a elegibilidade foi condicionada à nacionalidade brasileira, sendo vedado aos estrangeiros tanto o direito ao voto quanto o de ser votado. O Estatuto, por sua vez, estabeleceu outras restrições aos direitos políticos – o estrangeiro não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil. Além

disso, não podem organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por objetivo apenas a propaganda e a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de que são originários. Também não podem organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com fins políticos, ideológicos e partidários. Por outro lado, ele não proíbe a associação para fins culturais, religiosos, recreativos benéficos ou de assistência. É permitida a filiação a clubes sociais e desportivos e a quaisquer outras entidades com fins semelhantes. Também são autorizados a participar de reuniões comemorativas de datas nacionais ou acontecimentos que possuam grande relevância patriótica. Contudo, essas entidades, caso possuam mais da metade de associados estrangeiros, somente podem funcionar se possuírem autorização do Ministro da Justiça. Aliás, este sempre poderá impedir a realização de conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas organizadas por estrangeiros, se julgar conveniente.

Em relação ao direito ao voto, há proposta legislativa para conceder elegibilidade aos estrangeiros no âmbito municipal, mas encontra-se ainda em tramitação, sem previsão de aprovação.

Por fim, apesar de não conceder em caráter nacional o direito ao voto, a Argentina apresenta maior inclusão do estrangeiro no espaço público do que o Brasil. Trata-se de um enorme avanço em política migratória, pois a ausência de direitos políticos somente se justifica em um contexto de exceção, não condizente com uma sociedade plural e igualitária. Enquanto no Brasil o direito ao sufrágio continua vinculado fortemente à nacionalidade, na Argentina ele vai aos poucos desassociando-se dela, sendo relegado à residência, condição suficiente para exercê-lo.

7.11 Dirección Nacional e a Policía Federal

Na Argentina, o órgão responsável por receber os estrangeiros é a *Dirección Nacional de Migraciones*. Não é um órgão essencialmente policial, mas sim uma instituição especializada, voltada para o atendimento dos imigrantes que estão na Argentina. Cabe a essa *Dirección* a aplicação da *Ley de Migraciones*, possuindo competência tanto para controlar o ingresso e a saída de pessoas do país, quanto a permanência. Ela também detém

o poder de polícia em relação aos estrangeiros em todo o território argentino. Caso seja necessário, o exercício de suas funções poderá ser delegado às instituições que constituam a Polícia Migratória Auxiliar ou a outras autoridades nacionais, provinciais ou municipais, que atuarão conforme as normas e diretivas que a instituição lhes imputar.

No Brasil, essas funções são realizadas pela Polícia Federal, órgão da Administração Pública vinculado ao Ministério da Justiça. O Estatuto do Estrangeiro havia criado o Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao Ministério do Trabalho. Posteriormente, ele tornou-se órgão específico do Ministério do Trabalho, cabendo-lhe formular a política migratória do país, coordenando e orientando as atividades de imigração, efetuando o levantamento periódico das necessidades de mão de obra estrangeira qualificada, elaborando planos de imigração, promovendo ou fornecendo estudos de problemas relativos à imigração, estabelecendo normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão de obra especializada para setores específicos da economia e opinando sobre a alteração da legislação relativa à imigração. Contudo, é à Polícia Federal a quem cabe organizar e receber, dar cabo a procedimentos burocráticos, fiscalizar e controlar os estrangeiros no Brasil. Nesse sentido, diferentemente da Argentina, no Brasil o estrangeiro lida com a polícia desde o instante de seu ingresso no território nacional até o momento em que se encontra regularizado. Isto é, um órgão de prevenção e repressão policial é o responsável pelos trâmites de identificação e regularização dos imigrantes, o que evidencia um ranço autoritário, enquanto na Argentina isso é de competência de um órgão estatal desvinculado da polícia federal do país.

CAPÍTULO 8. COMPARAÇÕES ACERCA DA IMIGRAÇÃO BOLIVIANA EM SÃO PAULO E BUENOS AIRES

Seguindo o mesmo método do capítulo anterior, este capítulo apresenta categorias comparativas entre as coletividades de imigrantes bolivianos de Buenos Aires e São Paulo. As manifestações dessas coletividades no espaço público das duas cidades são cotejadas seguindo as ordens das sessões apresentadas nos capítulos anteriores, que abordaram a imigração boliviana em Buenos Aires e São Paulo, com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças entre ambas.

8.1 As festas em Buenos Aires e São Paulo

No mês de outubro é realizada em Buenos Aires a festa de Nossa Senhora de Copacabana, virgem considerada padroeira da Bolívia e dos imigrantes bolivianos na Argentina. A festa acontece em diversos bairros de Buenos Aires, por exemplo, Charrúa, Forte Apache, Pompeya e Villa Celina. A ocasião é celebrada com danças, comidas típicas e produtos da Bolívia. Normalmente, a Igreja Católica participa da organização das festas, sendo algumas, inclusive, organizadas nas proximidades das Paróquias.

Nessas celebrações podem ser identificados tanto um sentido religioso, quanto expressões da cultura boliviana. Além disso, há um intercâmbio entre as pessoas que as frequentam por meio dos grupos festivos de dança, que estimulam o encontro entre jovens, adultos e crianças. Seja qual for o sentido principal das festas, elas são extremamente importantes para os imigrantes bolivianos no contexto do espaço onde vivem, pois se tratam de momentos em que expressam pública e coletivamente suas tradições culturais e religiosas, que marcam a relação de identidade com a Bolívia e são de modo intrínseco parte da própria identidade de cada uma delas; da mesma maneira estabelecem uma forma de diálogo com as demais pessoas que habitam a cidade de Buenos Aires. São momentos não ocultos, tampouco clandestinos e envergonhados, muito pelo contrário, realizam-se abertamente no espaço público portenho. O significado de "boliviano" não é negado nessas comemorações, mas sim reafirmado orgulhosa e positivamente perante a sociedade portenha.

As festas espalham-se por vários bairros de Buenos Aires, inclusive, ocupando espaços públicos centrais da cidade: a *Fiesta de la Virgen de Santa Cecilia* e a *Fiesta de la Virgen del Carmen*. Ambas marcadas por missas realizadas na Catedral de Buenos Aires, com procissões ao redor da *Plaza de Mayo*, centro político e social da cidade e da Argentina, onde se encontra a sede do Governo Nacional e o prédio histórico do *Cabildo*, no qual teve início o processo de independência argentino. São festejos menores, porém possuem diversas similaridades com os demais, como as fraternidades de dança e os grupos musicais tocando guitarras e sanfonas.

Em São Paulo, o Memorial da América Latina e a Praça Kantuta são os principais lugares de diálogo, negociação, reconhecimento e intercâmbio entre a coletividade boliviana e a sociedade receptora. Diferente de Buenos Aires, na capital paulista os espaços públicos onde ocorrem as festas não são tão vastos e nem se espalham por vários bairros. Aliás, o Memorial da América Latina é um local que, embora aberto ao público, pode ser considerado isolado, circundado por grades e portões, em razão de sua particularidade e caracterização como *centro de convenções*.

Na Praça Kantuta há uma feira gastronômica que ocorre aos domingos. No dia 24 de janeiro, acontece nessa praça a Festa de Alasitas. Embora o espaço onde ocorre o evento ainda seja pequeno, ele tem ganhado terreno em outras regiões próximas, como a Rua Coimbra. Entretanto, essa dispersão local da festa não ocorreu em razão do aumento do número de pessoas que passaram a frequentá-la, tampouco por conta de sua plena integração à agenda festiva e cultural de São Paulo, mas sim porque o dia 24 de janeiro não é uma data de feriado na cidade. Ou seja, a festa *atrapalha* a rotina do dia útil e para não prejudicar o trânsito nem o comércio do bairro, a Associação Padre Bento, que organiza a comemoração, buscou outros lugares, por exemplo, a Rua Coimbra. No ano de 2012 a festa aconteceu em três localidades diversas, na Rua João Veloso Filho, no bairro de Vila Guilherme, na Praça Kantuta e na Rua Coimbra, locais não muito distantes um do outro.

Outra festa da coletividade boliviana em São Paulo é o Carnaval – além das danças, há concursos de fantasias, sorteio de brindes e a molhadeira. Em 2012, o Carnaval Boliviano foi realizado na Praça Kantuta.

No Memorial da América Latina são organizadas festas em devoção à Virgem de Copacabana e de Urkupiña, que antigamente aconteciam na Igreja de Nossa Senhora da

Paz, sede da Pastoral do Migrante em São Paulo. Essa mudança se deu em razão do aumento de participantes nas festividades, o que exigiu, além de um espaço maior, um local onde não houvesse conflito com os moradores das proximidades da igreja. Para o Consulado Boliviano na cidade de São Paulo, a troca de local foi benéfica, pois deu às festividades um caráter cultural além da significação de mera *festa parroquial*, conforme já mencionado. Por outro lado, essas festas acabaram por se distanciar dos olhares dos paulistanos, devido ao isolamento do Memorial da América Latina. De qualquer maneira, a Festa de Alasitas, o Carnaval Boliviano e as demais realizadas no Memorial da América Latina têm aberto um espaço de reconhecimento, intercâmbio e diálogo entre os imigrantes bolivianos e a cidade de São Paulo.

Dessa forma, pode-se concluir que em Buenos Aires há maior número de espaços públicos, não concentrados, não próximos um ao outro, não isolados da cidade e que recebem festas da coletividade boliviana imigrante, do que em São Paulo. Destarte, o intercâmbio e a negociação coletiva de identidades são mais amplos em Buenos Aires do que em São Paulo, principalmente em relação ao uso do espaço público para expressões culturais festivas. Essas expressões que identificam o boliviano em Buenos Aires são mais visíveis, mais presentes e pertencentes à vida portenha do que à vida paulistana. Entretanto, isso não significa que em São Paulo a coletividade boliviana não tenha pouco a pouco ganhado maior espaço público de negociação.

8.2 As Associações da Coletividade Boliviana em Buenos Aires e São Paulo

A primeira associação conhecida de uma coletividade boliviana em Buenos Aires foi fundada em 1933. Durante os anos 1980 o número de associações ampliou-se, estimulando o surgimento nos anos 1990 de federações. Em 1989 havia mais de quarenta associações na Argentina. No ano de 1993 formou-se a *Federación de Asociaciones Civiles Bolivianas* (FACBOL), cuja atuação voltou-se ao benefício da comunidade boliviana em toda a Argentina. Essas associações civis estão localizadas atualmente no Sul da cidade de Buenos Aires e sua principal preocupação está na questão da indocumentação dos imigrantes bolivianos e a situação de irregularidade em que se encontram. Dentre as associações existentes em Buenos Aires podem ser citadas as que se formam de acordo com

as zonas de procedência de seus associados, de acordo com a residência dos mesmos e as organizações culturais e desportivas.

Em São Paulo existem também associações da coletividade boliviana. Dentre as quais, a ADRB, Associação de Residentes Bolivianos, a Associação Gastronômica Folclórica Boliviana Padre Bento e a Associação Cultural de Grupos e Conjuntos Folclóricos Bolívia/Brasil. A atuação de cada uma delas volta-se não somente para os problemas que a coletividade boliviana enfrenta na cidade, a situação de irregularidade e a exploração no trabalho, como também para a organização de eventos culturais. Em São Paulo a coletividade boliviana possui associações não tão numerosas quanto as existentes em Buenos Aires. Não há notícias de federações, por exemplo. Além disso, não existem muitas associações que protejam oficialmente o trabalhador boliviano. A maioria das associações de apoio aos imigrantes bolivianos, incluindo os que trabalham nas oficinas de costura, são aquelas criadas por brasileiros – que se destinam também aos demais imigrantes que chegam a São Paulo – e vinculadas à Igreja Católica ou formadas por membros da sociedade civil.

A coletividade boliviana em Buenos Aires possui organização política e atuação social mais desenvolvida do que em São Paulo. Entretanto, isso não significa que essas organizações não tenham avançado em São Paulo. Exemplo disso é o projeto *Bolívia Cultural*, que tem buscado utilizar modernos meios de comunicação para interagir e negociar a identidade boliviana, principalmente por meio da rede mundial de computadores.

8.3 As Rádios Bolivianas em Buenos Aires e São Paulo

As rádios comunitárias bolivianas em Buenos Aires, dedicadas aos imigrantes, fazem parte de uma rede notável e desenvolvida de informação, responsável por oferecer desde notícias da Bolívia e da Argentina a diversos assuntos da vida imigrante na cidade portenha, também tocando músicas e apresentando classificados. Atualmente, é possível identificar mais de vinte programas de rádio com atrações destinadas aos bolivianos e algumas emissoras propriamente dirigidas por imigrantes bolivianos. Os programas existentes apresentam diferentes formas de abordagem, mas possuem traços semelhantes.

Alguns focam seu conteúdo em músicas que realçam a cultura boliviana, outros tentam construir a ideia para os ouvintes de que os bolivianos devem se organizar como comunidade consciente de sua unidade em solo argentino, para reivindicarem melhorias de vida, direitos e realmente sentirem-se integrantes da sociedade portenha. Os radialistas incentivam a participação dos imigrantes em organizações existentes, sem deixar de emitir uma opinião crítica sobre a atuação de cada uma delas.

Além da cultura boliviana, muitas vezes, as rádios procuram construir uma *identidade latino-americana*, de modo a enfatizar que a Argentina pertence ao mesmo grupo de países que a Bolívia, procurando um sentido de unidade. Em alguns programas, os radialistas chegam a justificar a imigração boliviana para Buenos Aires em termos de "herança cultural", argumentando que são eles os herdeiros dos habitantes originários do continente, o que lhes garantiria o direito inquestionável de migrar para Buenos Aires.

Em síntese, as rádios voltadas para os imigrantes bolivianos possuem três níveis de atuação, complementares e auxiliares: o primeiro focado na relação que os programas estabelecem entre a própria coletividade boliviana, executando músicas bolivianas atuais e folclóricas, organizando campanhas assistenciais, executando projetos, noticiando fatos sobre as organizações civis da coletividade e estabelecendo debates críticos sobre a atuação delas; o segundo, enfocando a relação que as rádios estabelecem entre a comunidade boliviana e os demais imigrantes latino-americanos, por meio de músicas peruanas, paraguaias, chilenas, brasileiras, celebrando o aniversário de independência de cada país da América do Sul; o terceiro, voltado para os argentinos e para toda a sociedade portenha.

Em São Paulo não há muitas rádios voltadas para os imigrantes bolivianos. As poucas que existem ainda não possuem uma estrutura própria, limitando-se às ferramentas da rede mundial de computadores, por meio da transmissão on-line. Esta tem sido uma maneira de evitar que elas funcionem ilegalmente, como as denominadas *piratas*. Entretanto, o caráter on-line reduz o alcance entre os imigrantes, pois necessita de uma conexão com a internet para que possa ser sintonizada.

As poucas rádios que existem em São Paulo não são voltadas somente para os bolivianos, mas para toda a comunidade latino-americana, apresentando, entretanto, maiores referências à Bolívia. Além de música, costumam oferecer notícias coletadas em diversos outros sítios, classificados, anúncios para venda de máquinas de costura, empresas

de bordados, rodoviárias que realizam viagens com destino à Bolívia, Peru, Paraguai, além de empresas que cuidam de transferência monetária ao exterior. Também são facilitados links para o Consulado da Bolívia em São Paulo, para o projeto Bolívia Cultural, para a Pastoral do Migrante, para o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, CDHIC, e o Centro de Apoio ao Imigrante.

Pode-se concluir que as redes de informação construídas pelos imigrantes bolivianos através das emissoras de rádio são muito mais complexas e organizadas em Buenos Aires do que em São Paulo. Na capital argentina há um número muito maior de emissoras veiculadas por meio de ondas de rádio comuns, mais acessíveis para os imigrantes bolivianos, por prescindirem do acesso à rede de computadores e, consequentemente, de aparelhos mais custosos que meros rádios portáteis. Além disso, em Buenos Aires as rádios oferecem maior diversidade de conteúdo do que as de São Paulo, pois vão além de serviços de propaganda e música, chegando a propor campanhas comunitárias e a incentivar a participação de bolivianos em organizações coletivas, com o fim de estimular a ideia de associação e organização dessas pessoas em sua nova cidade.

8.4 As Crianças Bolivianas nas Escolas Públicas de Buenos Aires e São Paulo

Na Argentina, como pôde ser verificado anteriormente, há um baixo número de crianças bolivianas matriculadas nas escolas públicas. Além disso, em muitas delas o aluno boliviano é matriculado e automaticamente rebaixado de grau escolar, pretendendo-se nivelá-los ao grau das crianças argentinas. Outras escolas chegam a recusar a matrícula delas.

Constatou-se que na Argentina não há um modelo escolar que fomente a inteiração entre as diversidades culturais existentes, que tome em consideração a particularidade de cada uma das crianças, tanto imigrantes quanto argentinas. O ensino é fortemente marcado por um modelo normalizador, reducionista e nacionalista, que fomenta a produção de estereótipos e preconceitos em relação aos imigrantes. Dessa maneira, as escolas demandam um sistema educacional que seja definido pela interculturalidade e que busque reconhecer a diversidade sociolinguística e as particularidades culturais de cada criança.

Em São Paulo, as crianças bolivianas, mesmo que irregulares, indocumentadas, têm o direito de ser matriculadas nas escolas públicas. Todavia, muitos imigrantes acreditam que a condição irregular os impedem de matricular seus filhos. Além disso, sentem medo de serem expostos, pois imaginam que a qualquer momento poderão ser denunciados para a Polícia Federal. Diretores de escolas não sabem se podem ou não matricular uma criança irregular e indocumentada, preferindo não fazê-lo diante da dúvida. Assim, muitas crianças bolivianas estão fora das salas de aulas.

Um segundo obstáculo ao acesso pleno à educação está na ausência de programas multiculturais, que combatam o preconceito e a estereotipização do imigrante pela sociedade receptora. As crianças e jovens bolivianos em São Paulo sofrem de maneira semelhante às de Buenos Aires com esses problemas. Todavia, na capital paulista há um agravante em relação à capital portenha: o idioma português. A língua portuguesa apresenta maiores dificuldades para os imigrantes bolivianos, uma vez que eles conhecem, na maioria das vezes, o castelhano, que também é falado em Buenos Aires, mas não o português. O castelhano, aliás, constitui um entrave para os educadores brasileiros, pois muitos não o conhecem e não recebem orientação sobre como lidar com essa distância linguística.

Dessa maneira, pode-se constatar que nos obstáculos ao acesso à educação por parte dos imigrantes bolivianos, tanto em Buenos Aires quanto em São Paulo faltam modelos educacionais integradores e multiculturais, que visem a pluralidade e a diversidade, com foco não só nos imigrantes, mas também nos educadores. A tendência normalizadora e reducionista ainda está fortemente presente nas escolas das duas cidades.

8.5 Bolivianos em Nichos Laborais em Buenos Aires e São Paulo

Em torno da horticultura praticada no cinturão verde da cidade de Buenos Aires constituiu-se um mercado laboral com grande participação da imigração boliviana. A significativa presença dos imigrantes bolivianos nesse nicho favorece a negociação e o intercâmbio de identidades entre os produtores argentinos e os próprios imigrantes. Os argentinos enxergam nos imigrantes bolivianos uma boa opção de mão de obra barata, pois os consideram trabalhadores e competentes, porém sujeitos a certa carga de exploração. Entretanto, muitos trabalhadores argentinos reclamam que perdem postos de trabalho para

os bolivianos, pois estes aceitam trabalhar sob condições precárias com as quais eles jamais concordariam. Além do mais, por considerarem os bolivianos menos organizados e, conseqüentemente, por eles não reivindicarem seus direitos, ganham a preferência dos empregadores em detrimento dos trabalhadores argentinos. Contudo, há uma expressiva organização dos imigrantes bolivianos nesse nicho, pois eles são contratados por meio das redes de trabalhadores que se formam, onde um indica o outro ao produtor, na maioria dos casos, indicações feitas por parentes e amigos.

É importante constatar que a figura do imigrante boliviano no cinturão verde de Buenos Aires é fundamental para identificá-los na sociedade receptora como trabalhadores competentes, produtores, comerciantes de hortaliças e não meramente como trabalhadores explorados.

Em São Paulo, o nicho laboral onde há presença marcante de imigrantes bolivianos é o setor de confecções localizado na região central da cidade. Nesse setor muitos bolivianos trabalham e outros são donos. De modo análogo a Buenos Aires, percebe-se uma constante troca de impressões e negociações de identidades. Todavia, o contato que se dá entre os bolivianos e os brasileiros é muitas vezes apenas visual, não inserido no nicho laboral, onde predominam os trabalhadores bolivianos.

Além disso, diferente de Buenos Aires, onde o castelhano facilita a comunicação entre argentinos e bolivianos, em São Paulo muitos dos imigrantes bolivianos que estão nesse setor não dominam suficientemente o português, o que contribui mais ainda para que sejam retraídos em relação aos brasileiros. Já estes, que também trabalham na região central, mas estão fora do nicho das confecções, não enxergam os bolivianos como concorrentes na busca por um emprego, porém como sujeitos superexplorados, trabalhadores escravos. Dessa maneira, apesar de não haver um preconceito em relação à concorrência por empregos, pois não competem nesse nicho tal como no cinturão verde de Buenos Aires, há uma visão preconceituosa sobre o boliviano. Aliás, essa associação que os brasileiros fazem dos bolivianos em relação ao trabalho escravo, faz com que estes não aspirem seus postos de trabalho. Por outro lado, os imigrantes bolivianos não enxergam os brasileiros como preconceituosos, considerando-os bem mais receptivos do que os próprios argentinos.

Por fim, tanto o cinturão verde de Buenos Aires quanto a região central de São Paulo apresentam diferentes nichos laborais onde se nota a presença significativa da imigração boliviana. Na capital argentina, eles são alocados na horticultura, na capital paulista nas confecções. Em ambos os nichos há o contato negociado de identidades entre os imigrantes e a sociedade receptora, porém na cidade argentina, constata-se a existência de competição entre nacionais e imigrantes, o que influencia nesse processo cognitivo entre ambos; na cidade brasileira o processo se dá sem que haja competição. A ausência dela, contudo, não impede que sejam criados estereótipos negativos, da mesma forma que sua presença não cria, necessariamente, apenas estereótipos negativos.

8.6 Bolivianos e o Futebol em Buenos Aires e São Paulo

Em Buenos Aires há mais de centenas de equipes de futebol formadas por imigrantes bolivianos, que disputam torneios entre si. Nos campos de futebol são organizados campeonatos por ligas de equipes masculinas e femininas. As equipes são constituídas em torno de relações de parentesco, relações laborais, círculos de amizade, proximidade regional, e são simbolicamente estampadas nos nomes das equipes e nas bandeiras colocadas em campo durante os jogos, de maneira a fazer referência a algum grupo ou coletividade específica entre a coletividade maior dos imigrantes bolivianos em Buenos Aires. Na cidade há pelo menos quatro ligas de futebol, nas quais participam mais de cento e vinte equipes. Dessas ligas surge uma seleção de bolivianos que vivem em Buenos Aires, que pode enfrentar as seleções de imigrantes de outros países.

No futebol profissional argentino, um dos principais clubes do país, que possui o maior número de adeptos, o Boca Juniors, espelha uma relação específica com os imigrantes bolivianos. O clube é o mais popular do país e abrange os imigrantes bolivianos. Os torcedores rivais denominam os adeptos do Boca Juniors como *bostero boliviano*. Se isso era feito de maneira pejorativa, para ofendê-los, hoje os torcedores do time do bairro de La Boca adotam o apelido, assumindo-o. Assim, em relação aos bolivianos há uma relação específica no futebol profissional argentino que reflete ao mesmo tempo preconceito e discriminação, mas também negociação e integração entre a sociedade receptora e esses imigrantes.

Em São Paulo não há tão numerosas equipes de futebol organizadas pelos imigrantes bolivianos como em Buenos Aires. Não há registro de que ultrapassem ou cheguem perto às centenas que existem na cidade argentina. Também não há uma organização semelhante na realização de campeonatos e ligas, tampouco na formação de selecionados. Na capital paulista a prática do desporto era recentemente centralizada na Praça Kantuta, evidenciando sua menor proporção em relação à cidade portenha. Todavia, tem ganhado outros espaços em bairros não muito distantes dessa praça e também em alguns parques públicos da cidade.

De maneira semelhante à cidade de Buenos Aires, as equipes de futebol são formadas por redes de afinidades, especificamente mediante uma teia de contatos nas oficinas de costura, havendo uma relação direta com esse nicho laboral. Nesse ponto, não há a diversidade encontrada na formação das equipes de Buenos Aires, pois a relação com o nicho laboral domina praticamente a formação da maioria das equipes. Em contrapartida, mesmo fortemente associadas ao trabalho dos imigrantes, algumas das equipes chegam a ter jogadores de outras nacionalidades, como peruanos, paraguaios, chilenos e brasileiros, o que favorece a interação entre os próprios imigrantes e entre eles e a sociedade receptora.

Em relação ao futebol profissional, não há nenhuma relação específica entre os bolivianos e algum clube paulista; nenhuma associação como a encontrada entre os bolivianos e o Boca Juniors. Dessa maneira, a identificação que os imigrantes bolivianos possuem em Buenos Aires, no que toca aos adeptos de um clube profissional, na prática inexistente em São Paulo.

Destarte, em ambas as cidades o futebol está inserido nas festividades e reuniões que acontecem entre a coletividade boliviana em sua constante negociação e intercâmbio com a sociedade receptora. Por meio desse desporto, ocupam espaços públicos relevantes, demarcam sua existência e sua presença, tanto em Buenos Aires quanto em São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho foram explorados os conceitos desenvolvidos por Hannah Arendt em *A Condição Humana*, obra que representou um desdobramento não linear do que ela já havia tratado em *Origens do Totalitarismo*, para afirmar que é na ação e no discurso que os homens demonstram quem realmente são, que é no espaço público que revelam suas identidades pessoais, é nele que suas singularidades apresentam-se ao mundo. É na ação que o homem revela "quem é" em contraposição ao "o que é".

A ação tem o caráter específico da revelação do agente, pois sem esta revelação, ela passa a ser apenas um feito, como outro qualquer; torna-se um mero meio para atingir um fim, do mesmo modo que a fabricação é um meio de produzir um objeto. Mas, ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento, ela precisa do espaço público. Tanto a ação quanto o discurso necessitam da circunvizinhança da natureza, da qual se obtém matéria-prima, e do mundo, onde se coloca o produto acabado. Se a fabricação é circundada pelo mundo e com ele está em permanente contato, a ação e o discurso estão circundados pela teia de atos e palavras de outros homens e estão em permanente contato com ela.

A ação se dá no espaço da aparência, ou seja, no espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. Nenhum homem pode viver permanentemente nesse espaço, mas privar-se dele significa privar-se da realidade que, humana e politicamente, é o mesmo que a aparência. Segundo Arendt, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato dos homens aparecerem uns aos outros.

A destruição do domínio público, o desenraizamento e o isolamento do homem de uma convivência plural *entre os homens* acaba com a possibilidade da ação. Assim, em sua reflexão Arendt demonstrou que na escala das atividades humanas a mais frágil é a ação, porém é também a única capaz de elevar o homem acima da luta diária pela sobrevivência. É a única que o retira da vida unicamente privada.

Os imigrantes bolivianos irregulares, indocumentados, são pessoas que, apesar de titulares de um vínculo com um Estado, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade,

pois não participam igual e plenamente do espaço público da sociedade em que se inserem. Estão fora do domínio público e da convivência plural. Apesar de viverem na sociedade que os recebe, dela não participam plenamente, estando em situação desigual aos nacionais, sendo relegados à vida privada e à luta diária pela sobrevivência. Os bolivianos que se encontram em situação irregular na cidade de Buenos Aires e São Paulo são exemplos dessa situação. Apesar disso, a superação coletiva se dá por meio de toda uma organização, todo um processo de negociação e intercâmbio entre eles, irregulares e regulares, e as respectivas sociedades receptoras. Todavia, mesmo com todas as manifestações – culturais, laborais, nas escolas e nas organizações que formam –, são vítimas de legislações e políticas migratórias que fomentam o alijamento do estrangeiro do espaço público. Espaço no qual poderiam demonstrar quem são, e não vistos como algo – "o que são" – para argentinos e brasileiros, que os enxergam com distanciamento, ora marcado por preconceito e discriminação, ora pela exploração.

O Estatuto do Estrangeiro brasileiro fomenta claramente a discriminação e o alijamento dos imigrantes bolivianos da participação plena no espaço público de São Paulo, mesmo diante da tamanha organização e manifestação cultural que demonstram. Os capítulos deste trabalho, que abordaram as demonstrações culturais e associativas dos bolivianos em São Paulo, demonstraram que, apesar das normas migratórias autoritárias e desfocadas da pessoa humana como valor-fonte, os bolivianos buscam agir e construir politicamente seus significados nos espaços públicos da cidade de São Paulo. A irregularidade que os afeta e não é solucionada adequadamente pelo Estatuto migratório, inadequado ao sistema cogente de proteção dos direitos humanos, apenas intensifica a discriminação, o preconceito e o estranhamento entre eles e a sociedade paulistana.

Mesmo com a irregularidade sanada por meio de alguma anistia – instrumento inadequado e que apenas funciona como paliativo para a solução do problema da irregularidade – a ausência de qualquer direito político os coloca em posição deficiente em relação aos nacionais, pois não podem reivindicar seus direitos mediante o instrumento fundamental de todo Estado Democrático de Direito: o voto. Não podem, conseqüentemente, eleger representantes que sejam suas vozes no espaço público plural da sociedade receptora. Se não possuem direito à participação política, não são titulares de plena cidadania. Continuam alijados do espaço público da sociedade receptora.

A *Ley de Migraciones*, por outro lado, apresenta um panorama mais adequado ao sistema de proteção dos direitos humanos. Desde seu princípio, ela coloca o ser humano como centro e fim da política migratória argentina. Dessa forma, mesmo não sendo isenta de críticas e de ainda apresentar inúmeros problemas e contradições, o avanço que ela representa em relação à lei anterior que suplantou e em relação ao próprio Estatuto do Estrangeiro brasileiro é flagrante, tal como pôde ser visto ao longo do trabalho e nas comparações deste capítulo. Trata-se de uma lei muito mais adequada ao direito humano de migrar. Seus dispositivos procuram integrar a coletividade de estrangeiros como a dos bolivianos em Buenos Aires, facilitando a regularização daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e, inclusive, conferindo, mesmo que timidamente, direitos políticos a eles, como o direito ao voto. Além disso, a *Ley de Migraciones* conforma uma normativa muito mais condizente com o sentido de integração dos povos da América Latina, respeitando direitos laborais e guardando positiva sintonia às previsões de integração da UNASUL e do próprio Mercosul, diferente do Estatuto do Estrangeiro brasileiro, que somente atende aos interesses de soberania e segurança do Estado, nos moldes autoritários da lei.

Este trabalho procurou demonstrar que a coletividade boliviana, tanto em Buenos Aires quanto em São Paulo, ocupa espaços públicos das cidades, manifestando-se culturalmente e distribuindo-se em nichos laborais diversos. É bem verdade que, em muitos casos, são vítimas de exploração laboral e de tráfico de pessoas, porém, mesmo diante dessas graves dificuldades, permanecem agindo e se organizando. O número significativo dessa população nas maiores cidades da Argentina e do Brasil, a maneira como vivem e negociam suas identidades com as sociedades receptoras, evidenciam que não há mais espaço na América Latina para leis migratórias que disponham sobre a irregularidade e a indocumentação como um ilícito cometido contra a segurança do Estado, cuja pena possa culminar em deportação ou expulsão. Leis puramente restritivas apenas fomentam situações de vulnerabilidade, fulminando os direitos da pessoa humana.

Dessa maneira, este trabalho também procurou demonstrar que as políticas migratórias não devem amesquinhar direitos fundamentais dos estrangeiros, inclusive dos que se encontram em situação irregular, criminalizando essa situação. O exemplo da coletividade boliviana em São Paulo e Buenos Aires comprova que não há mais espaço

para sociedades receptoras intolerantes, preconceituosas e repressivas, pois o direito humano de migrar é exercido, quer elas queiram ou não, e os imigrantes buscam constantemente agir no espaço público, procurando gradualmente serem reconhecidos *por quem eles são e não pelo que são*. O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece regras que devem calibrar as políticas migratórias. No caso do Brasil, para reformá-la por completo e no caso da Argentina para continuar a aplicá-la, com os ajustes que forem necessários. Desta maneira, ambos darão cumprimento ao que dispõe a Opinião Consultiva nº 18 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, procurando, inclusive, estabelecer regramentos semelhantes, que visem integrá-los.

Por fim, o drama dos imigrantes indocumentados somente poderá ser tratado de maneira eficaz a partir de um verdadeiro espírito de solidariedade humana, por meio da firme reconstrução da comunidade internacional e com base no princípio de uma hospitalidade universal, oponível *erga omnes*, em que os Estados estejam obrigados a proteger toda pessoa humana, independente de sua nacionalidade, não podendo se desvencilhar disso em razão da não assinatura de um tratado de direitos humanos, pois o princípio da igualdade e da não discriminação são regras internacionais cogentes, que transcendem o direito dos tratados e cujo desrespeito gera responsabilização. Somente dessa maneira, estrangeiros como os bolivianos em Buenos Aires e em São Paulo poderão igualitariamente ser cidadãos na sociedade que os recebe, tendo sua regularização facilitada e seu reconhecimento como cidadão, para que possam agir plenamente no espaço público, cumprindo com deveres e obrigações em um sentido jurídico-civil, em uma sociedade marcada pela pluralidade e diversidade, revelando quem são, independentemente de sua nacionalidade, pois o direito a ter direitos, longe de ser uma abstração metafísica, necessita da residência regular do estrangeiro e do pleno exercício da cidadania. É nela que reside a hospitalidade e não na nacionalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIRON, Marilyn. Nacionalidade e Apatridia. **Manual para Parlamentares nº 11**. Publicado pela União Interparlamentar, em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 2005.

ALVES, Ubiratan Silva. **Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o futebol**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. São Paulo: [s.n.], 2011.

_____. Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o futebol. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

ARENDT, Hannah. **A Condição humana**. Trad. de Roberto Raposo, introd. de Celso Lafer, Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____. **A Condição humana**. Trad. de Roberto Raposo, introd. de Celso Lafer, Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. **A Condição humana**. Trad. de Roberto Raposo, revisão técnica de Adriano Correia, Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. **Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought**. New York: Vicking Press, 1968.

_____. **Eichmann em Jerusalém** – um relato sobre a banalidade do mal. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Homens em tempos sombrios**. Trad. de Denise Bottman, posfácio de Celso Lafer, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Origens do Totalitarismo**. Trad. de Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **The Origins of Totalitarianism**. New ed. with added prefaces, New York: Harvester Book, 1973.

_____. **The rights of Man, What are they?** Modern Review, New York: verão de 1949.

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BAER, Gladys. Inserción laboral de los inmigrantes latino americanos en nuestro país. Published as a result from the seminar **Inserción Sociolaboral de los Inmigrantes en Argentina**, Buenos Aires: November 13, 2008.

BALÁN, Jorge. The role of Migration policies and social networks in the developments of migration system in the Southern Cone. In: KRITZ, Mary; LIM, Lin; ZLOTNIK, Hania (ed.): **International Migration Systems**. A global approach, Nova York: Oxford, 1992.

BARALDI, Camila. Voto dos imigrantes no Brasil: as mudanças legislativas necessárias. In: **Conexión Migrante**, El periódico del pueblo en movimiento, Dezembro de 2012, año 3, número 15, p. 3.

BARALDI, Camila; COGO, Denise; MAGALHÃES, Giovanna Modé; ILLES, Paulo, MARINUCCI, Roberto; WALDMAN, Tatiana Chang. Brasil: **Informe sobre a legislação**

migratória e a realidade dos imigrantes, São Paulo: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, 2011.

BARATTINI, Mariana. Trabajo esclavo y organización: el caso de la Unión de Trabajadores Costureros en Argentina, **Estudios Demográficos y Urbanos** 25 (2): 2010.

BASSEGIO, Luiz. Serviço Pastoral dos Migrantes. In: MARCÍLIO, Maria Luiza; COSTA, Maria Cristina Castilho, **Dez Anos da Comissão de Direitos Humanos na Universidade de São Paulo**, org. Maria Luiza Marcíli, coord. Maria Cristina Castilho Costa, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2007.

BASTIA, Tanja. **From Mining to Garment Workshops: Bolivian Migrants in Buenos Aires**. Journal of Ethnic and Migration Studies 33(4):655-669, 2007.

BENENCIA, Roberto; GAZZOTTI, Alejandro. Migración limítrofe y empleo: precisiones e interrogantes, ponencia presentada en las **V Jornadas de Colectividades**, Buenos Aires: IDES, 1995.

BENENCIA, Roberto; KARASIK, Gabriela (eds.). **Inmigración limítrofe: Los bolivianos en Buenos Aires**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1995

BENENCIA, Roberto; QUARANTA, Germán. Mercados de trabajo y economías de enclave. La 'escalera boliviana en la actualidad', **Revista Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 20, n° 60, Buenos Aires: 2006.

BENENCIA, Roberto; PIZARRO, Cynthia. Experiencias de vida de migrantes bolivianos en la Argentina actual, **Revista Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 22/23, n° 67, Buenos Aires: 2009.

BENHABIB, S. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BERMUDES, Leticia Satie. **Two little Bolivias**: The reality of Bolivian immigrants in the cities of Buenos Aires and São Paulo. Columbia University: 2012.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero, tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BORJAS, George J. **Economic Research on the Determinants of Immigration**, World Bank Technical Paper n° 438, Washington: 1999

CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Antonio de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. A ser publicado no livro: **Trabalho Escravo por dívida e Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, 2006, no prelo.

CAGGIANO, Sérgio. **Lo que no entra en el crisol**: inmigración boliviana, comunicación intercultural y procesos identitarios, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

CAHALI, Yussef Said. **Estatuto do Estrangeiro**. 2ª ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, pp. 03-29.

CARMONA, Alicia. **Bailaremos**: Participation in Morenada Dance Fraternities among Bolivian Immigrants in Argentina. PhD. Dissertation, Department of Anthropology, New York University: 2008

CARMONA, Alicia; GAVAZZO, Natalia; MORALES, Consuelo Tapia. Fútbol, coca y chicharrón: un paseo hacia 'lo boliviano': usos del espacio y diversidad cultural en el Parque Avellaneda. **Revista Voces recobradas**, Año 7, n° 19, Buenos Aires: 2004.

CARVALHO RAMOS, André de. O Princípio do Non-Refoulement no direito dos refugiados: do ingresso à extradição. **Revista dos Tribunais**, v. 892, p. 347-376, 2010.

_____. Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André de; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **60 anos de ACNUR – Perspectivas de futuro**. São Paulo: CLA Editora, 2011, pp. 15-44.

_____. Direito dos Estrangeiros no Brasil: imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. (Coord.) **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008, pp. 721-746.

_____. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na ordem internacional**, São Paulo: Saraiva, 2012.

CARRON, Juan M. **Shifting Patterns in Migration from Bordering Countries to Argentina**: 1914- 1970. Nova York: International Migration Review, Vol. 13, No. 3, 1979.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **A legislação penal brasileira sobre tráfico de pessoas e imigração ilegal/irregular frente aos Protocolos Adicionais à Convenção de Palermo**. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/seminario_cascais.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Derechos Humanos en Argentina**. Siglo Veintiuno, Buenos Aires: 2012.

Argentina Avances y Asignaturas pendientes en la Consolidación de una política migratoria basada en los derechos humanos. Federación Internacional de Derechos Humanos, Paris: 2011.

CORTES, Geneviève. **Les Boliviens à Buenos Aires: présence dans la ville, repères de la ville.** Paris: Revue européenne de migrations internationales, v. 17, Issue 17-3, p. 119-146, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remi_0765-0752_2001_num_17_3_1798>. Acesso em: 15 de jan. de 2013.

DIAS, Danilo Borges. **Mídia, Imigração e Identidade(s): As rádios Bolivianas de São Paulo.** M.A. Thesis, Department of Social Communication, Universidade Católica de Brasília: 2010.

DIJK, Teun A. Van (org.). **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FARENA, Maritza Natalia Ferretti Cisneros. **Direitos Humanos dos Migrantes**, ordem jurídica internacional e brasileira. Curitiba: Juruá, 2012.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas Felício. O Direito à hospitalidade (para além) de um ponto de vista cosmopolítico. In: **Hannah Arendt entre o passado e o futuro.** (org.) Adriano Correia e Mariangela Nascimento. Minas Gerais: Editora UFJF, 2008, p. 35-51.

FREITAS, Patrícia Tavares de. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma analítico alternativo. In: **Imigração Boliviana no**

Brasil/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

GUERRA, Sidney, **Direito Internacional dos Direitos Humanos**, São Paulo: Saraiva, 2011.

GRIMSON, Alejandro. **Relatos de la diferencia y la igualdad**: los bolivianos en Buenos Aires. 2^a ed. la reimp, Eudeba, Buenos Aires: 2011.

GRISMIN, Alejandro; PAZ SOLDÁN Edmundo, Migrantes bolivianos en la Argentina y Estados Unidos, en **Cuaderno De Futuro 7**, La Paz – Bolivia, 2000.

HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso. **Buscando la vida**: familias bolivianas transnacionales en España. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo**. 5^a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 11-61.

ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares; FIORUCCI, Elaine da Silva, Tráfico de Pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo, **cadernos pagu** (31), julho-dezembro de 2008: 199-217.

INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censo). **La población no nativa de la Argentina**, 1861-1991, Buenos Aires: 1996.

JARDIM, Eduardo. **Hannah Arendt**: pensadora da crise e de um novo início. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KONDO, Dorinne. Dissolution and Reconstitution of Self: Implications for Anthropological Epistemology, **Cultural Anthropology** 1(1): p. 74–88, 1986.

LEFORT, Claude. A ideia de humanidade e o projeto de paz universal. In: **Desafios da escrita política**. Trad. Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, p. 225-243.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos** – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

_____. **Hannah Arendt**. Pensamento Persuasão e Poder. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. A política e a condição humana. In: **A condição humana**/Hannah Arendt; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. - 10 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, pp. 341-352.

MANCINI, Pasquale S. A nacionalidade como fundamento do direito das gentes (1851). In: **Direito Internacional** – coletânea. Ed. Unijui, 2003, pp. 35-86.

MAGUID, Alicia; BRUNO, Sebastián, Migración. Mercado de trabajo y movilidad ocupacional: el caso de los bolivianos y paraguayos en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Revista Población de Buenos Aires**, Año 7, n° 12, Buenos Aires: 2010.

MARTES, A. C. B. Gestión Pública de la Inmigración em Brasil. In: FISHER-BOLLIN, P. (editor) **Migración y Políticas Sociales em América Latina** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MARTES, A. C. B.; SPRANDEL, M. A. **Mercosul e as Migrações**: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas nacionais de imigração. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.

MASSAMBANI, Vania. **A proteção previdenciária prevista no acordo multilateral de Seguridade Social do Mercosul**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa: 2011.

NOVARO, Gabriela; DIEZ, María Laura. Una inclusión silenciosa o las sutiles formas de la discriminación? Reflexiones a propósito de la escolarización de niños bolivianos. In: COURTIS, Corina; PACECCA, Maria Inés, **Discriminaciones étnicas y nacionales: um diagnóstico participativo**, 1ª ed., Asociación por los Derechos Civiles, Buenos Aires: 2011.

NOVICK, Susana. **Política y Población**. Argentina 1870-1989. Buenos Aires: CEAL, v. 1, 1992.

OLIVEIRA, Gabriela Camargo de.; BAENINGER, Rosana. A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **A inmigración laboral de sudamericanos en Argentina** / Oficina de País de la OIT para la Argentina; Argentina. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. 1ª. ed. Buenos Aires: OIT, 2011.

PATUSSI, Roque. Bolivianos em São Paulo: Travessia na desordem Global: **Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PEREDO BELTRÁN, Elizabeth. **Recoveras de los Andes**. Una aproximación a la identidad de la chola del mercado. La Paz: Fundación Solón. 2001.

PEREIRA, Luís Cezar Ramos. **Deportação do estrangeiro e seu processo no Brasil**. RT 717/356.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11ª ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2010.

PIZARRO, Cynthia. Procesos Asociativos de inmigrantes internacionales en contextos situados: organizaciones de bolivianos en áreas peri-urbanas de Córdoba y Buenos Aires, Argentina. **Revista Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 22/23, n 67, Buenos Aires: 2009.

REZERA, Danielle do Nascimento. **Gênero e Trabalho: Mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: 2012.

SALA, Gabriela Adriana. **Perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil**. Migraciones Internacionales, 2008.

SALA, Gabriela Adriana e CARVALHO, José Alberto Magno de. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v.25, n. 2, p. 287-304, jul./dez. 2008.

SALES, T., **Brasileiros longe de casa**, São Paulo: Cortez, 1999.

SASSONE, Susana. **Migración, Territorio e Identidad Cultural: Construcción de “Lugares Bolivianos” en la Ciudad de Buenos Aires**. Población de Buenos Aires 4(006):9–28. 2007.

_____. Migración indocumentada y ocupación en la Argentina. Ponencia presentada en las **V Jornadas de Colectividades**. Buenos Aires: IDES, 1995.

SASSONE, S. M.; DE MARCO, G. **Inmigración Limítrofe en la Argentina**. CEMLA - Comisión Católica Argentina de Migraciones, Bs. As., 1991.

SILVA, Sidney Antonio da. **Bolivianos em São Paulo**: entre o sonho e a realidade. Estudos Avançados 20 (57), 2006.

_____. **Virgem/Mãe/Terra**. Festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2003.

_____. **Bolivianos**. A presença da cultura andina. São Paulo: Lazuli, 2005a.

_____. A praça é nossa. Faces do preconceito num bairro paulistano. Travessia – **Revista do Migrante**, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, n° 51, 2005b.

_____. **Costurando sonhos**. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica Cultural e processos identitários. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

SOARES, Guido. Direitos humanos e a proteção do estrangeiro. **RIL**, Brasília a. 41 n° 162 abr./jun. 2004.

SOUCHAD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

_____. A imigração boliviana em São Paulo. In: PÓVOA, Helion et al. (Orgs.), **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**, Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

SOUCHAUD, Sylvain; CARMO, Roberto Luiz do; FUSCO, Wilson. Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. **Teoria & Pesquisa**, v. XVI, nº 01, jan-jun de 2007.

SZILVIA, Simai; BAENINGER, Rosana. Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

TAIAR, Rogério. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Uma discussão sobre a relativização da soberania em face da efetivação da proteção internacional dos direitos humanos. São Paulo: Ed. MP, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. As Imigrantes Bolivianas em São Paulo: o Silêncio Insuportável! In: **Tráfico de pessoas e violência sexual**. LEAL, Maria Lúcia Pinto; COIMBRA, Renata Maria. Libório eds. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília: 2007.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direito Internacional de direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio Fábris, 1997.

_____. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

VACAFLORES, Victor. Migración interna e intraregional en Bolivia: Una de las caras del neoliberalismo. **Revista Aportes Andinos** nº 7. Programa Andino de Derechos Humanos – Universidad Andina Simón Bolívar. Disponível em: <<http://www.uasb.edu.ec/padh>>. Acesso em: 24 de dez. 2012.

VARGAS, Patrícia. Bolivianos, Paraguayos y argentinos en la obra; significado y expresión de la identidad étnica de los trabajadores de la construcción en Buenos Aires. **Revista Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 19, nº 57, Buenos Aires: 2005.

WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt & Karl Marx**, o mundo do trabalho. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

WALDMAN, Tatiana Chang. Grupo de Trabalho: “Mundialização, Tensões e Direitos Humanos”. In: **7º Encontro Anual da ANDHEP** – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade UFPR, Curitiba (PR). 23 a 26 de maio de 2012.

VENTURA, Deisy; ILLES, Paulo. Qual a política migratória do Brasil? In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo: Copyleft, Edição 56, Março de 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>>. Acesso em: 12 de mar. de 2013.
xxxx

VIDAL, Dominique. Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

WINCKLER, Silvana. A condição jurídica atual dos imigrantes no cenário internacional à luz do pensamento de Hannah Arendt. In: **As Origens do Totalitarismo: 50 anos depois**, organizadores: Odílio Alves Aguiar, César Barreira, José Carlos Silva de Almeida e José Elcio Batista, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

XAVIER, Iara Rolnik. A Cidade de El Alto e os Fluxos de Bolivianos para São Paulo. **Revista Travessia**, ano XXII, nº 63, Publicação do CEM: São Paulo, 2009.

_____. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. In: **Imigração Boliviana no Brasil**/BAENINGER, Rosana (org.), Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

Sítios pesquisados

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nup_fec_mig.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2013.

INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos (Argentina). 2011 **Censo 2010**: Resultados definitivos. Variables seleccionadas. Total del país. Disponível em: <<http://www.censo2010.indec.gov.ar/definitivostotalxpais.asp>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2011/05/mundo-tem-o-maior-numero-de-refugiados-desde-decada-de-1990.html>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1059513-promotoria-apura-crime-de-escravidao-de-bolivianos-em-pradopolis-sp.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/opiniones.cfm?idOpinion=24>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

Disponível em: <www.infoleg.mecon.gov.ar>. Acesso em: 17 mar. 2013.

Disponível em: <www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/estadisticas/Estadisticas_RadicacionesS%C3%ADntesis_a_Diciembre_2011.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/estadisticas/Patria_Grande.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www2.ohchr.org/english/bodies/cmw/docs/ngos/ContrainformeCELS_CMW15_Argentina>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www.unla.edu.ar/rectorado/centros/cdh/archivos/Estudio_completo.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www2.ohchr.org/english/bodies/cmw/docs/CMW.C.ARG.CO.1_sp.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105568>. Acesso em: 07 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Disponível em: <<http://escritoriorural.educ.ar/actividades/los-oasis-de-mendoza/>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

Disponível em: <<http://www.renacerbol.com.ar>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.nuevabolivia.com.ar>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

Disponível em: <<http://inadi.gob.ar/wp-content/uploads/2010/04/plannacional.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

Disponível em: <<http://www.musica.com/letras.asp?letra=1796430>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

Disponível em: <<http://www.coletivoverde.com.br/zara-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=301>. Acesso em: 12 jan. 2013.

Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=949>. Acesso em: 12 jan. 2013.

Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=348>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=1073>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Disponível em: <www.caritas.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www.cdhic.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www.missaonspaz.org>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www.ittc.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www.projetopontesedes.blogspot.com.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <www.boliviacultural.com.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=945>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.facebook.com/BOLIVIACULTURAL>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<https://twitter.com/boliviacultural>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/PlanetaAL>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/boliviacultural>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.boliviacultural.com.br/radio.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.planetaamericalatina.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://radioinfinita.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2013..

Disponível em: <<http://radioinfinita.blogspot.com.br/2010/10/blog-post.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.fmtropical.net>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/239958-El-Chasqui-Ed-07/>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Propostas-CDHIC-ao-Governo-Haddad-politica-mun-migracao.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105568>. Acesso em: 07 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Jornais pesquisados

Conexión Migrante, El periódico del pueblo en movimiento, Dezembro de 2012, año 3, número 15.

Folha de S.Paulo. Brasil recebe 57% mais mão de obra estrangeira. Patrícia Campos Mello. Caderno Mercado. B1. Edição de Domingo, 5 de fevereiro de 2012.

O Estado de S. Paulo. Little La Paz. Rosana Baeninger. Aliás. J5. Edição de Domingo, 8 de abril de 2012.